



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Mestrado em Saúde Comunitária

A VIAGEM EM *CÁRCERE MÓVEL*
Um estudo de vitimização por *sequestro relâmpago*

Letícia Rodrigues de Azevedo

Salvador – Bahia

2011

LETÍCIA RODRIGUES DE AZEVEDO

A VIAGEM EM CÁRCERE MÓVEL
Um estudo de vitimização por *sequestro relâmpago*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saúde Comunitária.

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde

Orientação: Professor Dr. Eduardo Paes-Machado

Salvador – Bahia

2011

Ficha Catalográfica
Elaboração Biblioteca do Instituto de saúde Coletiva

A994v Azevedo, Leticia Rodrigues de.

A viagem em cárcere móvel: um estudo de vitimização por sequestro relâmpago / Leticia Rodrigues de Azevedo.—
Salvador: L.R.Azevedo, 2011.

204 f.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paes-Machado.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

1. Sequestro Relâmpago. 2. Sequestro. 3. Vitimização.
4. Organização Social. 5. Violência. I. Título.

CDU 316

LETÍCIA RODRIGUES DE AZEVEDO

A VIAGEM EM *CÁRCERE MÓVEL*
Um estudo de vitimização por *sequestro relâmpago*

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Paes-Machado (Orientador)
Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA)

Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha
Instituto de Saúde Coletiva – Universidade Federal da Bahia
(ISC/UFBA)

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Departamento de Sociologia – Universidade Federal de São
Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. Carlos Francisco Linhares de Albuquerque
Universidade Salvador (UNIFACS)

Salvador – Bahia

2011

Dedico este trabalho a uma mulher que é pura integridade. Alguém que, incansavelmente, acredita nas pessoas e na capacidade que têm de respeitarem umas às outras. Àquela que, a milhares de quilômetros de distância, me socorreu tantas vezes com um fio invisível de Amor. À mais Bárbara das mulheres, minha mãe...

AGRADECIMENTOS

Refletindo sobre esta trajetória, eu digo, sem medo de expressar o óbvio, que esta dissertação é fruto de muita dedicação e trabalho. Um esforço transformado em produção científica, que certamente não teria vida sem a presença de pessoas de grande valor ao meu lado. Por isso, aproveito este espaço para lembrá-las do quanto foram essenciais durante esses dois anos de mestrado.

Sem os participantes desta pesquisa, eu não poderia realizá-la e não testemunharia a humanidade representada nas suas mais puras emoções. Por isso, agradeço-os, por abrirem suas casas, suas histórias e seus corações; e por confiarem a mim momentos seus tão vulneráveis. Espero honrá-los!

Renato Pimenta de Azevedo, meu pai e Barbara Borges Rodrigues, minha mãe. A vocês, eu agradeço ontem, hoje e sempre pelo Amor incondicional e irrestrito. Pai, sua vitalidade e seu prazer pelo trabalho e pelo lazer são contagiantes. Com você, aprendi a me apaixonar pelas coisas do mundo e pelas culturas, entendendo que não existem fronteiras para o meu auto-conhecimento. Você comprova que o equilíbrio entre responsabilidade e bom humor é fundamental para uma vida feliz. Mãe, sua alma amorosa e bondade me ensinam, até hoje, que a ética, consigo e com o próximo, só se faz a partir de atos. Com você, aprendi a dedicar-me por inteiro àqueles que amo e aquilo que acredito. Obrigada pela profunda amizade e pelas nossas sonoras risadas do dia-a-dia. Eu cheguei até aqui graças ao incentivo e ao apoio incessante de vocês dois. Vocês são pura inspiração! Muito obrigada, sempre!

Ao meu irmão Daniel, eu agradeço por me lembrar que mais importante que um produto perfeito é um processo leve e prazeroso. E por cuidar, com tanta entrega e dedicação, daqueles que ama. Ao meu irmão Fábio, sou grata pelo companheirismo de todo dia e pela habilidade única que tem de me fazer feliz com tomates, mulas e sacis! Mesmo sendo o caçula, você é quem faz as vezes de herói, me salvando de aranhas gigantes, baratas nojentas e macacos atrevidos! A vocês dois, meus queridos irmãos, eu agradeço pelos aprendizados (e foram muitos!) de tantos anos e pela certeza de que o elo afetivo que nos une é eterno.

À Nadine, minha cunhadíssima, e à Naíra, eu agradeço pelo afeto verdadeiro e por fazerem dos meus irmãos homens felicíssimos! Vocês são muito especiais. À Josie, sou grata pela alegria que gera na vida do meu pai. Ao Rafael, meu muito obrigada pelo

desfrute de momentos importantes em nossas vidas. Terima kasih! À Cleide, por me ensinar sobre a vida e a fé. Agradeço muito pelo seu carinho e cuidado perene.

Às queridas Aline, Danielle, Diana, Laíra, Lidiane e Lucinéia pela amizade verdadeira. Pela certeza que, se um dia eu esquecer quem eu sou, vocês me lembrarão. Vocês são Amigas e irmãs de alma. A todos os meus amigos e amigas, eu agradeço por deixarem comigo um pedacinho (metafórico!) de vocês. Agradeço imensamente ao Tomi, pelos momentos maravilhosos e os aprendizados do percurso. E também aproveito para expressar meu muito obrigado à Ágnes, por me acolher de braços abertos. Köszönöm!

Ao Professor Eduardo Paes-Machado, meu orientador, eu agradeço pelo entusiasmo e disposição permanentes em introduzir-me a novos conhecimentos. Sou extremamente grata pela partilha de conteúdos e experiências, e por incentivar meu desenvolvimento intelectual e meu desabrochar como pesquisadora. Obrigada pela oportunidade, confiança e por ser meu mentor na construção deste trabalho. Aproveito para agradecer a todos os meus amigos e colegas do Instituto de Saúde Coletiva (ISC-UFBA) e do Laboratório de Estudos em Violência, Saúde e Sociedade (LAVISS) que me auxiliaram pelo caminho. Um obrigado especial a Patrícia Rezende, Sandra Brasil, Roberta Yoshimura, Sílvia Viodres e Pedro Oliveira pelas discussões, sempre produtivas, e pelos momentos de descontração.

Agradeço também aos Professores Ceci Vilar Noronha e Luiz Claudio Lourenço pelas sinceras contribuições a este trabalho, quando ainda era um projeto desejado e não concretizado. Aos Professores Carlos Francisco Linhares de Albuquerque e Gabriel de Santis Feltran pelo interesse e disponibilidade em contribuir com a dissertação, trazendo novos olhares imprescindíveis a seu aprimoramento.

Eu não posso deixar de agradecer a todos os Professores do ISC, em especial aos Professores Jairnilson Paim, Leny Trad e Lígia Rangel por me inspirarem a ser uma melhor pós-graduanda, pesquisadora e sujeito social. Aproveito para expressar profundo agradecimento por todos os funcionários do ISC, que trabalham em favor da nossa formação acadêmica e profissional, especialmente aos cuidados primorosos de Anunciação, Marlos, Taís, Antônia, Élia e Néia.

Por último e não menos importante, eu agradeço a Andrezinho e Luaninha por me fazerem a tia mais feliz do mundo. Com vocês, meus tesourinhos, eu aprendo todo dia a aproveitar o simples da vida, a me encantar com o novo e me re-encantar com o ordinário.

“O que me assusta não é a violência de poucos, mas a omissão de muitos. Temos aprendido a voar como os pássaros, a nadar como os peixes, mas não aprendemos a sensível arte de viver como irmãos.”

Martin Luther King

“Talvez haja uma fera.... talvez seja somente nós.”

William Golding, *O Senhor das Moscas*

RESUMO

Da mesma forma que a violência como tema da Saúde Coletiva demorou a ganhar espaços de discussão, o *sequestro relâmpago*, uma modalidade de violência criminal que atinge a classe média brasileira desde meados da década de 1990, carece de estudos que o evidenciem e reconheçam o seu impacto na saúde física, mental e social dos envolvidos. Buscamos compreender o fenômeno e a experiência do *seqüestro relâmpago* segundo os relatos da pessoa vitimizada, de modo a: 1. descrever o evento e identificar suas fases de execução; 2. analisar as violências perpetradas e os sentidos atribuídos pelas vítimas; 3. compreender as dimensões de interação de vítimas e ofensores; e 4. conhecer as repercussões da experiência de vitimização no cotidiano de vida dos ex-sequestrados. Desenvolvemos um estudo exploratório e com método qualitativo, no qual investigamos a experiência subjetiva de treze vítimas do *seqüestro relâmpago* por meio de entrevistas individuais. Descrevemos o evento a partir de quatro fases. A primeira fase antecede a captura (pré-abordagem); em seguida, tem-se a fase na qual os papéis de vítima e ofensor são iniciados (captura); e então a fase mais prolongada durante a qual ofensores expõem suas intenções e inserem a vítima em um acordo coercitivo-cooperativo (o passeio compulsório), para enfim encerrarem o evento (desfecho), sendo este um dos momentos mais tensos para a vítima. De modo geral, o *seqüestro relâmpago* pode ser identificado como aquilo que os estudiosos nomeiam de “sequestro para roubo”. É um delito que pressupõe um meio de atuação comum – o confinamento e transporte forçado das vítimas – que pode seguir *scripts* distintos e complementares (saques em caixas automáticos, compras, obtenção dos bens pessoais, roubo do veículo). Ele é caracterizado pela temporalidade reduzida, pelo “cárcere móvel” e pela relação diádica entre ofensor e vítima. As ameaças e a arma de fogo, fortalecidos por uma encenação convincente dos ofensores, são elementos comuns a todos os casos investigados e figuram nos relatos das vítimas como elementos essenciais à sua cooperação. Esta, por sua vez, é o tipo de resposta mais freqüente por parte das vítimas. Elas acreditam que, ao colaborarem com os mandos dos ofensores, suas vidas serão preservadas e, assim, validam o contrato coerção-cooperação imposto pelos algozes. Entretanto, esse contrato pode ser continuamente negociado, já que vítima e ofensor mantêm um contato face-a-face prolongado e constante e estão inseridos em uma cena mutável por conta de fatores situacionais. Consequentemente, as vítimas vivenciam repercussões emocionais e físicas da vitimização, como medo da retaliação, mudanças imediatas de rotina, prejuízo à vida social, sensação de insegurança generalizada, entre outros. Essa deterioração da vida social do sujeito e das suas relações pessoais e a revivência emocional negativa recorrente podem ter efeito prolongado e danoso às vítimas.

Palavras-chave: seqüestro relâmpago, seqüestro, vitimização, organização social, violência

ABSTRACT

Violence has only but recently gained ground as a Collective Health issue. Similarly, *lightning kidnapping* (*sequestro relâmpago* in Portuguese), a type of criminal violence that affects the Brazilian middle class since the mid-90s, still lacks studies that depict and recognize its impact on the physical, mental and social health of those involved. Our main objective is to understand the event and experience of *lightning kidnapping* based on reports of victimized individuals. Our goals are to: 1. describe the event and identify its different stages; 2. analyze the violence perpetrated and the meanings attributed by the victims; 3. understand the dimensions of interaction between victims and offenders; and 4. acknowledge repercussions of the experience of victimization in the daily lives of the former hostages. We developed an exploratory study with a qualitative method, in which we investigated the subjective experience of thirteen victims of *lightning kidnapping* through individual interviews. We describe the event in four stages. The first stage is prior to the arrest (pre-approach); second, comes the phase in which the roles of victim and offender are initiated (capture); then begins the longer phase during which offenders expose their intentions and oblige the victims to agree on a cooperative-coercive contract (the compulsory ride); and finally the event ends (closure), with this being one of the most tense moments for the victim. Generally, the *lightning kidnapping* may be identified as what is named by scholars as kidnapping for robbery. It is an offense that requires a common means of action – the forced confinement and transportation of the victim – and can follow distinct and complementary scripts (ATM withdrawals, purchases, stealing of personal property, vehicle theft). It is characterized by reduced temporality, the "movable prison" and the dyadic relationship between offender and victim. The threats and firearms, strengthened by a convincing act by the offenders, are common elements to all cases and are reported by the victims as key drivers of their cooperation. This reaction, in turn, is the most frequent type of victim response. They believe that by collaborating with the offenders' commands, their lives will be preserved and, thus, they validate the cooperative-coercive contract imposed by the perpetrators. However, this contract can be continuously negotiated, since victim and offender keep a prolonged and constant face-to-face interaction and are within a shifting scenario due to situational factors. Consequently, the victims experience physical and emotional effects of victimization, such as immediate changes of routine, fear of retaliation, feelings of general insecurity, loss of social life, among others. The deterioration of the individual's social life and personal relationships and the recurring negative emotional reliving may have prolonged and damaging effect on the victims.

Keywords: *lightning kidnapping*, kidnapping, victimization, social organization, violence.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadros

Quadro 1 – Caracterização dos participantes do estudo	47
Quadro 2 – Características das ações	58
Quadro 3 – Número de vítimas dos casos de <i>sequestro relâmpago</i>	61

Gráficos

Gráfico 1 – Quantidade de participantes, agrupados por sexo e grupo etário	45
Gráfico 2 – Quantidade de participantes por raça/cor, de acordo com o sexo	46
Gráfico 3 – Participantes de acordo com estado civil e sexo	46
Gráfico 4 – Frequência de <i>sequestros relâmpagos</i> , Salvador, 2004-2008	49
Gráfico 5 – Taxas de <i>seqüestros relâmpagos</i> por 100.000 habitantes, 2004-2008	50
Gráfico 6 – Duração de cada episódio de <i>seqüestro relâmpago</i> , em horas	59
Gráfico 7 – Atividade da vítima ao ser abordada	59
Gráfico 8 – Episódios de <i>seqüestro relâmpago</i> , de acordo com quantidade de vítimas	60
Gráfico 9 – Quantidade de casos por dia ou período da semana	61
Gráfico 10 – Horários de captura e liberação das vítimas	62
Gráfico 11 – Quantidade de casos, de acordo com o ano de ocorrência	62

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. DIMENSÃO TEÓRICA	19
2.1 O SEQUESTRO NA DISCUSSÃO SOCIOLÓGICA	19
2.2 VIOLÊNCIAS	22
2.3 VITIMIZAÇÃO	25
2.3.1 <i>Por que ocorre a vitimização?</i>	26
2.3.2 <i>Interação vítima↔ofensor</i>	28
2.3.3 <i>Efeitos da vitimização</i>	33
3. MÉTODO.....	37
3.1 EXPLORANDO O CAMPO	37
3.2 A POPULAÇÃO-ALVO	38
3.3 A COLETA DE DADOS	39
3.4 OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	42
3.5 A ANÁLISE DOS DADOS	43
3.6 AS QUESTÕES ÉTICAS.....	43
3.7 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	45
CAPÍTULO I: TENDÊNCIAS DO SEQUESTRO RELÂMPAGO.....	49
I. 1. PANORAMA E NÚMEROS DO DELITO.....	49
I. 2. ANÁLISE DOS CASOS DESTA ESTUDO.....	53
<i>Descrição dos ofensores</i>	53
<i>Caracterização dos eventos</i>	57
CAPÍTULO II: AS PESSOAS CONTAM SUAS HISTÓRIAS	63
BRENDA	63
DANILA	64
EDER	65
ELENA	66
ELIAS	67
GABRIELA	69
IGOR.....	70
JUSTO	71
LORENA	73
MILENA.....	74
SAMIR	75
SIMONE	76
SÓCRATES	78
CAPÍTULO III: AS FASES DO EVENTO.....	80
III. 1. PRÉ-ABORDAGEM	80
III. 2. CAPTURA	83
III. 3. O PASSEIO COMPULSÓRIO	87
III. 4. DESFECHO	91
O QUE É SEQUESTRO RELÂMPAGO?.....	99

CAPÍTULO IV: AS VIOLÊNCIAS DO SEQUESTRO RELÂMPAGO	104
IV. 1. AÇÕES VIOLENTAS DOS OFENSORES	104
<i>A arma de fogo, as ameaças e agressões físicas</i>	104
<i>Direção perigosa</i>	110
<i>Confinamento forçado</i>	112
<i>(O medo da) violência sexual</i>	115
IV. 2. RISCOS ATRELADOS À RELAÇÃO OFENSOR-POLÍCIA.....	118
IV. 3. RESPOSTAS IMEDIATAS DAS VÍTIMAS.....	121
CAPÍTULO V: DIMENSÕES SUBJETIVAS DA INTERAÇÃO	127
V. 1. INTERAÇÃO PERPETRADOR-VÍTIMA.....	128
<i>Intimidação</i>	128
<i>Mandos e Investigação</i>	132
<i>Interações empáticas</i>	134
V. 2. INTERAÇÃO VÍTIMA-PERPETRADOR.....	135
<i>Cooperação</i>	141
<i>Manipulação de informações: verdade X mentira</i>	144
<i>Demonstração de empatia e criação de vínculo</i>	146
<i>Iniciativa</i>	149
CAPÍTULO VI: REPERCUSSÕES PARA A VIDA	153
VI. 1. REPERCUSSÕES EMOCIONAIS E FÍSICAS.....	153
VI. 2. DEFESAS.....	164
CONCLUSÃO	170
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICES E ANEXOS.....	181

1. Introdução

Durante a década de 1990, surge no Brasil uma expressão diferente de violência urbana, o *sequestro relâmpago*. O primeiro registro de A Folha de São Paulo desse evento ocorreu em novembro de 1995¹. A partir desta data, os meios de comunicação passam a divulgar casos de pessoas que eram mantidas dentro do próprio veículo por “delinquentes” que utilizariam cartões de banco (crédito e débito) e cheques para saques e compras. O que começou pequeno cresce; aqueles que sabiam desses eventos pelos noticiários passam a acompanhar histórias de pessoas próximas, familiares, colegas de trabalho, vizinhos.

Vítimas costumam ser abordadas à noite

As vítimas de assalto seguido de sequestro são abordadas geralmente à noite, quando estão sozinhas. Foi o caso da estudante de publicidade Evillyn Kobayashi Fujimoto, 20, [...] e da dentista C.R.M., 42, sequestradas há exatamente uma semana. Evillyn foi abordada quando estacionava um Golf, às 20h, em frente ao prédio de uma amiga, no bairro de Campo Belo (zona sudoeste de SP). "Eu estava distraída com o celular e só percebi a presença dos três homens quando eles estavam encostados na porta do carro com uma arma na mão. Ainda tentei reagir e dei partida no carro. Mas percebi que era melhor eu colaborar com eles", disse. Os homens entraram no carro e Evillyn foi levada a um caixa eletrônico do Shopping Eldorado. Enquanto um dos assaltantes desceu do carro para sacar o dinheiro, ela ficou circulando pela cidade com os outros dois homens por 40 minutos. "Tive muito medo, principalmente porque eles tinham pressa para retirar o dinheiro antes das 22h, quando o saque é limitado pelo banco. A sensação é terrível. Quando eu me lembro do que aconteceu, meu coração dispara, fico nervosa", afirmou. [...]. A dentista C. foi sequestrada na última terça-feira por três homens armados na Avenida João Dias, em Santo Amaro (região sul), às 20h, quando estacionava o seu carro. Ela passou cerca de duas horas com os assaltantes e eles conseguiram roubar R\$ 1.000. "Prefiro esquecer o que aconteceu", disse. [...] (A Folha de São Paulo, 27/10/1998, Editoria: Cotidiano, Página: 3-2.)

Com esses novos acontecimentos, a força policial passa a divulgar táticas sobre como lidar com o agressor e formas de prevenção de possíveis ataques:

Vítima deve evitar reação e movimentos mais bruscos

A Polícia Militar recomenda às vítimas de sequestro relâmpago que não esboquem qualquer tipo de reação, principalmente se os ladrões estiverem armados, como ocorre na maioria dos casos. Segundo a assessoria de comunicação social da PM [Polícia Militar], qualquer movimento brusco, como tirar o cinto de segurança, mexer no câmbio ou abrir o porta-luvas

¹ **Gerente vive 'sequestro-relâmpago': Responsável pela boate Carinhoso fica uma hora preso e é solto por policiais em favela do Rio** (A Folha de São Paulo, sucursal Rio, 15/11/95, reportagem de Cláudia Mattos). Todas as reportagens citadas neste estudo são oriundas do banco de notícias cujo descritor é “sequestro relâmpago”, fornecido pela Folha de São Paulo.

pode fazer o assaltante disparar, por pensar que a vítima irá reagir. Outra atitude, que a própria PM reconhece ser difícil, é tentar não demonstrar nervosismo, principalmente diante de um criminoso armado. A polícia também recomenda que a vítima entregue todos os objetos que tiver, pois por nenhum bem material vale a pena o risco de ser baleado. Um dos conselhos da PM para evitar assaltos é não parar veículos em locais afastados e escuros e evitar transitar à noite ou de madrugada por ruas que tenham pouco movimento. (A Folha de São Paulo, 24/11/1999, Editoria: Cotidiano, Página: 3-4.)

Uma década depois, a força policial passa a divulgar novos perfis de vítimas, de *modus operandi* e regiões com maior concentração de abordagens:

Rua calma nas zonas sul e oeste concentram sequestro relâmpago

Sozinho no carro, o motorista, pode ser homem ou mulher, que para seu carro na hora do rush em ruas aparentemente calmas de bairros próximos à marginal Pinheiros é a principal vítima de sequestro relâmpago na capital paulista. O perfil foi traçado com base nas centenas de casos registrados nos últimos três anos na cidade, segundo o delegado Wagner Giudice, da Delegacia Antissequestro. "São pessoas que estão saindo ou chegando ao trabalho, à academia, que param para falar ao celular, que estão esperando a namorada." Até então, a polícia acreditava que os alvos preferenciais dos criminosos eram os motoristas que paravam em um semáforo ou caixa eletrônico ou que saíam de shoppings. "Não é nada disso. A vítima está parada em ruas de pouco movimento e então é levada para a marginal Pinheiros. Por isso, eles escolhem esses bairros [das zonas sul e oeste]." O sequestro relâmpago é aquele em que a vítima é mantida refém dentro do carro, em geral do próprio veículo, enquanto os ladrões sacam dinheiro de sua conta bancária em caixas eletrônicos ou fazem compras com seu cartão de crédito. Na lista dos bairros campeões de casos estão, segundo a polícia, Moema, Brooklin, Morumbi, Chácara Santo Antônio e Pinheiros. Também há registro desse tipo de crime em Santo Amaro, Perdizes, Lapa e próximo à av. Luiz Carlos Berrini. Os crimes ocorrem das 7h às 10h e das 17h às 21h. [...]. (A Folha de São Paulo, 04/05/2010, Editoria: Cotidiano, página: C4, reportagem de Rogério Pagnan.)

Até recentemente, os registros oficiais deste tipo de delito eram pouco conhecidos, já que o *seqüestro relâmpago* não possuía uma tipificação penal específica. Este delito era interpretado pelos operadores do Direito como “roubo com restrição de liberdade” – esta sendo a interpretação mais usual – ou “extorsão mediante seqüestro” (JESUS, 2000; MENDONÇA, 2002; GOMES, SANCHES, 2009). Como consequência dessa confusão legal, legisladores iniciaram discussões que buscavam caracterizar juridicamente essa conduta e inserir modificações no código penal (BRASIL, 2007a, 2007b). Quando, então, em abril de 2009 entra em vigor a lei 11.923/2009, que tipifica o *seqüestro relâmpago* como crime contra o patrimônio. Esta lei insere o parágrafo 3º ao artigo 158 do código penal brasileiro, que se refere ao crime tipificado como “extorsão”, conforme a descrição abaixo:

Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º - Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade.

§ 2º - Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior.

§ 3º - Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente. [grifo meu] (BRASIL, 1940).

O caminho percorrido para se chegar a essa formalização legal do *seqüestro relâmpago* foi de muitos debates no meio legislativo e entre os estudiosos do direito penal. Jesus (2002) afirma que aquilo que era “impropriamente” denominado de *seqüestro relâmpago* refletia a hipótese de um autor que, “mediante grave ameaça, constrange a vítima a entregar-lhe o cartão magnético e fornecer-lhe a senha, acompanhando-o a caixas eletrônicos de bancos para sacar dinheiro”; o que se configuraria como extorsão, e não como roubo. Isto porque, anteriormente à aprovação dessa tipificação penal, os tribunais interpretavam o *seqüestro relâmpago*, na maioria das vezes, como uma forma de “roubo qualificado pela restrição de liberdade” (BRASIL, 2007b). Nesses casos, vigorava o artigo 157² do código penal.

Entretanto, Mendonça (2002) expõe que o *seqüestro relâmpago* poderia ocorrer de duas diferentes formas: uma na qual o perpetrador da ação põe em prática aquilo que idealizou privando a liberdade da vítima, subtraindo-lhe pertences e realizando saques em caixas eletrônicos com o cartão bancário da vítima; outra forma, na qual o perpetrador após privação de liberdade da vítima, sem subtrair-lhe qualquer pertence (por quaisquer motivos), coage a vítima a realizar saques nos bancos *24 horas* ou a “tolerar” que seja feito com seu cartão bancário. Na primeira forma, a conclusão a que o autor chega após explanação sobre as

² Art. 157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

V – se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

§3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa (Brasil, 1940)

diversas doutrinas do Direito seria a de que o perpetrador deste evento responderia legalmente pela prática do crime de “roubo qualificado com restrição de liberdade” em concurso material com o de “extorsão simples”, ao passo que na segunda forma, configurar-se-ia uma “extorsão mediante seqüestro”. Como se vê, na falta de uma tipificação penal específica para o *seqüestro relâmpago*, os tribunais também poderiam interpretar esses eventos como “extorsão mediante seqüestro”. No código penal brasileiro este crime consta no artigo 159³ e foi criado para abarcar os casos de seqüestro em cativo.

Se antes havia uma constante dúvida em como interpretar o delito do *seqüestro relâmpago* no código penal existente, hoje já há uma tipificação específica para ele. Todavia, existem aqueles que evidenciam que houve uma redução da pena do delito, por conta desta tipificação (GOMES, SANCHES, 2009). Com a mudança, o *seqüestro relâmpago* deixa de ser um crime hediondo – como o era quando tipificado como “extorsão mediante seqüestro” (artigo 159); agora, como um crime de extorsão (artigo 158) ele somente é considerado hediondo quando resultar em morte. A pena do delito do *seqüestro relâmpago* que antes era de oito a quinze anos de reclusão quando interpretado pelo artigo 159 (extorsão mediante seqüestro) passa agora a ser de seis a doze anos segundo a nova lei.

À medida que, nos últimos quinze anos, os meios de comunicação divulgavam e exploravam o tema e os juristas faziam o esforço de criar uma rubrica jurídica específica para o *seqüestro relâmpago*, poucos trabalhos científicos foram produzidos a respeito deste objeto, refletindo a assincronia em relação ao crescente interesse da sociedade pelo tema. Um dos poucos trabalhos existentes discute o transtorno de estresse pós-traumático em vítimas de seqüestro (FERREIRA-SANTOS, 2007). Este autor nos relata que *seqüestro relâmpago* é o “nome pelo qual ficou conhecida a modalidade de assalto à mão armada na qual a vítima permanece em poder dos assaltantes por um período variável. Nesse intervalo, são praticados furtos em caixas bancários automáticos e frequentemente violências físicas contra a vítima, inclusive estupro” (p. 28).

É uma nova modalidade que também está presente em outros países da América Latina (COWIE, 2006; BRICEÑO-LEÓN, 2007). Enquanto nas zonas fronteiriças entre

³ Art. 159 – Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§2º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão, de (16) dezesesseis a 24 (vinte e quatro) anos.

§3º Se resulta a morte:

Pena – reclusão, de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) anos (Brasil, 1940)

Venezuela e Colômbia tem aumentado o número de sequestros tradicionais, na capital venezuelana, Caracas, o “secuestro exprés” é a modalidade mais presente (BRICEÑO-LEÓN, 2007). Seria um tipo de rapto que caracteriza-se pela “captura de una persona, retenida durante seis horas, para permitir que los familiares retiren del banco o telecajero el dinero, joyas u otros valores a ser entregadas a los plagiarios” (COWIE, 2006, p. 280). Briceño-León (2007) corrobora: “el secuestro exprés es diferente, pues se retiene a la persona por apenas pocas horas y se le obliga a retirar dinero de los bancos con sus tarjetas o se le pide a la familia el pago de un monto que ésta pueda obtener con facilidad y prontitud” (p. 562).

O “secuestro exprés” teria sido originado na cidade do México, segundo Manuel de Jesús Azuaje Requena (COWIE, 2006), cidade na qual este crime passou a fazer parte do Código Penal em 2002 como um delito de liberdade pessoal realizado com o propósito de cometer roubo ou extorsão (DORANTES, ZAMORA-PIERCE, 2005).

Desta informação, não nos interessa investigar a veracidade da colocação de Manuel de Jesús Azuaje Requena, tampouco nos interessa reconhecer a localidade onde primeiro existiu o *sequestro relâmpago*, ou *secuestro expres* – questionamentos certamente relevantes e não menos importantes na investigação deste tema. Nos interessa, a partir desses dados, constatar que tal delito tem invadido os cenários latino americanos, deixando sua marca em milhares de vítimas e, conseqüentemente, em milhões de indivíduos que compõem um robusto grupo de pessoas que partilham da sensação de constante insegurança e do medo desenfreado do crime.

Com isto em mente, elaboramos este estudo pensando em um sujeito-ator do *sequestro relâmpago* sem o qual ele não existiria: a vítima. Pela presumível gravidade com que algumas vítimas vivenciam negativamente esse evento (FERREIRA-SANTOS, 2007), desestruturando sua saúde integral, reformulando sua noção de mundo e de vida, levantamos a relevância de buscarmos o entendimento deste fenômeno para preencher uma pequena – mas significativa – parte da ampla lacuna que existe hoje no meio acadêmico em relação ao sofrimento da vítima de violência.

O que ocorre durante o *sequestro relâmpago*? Qual o nível de violência ao qual são submetidas? O que os ofensores fazem e como as vítimas reagem? Clareando mais, como se dá essa interação forçada entre as partes? E ainda, como essas pessoas vitimizadas ressignificam essa experiência em sua vida cotidiana? Quais, enfim, são as

repercussões do *sequestro relâmpago*? Queremos, portanto, compreender a experiência de crime segundo os relatos da pessoa vitimizada. Contudo, como responder essas perguntas de pesquisa sem antes ter uma compreensão adequada do que, de fato, nomeia-se *seqüestro relâmpago*?

Difícilmente chegaremos a uma definição única do *seqüestro relâmpago* como expressão de violência já que a violência será sempre fluida e mutável e para entendê-la melhor devemos transcender os enquadres jurídicos a ela impostos (STANKO, 2003). Nesse sentido, buscaremos entender as violências do *seqüestro relâmpago* partindo da experiência e dos sentidos expressos pelos sujeitos vitimizados. Eles certamente não são os únicos a contribuir com esse entendimento, mas são atores fundamentais para iniciarmos essa busca.

No campo teórico, o *seqüestro relâmpago*, como mais uma forma de expressão violenta, pode ser entendido a partir da articulação de alguns conceitos já discutidos no meio acadêmico nacional e, principalmente internacional: o sequestro, ao ponto em que existe a privação de liberdade da vítima (ver SUTHERLAND, CRESSEY, 1966 *apud* ALIX, 1978; MALLAN, 1995; BRIGGS, 2001); e o roubo, já que a vítima é “desapossada” dos seus bens (ver CONKLIN, 1972). Ainda assim, constitui-se obviamente em um fenômeno específico, com padrões e características próprias, sejam elas do evento em si, da ação e intenções do ofensor ou da vivência da vítima e, por isso, entendemos que o *sequestro relâmpago* tenha suas peculiaridades, que devem ser melhor compreendidas.

No percurso de entender essa experiência, nos preocupamos em descrever o evento do *seqüestro relâmpago*, suas fases e respectivas características. De tal modo que pudéssemos prosseguir para compreender os tipos e sentidos das violências vivenciadas pelas vítimas e também as formas de interação estabelecidas entre vítima e ofensores; e em seguida, tratamos das repercussões da experiência de vitimização, a partir da análise do cotidiano de vida das pessoas vitimizadas pelo *seqüestro relâmpago*.

2. Dimensão Teórica

2.1 O seqüestro na discussão sociológica

A palavra seqüestro tem suas origens no latim, com o termo *sequestrum*. Quando relacionado a pessoas, é definido, segundo o dicionário Aurélio, como o “crime que consiste em reter ilegalmente alguém, privando-o de sua liberdade” (FERREIRA, 1986). Revela-o, portanto, como “crime” e, assim, um “ato digno de repreensão ou castigo” (*op. cit.*) ou “ato condenável de conseqüências funestas ou desagradáveis” (*op. cit.*). Alix (1978; MARONGIU, CLARKE, 1993) corrobora, explicando que apesar do termo *kidnapping*⁴ representar diversos tipos de comportamentos, seu fundamento legal é a tomada ou detenção de uma pessoa sem uma autoridade legal e contra a vontade desta. O seqüestro, portanto, é tido como ilegal pelo código penal e ilegítimo pela sociedade brasileira – assim como na maioria das sociedades contemporâneas – por restringir ou negar a liberdade humana.

Nos Estados Unidos da América, cada estado tem seu código penal, mas todos apresentam elementos comuns, no que se refere à definição de *kidnapping*: (1) o transporte (2) intencional e consciente de uma pessoa por outra, (3) sendo contra a vontade da primeira, (4) através da força ou ameaça de uso da força, e (5) “restringindo, segurando ou confinando essa pessoa por um certo período de tempo” (FISHER, LAB, 2010, p.509). Perante a lei estadunidense, existiria um outro tipo de evento similar ao seqüestro denominado “false imprisonment”, que abarca os eventos em que uma pessoa consciente e intencionalmente restringe ilegalmente outra pessoa interferindo na liberdade desta última. Nesse sentido, a diferença mais elementar em relação aos dois tipos de crime seria o transporte da vítima, ausente no conceito de “false imprisonment” (FISHER, LAB, 2010).

Uma análise mais sociológica do seqüestro nos leva a diversas configurações distintas deste delito, no que se refere à forma como ele se apresenta, a sua natureza política ou financeira, à intenção do seqüestrador, entre outros. Como defendem Sutherland e Cressey (1966 *apud* ALIX, 1978), apesar de compor uma única entidade legal, o seqüestro não é uma entidade sociológica homogênea, tendo este autor identificado dez “tipos sociologicamente significativos⁵”.

⁴ “Seqüestro” na língua inglesa

⁵ Seqüestro para fins de trabalho escravo; seqüestro de homens para adentrarem o serviço naval; seqüestro de homens para trabalharem em navios (*shanghaiing*); seqüestro de mulheres para fins de prostituição (*white slavery*); seqüestro extorsivo de líderes do *underworld* por membros do *underworld*; seqüestro

Encontramos na literatura sociológica uma tipologia do seqüestro graças ao estudo sócio-histórico produzido por Alix (1978) no qual ele examina todos os casos de seqüestro divulgados pelo *New York Times*⁶ que ocorreram (ao menos parcialmente) nos Estados Unidos, entre os anos de 1874 e 1974. Articulando os achados nos seus estudos com os “tipos sociologicamente significativos” de Sutherland e Cressey e utilizando-se de definições legais, Alix (1978) formulou a seguinte tipologia: 1) *White Slavery*: mulheres seqüestradas para prostituição comercial; 2) Situação com refém: a vítima é levada para facilitar a fuga ou proteção de um criminoso durante a execução de outro crime; 3) Roubo de crianças: criança retirada do pai ou mãe, ou guardião legal sem autorização por motivos não cobertos por outros tipos de seqüestros; 4) Seqüestro relacionado a questões domésticas: criança levada por pai/mãe divorciado ou separado, ou agente do pai ou mãe, violando um decreto de custódia; ou quando um adulto membro da família é levado ilicitamente para ganho de alguma vantagem, geralmente financeira; 5) Seqüestro para estupro ou outra agressão sexual: vítima é levada para fins sexuais que não comerciais; 6) Seqüestro para assassinato ou outras agressões não sexuais: vítima é levada para ser morta ou sofrer agressões físicas no intuito de exercer coerção sobre algum ato da vítima ou pessoas associadas; 7) Seqüestro para roubo: vítima é levada para ser ilegalmente desapossada de algum bem, diferente de pagamento de resgate; 8) Seqüestro romântico: geralmente um seqüestro em que uma criança (ou adolescente) voluntariamente acompanha um perpetrador contra a vontade do pai ou mãe ou guardião legal com o propósito de fugir; 9) Seqüestro aéreo: a motivação primária é o pedido de resgate ou, às vezes, por motivação política; 10) Falso seqüestro com resgate: falsa alegação para encobrir diversos atos, como extorquir dinheiro da própria família ou associados, homicídios e fuga de crianças/adolescentes; 11) Conspiração ou Aborto de Seqüestro com resgate: uma tentativa de seqüestro com resgate que se encerra antes da captura da vítima ou um seqüestro com pedido de resgate que termina antes do recebimento do resgate; 12) Ameaça de Seqüestro para extorsão: objetivo de extorquir dinheiro com ameaça de seqüestro; 13) Seqüestro com regaste desenvolvido: um seqüestro com resgate desencadeado por outro crime, como o assalto a mão armada; 14) Seqüestro com resgate clássico: a motivação exclusiva ou primária é o resgate em que a vítima é levada e seqüestrada, o pedido de resgate é feito, o resgate é coletado ou não, a vítima é ou não liberada sem lesões, o perpetrador

extorsivo de membros do *upperworld* por membros do *underworld*; seqüestros relacionados a situações com refém, como assaltos a banco; seqüestro de crianças por pessoas que querem criá-las; seqüestro decorrente de aprisionamento ilegal; e seqüestro derivado de brigas de custódia de crianças.

⁶ Segundo este autor, “nenhuma outra fonte de dados históricos [aqui inclusos arquivos do FBI e Congresso estadunidense] da sociedade americana é comparável à extensão, detalhamento e continuidade [do jornal *New York Times*]”.

consegue ou não fugir com o resgate em mãos; 15) Seqüestros diversos: casos raros envolvendo a tomada ilegal de pessoas que não esteja contemplada nas categorias já citadas.

Com base também nessas categorias propostas por Alix (1978), Fisher e Lab (2010) salientam que existem os seqüestros de caráter político, sexual, financeiro, doméstico, psicológico; relacionado ao escravismo; e associado à tomada de reféns. Semelhante a estes autores, Briggs (2001), uma estudiosa daquilo que denomina “indústria de seqüestros”, diferencia os seqüestros motivados por interesses financeiros daqueles de caráter político. No Brasil, até o final da década de 1980, os seqüestros ocorridos eram, na sua maioria, de natureza política; as vítimas – geralmente diplomatas estrangeiros – serviam como moeda de troca por prisioneiros políticos da ditadura militar. É, então, segundo Mallan (1995), a partir do seqüestro do empresário Abílio Diniz, em dezembro de 1989, que muda o perfil de seqüestros no país. Nos meses subseqüentes a esse seqüestro, há um aumento expressivo na frequência de seqüestros de natureza financeira, atingindo os ricos e a classe média (MALLAN, 1995). Briggs (2001), contudo, ressalta que apesar da definição dos termos ser clara, existe comumente uma “área cinzenta” dessa tipologia dicotômica.

No Rio de Janeiro, cidade brasileira reconhecida por ter altas taxas de seqüestros extorsivos, a “indústria de seqüestros”, durante certo tempo, foi considerada como uma atividade paralela dos narcotraficantes (CALDEIRA, 2002), o que dissipava forças de prevenção e combate aos seqüestros pelas instituições policiais especializadas em tráfico de drogas e seqüestros. Este diagnóstico da “indústria do seqüestro” amplamente reproduzido pela mídia, só veio a ser fortemente confrontada por conta de dois acontecimentos, a chacina de Vigário Geral e a denúncia da “lista do Castor”; ambos revelavam a participação de policiais e autoridades políticas no tráfico de entorpecentes e jogo do bicho (CALDEIRA, 2002). A mídia, sob comando da elite empresarial – a mais afetada pelos seqüestros extorsivos – passou então a ter um papel importante de divulgação dessa “criminalidade policial”, que se emaranhava na criminalidade organizada (CALDEIRA, 2002).

Gruhier (1979) diria que o seqüestro é um crime de perpetradores inteligentes, organizados, equilibrados e calculistas; que exige alta complexidade técnica, sem improvisações, sentimentalismos ou espontaneidade; tudo deve ser analisado e previsto, com cálculos de custo/benefício ou risco/ganho. O pior momento em todo o processo, segundo o ponto de vista do perpetrador do seqüestro, é a primeira fase; este é o momento em que o ofensor fica mais nervoso, ao realizar o rapto propriamente dito (CAPOTORTO, 1985). A vítima passa de um estado de liberdade para um de coerção física, em que uma inesperada

reação da vítima pode propiciar conseqüências negativas aos envolvidos (CAPOTORTO, 1985).

Em seguida, começaria a fase de “aprisionamento”, na qual a vítima experiêcia um “desprendimento” do mundo, perde a noção de tempo, possivelmente passa a ter isolamento visual e de sons e movimentos corporais limitados. A angústia é inevitável, eliciada pelo isolamento, abandono e falta de informações a respeito do seu salvamento (CAPOTORTO, 1985). Para a vítima, não ter a noção do desfecho é a pior característica do seqüestro (RICHARDSON, 1985).

2.2 Violências

Estudos das últimas décadas têm enfatizado a violência como um complexo problema de saúde pública (PERES, 2008). A ampliação do valor da vida e dos direitos de cidadania, assim como a transição epidemiológica no Brasil e as modificações do perfil de morbi-mortalidade no mundo foram fundamentais para impulsionar a discussão da violência no campo da saúde (GALHEIGO, 2008; MINAYO, SOUZA, 1999). Até, então, o setor da saúde era um mero reparador de estragos em que conceitos como o de prevenção da doença e agravos, proteção e promoção da saúde não eram articulados à questão da violência. Retomamos, assim, uma concepção da saúde:

“Saúde e doença, bem-estar e mal-estar são fenômenos não apenas físicos que se manifestam pelo bom ou mau funcionamento de um órgão, mas ao mesmo tempo possuem uma dimensão psicológica que passa pelo vivenciar e pela emoção de cada indivíduo. São fenômenos que possuem uma dimensão sócio-cultural, coletiva, e outra psicobiológica, individual, que não deveriam ser dicotomizadas. Devem então ser compreendidos enquanto parte do modo de organização da vida cotidiana e da história pessoal de cada um.” (Vaitsman, 1992; *apud* PAIM, 2008, p. 166).

Saúde e violência encontram-se invariavelmente interligadas. Nesse sentido, o fenômeno da violência permeia a saúde-doença, o lícito-ilícito, o físico-mental, o coletivo-individual. Normas, comportamentos, relações são todos objetos do estudo da violência. Mas como, afinal, definir a violência, sendo este fenômeno sócio-histórico tão complexo? Para Stanko (2003), “o que violência significa é e sempre será fluido, não fixo; é mutável. Por isso é crucial que programas que atinjam a violência não sejam enquadradas pelas definições de violência encontradas nos estatutos criminais” (p. 3).

Minayo e Souza (1999) corroboram, apontando para a dificuldade em conceituá-la, “por ser ela, por vezes, uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural; por vezes, uma resultante das interações sociais; por vezes ainda, um componente cultural naturalizado”.

Denisov (1986, *apud* MINAYO, SOUZA, 1999), por sua vez, afirma que a violência é expressa por indivíduos, grupos, classes e instituições que aplicam diferentes formas, métodos e meios de coerção e aniquilamento direto e indireto (econômico, político, jurídico, militar) contra outrem com o fim de conquistar ou manter poder e independência, obter direitos e privilégios. Para Arendt (2004), a violência tem em caráter instrumental e é racional na medida em que alcance a finalidade que a justifique.

A definição proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) – uma definição institucional e, portanto, política – seria a do “uso intencional de força física ou poder, ameaça ou efetiva, contra si, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte em ou tenha possibilidade de resultar em dano, morte, ofensa psicológica, desenvolvimento precário ou privação” (p.5). Essa definição não é livre de problemas. A intencionalidade é um conceito chave dessa concepção. Nesse sentido, a intencionalidade de utilizar força seria algo diferente da intencionalidade de causar danos (OMS, 2002; DAHLBERG, KRUG, 2006).

O mesmo relatório da OMS (2002) que apresenta uma definição à violência traz algumas tipologias pertinentes ao entendimento dos diversos mecanismos de violência. Ela seria subdivida em violência auto-infligida (comportamento suicida e auto-abuso), interpessoal (família e comunidade) e coletiva (social, pública e econômica); muito diferente das duas categorias de enfoque criminológico, como é o caso dos *crimes contra o patrimônio* e *crimes contra a vida* (ver BRASIL, 1940; NORONHA *et al.*, 2008).

No que se refere à forma como se emprega a força ou poder, ou seja, à natureza dos atos violentos, a OMS (2002) cita quatro categorias; a violência física, psicológica, sexual e negligência. A violência física estaria relacionada a maus-tratos físicos, atos violentos intencionais com uso da força física que podem ou não deixar marcas no corpo. Ela consistiria em beliscões, arranhões, mordidas, tapas, socos, chutes, empurrões, estrangulamento, bater na vítima com objetos, ferir, uso de armas – podendo resultar em homicídio (SINCLAIR, 1985). A severidade e gravidade da violência empregada dependerão da intensidade da força física utilizada, do grau de sofrimento causado, da

gravidade dos ferimentos, da frequência de execução e das seqüelas físicas e psicológicas derivadas (FALEIROS, FALEIROS, 2006).

O uso dessa força física contra vítimas, em situações de roubo, não seria raro, tampouco gratuito (CONKLIN, 1972). Depende, na verdade, da habilidade com que o perpetrador consegue efetivamente intimidar a vítima a agir a seu favor e dominar comportamentos de resistência da vítima. Assim, o aumento no uso de armas de fogo pode ter contribuído para diminuição da violência física exercida contra as vítimas, já que a probabilidade delas resistirem ao roubo, diante de uma arma de fogo, seria menor (CONKLIN, 1972). A esse respeito, Briceño-León (2002) nos esclarece que no mundo contemporâneo a letalidade derivada da violência é maior, porém não existiriam mais conflitos ou delitos hoje se comparado ao passado. Entraria como fator operante o acesso a meios letais de violência, que tem na arma de fogo o seu maior exemplo (GARTNER, 1997). Assim, o que diferenciaria sociedades com altas taxas de violência não-letal daquelas sociedades com alta taxa de violência letal seria o fácil acesso às armas de fogo. Esse personagem tem sido cada vez mais presente nas discussões acerca da violência interpessoal e vitimização.

A arma de fogo teria, segundo Conklin (1972), quatro grandes funções: criar uma zona de amortecimento entre o perpetrador e a vítima; intimidar a vítima, diminuindo a probabilidade de resistência dela e possível embate; garantir à vítima que se trata de um roubo, de fato; garantir a fuga do perpetrador. Existem, também, fatores situacionais relacionados ao maior uso de violência em certos roubos, como o local do roubo (estabelecimentos não comerciais versus comerciais), quantidade de vítimas, o “profissionalismo” do perpetrador, etc. (CONKLIN, 1972).

Não devemos subestimar as conseqüências nocivas ao bem-estar das pessoas que se encontram sob ameaça, as quais serão mais intensas e perturbadoras quanto maior for a crença de que o agressor reúne disposições e meios para concretizar suas ameaças (NORONHA *et al.*, 2008, p. 52).

A arma de fogo representaria essas “disposições e meios” para concretização da ameaça. Ela tenderia a produzir uma sensação de ausência de controle do próprio destino, em que a morte é iminente. Assim, ao passo que a arma de fogo pode garantir menor probabilidade de violência física aplicada a uma pessoa, a violência psicológica decorrente de sua utilização pode ser de extrema gravidade.

Para Sinclair (1985), a violência psicológica consistiria em ameaças de diversos tipos, como forçar a vítima a fazer atos degradantes, aterrorizá-la, atacar verbalmente a sua moral e controlar suas atividades (SINCLAIR, 1985). Seria qualquer conduta que implique em prejuízo à saúde psicológica, que cause danos à identidade e desenvolvimento da pessoa (OMS, 2002; BRASIL, 2009). Esse tipo de violência, diferentemente da física, “não deixa traços imediatamente visíveis no corpo, mas destrói a auto-estima do violentado” (FALEIROS, FALEIROS, 2006, p. 36). Além disso, a violência psicológica pode vir muitas vezes acompanhada de incidentes de violência física.

A violência sexual seria qualquer conduta que constranja uma pessoa a presenciar, manter ou participar de relação sexual que não é desejada, por meio do uso da força, intimidação, ameaça ou coação (BRASIL, 2009); abarca o estupro, tentativa de estupro, atentado violento ao pudor, sedução, atos obscenos e assédio (OLIVEIRA *et al.*, 2005). Já a negligência seria a violência decorrente da omissão ou ação em “deixar de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social da pessoa”; esta natureza de violência está mais relacionada à privação e ao abandono (BRASIL, 2009).

2.3 Vitimização

Assim como houve um investimento intelectual significativo na formulação de teorias que explicassem o crime e o criminoso, o que viria a ser denominado criminologia, houve um esforço de estudiosos em investigar a noção de vítima. Qual a propensão que certos grupos da população têm de ser vitimizados? Como os indivíduos e sociedade percebem a vítima e reagem a ela? Quais as estratégias que as pessoas utilizam para significar a experiência de ser vítima? Qual a papel do sistema de justiça criminal em prevenir e remediar a vitimização? O que, afinal, significa *ser* uma vítima? Essas são apenas algumas questões de vitimologia recentemente estudadas pela academia e, dentre tantas, algumas serão tratadas no estudo aqui proposto.

2.3.1 Por que ocorre a vitimização?

Até, aproximadamente, o final da década de 1970, criminólogos tendiam a entender e estudar os crimes sob a perspectiva da motivação do agressor. Só recentemente estudiosos passaram a formular explicações que dessem conta de colocar a vítima no centro dessa discussão ou mesmo de entender o crime sem cair no argumento único da “motivação individual”. O que alguns autores propuseram-se a fazer foi teorizar sobre a necessidade de que certas “oportunidades” devem existir para que o crime aconteça. Quais seriam esses fatores que aumentariam ou diminuiriam as oportunidades do potencial agressor?

Segundo a teoria de Hindelang *et al.* (1978⁷ *apud* KENNEDY, SACCO, 1998) essas oportunidades estariam diretamente relacionadas aos estilos de vida dos diversos grupos da sociedade. Estilos de vida, neste sentido, seriam as diferentes formas às quais as pessoas distribuem seu tempo e suas atividades de lazer e de ocupação (trabalho/estudo/etc.). Seriam os estilos de vida, portanto, que estruturam as oportunidades de vitimização (KENNEDY, SACCO, 1998). Assim, se diferentes forem os estilos de vida, diferentes serão os riscos de vitimização. A possibilidade de vitimização de bancários por assaltos a banco (ver PAES-MACHADO, NASCIMENTO, 2006), do ponto de vista da oportunidade, seria certamente diferente daquela sofrida por trabalhadores do transporte coletivo (ver PAES-MACHADO, LEVENSTEIN, 2002).

Entre outras suposições, os autores discutiam que os riscos de jovens homens de minorias serem vitimizados eram maiores, pois era maior a possibilidade do seu contato com pessoas da sua idade (já que são também jovens aqueles que mais se envolvem em crimes); seria maior também porque eles tendem a frequentar locais em que crimes ocorrem com maior frequência (como bares, por exemplo).

Ainda nessa linha de explicação dos crimes por meio das oportunidades apresentadas, Cohen e Felson⁸ (1979, *apud* CLARKE, FELSON, 1993; FELSON, 1995; KENNEDY, SACCO, 1998) contribuíram com a discussão a partir da Teoria das Atividades Rotineiras. Eles propunham a existência de três elementos mínimos para a ocorrência do crime: um perpetrador com inclinação para o crime (fortemente relacionado ao fator “motivação” como nas teorias tradicionais, mas sem se limitar a ele); um alvo adequado (pessoa ou coisa ao qual

⁷ Hindelang, M. J.; Gottfredson; Garofalo, J. Victims of personal crime. Cambridge, MA: Ballinger, 1978.

⁸ Ver Cohen, L. E. & Felson, M. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 1979, 44:588-605.

o perpetrador pode vir a atacar); e a ausência de um guardião capaz (qualquer elemento – material, pessoa, instituição formal – que tenha o poder de desencorajar a ação do perpetrador) (CLARKE, FELSON, 1993; FELSON, 1995; KENNEDY, SACCO, 1998).

Enquanto Hindelang *et al.* (1978 *apud* KENNEDY, SACCO, 1998) tentaram explicar porque determinados grupos sofrem maior vitimização e Felson e seu colega Cohen (1979, *apud* CLARKE, FELSON, 1993; FELSON, 1995; KENNEDY, SACCO, 1998) explanaram sobre o porquê das taxas de violência crescerem no pós-guerra, outros autores buscaram entender por que determinados bairros ou mesmo certos lugares (*hot-spots*) apresentam altas taxas de violência (KENNEDY, SACCO, 1998; ZEDNER, 2002).

Esses estudos compartilham a aceitação de que a *oportunidade* do crime é essencial para explicá-lo. E, fundamentalmente, sem desconsiderar que certos grupos ou pessoas podem apresentar maior probabilidade de cometer crimes do que outros, eles acreditam fortemente que “há uma variabilidade substancial relacionada a influências situacionais. Todas as pessoas têm alguma probabilidade de cometer crimes e pode ser criminoso em algum momento e não criminal no próximo” (CLARKE, FELSON, 1993, p.10). Nesse sentido, a oportunidade do crime, ou melhor, os fatores situacionais que colaboram para a ocorrência do crime são de interesse peculiar para analisarmos os eventos de *seqüestro relâmpago*.

A Teoria da Escolha Racional (CLARKE, DERECK, 1985) traz a perspectiva de como o perpetrador cria ou explora as oportunidades criminais a partir de uma “escolha racional”; ou seja, os autores partem do princípio que os agressores racionalizam os ganhos que podem obter em executar crimes. Vale aclarar que a racionalidade dos agressores estaria restrita às informações que eles possuem; além disto, suas decisões e ações dependerão, por vezes, de rápidos julgamentos ou mesmo poderão tomar essas decisões sob efeito de drogas (KENNEDY, SACCO, 1998). Uma particularidade desta teoria é o interesse pela natureza do crime; diferentes crimes teriam diferentes propósitos, o que indicaria que o contexto situacional vai variar de crime a crime. Assim, as decisões (a escolha racional) que levam a um tipo de crime são diferentes daquelas que levam a outros. (CLARKE, DERECK, 1985; CLARKE, FELSON 1993; KENNEDY, SACCO, 1998).

Com relação a casos de seqüestro em que existe um uso desproporcional de “violência irracional”, Marongiu e Clarke (1993) explicitam a “motivação pela inveja”. Eles explicam que a relação entre seqüestrador-refém, nestes casos, pode ser movida pela “inveja

hostil” do primeiro em relação ao segundo. Neste sentido, a “violência irracional” do seqüestrador teria a função de levar o objeto invejado (o refém) à sua destruição econômica, psicológica e física; que passa, então, a deixar de ser invejado. Outra explicação explorada pelos autores reflete a identificação do seqüestrador como uma vítima de problemas políticos, sociais ou econômicos produzidos (ou representados) pela pessoa seqüestrada. Nesse sentido, o seqüestrador passa a perceber a vítima como a causadora das suas mazelas, despersonalizando-a e, assim, pode entrar num ciclo de violência brutal “justificável”.

2.3.2 Interação vítima↔ofensor

Utilizando-se de conceitos da dramaturgia, Goffman (2009) defende que o comportamento humano seria análogo a uma atuação teatral, na qual existiriam “palco” e “público” e uma “representação” por parte dos “atores”. Essa representação seria “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 2009, p. 29). A interação seria definida por este autor como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física” (GOFFMAN, 2009, p. 24). Já a interação estratégica seria quando:

Duas ou mais pessoas se encontram em uma situação bem estruturada de influência mútua em que cada pessoa deve agir e em que cada ação possível pode levar a implicações fatais a todos os envolvidos. Nesta situação, cada ator deve influenciar sua própria decisão sabendo que os outros atores tentarão prever antecipadamente a sua decisão [...]. Cursos de ação ou movimentos serão feitos à luz dos pensamentos que um tem em relação aos pensamentos que o outro tem sobre o primeiro. (GOFFMAN, 1969, p. 127, tradução livre).

A informação teria um papel central já que as informações sobre os indivíduos ajudam a definir a situação, habilita o outro a saber antecipadamente o que ele deve esperar dos outros e o que podem esperar dele. Informados, os outros saberão como melhor agir para propiciar uma resposta desejada do outro (GOFFMAN, 2009).

Nesse sentido, entendemos que o modo como as pessoas interagem em uma situação de violência é influenciado “pela forma como cada indivíduo segue *scripts*, pelas experiências passadas, socialização e pela interpretação da situação” em que se encontram (KENNEDY, SACCO, 1998). E ainda, os comportamentos (verbais e não verbais) dos indivíduos

envolvidos na interação influenciam uns aos outros (KENNEDY, SACCO, 1998). Assim, diversos fatores contribuem para tentarmos compreender como um mesmo evento violento pode desencadear diferentes conseqüências aos envolvidos. Dependeria de quem são os atores, quais as suas histórias de violência, suas experiências de vida, suas interpretações e ações durante o evento. Dessa forma, ao desbravarmos, pelo menos em parte, a interação que é estabelecida entre a(s) vítima(s) e o(s) ofensor(es) estaremos mais próximos de um “melhor entendimento das conseqüências da vitimização” (KENNEDY, SACCO, 1998).

Em suma, alguns conceitos explorados por Erving Goffman poderão nos auxiliar a compreender que o desenrolar de um evento violento – assim como de qualquer outro evento da nossa vida cotidiana – reflete a dinâmica de interação que se estabelece entre os atores que a compõem (a vítima, o ofensor e outros envolvidos). E, por sua vez, o desenrolar do evento e a interação estabelecida entre os atores – neste estudo, sob a perspectiva da vítima – podem mostrar caminhos que nos guiarão ao entendimento das repercussões derivadas do evento vitimizador na experiência de vida da vítima.

Seguindo alguns dos conceitos de Goffman, David Luckenbill (1981) publica um artigo em que explora a interação social gerada em uma situação coercitiva – interação esta composta minimamente pela pessoa que é a fonte da coerção (ofensor) e pelo alvo (vítima do roubo). No ano seguinte, Best (1982) publica um artigo sobre a transação extorsionista e a relação entre este ofensor e o seu alvo – o indivíduo que sofre a extorsão. As contribuições destes autores nos auxiliam a estudar o *sequestro relâmpago* e as interações entre seus atores.

Segundo os estudos de Luckenbill (1981) sobre roubos, seriam quatro os estágios da interação forçada. A primeira fase consistiria no estabelecimento da co-presença pela fonte. Para tal, o perpetrador do roubo deve escolher sua vítima e, em seguida, abordá-la de modo a evitar alguma reação não controlável da vítima. Para evitar tais oposições o perpetrador do roubo tenderia a usar duas estratégias distintas: (1) ação rápida e esconderijos para atacar vítimas distraídas, empregando recursos punitivos assim que estabelece a co-presença. “Apesar de alarmada, não é dada à vítima a oportunidade de iniciar uma defesa efetiva” (LUCKENBILL, 1981, p.29); e (2) simulação de comportamentos “normais”. O perpetrador exerceria a aparência de uma pessoa comum e legítima àquele cenário. Ambas as estratégias partem da condição de que a vítima desconheça as intenções do perpetrador. Segundo Luckenbill (1981), “quando o ofensor falha em estabelecer a co-presença sem alarmar a vítima e sem provocar forte oposição, o roubo é colocado em risco”. (p. 30).

Uma vez estabelecida a co-presença, inicia-se a segunda fase, aquela na qual ofensor e vítima desenvolvem co-orientação que os levam ao enquadramento comum de roubo. Ou seja, os envolvidos no roubo, tanto o ofensor quanto o alvo, reorientam suas interações, transformando seu encontro e suas respectivas condutas em uma definição comum de situação, que promove a ação conjunta⁹. Assim, esse “enquadramento de roubo” dependeria tanto da vítima – na medida em que reprime qualquer oposição e permite que o perpetrador leve seus bens na tentativa de evitar dano físico ou morte; quanto do ofensor – já que deve controlar as condutas da vítima por meio da força e supervisionar a transferência dos bens (LUCKENBILL, 1981). O processo em que se estabelece o enquadramento de roubo, portanto, requer movimentos de ambas as partes, mas sendo iniciada pelo ofensor. Neste ponto, vale aclarar que este autor não explora as nuances das interações ali existentes, limitando-se a evidenciar o papel do ofensor como o agente das ações.

O ofensor pode iniciar a co-orientação por meio da força incapacitante (algum tipo de dor física que imobiliza por certo período de tempo) ou por um comando de cooperação junto à ameaça de punição (LUCKENBILL, 1981). A escolha por uma ou outra forma de imposição inicial do enquadramento dependeria da percepção que o perpetrador tem a respeito da força do seu recurso punitivo (se é letal ou não-letal); e da percepção do perpetrador quanto à necessidade da vítima para a completude da ação (se a vítima é valorosa e imprescindível para a transação do roubo).

Passamos então a entender as escolhas das vítimas, diante do enquadramento proposto. Essas respostas dependeriam de duas condições principais segundo os estudos de Luckenbill (1981). A primeira consiste na crença da vítima de que o ofensor é capaz de infligir morte ou grave lesão. Essa crença estaria presente quando o perpetrador possui um recurso letal e está na posição de utilizá-lo e quando a vítima não consegue mobilizar recursos para se opor. Se o ofensor parece incapaz de infligir dano grave, a vítima tende a reagir. Já na segunda condição, a vítima coopera com o roubo quando o ofensor demonstra utilizar força contingente à oposição da vítima. Assim, a vítima tenderia a resistir ao ofensor quando acredita que ele utilizará força contra ela independente da sua resposta opositiva ou cooperativa.

⁹ Nesse sentido, Goffman já afirmava que “quando permitimos que o indivíduo projete uma definição de situação no momento em que aparece diante dos outros, devemos ver também que os outros, mesmo que o seu papel pareça passivo, projetarão de maneira efetiva uma definição da situação, em virtude da resposta dada ao indivíduo e por quaisquer linhas de ação que inaugurem com relação a ele”. Assim, numa situação de roubo, por mais “passiva” que seja a ação da vítima, ela tenderá a responder de acordo com a definição de situação proposta pelo ofensor.

Passados os dois primeiros estágios, no qual o ofensor primeiramente estabelece a co-presença e, posteriormente, propõe o enquadramento, que então será co-orientado pela vítima, dá-se vez à terceira fase. Esta etapa caracteriza-se pela transferência dos bens da vítima para o ofensor, que pode ser realizada por uma das partes ou ambas.

Quando a transferência é então realizada, passa-se à quarta e última fase, aquela na qual o ofensor retira-se do cenário (LUCKENBILL, 1981). Para tal, o ofensor deve afastar-se fisicamente da vítima e deve também separar sua identidade situacional (ofensor), da sua identidade pessoal para evitar identificação posterior. Seu afastamento ocorrer com: (1) plano de fuga rápida e furtiva; (2) esconder sua identidade pessoal, alterando aparência física ou utilizando artifícios para ocultar a fisionomia (como máscaras); e (3) conter a vítima, fisicamente ou por meio de ameaças, para evitar que ela o siga.

Este autor propõe ainda algumas condições necessárias para a cooperação voluntária de vítimas em situação coercitiva baseada na força. Segundo ele, uma das condições seria a comunicação efetiva. O alvo deve compreender claramente as informações advindas da fonte, havendo o risco da transação falhar caso isto não ocorra. Outra condição refere-se à percepção da vítima de que aquele enquadramento coercitivo é convincente. Para que a vítima compreenda o enquadramento, o ofensor deve mostrar-se sério, segundo Lukenbill (1981); ou seja, deve mostrar frieza, ser duro, tenso ou nervoso, e manipular seus recursos punitivos de maneira ameaçadora. De modo semelhante, Best (1982) afirma que os agentes de extorsão apresentam ao alvo um caráter que combina racionalidade e periculosidade. O alvo deve acreditar que o ofensor é capaz de racionalizar os encaminhamentos da negociação, mas que também é perigoso e capaz de executar a ameaça. A impressão de racionalidade pode ser demonstrada através de mensagens dos agentes de extorsão assegurando ao alvo que os eles são ‘humanos’, apenas interessados em conseguir o resgate, cientes de que podem sofrer mais penalidades se ferir o refém. (BEST, 1982). Segundo este autor, os agentes de extorsão querem que seus alvos formem impressões a respeito do seu caráter. Assim, cada parte tenta avaliar o outro e predizer o que ele fará. Ciente disto, o “negociador perspicaz tenta deliberadamente promover uma impressão que demonstre tais qualidades que ele/ela quer que sejam atribuídos a ele/ela [...] Ao mesmo tempo, o negociador examina as ações do outro, tentando entender as dicas sobre seu caráter” (BEST, 1982, p. 112).

A terceira condição de Luckenbill (1981) para a cooperação “voluntária” da vítima consiste na habilidade da fonte (o agente do roubo) em mostrar sua capacidade punitiva e,

para além disto, a fonte deve demonstrar que exerce punição de modo contingencial à oposição do alvo. De modo semelhante, se o alvo de um seqüestro acredita que o criminoso é irracional a ponto da vítima ser morta de qualquer forma, o resgate pode ser suspenso (BEST, 1982).

No que concerne à colaboração dos alvos (vítima da extorsão) numa situação de extorsão, Best (1982) evidencia que a intimidação bem-sucedida estaria relacionada a dois fatores. O primeiro fator refere-se ao valor do refém (vítima capturada); quanto mais valioso o refém for para o alvo, maior a probabilidade de submissão deste aos agentes da extorsão. O segundo fator relaciona-se à confiança nas agências de controle social, ou melhor, à falta dela; quanto menos confiantes os alvos estiverem na habilidade protetora dessas agências, maior a probabilidade de submissão.

Ao estudar a extorsão, Best (1982) defende que essa organização social diferencia-se de outros crimes pelo relacionamento que se estabelece entre o ofensor e o alvo, que encaminham uma barganha. Neste tipo de crime, o alvo reconhece que está sendo explorado e que haverá uma troca, podendo escolher cooperar com o ofensor ou avaliar outras ações. Como o extorsionista necessita dessa colaboração, a negociação pode ser demorada e ambos passam a trocar “garantias, incentivos e ameaças” (BEST, 1982, p. 109). E nesse processo de negociação, os atores tentarão antecipar as respectivas intenções, colocação que deriva do conceito de “interação estratégica” de Goffman (1969).

Best (1982) explora duas pressuposições que desencadearão as táticas de ação dos atores: (1) o alvo valoriza mais o refém do que o resgate; e (2) o agente da extorsão valoriza mais o resgate do que o refém. Agregado a isso, os objetivos desses atores, são em geral opostos: enquanto os agentes da extorsão querem evitar a captura ao coletar o resgate, a maioria dos alvos deseja reaver o refém, evitar ou minimizar o que se perdeu com o resgate e possibilitar a captura dos criminosos. Assim, ambos tentam manipular a interação para atingir seus objetivos ou para frustrar os esforços do outro.

Para este autor, o agente da extorsão precisa minimizar as informações que fornece durante os diversos contatos com o alvo e priorizar o sigilo. Eles geralmente evitam contato face-a-face, recorrendo a bilhetes, ligações telefônicas, ou outros canais em que não sofram observação direta, já que cada novo contato oferece mais informações ao alvo e à polícia, caso esta tenha sido envolvida, oferecendo mais riscos ao ofensor.

Ainda que tentem manter suas identidades em sigilo, é fundamental que expressem determinado caráter aos alvos, e vice-versa, como já exploramos acima. E a capacidade que os atores têm de analisar o caráter alheio serve como base para decidir os cursos da ação. Assim, “cada ator procura apresentar um caráter, impulsionado por indicadores de comprometimento a um curso de ação anunciado, que é mais provável de persuadir o outro a cooperar” (BEST, 1982, p.114).

Nos casos de extorsão, os atores raramente encontram-se face-a-face, mas precisam confiar um no outro para realizar a negociação. Mas essa confiança pode ser violada (BEST, 1982) – até porque os objetivos são opostos. Para prevenir engodo, alvos podem exigir provas de autenticidade da posse do refém e que este esteja em boas condições, assim como os agentes da extorsão devem antecipar possível envolvimento da força policial. “A proteção última do agente da extorsão contra engodo é atrasar a liberação do refém até o resgate ser coletado” (BEST, 1982, p.115).

2.3.3 Efeitos da vitimização

Alguns teóricos têm tentado compreender como pessoas que sofreram atos violentos lidam com a experiência de vitimização. Neste sentido, entender quais as repercussões a curto, médio e longo prazo no dia-a-dia da vítima, no seu bem-estar emocional, suas práticas sociais, suas crenças e valores, saúde física, relacionamentos interpessoais, vida ocupacional, etc.

Janoff-Bulman e Frieze (1983¹⁰ *apud* RIGGS, KILPATRICK, 1990; ELIAS, 1986) argumentam que a vivência de um crime transforma a visão de mundo da vítima. Ela passa a questionar a noção de segurança e do que é bom e justo; e com frequência, passa a ter sentimentos de vulnerabilidade. Este sentimento poderia ser entendido de duas formas: vulnerabilidade *universal* e a vulnerabilidade *única* (PERLOFF, 1983¹¹ *apud* RIGGS, KILPATRICK, 1990; ELIAS, 1986). A primeira seria a percepção que uma pessoa tem de que todos estão sujeitos a sofrerem algum crime, ao passo que a segunda seria a percepção que se tem sobre o próprio risco de sofrer uma vitimização futura. Quanto a esta última, o

¹⁰ Janoff-Bulman, R., & Frieze, I. H. (1983). A theoretical perspective for understanding reactions to victimization. *Journal of Social Issues*, 39, 1-17.

¹¹ Perloff, L. (1983). Perceptions of vulnerability to victimization. *Journal of Social Issues*, 39(2), 41-61.

autor afirma que aquele que se percebe em maior risco de que outrem (e, portanto, maior vulnerabilidade *única*) tende a experienciar maior nível de ansiedade, depressão e menor auto-estima quando comparados a vítimas que têm baixa *vulnerabilidade única*. Da mesma forma, aqueles com expressam mais sentimentos de vulnerabilidade universal parecem melhor se adaptar à vida cotidiana.

Lurigio e Resick (1990¹² *apud* KENNEDY, SACCO, 1998) discursam que a vivência da vitimização faz com que a vítima reavalie sua vida e seu papel em proteger a si mesma e a seus bens. Dessa reavaliação surgem, muitas vezes, comportamentos de auto-culpabilização, por não ter prevenido, por ter tolerado ou mesmo por perceber-se como causador do evento de vitimização.

A auto-culpabilização pode levar a vítima a comportamentos de evitação de pessoas ou situações que avalie como sendo de risco (KENNEDY, SACCO, 1998). E torna-se ainda mais grave quando a vítima avalia que algum traço seu de personalidade tenha contribuído para sua vitimização; nestes casos, a vítima tem grande dificuldade de enfrentar as conseqüências do evento na sua vida e tende a desacreditar que possa evitar uma possível revitimização (LURIGIO, RESICK, 1990 *apud* KENNEDY, SACCO, 1998; ELIAS, 1986).

O entendimento da auto-culpabilização não pode, todavia, ser dissociado da idéia de que, em termos gerais, a sociedade culpa. Encontramos com facilidade casos de pessoas que, após sofreram algum tipo de vitimização, são responsabilizadas, em certo grau, pelo evento vitimizador¹³. Uma das explicações sugere que culpabilizar a vítima gera um conforto psicológico nos indivíduos; eles enxergam a vítima como propiciadora da vitimização e convencem-se que o mundo não é, na verdade, tão injusto assim (KENNEDY, SACCO, 1998).

Como agentes reprodutores da ideologia dominante na sociedade, as instituições formais de segurança pública e os meios de comunicação em massa vendem também a idéia de responsabilização, ao ponto em que divulgam “dicas de segurança¹⁴” para que as pessoas possam se proteger da violência e da vitimização (KENNEDY, SACCO, 1998). De forma

¹² Lurigio, A. J. & Resick, P. A. 1990. Healing the Psychological wounds of Criminal Victimization: Predicting Postcrime distress and recovery. In Victims of crime: Problems, policies and programs. Ed, A. J. Lurigio et al. Sage, Newbury Califórnia, p. 50-68.

¹³ A mulher que é agredida pelo marido *porque* não o abandona; a menina que sofreu um abuso sexual *porque* provocou o homem; a pessoa que teve sua casa assaltada *porque* ela havia deixado a porta destrancada; etc.

¹⁴ Conforme exemplo nas páginas 12-13 deste trabalho. Ver também “Dicas de Segurança” da Polícia Militar do Espírito Santo, acessar o link <http://www.pm.es.gov.br/default.asp?pagina=113>

implícita, entende-se, portanto, que se a violência *pode* ser prevenida, ela pode também ser responsabilizada àquele que *não* se preveniu.

No que se refere a casos de seqüestro tradicional, ex-reféns percebem-se, por vezes, permanentemente estigmatizados pelas conseqüências sociais negativas de terem sido vitimizados (JENKINS, 1985). As vítimas podem apresentar pensamentos intrusivos, pesadelos, irritabilidade e auto-imagem deteriorada que interferem na saúde física e psicológica do sujeito e desencadeiam uma má adaptação ao funcionamento normal do seu cotidiano (ELIAS, 1986; PARKES, 1998).

Esse mau funcionamento pode ser diagnosticado, por vezes, como Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) que, além das repercussões supracitadas podem apresentar medo debilitante, ansiedade, raiva, depressão, “anestesia emocional”, depreciação de relacionamentos interpessoais, isolamento social, etc. (NURGE, SHIVELY, 2002). Em estudo realizado por Ferreira-Santos (2007), coordenador do Serviço de Psicoterapia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, ele evidencia a correlação entre a experiência de ser vítima de *seqüestro relâmpago* (e seqüestro com cativo) e o diagnóstico de TEPT.

Algumas pessoas podem, ao contrário, reestruturar cognitivamente a sua experiência como vítima. Elas buscam um sentido mais amplo para a sua vivência, querendo compreender os “por quês” de ter sido vitimizado. Esta busca por significar o evento negativo em sua vida tende a reduzir os efeitos de longo prazo da experiência (LURIGIO, RESICK, 1990 *apud* KENNEDY, SACCO, 1998). Como estratégias, as pessoas vitimizadas podem passar a se comparar a outros, também vítimas; recorrem a atributos pessoais positivos; criam um mundo hipotético com experiências piores do que as suas; e elaboram conseqüências positivas da vitimização sofrida (TAYLOR *et al.*, 1983 *apud* ELIAS, 1986). Essa reestruturação cognitiva é influenciada por um fator externo: o apoio da rede social. Família, amigos e comunidade têm importante papel no alívio da ansiedade e na melhora da saúde mental da vítima, tanto no curto, quanto no longo-prazo (GREENBERG, RUBACK, 1992 *apud* KENNEDY, SACCO, 1998).

Symonds (1980 *apud* ELIAS, 1983) sugere que vítimas de crimes violentos tendem a engajar em padrões de comportamentos e pensamentos em resposta à vitimização sofrida: primeiro viria o choque inicial; depois a negação; seguido por paralisia congelante e desprendimento; auto-degradação; e, então, integração. Outro modelo apresentado seria o de

desorganização, seguido por recuo e, por fim, a reorganização gradual (BRAD, SANGREY, 1979 *apud* ELIAS, 1986). Existiriam também casos em que as vítimas carregam marcas emocionais recorrentes e permanentes da sua vitimização (ELIAS, 1986).

O “medo do crime”, como expõe Zedner (2002) é um problema social que vai além daqueles que já sofreram algum ato violento; ele afeta, na verdade, todos aqueles que se percebem em situação de risco de sofrerem violência. Neste sentido, vitimização, medo do crime e sensação de insegurança ultrapassam a barreira da concretude da experiência.

Com relação ao “medo do crime” (ZEDNER, 2002) em espaços sociais ocupados pelos diversos sujeitos da sociedade, Noronha *et al.* (2008) relatam que os soteropolitanos sentem-se mais inseguros no transporte coletivo, nas ruas e praças e nos bares e restaurantes. Por outro lado, sentem-se mais seguros em *shopping centers*, no local de trabalho e, principalmente, nos seus lares. Como resposta à sensação de insegurança, configura-se uma “arquitetura do medo”, na qual 63,9% dos respondentes possuem grades em suas casas ou apartamentos. O apoio da rede social na vigília da residência (fiscalização do vizinho) em períodos de ausência e a posse de cães de guarda são as estratégias de defesa mais utilizadas pelos soteropolitanos.

3. Método

Propusemo-nos, neste estudo, a explorar a dinâmica do *seqüestro relâmpago* sob a ótica da vítima, um dos atores envolvidos, no intuito de compreender o evento em si e as conseqüências do evento na vida do dono dessa narrativa. Assim, para compreender o evento e a experiência do *sequestro relâmpago*, (1) descrevemos o evento e identificamos suas fases de execução; (2) apresentamos e analisamos as violências perpetradas durante o evento e os sentidos atribuídos pelas vítimas; (3) analisamos dimensões de interações exercidas por vítimas e ofensores; e (4) identificamos e analisamos as repercussões da experiência de vitimização no cotidiano de vida das vítimas. Nossa pesquisa, portanto, evidencia dois significativos objetos: o *seqüestro relâmpago* e a vítima.

Para tanto, desenvolvemos um estudo amplamente exploratório – devido à escassez de conhecimento acumulado e sistematizado (TOBAR, YALOUR, 2001) – e com metodologia qualitativa, no qual investigamos a experiência subjetiva de treze vítimas do *seqüestro relâmpago* por meio de entrevistas individuais. Ao fim dessas entrevistas, aplicamos um breve formulário contendo itens diretivos quanto às características sociodemográficas do participante e atributos do evento. A seguir, descrevemos detalhadamente os procedimentos, instrumentos e sujeitos da pesquisa.

3.1 Explorando o campo

À medida que este estudo vinha sendo desenhado, voltamo-nos a investigar experiências de *sequestro relâmpago* a partir da mídia eletrônica. Nosso estudo não teve como objetivo-fim estudar os testemunhos virtuais encontrados em *websites*, blogs e a rede social *Orkut*; entretanto, tais experiências narradas virtualmente por vítimas reais, fortaleceram a reflexão sobre a relevância do *seqüestro relâmpago* como tema central de uma investigação científica.

Uma vez iniciada a coleta de dados – entrevistas com pessoas vitimizadas – acompanhamos pela mídia eletrônica reportagens cujo tema principal era o *sequestro relâmpago*. Tivemos também acesso às reportagens de A Folha de São Paulo, através de um banco de notícias com esse tema, que abarcava o período de novembro de 1995 a

fevereiro de 2010. Este conteúdo não foi exaustivamente examinado neste estudo, e constitui rico material para análises posteriores.

3.2 A população-alvo

A vítima é um ator necessário e imprescindível à ação do *seqüestro relâmpago*. Assim como os ofensores – os perpetradores desse evento – as vítimas sentem, pensam e agem àquilo que são [neste caso] forçosamente expostas. Assim, investigar este grupo de pessoas significa não só compreender como a vivência do *seqüestro relâmpago* é posteriormente transposta às vidas privada e pública da vítima; significa também apreender como se dá o funcionamento da ação, não do ponto de vista daquele que a impinge inicialmente, mas sob o olhar do ator que é forçado a participar e é compelido a exercer certos papéis.

A seleção de participantes deste estudo qualitativo prevê indivíduos que sofreram algum episódio autodeclarado como *seqüestro relâmpago*. Dentre os objetivos específicos do estudo consta a compreensão do evento e suas possíveis configurações com base nas narrativas dos entrevistados. Para tanto, não cabe aos pesquisadores, com base na definição jurídica de “extorsão com restrição de liberdade”, delimitar previamente quais casos deverão ou não compor o corpo do estudo. A pretensão aqui colocada foi extrapolar a definição jurídica (STANKO, 2003) do *seqüestro relâmpago* e buscar quais experiências estão atreladas a esse termo.

O desenho inicial deste estudo propunha algumas estratégias para compor, de forma não-probabilística, o grupo de sujeitos participantes¹⁵. Entretanto, a execução das entrevistas deu-se plenamente por meio da estratégia central proposta, aquela na qual as indicações advêm da rede social da pesquisadora e indicações decorrentes destas (“bola de neve”).

Interessava-nos os sujeitos que se autodeclaravam como vítima de *seqüestro relâmpago*. Porém, com certa frequência deparamo-nos com situações nas quais pessoas cientes da proposta deste estudo e dos participantes de interesse perguntavam “afinal, o

¹⁵ (1) busca ativa na rede social dos pesquisadores; (2) como alternativa a possível esgotamento de participantes, busca ativa em: (a) Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos; (b) universidades; (c) associações de moradores (de certos bairros que os dados apontem como de maior ocorrência de casos); (d) sindicatos (taxistas, comerciários, etc); (3) bola de neve decorrente das estratégias anteriores em que participantes iniciais indicam sucessivamente novos participantes.

que é *sequestro relâmpago*?”, ou “mas será que o que ela/ele passou é realmente *sequestro relâmpago*?”. Nesse sentido, a pesquisadora buscava esclarecer que importava menos a configuração de como se deu o tal evento e importava mais a vítima verbalizar ter tido a experiência do “*sequestro relâmpago*”. Esta intervenção pareceu responder a dúvidas ou preocupações que alguns tinham no que tange a indicar alguém que “de fato” tivesse sofrido este delito.

Assim sendo, as pessoas de contato da pesquisadora (agente-intermediário) informavam-lhe a existência de alguma pessoa conhecida (participante-potencial) que tivesse sido vítima de um ou mais *seqüestros relâmpagos*. Em seguida, a pesquisadora esclarecia mais detalhes do seu estudo a seu agente-intermediário e solicitava que esta pessoa entrasse em contato com o participante-potencial para fazer um breve esclarecimento sobre o estudo e um convite que, se aceito, repercutia na autorização do participante-potencial em fornecer seu contato telefônico ou correio eletrônico ao agente-intermediário que, por sua vez, o encaminharia à pesquisadora. Em posse dos dados de contato do participante-potencial, a pesquisadora comunicava-se com ele, retomando a temática da pesquisa e convidando-o para uma entrevista pessoal em momento e local oportuno para o participante.

3.3 A coleta de dados

Entendemos que a abordagem qualitativa é aquela que nos possibilita compreender a intensidade vivencial dos fatos e das relações humanas (MINAYO, 2007). Assim sendo, nosso objeto e o problema proposto guiaram nossas escolhas metodológicas, sendo a entrevista o nosso método-chave de coleta de dados, já que entendemo-la como um processo social, “uma interação, uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas” (GASKELL, 2002, p.73), em que a ordem afetiva e da experiência são expressas (MINAYO, 2007).

Optamos, mais especificamente, pelas entrevistas individuais porque, primeiramente, pretendíamos explorar em profundidade a vivência subjetiva do *seqüestro relâmpago* de cada indivíduo (GASKELL, 2002). Em segundo lugar, porque a temática abordada teria o potencial de gerar desconforto, eliciar medos e ansiedade,

tornando fundamental a existência de um ambiente de pouca exposição e sem o risco de confrontações diretas às falas de cada depoente.

Entendemos a narrativa dos sujeitos como a “forma de obter acesso a sentidos atribuídos e à experiência dos indivíduos e de seus esquemas interpretativos” (LIRA, CATRIB, NATIONS, 2003, p.59); por isso, buscamos, no momento inicial de cada entrevista, provocar uma narrativa espontânea, guiada pelo próprio sujeito. Esse processo inicial de contação da história de modo mais aberto e espontâneo tende a estimular os participantes a narrar aquilo que lhe é relevante naquele momento, naquelas circunstâncias, para o seu interlocutor (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2002). Não desejávamos reduzir a experiência ao discurso narrativo, mas sim captar a experiência deste sujeito levando em conta que “existe uma vinculação estreita entre a estrutura da experiência e a estrutura narrativa” (ALVES *et al.*, 1999 *apud* LIRA, CATRIB, NATIONS, 2003, p.61). Assim, no primeiro momento da entrevista, concentramos nossas ações em estimular que o entrevistado narrasse sua experiência evocando espontaneamente a seqüência de informações, os detalhes de interesse, os significados.

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma seqüência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social [...]. A narração reconstrói ações e contexto da maneira mais adequada: ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema simbólico do ator. (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2002, p. 91-92).

Nesse sentido, o primeiro passo do entrevistador após explanar sobre a pesquisa e esclarecer informações presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido era incentivar a narrativa livre do participante, estimulando-lhe com a frase direcionadora “conte como foi a sua experiência de *seqüestro relâmpago*”. Ao concluir sua narrativa, prosseguimos com outro momento da entrevista, no qual utilizamos um roteiro de perguntas semi-estruturado, que guia o entrevistador a abordar temáticas de interesse que não foram previamente narradas pelo participante.

Ainda nas primeiras entrevistas, identificamos que iniciá-las desta forma era bastante frutífero, já que os participantes contavam-nos aquilo que lhes parecia relevante, remontando suas memórias, suas sensações, e fornecendo-nos sentidos e significados através do processo de interpretação. Porém, à medida que realizamos

outras entrevistas passamos a realizar mais intervenções no decorrer das narrativas, pois avaliamos que a experiência de contação tornava-se menos exaustiva ao explorarmos os temas de interesse¹⁶ à medida que eram verbalizados, em contraposição a retomarmos alguns tópicos ao final da contação espontânea. Os estímulos ocasionais e perguntas pertinentes ao momento narrado facilitavam a contação. Assim, à medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida adaptamos o procedimento de entrevista: apresentávamos a pergunta direcionadora ao participante, com quem interagíamos, com base no roteiro.

Todas as entrevistas foram gravadas eletronicamente, já que não houve recusa por parte dos participantes. As treze entrevistas gravadas totalizaram 1077 minutos de gravação, aproximadamente dezoito horas, algo em torno de uma hora e vinte e quatro minutos por entrevista (1h24m). Os ganhos que se tem na análise dos dados gravados e, por conseguinte, na qualidade da pesquisa são óbvios. Contudo, existe o risco de ocorrerem inibições na fala e a construção de discursos distantes da experiência. Afinal, a materialidade da fala (especialmente a fala registrada pela gravação) pode representar ameaças – reais ou fantasiosas – aos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a utilização deste equipamento não nos parece ter trazido prejuízos substanciais ao sumo das narrativas, assim como a gravação das entrevistas não parece ter repercutido em desconforto severo aos participantes. Vale lembrar que todos os entrevistados tinham relação indireta com a rede social dos pesquisadores envolvidos, principalmente do universo acadêmico – o que nos indica que são indivíduos que podem conhecer e reconhecer o valor da pesquisa científica e também as questões éticas atreladas. Além disto, ressaltamos que a entrevistadora não é um “desconhecido”; ela é “amigo”, “colega”, “conhecido” de alguém próximo ao participante, o que também abre caminhos para que o encontro ocorra; e que ele ocorra do modo suave e produtivo para o pesquisador. Por isso, o cuidado com o participante deve ser redobrado, não só pela temática delicada, mas também pelo vínculo peculiar que estabelece conosco, um vínculo de confiança estabelecido antes do contato face-a-face. Afinal, o nosso participante presta um “favor” a nós, pesquisadores, mas também àqueles que o indicaram.

Antes da finalização da entrevista, apresentamos ao participante um formulário com itens diretivos aplicado pela pesquisadora. Este formulário tem um caráter mais estruturado que a entrevista e, portanto, como orienta Poupart (2008), ele deveria ser

¹⁶ previamente formulados com o trabalho de campo preliminar e listados no roteiro de entrevista

aplicado ao fim da entrevista para que este procedimento não envolvesse o participante numa dinâmica de perguntas e respostas, tendendo a provocar uma atitude passiva do entrevistado.

Em suma, promovemos formatos metodológicos consecutivos e complementares que compuseram cada encontro com os participantes: a narrativa aberta, a entrevista semi-estruturada (nas últimas entrevistas estes dois momentos se mesclaram) e o formulário estruturado, com o propósito de seguir um processo investigativo fluido, partindo da não-diretividade à diretividade.

3.4 Os instrumentos de pesquisa

Cada entrevista forneceu dados subjetivos sobre a experiência narrada de cada um, enquanto o formulário coletou dados sócio-demográficos e culturais dos participantes e dados quanto às características do evento do *seqüestro relâmpago* (que podem não ter sido relatados inicialmente), significativos para a análise das narrativas. Para tanto, elaboramos um roteiro semi-estruturado (Apêndice A), que funcionou como guia na construção dos relatos, não podendo representar um obstáculo à fluidez da entrevista (GASKELL, 2002). Ele continha as seguintes temáticas: (a) a descrição/caracterização da ação; (b) interação vítima-perpetrador; (c) violência sofrida; (d) repercussões para a vida; e (e) significados do *seqüestro relâmpago*. Vale ressaltar que à medida que a pesquisa foi sendo encaminhada, o roteiro foi revisto e reformulado. Ao final, reelaboramos o roteiro para possibilitar a validação de hipóteses e categorias analíticas criadas a partir da análise dos dados já realizada. Este roteiro foi aplicado na última participante entrevistada.

O formulário (Apêndice B) aplicado era composto pelos itens a seguir: (a) Informações sócio-econômicas e culturais da vítima: idade, endereço, naturalidade, estado civil, filhos, cor/raça, grau de escolaridade, área na qual trabalha, renda familiar, religião; e (b) Informações relativas ao *seqüestro relâmpago*: data, dia da semana, local de captura, percurso, local de liberação, horário de início e término, proprietário do veículo utilizado (se houve), modelo/marca/ano do veículo, número de portas do veículo, quantos perpetradores (homem ou mulher), quantas vítimas (homem ou mulher), uso de armas (quais e quantas armas), o que foi roubado.

3.5 A análise dos dados

As transcrições dos relatos das entrevistas foram o primeiro passo para a análise, das quais a pesquisadora transcreveu onze entrevistas e duas transcrições foram realizadas por duas auxiliares. Já neste momento, *insights* e comentários sobre o conteúdo transcrito foram anotados no material transcrito ou no diário de campo. Este, por sua vez, continha também anotações relevantes das entrevistas, como frases marcantes dos entrevistados e perguntas importantes relevantes à história vivida.

Cada entrevista transcrita foi lida de forma fluida e exaustiva, momento este que viabilizou a criação de códigos, rótulos (palavras ou expressões) que identificassem as idéias centrais de cada trecho lido, promovendo a “categorização de pequenos segmentos das anotações de campo, escrevendo palavras ou frases que identifiquem dimensões e categorias analíticas específicas” (EMERSON, FRETZ, SHAW, 1983).

Construímos as categorias processualmente, a partir de codificações que abordassem os objetivos do estudo e agregando códigos correlacionados. O propósito foi identificar semelhanças e diferenças, não nos limitando apenas à frequência dos rótulos e levando em conta quaisquer dados interessantes. Assim, tratamos a grande quantidade de dados brutos coletados nas entrevistas para identificar categorias que se relacionavam com os objetivos do estudo, transformando a “massa desordenada de dados” em temas e subtemas em que reconhecêssemos padrões e conexões (EMERSON, FRETZ, SHAW, 1983). A proposta aqui foi construir conhecimento a partir de um processo indutivo, no qual o corpo do texto foi incessantemente trabalhado.

3.6 As questões éticas

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia para apreciação conforme o trâmite requerido, sob o registro 050-09/CEP-ISC, sendo aprovado em 17 de dezembro de 2009 sob o parecer de número 056-09 (Anexo A).

Todos os sujeitos convidados a participar do estudo foram previamente informados sobre a temática que seria abordada e sobre a possibilidade irrestrita em questionar os pesquisadores/entrevistadores a respeito do estudo e da sua participação. O participante poderia também excluir sua participação em qualquer fase da pesquisa. Durante o encontro, ao final das entrevistas, fornecíamos ao participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), cujos tópicos já haviam sido esclarecidos no início do encontro, para que pudessem ser assinados. Cada participante recebeu uma cópia do termo, o qual formalizava que a participação era de livre escolha e explicitava a importância e relevância social das informações fornecidas, com garantia de anonimato ao depoente. Para manter as identidades pessoais em sigilo, neste trabalho as vítimas receberam pseudônimos e os nomes de outras pessoas citadas nas narrativas foram trocados pelo parentesco/relacionamento que mantinham com o participante (Ex.: minha filha, meu marido, minha namorada, etc.)

Como nos bem lembra Jovchelovitch e Bauer (2002), pessoas que vivenciaram alguma situação traumática “podem não estar em uma situação de verbalizar estas experiências. Do mesmo modo, como uma narração pode ser terapêutica, ela pode também produzir uma renovação do sofrimento e da ansiedade associados com a experiência que é narrada” (p. 105). Entendemos que o nosso estudo não deveria, em hipótese alguma, propiciar qualquer tipo de dano físico, psicológico, moral, social, cultural, espiritual aos sujeitos participantes. Caso identificássemos a possibilidade de danos a algum envolvido no estudo, sua participação deveria ser cessada e fornecíamos encaminhamento devido (se o participante assim o quisesse). A pesquisadora tinha consigo uma listagem¹⁷ de instituições que prestam serviços de atendimento psicológico, um material-guia à pesquisadora na indicação daquelas que pudessem ser mais adequadas a cada participante. Esta listagem (ver Anexo C), contudo, foi utilizada somente com uma participante que desejava indicação de atendimento para seu irmão, e não para si.

Presenciamos relatos fortes, violentos, incomuns, em que os participantes despiam suas máscaras automatizadas e mostravam-se homens e mulheres vulneráveis, relatando-nos momentos em que se sentiram um “nada” (Brenda). Daí, a peculiaridade do nosso objeto/sujeito (o *seqüestro relâmpago* e a pessoa vitimizada), e a necessidade

¹⁷ Listagem oficial fornecida pelo Conselho Regional de Psicologia, 3ª Região – BA/SE.

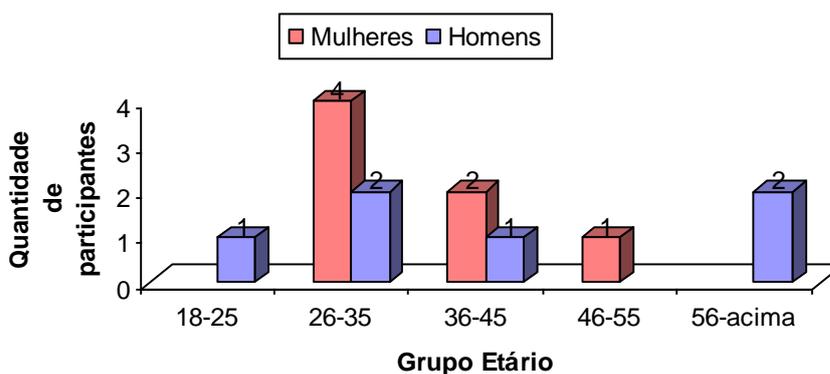
invariável de demonstrar o “cuidado com o outro”, um cuidado tal que não deve nunca ser negligenciado pelo pesquisador-entrevistador.

3.7 Caracterização dos participantes

Entrevistamos trezes pessoas. Por limitações de tempo, a quantidade de participantes não atingiu um *ponto de saturação* (GASKELL, 2002; MINAYO, 2007) em relação ao problema exposto, porém nos forneceu um montante de dados suficiente para explorar todos os objetivos propostos.

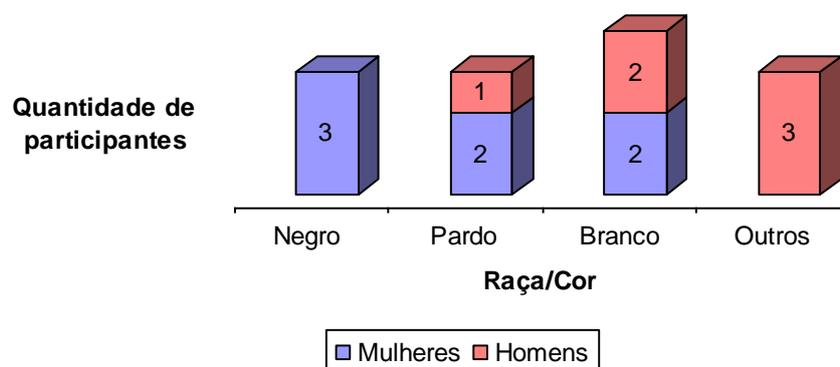
Com vistas a “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações” (GASKELL, 2002, p.68) sobre o *seqüestro relâmpago* segundo suas vítimas e, entendendo que “existe um número relativamente limitado de pontos de vista” (op. cit.), procedemos com uma seleção de sujeitos que abarcasse: homens e mulheres (sexo) de diversas idades, desde que acima de dezoito anos. O Gráfico 1, abaixo, expõe a quantidade de participantes deste estudo, de acordo com sua faixa etária e sexo, demonstrando o total de sete mulheres e seis homens.

Gráfico 1. Quantidade de participantes, agrupados por sexo e grupo etário



Conforme o Gráfico 1 demonstra, houve uma concentração de 70% dos sujeitos participantes deste estudo na faixa etária de 26 a 45 anos, sendo que seis mulheres, dentre as sete participantes, eram também pertencentes a esse intervalo de idades. Nosso próximo Gráfico 2, evidencia a raça/cor auto-declarada pelos participantes:

Gráfico 2. Quantidade de participantes por Raça/Cor, de acordo com o sexo

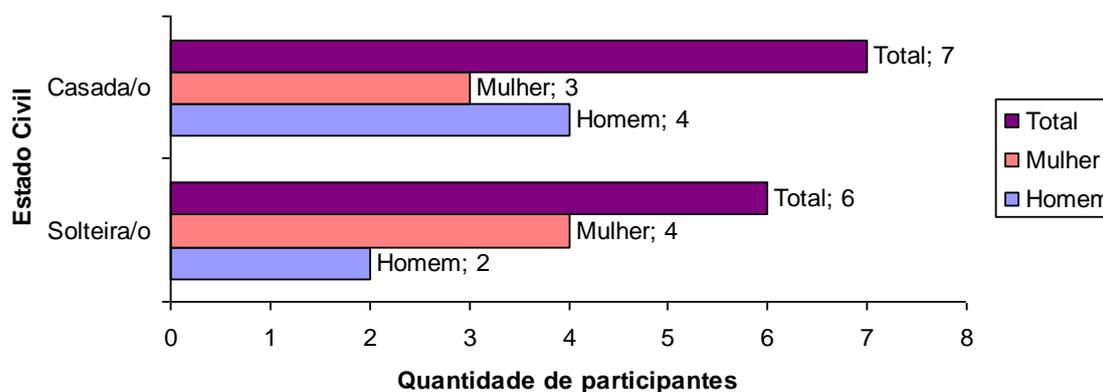


Nota: A Categoria “Outros” inclui: moreno claro, mestiço e indígena

Como os respondentes declaravam espontaneamente sua raça/cor, sem opções pré-determinadas no formulário, surgiram identificações como “moreno claro” e “mestiço”. Tais rótulos refletem, possivelmente, uma auto-imagem mais verossímil do sujeito, na medida em que estes respondentes utilizaram esses termos em substituição às categorias “oficiais” – e mais comumente usadas – do IBGE.

Lembremos que a seleção de participantes foi realizada com indicações de membros da rede social da pesquisadora. Levando isto em conta, e sabendo que esta autora está inserida na comunidade acadêmica e é membro da classe média, não nos surpreende que todos os participantes declararam formação universitária, alguns com pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado); e a maioria informou pertencer à classe média. Em relação ao estado civil, segue o Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3. Participantes de acordo com estado civil e sexo



Nota: Categoria Casada/o é composto também por quem declarou união estável.

No que se refere ao local e horário de realização do encontro, foi de livre escolha do participante. Seis optaram pela própria residência, quatro pelo local de trabalho e três por algum local público indicado pela pesquisadora. O Quadro 1, abaixo, apresenta os participantes, de acordo com sua idade, estado civil, raça/cor, profissão e religião.

Quadro 1: Caracterização dos participantes do estudo

Nome	Sexo	Idade	Est. Civil*	Cor	Profissão	Religião
Igor	M	24	Solteiro	Moreno Claro	Fisioterapeuta	Evangélico protestante
Elias	M	27	Solteiro	Pardo	Médico plantonista	Não tem
Elena	F	28	Solteira	Branca	Psicóloga e Prof. Univ.	Não tem
Danila	F	29	Solteira	Branca	Geóloga	Acredita no bem
Simone	F	32	Casada	Parda	Enfermeira do Estado	Sei cho no ie
Eder	M	32	Casado	Branco	Empresário	Católico não praticante
Milena	F	34	Casada	Negra	Professora. de EM	Espírita
Samir	M	37	Casado	Indígena	Sanitarista e Dentista	Ateu
Gabriela	F	43	Solteira	Negra	Professora Universitária	Sem definição
Brenda	F	44	Casada	Parda	Coordenadora	Católica praticante
Lorena	F	51	Solteira	Negra	Delegada de polícia	Espírita kardecista
Sócrates	M	56	Casado	Mestiço	Professor Universitário	Agnóstico
Justo	M	76	Casado	Branca	Aposentado e pecuarista	Católico ap. romano

Os capítulos seguintes abordam resultados deste estudo e estão subdivididos da seguinte forma: Capítulo I aborda os números e as tendências do *sequestro relâmpago* no Brasil e traz dados referentes aos ofensores e aos episódios específicos analisados nesta pesquisa. As histórias resumidas das vivências de cada participante compõem o Capítulo II. No Capítulo III descrevemos o *sequestro relâmpago* a partir de quatro fases: o momento anterior à captura (pré-abordagem); em seguida a fase na qual os papéis de vítima e ofensor são iniciados (captura); e então a fase mais prolongada durante a qual ofensores expõem suas intenções e inserem a vítima em um acordo coercitivo-cooperativo (o passeio compulsório), para enfim encerrarem o evento (desfecho). Ao final, trazemos à tona as definições sociais deste tipo de delito. No

Capítulo IV abordamos as violências perpetradas e os sentidos de violência expressos pelas vítimas com base nas categorias: (1) as ações violentas praticadas pelos ofensores; (2) os riscos relacionados à interação ofensor-polícia; e (3) as respostas imediatas das vítimas ao conjunto de ações. No Capítulo V, analisamos as dimensões de interação de vítimas e de ofensores. E, por fim, exploramos as repercussões deste evento à vida cotidiana das vítimas, com enfoque às repercussões emocionais e físicas e às defesas empregadas no Capítulo VI.

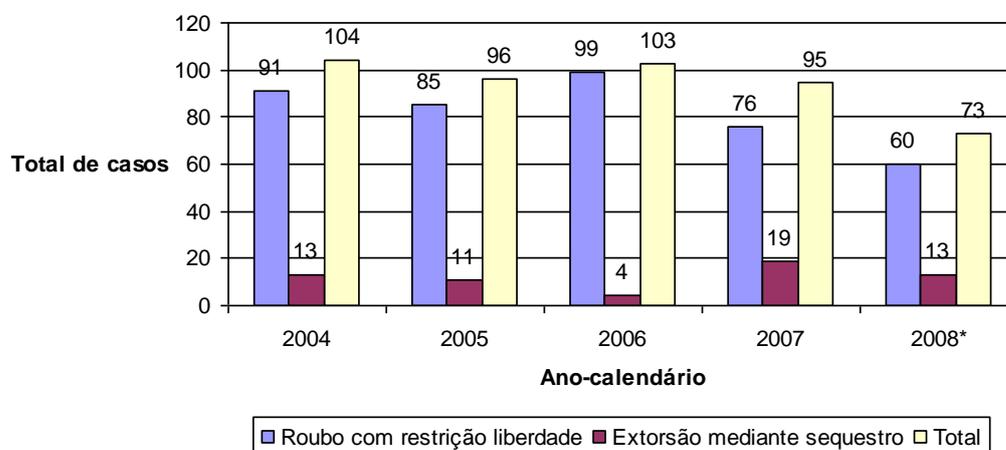
CAPÍTULO I: TENDÊNCIAS DO *SEQUESTRO* *RELÂMPAGO*

I. 1. Panorama e números do delito

Como vimos anteriormente, até abril de 2009, não havia tipificação penal para o *sequestro relâmpago* no Brasil. Ou seja, a ação entendida como “*sequestro relâmpago*” não possuía uma categoria jurídica específica no código penal brasileiro. Ele poderia ser interpretado pelos operadores do Direito como “roubo com restrição de liberdade” – a interpretação mais usual – ou “extorsão mediante seqüestro” (JESUS, 2000; MENDONÇA, 2002; GOMES, SANCHES, 2009). Dentre outras questões pertinentes ao campo do Direito e que concernem à particular inadequação do crime do *sequestro relâmpago* até 2009, um dos pontos que nos chama a atenção é a falta de fidedignidade dos números registrados de *sequestro relâmpago*. A variedade de rubricas possíveis para o *sequestro relâmpago* dificulta o conhecimento do número de registros isolados deste tipo de ação.

O Gráfico 4, abaixo, demonstra os dados registrados de “roubo com restrição de liberdade” e “extorsão mediante seqüestro” de Salvador, no período de janeiro de 2004 a novembro de 2008. Tais dados foram fornecidos pelo Registro de Ocorrências Policiais do Centro de Documentação e Estatística Policial (Cedep).

Gráfico 4: Frequência de Sequestro Relâmpagos, Salvador, 2004-2008

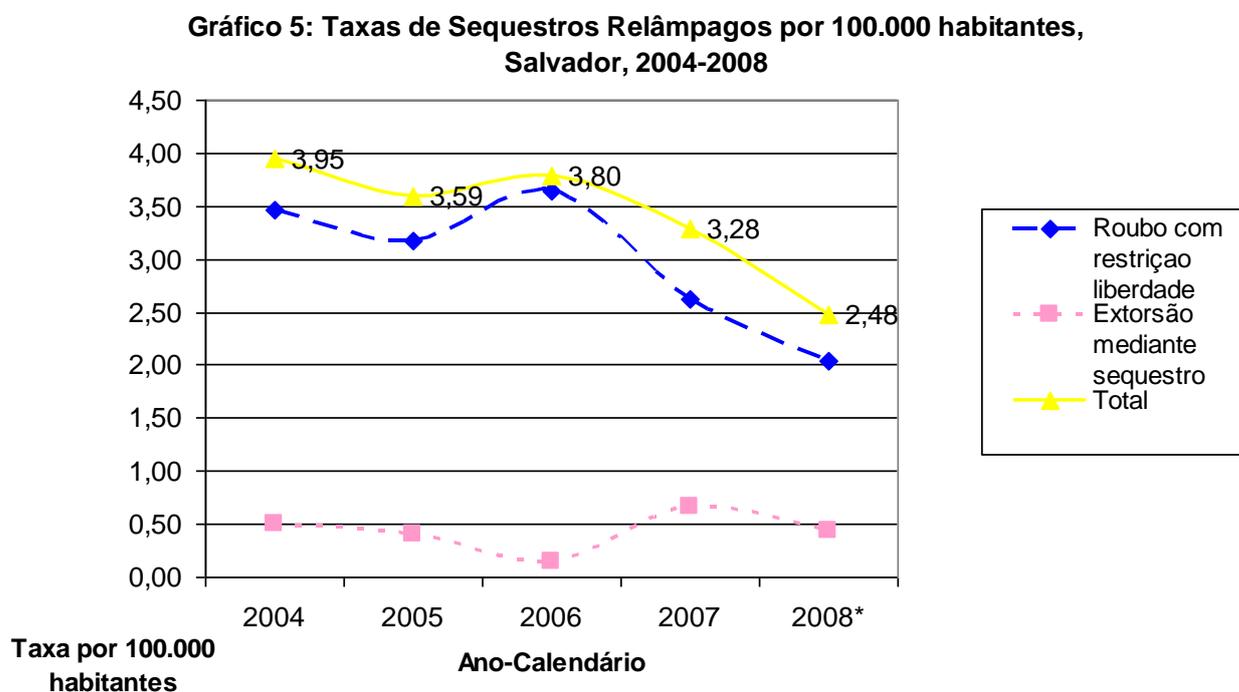


Nota: *Para 2008, registros de janeiro a novembro. Para anos de 2004 a 2007, registros de janeiro a dezembro.

Fonte: Cedep.

Como observado no gráfico acima, se analisarmos apenas os dados de “roubo com restrição de liberdade”, verificaremos que houve maior frequência destes casos no ano de 2006, com 99 registros; enquanto a menor frequência no decorrer de um ano completo foi registrada no ano de 2007, com 76 casos. Quando analisamos isoladamente o dado referente a “extorsão mediante seqüestro”, que agrupa casos de seqüestros em cativeiros e possivelmente casos de *seqüestro relâmpago*, verificamos maior ocorrência no ano de 2007, com 19 casos e menor no ano de 2006, com 4 casos. O ano de 2006, que apresentou a maior ocorrência de casos de “roubo com restrição de liberdade” no período analisado, registrou a menor frequência de “extorsão mediante seqüestro”. Já o ano de 2007, que obteve o menor número de ocorrências de casos de “roubo com restrição de liberdade” contou com maior frequência de “extorsões mediante seqüestro”. Vale conjecturar que estas alternâncias devem-se mais ao enquadramento do *seqüestro relâmpago* em uma ou outra rubrica do código penal do que a uma queda dos casos de seqüestro com cativo (“extorsão mediante seqüestro”) em 2006, seguida por um aumento brusco em 2007.

O Gráfico 5 expõe as taxas anuais de *seqüestros relâmpagos* de Salvador:



Nota: *Para 2008, registros de janeiro a novembro. Para anos de 2004 a 2007, registros de janeiro a dezembro.

Fonte: Cedep.

Quando levamos em conta a taxa de “roubo com restrição de liberdade” e “extorsão mediante seqüestro” por 100.000 habitantes¹⁸ apresentadas no Gráfico 5, acima, a tendência observada aproxima-se àquela do Gráfico 4. As taxas registradas (para cada ano completo) variam entre 3,28 e 3,95 casos a cada 100.000 habitantes. E a tendência se assemelha para os dados isolados de “roubo com restrição de liberdade”.

Como mencionamos acima, os dados fornecidos apresentam certas limitações no que tange aos casos de *seqüestro relâmpago*. Afinal, o número de ocorrências de cada uma dessas tipificações penais, assim como a somatória de ambas não refletem o crime do *seqüestro relâmpago* isolado. Outras modalidades de violência estão representadas nestes números. Ao estabelecer uma tipificação própria ao crime do *seqüestro relâmpago* (“extorsão com restrição de liberdade”), abre-se espaço para uma categoria no código penal própria ao crime do *seqüestro relâmpago*, o que tende a viabilizar o acesso a dados mais fidedignos deste crime. Vale ressaltar que os dados fornecidos pelo Cedep estavam aglutinados por ano; assim, não obtivemos acesso aos números mensais, o que dificulta nosso entendimento sobre a sazonalidade do registro deste delito.

Nosso estudo tem nos levado a constatar que o ato violento reconhecido socialmente como *seqüestro relâmpago* tem diversas topografias, *scripts*. Mesmo diante de uma tipificação específica, seria possível enquadrar todas as experiências relatadas de *seqüestro relâmpago* nessa mesma tipificação jurídica? Ou seja, seriam os eventos socialmente reconhecidos como *seqüestro relâmpago* todos classificados juridicamente como “extorsão com restrição de liberdade”? Nos parece que não, já que muitas das experiências relatadas fogem ao conceito jurídico de “extorsão”. E isso, certamente, pode mascarar os reais números registrados de *seqüestro relâmpago*. Temos, portanto, questões nebulosas na relação entre a tipificação do *seqüestro relâmpago* (“extorsão com restrição de liberdade”) e os atos violentos socialmente denominados como *sequestro relâmpago*, que interferem diretamente na compreensão dos números.

Além disto, devemos também considerar a existência da subnotificação de casos de *seqüestro relâmpago*, assim como ocorre com o seqüestro de cativo (CALDEIRA, 2002) e em outras categorias de crime (ZEDNER, 2002); ou seja, a “criminalidade real”, não estaria, portanto refletida nos dados estatísticos (CALDEIRA, 2002).

¹⁸ Dados populacionais estimados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas Populacionais para municípios brasileiros. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/default.shtm>

Apesar de nosso estudo focar vítimas residentes em Salvador, a modalidade do *seqüestro relâmpago* não se limita a esse espaço urbano. Silva Junior (2002) realizou um levantamento de boletins policiais de “roubo qualificado em concurso material com extorsão”, do Distrito Federal, entre os anos de 2001 e 2002. Segundo seus achados, em apenas 20% dos casos o carro era roubado. Esse número aponta para a possibilidade de que o veículo automotor, apesar de estar presente em quase a totalidade (99%) dos casos de *seqüestro relâmpago*, aparece apenas como um coadjuvante, um meio para realização deste delito, no Distrito Federal, neste período analisado. Nessa amostra, o roubo do veículo não representaria o objetivo-fim do *seqüestro relâmpago*; seria apenas um instrumental para viabilizar a aquisição de outros bens da vítima. O levantamento revela ainda que em 86% dos casos, o *seqüestro relâmpago* teve duração de 10 minutos a quatro horas, que aconteciam na sua maioria no sábado ou quinta-feira (17% cada). O horário de início de maior concentração do delito era entre 21:00 e 23:00 horas e os homens perfaziam a grande maioria dos perpetradores (99%). Estacionamento e vias públicas eram os locais mais frequentes de arrebatamento das vítimas (59% e 33,7%, respectivamente). Silva Junior (2002) também revela que a via pública representava sozinha 92,2% dos locais onde a vítima foi liberada.

Enquanto o estudo de Silva Junior (2002) revela um total de 72 eventos registrados em 2000 e 94 casos em 2001, dados mais recentes fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e divulgados pelo Correio Brasiliense¹⁹, revelam que houve uma diminuição dos casos de *seqüestro relâmpago* na capital federal quando se compara o primeiro quadrimestre de 2009 com o mesmo período de 2010. Assim, entre os meses de janeiro a abril de 2009, 33 casos de *seqüestro relâmpago* foram registrados no Distrito Federal, ao passo que no mesmo período de 2010, apenas três casos foram registrados.

Vale aqui discutir a diferença visível entre os dois períodos, em que o primeiro quadrimestre de 2010 representa apenas 9% do total registrado no mesmo período de 2009. Em abril deste ano, entra em vigor a tipificação específica do *seqüestro relâmpago*: “extorsão com restrição de liberdade”, o que nos levaria a supor que em abril do ano seguinte haveria um aumento de casos registrados “extorsão com restrição de liberdade” se comparado a 2009. O que não ocorreu. Os casos registrados como “roubo com restrição de liberdade” nestes mesmos períodos demonstraram tendência semelhante. Enquanto o primeiro quadrimestre de 2009 apresentou 209 registros, no ano seguinte foram contabilizados 170 casos. Contudo,

¹⁹ Correio Brasiliense, publicado em 10 de junho de 2010, reportagem de Saulo Alves. Link: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2010/06/10/cidades,i=196991/AUMENTA+O+NUMERO+DE+CASOS+DE+CRIMES+EM+CARROS+E+ONIBUS.shtml>

estes resultados acompanharam a tendência geral do Distrito Federal de 6,7% menos crimes registrados entre janeiro e abril de 2010, quando comparados ao mesmo período de 2009.

Na cidade paulistana, o número de ocorrências do *seqüestro relâmpago* é superior. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, advindos da Polícia Civil, e reproduzidos por Ferreira-Santos (2007), a cidade de São Paulo registrou 1260 casos durante todo o ano de 2005. Neste ano, o conjunto de casos registrados nos meses de outubro, novembro e dezembro apresentou queda de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior. Outras análises não puderam ser realizadas, pois a Secretaria de Segurança Pública revelou não ter os dados completos para o ano de 2004 (FERREIRA-SANTOS, 2007).

Ao que tudo indica, os dados numéricos do crime do *seqüestro relâmpago* mostram-se muito aquém da sensação de medo que paira nas cidades brasileiras. E essa constante não se limita às nossas fronteiras. Ele também está presente em outros países latino-americanos, sendo mais conhecido como “secuestro exprés” (COWIE, 2006; BRICEÑO-LEÓN, 2007). Os perpetradores deste delito podem contar com um leque muito maior de vítimas em potencial, quando comparado ao seqüestro tradicional. Isso porque seus custos de operação são baixos, permitindo, portanto, que o valor cobrado para a libertação ainda que baixo, seja rentável (BRICEÑO-LEÓN, 2007). Muitas dessas ações são perpetradas em Caracas e, segundo Briceño-León (2007), não são denunciadas à polícia, o que acaba provocando discrepâncias entre as baixas taxas oficiais e as altas taxas apresentadas por uma pesquisa nacional de vitimização²⁰.

I. 2. Análise dos casos deste estudo

Descrição dos ofensores

Os perpetradores são geralmente dois ou três homens, em número igual ou superior à quantidade de vítimas (ver Quadro 2). A única exceção entre os casos relatados refere-se ao de Danila, em que havia dois ofensores e três vítimas. Os participantes geralmente descrevem homens jovens e agressivos:

²⁰ Pesquisa realizada pela CONAREPOL em Caracas na Venezuela, publicada em novembro de 2007, denominada *Encuesta nacional de victimización y percepción policial*.

Eram jovens, vinte e poucos anos, dois homens, morenos claros, pele clara. Agora um, o que dirigia, tinha inclusive uma linguagem bem.. falava bem português, se via que ele tinha estudado. O de trás não tanto, mas o da frente sim. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Todos três magros, estatura média todos eles, jovens. O que tava dirigindo aparentava ser o mais jovem, inclusive aparentava ser menor de idade, o que tava dirigindo. O que era mais agressivo aparentava ser o mais velho, em torno de 30 e poucos anos. E o que tava do meu lado aparentava ter em média 25 anos, menos de 30. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h, 3 vítimas)

Os dois eram jovens, o que dirigia era mais alto, mais agressivo, o mandante, chefe sei lá. Ambos mais ou menos da minha cor de pele (pardo). (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h, 2 vítimas)

Eram jovens, não tinham mais de 25 anos, nenhum dos três. Inclusive o motorista não tinha mais que 21 anos. O que andava coma arma parecia ser o mais velho. Mas os outros todos jovens, morenos.. deixa eu ver como posso te dizer.. negros, negros, negros, os três jovens. O mais velho tava mal vestido, mas o que tava no banco tava bem vestido, tava de calça tadel, camiseta, de tênis, o outro que veio correndo, os outros dois estavam de sandália, bermuda e camiseta [...]. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

São jovens, agressivos, me bateram duas vezes aqui perto do ouvido. Eles não têm nada a perder, são perigosos. O máximo da idade deles é de 18 a 22 anos. [...] [o motorista era] jovem, mais ou menos uns 22 anos, [...] moreno, não tinha nenhum preto. Tinha um muito educado também. [...] O motorista que era mais ranzinza, dizia para não conversar não. [os dois rapazes que estavam atrás eram] jovens, 18, 19 anos, no máximo 20. [...] Não botou máscara, não botou nada. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Um era bem preto, bem preto, bem magro, e usava boné, e uma camiseta, que era a pessoa que tava armada do meu lado, o outro já era um pouco mais claro, só que eu procurei não olhar pra eles assim, eu sei que quem mandava mais na situação era a pessoa que tava armada, aparentemente. [...] Eles eram jovens, eles deviam ter vinte, trinta anos no máximo. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h).

Os depoimentos revelavam ofensores aparentemente habilidosos (caso de Sócrates e Elias, por exemplo) e também aqueles que demonstravam pouca experiência (Simone e Samir, por exemplo) como no caso a seguir:

Eles foram hábeis em me pegar porque não tinha ninguém, não teve testemunha, ninguém, ninguém sabia. Se fosse um psicopata e me matasse,

ia demorar pra se descobrir. Pra achar o corpo porque ninguém viu. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

Eles se mostraram muito inexperientes, como se eles não tivessem experiência em fazer aquilo, sabe? Então eles se mostraram em alguns momentos, não nervosos, mas inseguros, como se eles estivessem com medo também e eles não sabiam onde eles estavam andando. Eu que fui orientando eles, então eu acredito que devia ter também esse medo porque a assaltada estar orientando (riso).[...] eu acho que eles não dirigiam por essa área. Eles não conhecem muito bem aquela área, eles demonstraram bem isso. [...] eu digo assim inexperientes porque até na forma como eles agiram assim, de eu saltar do carro sozinha... [...] esse que estava dirigindo passava a marcha errada, mostrou que não tem experiência nem em dirigir, mas o outro que amedrontava mais teve uma hora que falou ‘é, fique calado aí, deixe que ela conduz, ela tá bem mais calma’, o que era mais agressivo. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

A impressão que eu tive é que era ladrão de galinha, eles iam recolher um bocado de celular, bocado de relógio, sapato e pronto. [...] Mas eu não sei se eles teriam esse raça de parar em caixa de banco, um ficar esperando, o outro comigo, eu não sei. Eu achei eles meio inexperientes. (Samir, 37 anos, dentista e sanitaria, 2003, duração: 0h20m)

Eles não sabiam o que estavam fazendo, devia ser uma modalidade nova pra eles [...] O próprio trâmite de caixa eletrônico, eles não acertaram na primeira, quase bloquearam o cartão, voltaram pra ver se era aquilo mesmo, perguntaram se eu dei a senha certa, ‘senão vai sobrar pra você!’. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Com certa frequência, os participantes relatavam diferenças de tratamento recebido pelos ofensores (casos de Milena e Elena, por exemplo). Os ofensores não utilizam máscaras para resguardar suas identidades, mas comumente exigem que suas vítimas não os olhem diretamente:

Então eu só falava o que eles me perguntavam diretamente e todas as vezes que eu olhava o que estava nitidamente drogado, ele sempre se irritava pelo fato de eu estar olhando e me ameaçava. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

O cara branco só falava ‘não olhe pra mim não, não olhe não para você não decorar minha cara’. Só isso, o cara branco só se preocupava nisso, em eu não decorar o rosto dele. Porque eles não usavam máscara, não usavam nada. Eles vieram de cara limpa, apontando a arma de longe. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

No *seqüestro relâmpago*, os ofensores afastam sua identidade situacional da identidade pessoal (LUCKENBILL, 1981) recorrendo à fuga rápida para afastarem-se das vítimas. Uma vez liberadas, as vítimas encontram-se em local desconhecido, sem veículo, sem acesso a telefones, e exauridas física e psicologicamente – o que também reduz o risco dos captores serem delatados rapidamente e potencialmente capturados pela polícia. Ainda que a maioria dos participantes consiga fornecer descrições físicas de seus algozes, eles salientam que não receberam retorno da polícia quanto ao encaminhamento dos seus casos registrados; o que pode ser um indicativo de que os ofensores não temem ser descobertos em investigações policiais subseqüentes.

As vítimas referiram-se a eles como “o drogadinho”, “o mais agressivo” (Elena), “o branco”, “o negro” (Milena). Para Sócrates seus dois ofensores eram “o motorista” e “o segurança”. Isso, aliado aos diversos relatos, nos leva a entender que os ofensores assumem certas funções dentro da ação. Uma das funções é a do *motorista*:

O que tava dirigindo foi o que tava lá sentado, com cara de santo, e o que tava armado deu a voz depois. E esse que ficou na frente com o motorista tava do outro lado da rua, veio correndo depois. Porque se eu reagisse, na verdade, ele que ia dar o golpe. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

O motorista estava bem mais nervoso e fazendo, inclusive, várias barbeiragens, manobras arriscadas. (Samir, 37 anos, dentista e sanitário, 2003, duração: 0h20m)

O motorista tende a ter menos contato direto com a pessoa capturada, já que sua função é dirigir o veículo, mas pode ser uma ameaça constante à vítima devido à forma como guia o carro. Outra função muito comum a um dos perpetradores da ação é aquela denominado por Sócrates como a do *segurança*: “*Ai ele disse: Entre! Foi ai que de uma certa forma me obrigou, ai eu entrei e ai ganhei um motorista, nunca que na vida eu tive isso.. e um segurança. Que maravilha!*” O *segurança* exerce o papel do algoz que domina a vítima com a arma. Ele pode posicionar-se ao lado da vítima, quando esta é colocada no banco traseiro, ou atrás da vítima, quando ela é colocada no banco da frente do carona: “*Ela entrou no carro e seguiu. Foram duas pessoas. Eu fiquei no banco do carona e o rapaz, um dos seqüestradores e o outro seqüestrador ficou no banco de trás com a minha namorada*” (Igor).

Mas nem sempre quem desempenha esse papel demonstra maior agressividade, como no caso de Simone, em que o seu *segurança* pediu aos dois ofensores que permaneciam nos bancos da frente ‘ó véio, diminui aí ta fazendo muito frio para ela’. Ou mesmo no caso de Elena, em que o “drogadinho” era o *motorista* e o mais agressivo em cena e o que realizou os saques, enquanto o “pacificador” ou “mais habilidoso” assumia o posto de *segurança*. Na vivência de Elias, que foi abordado por dois homens, o *motorista* mostrou-se mais “dominante” e liderava a situação, enquanto que seu *segurança*, apesar dessa função, foi menos agressivo.

Ficou um deles dirigindo, ela no carona, e [...] eu fiquei no banco de trás e o que tava armado, o primeiro que chegou com a arma na janela que parecia ser digamos assim, não diria o líder, entre duas pessoas o líder é meio complicado. O que mandava, o mais agressivo, mais dominante era o que tava dirigindo. E o que ficou com a arma era o segundo. [...] esse atrás com a arma apontada para mim. Eu, sentado atrás da minha namorada [...]. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Assim, os relatos evidenciam ofensores que encenam uma relação análoga ao “good cop, bad cop²¹”, em que um dos agentes exerce um papel mais agressivo e imprevisível, enquanto o outro atua como alguém mais tolerante e aberto ao diálogo. Esta seria uma tática utilizada para chegarem à recompensa desejada: a aquisição dos bens da vítima.

Caracterização dos eventos

Enquanto os dados de Silva Junior (2002) revelam que em 2002, no Distrito Federal, apenas 20% dos veículos eram roubados na finalização do *sequestro relâmpago*, com os nossos entrevistados a tendência foi inversa. Onze (85%) dos treze participantes deste estudo tiveram seus carros levados pelos ofensores, conforme podemos verificar na Quadro 2, a seguir:

²¹ A tradução literal para o português é “Policial bom, policial mau”.

Quadro 2: Características das ações

Nome da vítima	Quantidade vítimas	Aquisição ilícita dos ofensores			Ataques em série/em sequência	Tempo de Duração	Quantidade de ofensores	Quantidade de armas
		Roubo do Veículo	Roubo de dinheiro e/ou outros bens em posse da vítima	Uso do cartão para saques ou compras				
Gabriela	1	S	S	S	D	3h00	2	2
Brenda	1	S	S	S	D	5h00m	2	1
Eder	1	S	S	N	D	30min	3	1
Igor	2	S	S	N	D	1h20m	2	2
Lorena	1	S	N	N	D	10min	2	1
Elena	1	N	S	S	D	7h00	3	2
Samir	1	S	S	N	S	20min	2	1
Sócrates	1	S	S	N	D	2h30m	2	2
Justo	2	S	S	S	S	5h00	3	3
Milena	1	S	S	S	D	3h10m	3	1
Simone	3	S	S	S	D	3h00	3	1
Elias	2	N	S	N	S	3h00	2	1
Danila	3	S	S	N	S	1h00	2	1

Nota: S – Sim; N – Não; D – Desconhecido.

Esta diferença na tendência dos dados pode refletir uma mudança na dinâmica dos *seqüestros relâmpagos* ocorridos no país no decorrer dos anos; ou uma predominância de *scripts* (LINGER, 1992; PAES-MACHADO, LEVENSTEIN, 2002) diferentes nas duas cidades; ou mesmo dissonâncias entre levantamentos quantitativos que envolvem fonte secundária e pesquisas qualitativas com poucos sujeitos, etc. Contudo, vale salientar que conforme as histórias foram sendo contadas, notamos que o roubo do veículo, no contexto de Salvador, tinha uma funcionalidade para o ofensor, como veremos mais adiante. Além do roubo do veículo, outros ganhos materiais dos

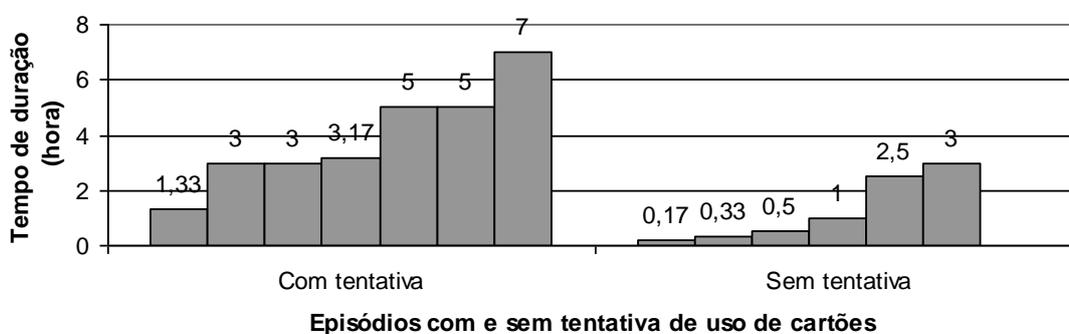
ofensores seriam objetos ou dinheiro em posse da vítima ou encontrados no veículo; e dinheiro sacado em caixas automáticos e ou compras realizadas com cartões de crédito e/ou débito, conforme pode ser verificado, caso-a-caso no Quadro 2. Este quadro também salienta para o “*sequestro relâmpago seqüencial*”, algo que apareceu em quatro casos relatados.

Eles deram a entender que eles estavam pulando de um carro para outro, assaltando [...] eles estavam andando em um carro, até passar por alguém que tivesse entrando em outro carro. Aí eles paravam o carro, passavam para outro, e era esse o objetivo deles com a gente também. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

Alguns participantes relataram que foram capturados após a liberação de outras vítimas (Danila, Justo e Samir); ou, ao contrário, eles foram liberados quando seus algozes capturaram outras vítimas (Elias). Isso nos leva a entender que um dos possíveis *scripts* deste delito é o ataque seqüencial, em que ofensores abordam distintas vítimas sucessivamente, ao longo da noite/dia.

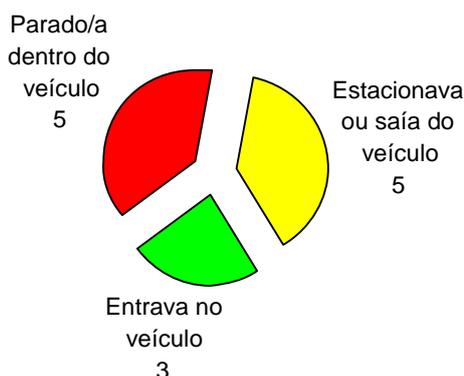
O tempo de confinamento e transporte forçado variou entre dez minutos e sete horas, sendo que oito vítimas entrevistadas tiveram sua liberdade restrita entre 2h30 e 7h00, conforme exposto no Quadro 2. Este quadro também revela que aqueles episódios em que houve tentativas de saques e/ou compras em caixas automáticos (média de duração: 3h56m) foram, em geral, mais prolongados do que aqueles episódios em que não houve tentativas (média de duração: 1h15m). A duração de cada episódio pode ser vista detalhadamente no Gráfico 6.

Gráfico 6. Duração de cada episódio de sequestro relâmpago, em horas



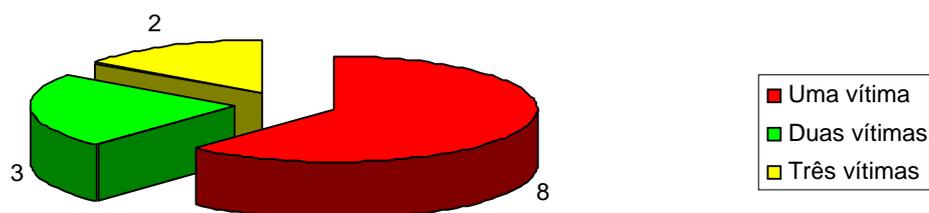
Em todos os casos relatados houve uso de um veículo de passeio, todos pertencentes ou em uso pela vítima no momento da abordagem. Todos os carros tinham quatro portas, com exceção do veículo de Brenda. O Gráfico 7 expõe o que as vítimas faziam ao serem abordadas pelos algozes:

Gráfico 7. Atividade da vítima ao ser abordada



A maioria das vítimas foi capturada isoladamente, mas houve casos com duas ou três pessoas vitimizadas no mesmo evento, conforme o Gráfico 8 ilustra:

Gráfico 8. Episódios de *sequestro relâmpago* de acordo com a quantidade de vítimas capturadas

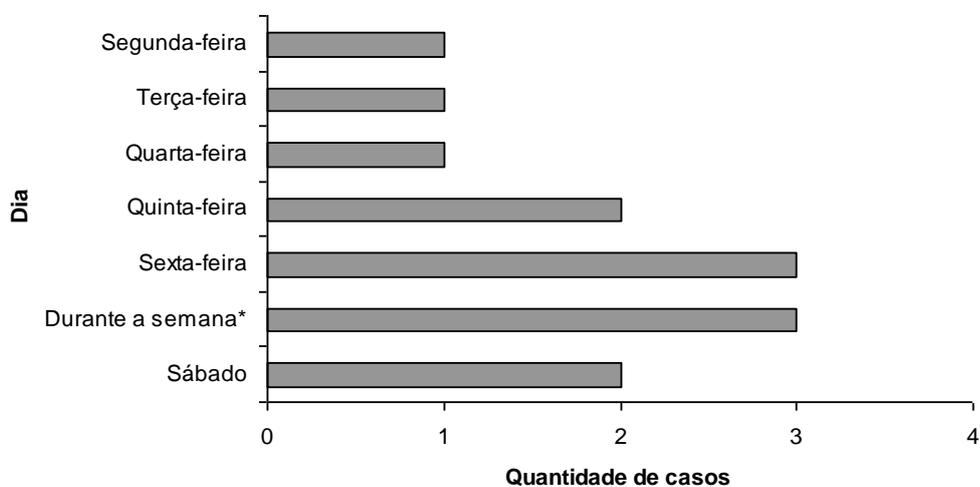


O número reduzido de cativos pode ser um facilitador da ação, já que o trabalho em intimidar, vigiar e controlar um indivíduo cativo tende a ser menor se comparado ao necessário para fazer o mesmo com um maior número de vítimas. A Quadro 3 expõe caso-a-caso o número de vítimas por evento e detalha quem foram as outras vítimas do *sequestro relâmpago* relatado pelo participante.

Quadro 3: Número de vítimas dos casos de *sequestro relâmpago*

Nome	Num. Vítimas	Quem
Gabriela	1	-
Brenda	1	-
Eder	1	-
Igor	2	namorada
Lorena	1	-
Elena	1	-
Samir	1	-
Sócrates	1	-
Justo	2	conhecido
Milena	1	-
Simone	3	marido e filha
Elias	2	namorada
Danila	3	amigo e amiga

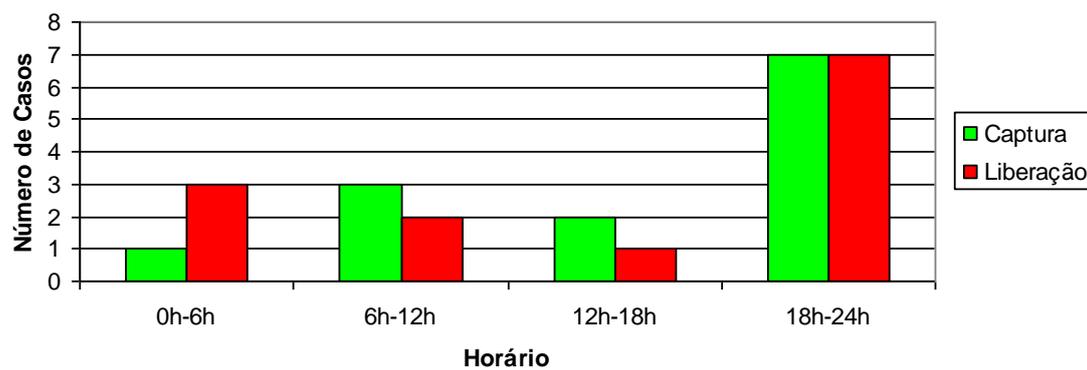
A quantidade de vítimas em um mesmo evento traz conseqüências ao desenrolar do *sequestro relâmpago*. Abordaremos essas peculiaridades nos capítulos seguintes. No que tange ao dia da semana em que ocorreu o *sequestro relâmpago*, apresentamos o Gráfico 9 a seguir:

Gráfico 9. Quantidade de casos por dia ou período da semana

Nota: *Durante a semana: dia útil não definido pelo entrevistado.

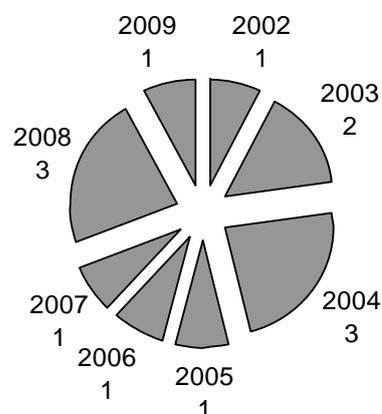
No estudo de Silva Junior (2002), os episódios eram mais frequentes às quintas-feiras e sábados. Nossos participantes relatam episódios ocorridos majoritariamente em dias úteis da semana. A seguir, o Gráfico 10 com os horários de captura e liberação:

Gráfico 10. Horários de captura e liberação das vítimas



Nos episódios retratados neste estudo, as capturas e liberações dos reféns ocorreram majoritariamente no período noturno. No que se refere ao ano de ocorrência do *sequestro relâmpago*, segue o Gráfico 11, abaixo:

Gráfico 11. Quantidade de casos, de acordo com o ano de ocorrência



Nota: Brenda não recorda se seu *sequestro relâmpago* ocorreu em 2003 ou 2004. Para este gráfico, consideramos a data mais longínqua – 2003.

CAPÍTULO II: AS PESSOAS CONTAM SUAS HISTÓRIAS

Nas seções anteriores abordamos os números gerais sobre os eventos relatados neste estudo, assim como descrevemos nossos participantes, com base em dados sociodemográficos fornecidos e caracterizamos os ofensores a partir daquilo que foi relatado pelas vítimas. Neste capítulo, apresentamos resumos de cada caso relatado:

Brenda

44 anos, seqüestrada em Abril de 2003 ou 2004 às 18:00. Percurso: Vila Laura – Iguatemi – Hiperbompreço – Tancredo Neves – Pituba – Cruz da Redenção-Brotas – Acupe de Brotas – Dique do Tororó. Duração: aproximadamente 4h30.

Brenda, ao voltar de um dia de trabalho, estacionava o carro do lado de fora do seu edifício, já que não possui vaga na parte de dentro. Ela chegou a observar dois rapazes atravessando a rua, mas *“a situação era tão normal”*, que não se percebeu em perigo e continuou o movimento para sair do carro. Ao abrir a porta do veículo, pegar a bolsa e levantar a cabeça para sair, um dos rapazes a abordou mostrando a arma, e mandou-aela passar para o banco do carona, enquanto o outro entrava pela porta traseira. *“Pronto, aí eu já viajei, já não imaginava o que tava acontecendo naquele momento ali.”* Brenda passou por momentos terríveis, em que era ameaçada a todo instante. *“Dá vontade de abrir a porta, sair correndo.. mas com a arma aqui [nas costas], você não sabe o que vai acontecer”*. Eles foram a três caixas eletrônicos diferentes para sacar dinheiro, mas não tiveram sucesso. Durante todo o tempo, os dois rapazes discutiam o que fariam em seguida com Brenda, e a possibilidade de ir parar na mala do carro deixou-a apavorada. Mas *“assim, do nada, do nada mesmo, ele chegou e falou o seguinte ‘a gente vai deixar você aqui, só vamos pegar seu carro’. Eu só dizia assim ‘leve tudo, leve tudo’ [...]. Tudo bem, o que vai acontecer, eu vou sair do carro, ele vai me dar um tiro. Eu só imaginava isso. Porque como eles estavam, tinha um mais calmo, outro mais estressado”*. Com um vale-transporte em mãos dado pelos ofensores e depois de pedir sem sucesso que alguém lhe emprestasse o telefone para ligar para suas filhas, Brenda foi desesperada para casa *“porque meu medo era que eles fossem lá para casa [...] tinham levado tudo.. chave de casa, do carro, coisa que eu não faço mais [...] deixo separado [...] dentro do carro tinha minha agenda.. eu só pensava eles vão lá*

para casa”. Ela chegou finalmente em casa e pôde ter seu primeiro momento de alívio. Brenda foi severamente consumida por essa experiência. *“É um pânico mesmo, um trauma terrível que você fica. Eu não podia ver ninguém na minha frente, fiquei à base de remédio, em casa, em cima da cama, à base de remédio”*. Sua visão sobre as pessoas mudou depois disso, passou a vê-las com outros olhos: *“não dá mais para confiar em ninguém, se tá arrumado, se tá desarrumado, se tá bonitinho, feinho, não dá [...] desconfio de todo mundo.”*

Danila

29 anos, seqüestrada nove de abril de 2009 por volta das 22h00. Percurso: Rio Vermelho – Pituba – Caminho das Árvores – Paralela (até o Sara) – Alameda da orla – rua das dunas (rótula e voltou - pedra do sal). Duração: aproximadamente 1h00.

Após uma noite de celebração com os amigos em um bar do Rio Vermelho, o bar mais boêmio de Salvador, Danila e um amigo caminhavam até o carro de sua amiga que também estava junto. Eles todos entraram no veículo e, no momento em que fechava a porta da frente do carona, apareceu um rapaz armado a mandandoela passar para trás. Depois de alguns segundos sem reação, seu amigo repetiu o comando do algoz e então ela saiu do veículo e passou para trás. Entraram dois rapazes, um ficou ao lado da vítima-motorista e o outro ao lado da Danila, no banco de trás do veículo. Ela conta que *“não olhava para a cara de ninguém, eu não vou criar uma situação que vai deixar o cara estressado, só olhava para o chão, para o meu joelho”*. Entretanto, sua amiga, dona do veículo, ficava por vezes *“descontrolada”*, colocando a vida de todos eles em maior risco. Ela então grita com sua amiga: *“cala a boca! vamos sair daqui! Para!”*. Depois de rodarem durante algum tempo sem paradas em caixas automáticos, as três vítimas são deixadas nas dunas da Praia do Flamengo e, por sorte, Danila tinha um amigo que morava naquelas redondezas. Enquanto caminhavam até a casa deste amigo, uma viatura da Polícia Militar os socorreu. Nesta mesma noite, ela e os amigos voltaram a sua residência para aproveitar o resto da noite. Ela, contudo, diz ter ficado *“bem traumatizada”*, depois dessa experiência, temendo ficar parada em veículos e apreensiva toda vez que entrava ou saía de um carro. Alguns meses depois ela foi assaltada dentro de um ônibus ao ir trabalhar e depois desse episódio *“treme toda [...] passa mal”* sempre que ouve alguém gritando perto dela. Depois desse episódio ela acredita que passou por um período mais difícil em que *“acumulou”* as duas

experiências chegando ao ponto de dizer que *“ia embora daqui, morar no mato! Pronto! Não ter que passar por esse tipo de coisa”*.

Eder

32 anos, seqüestrado em 16/08/2008 às 7h00. Percurso: Boca do Rio – Orla – Avenida Pinto de Aguiar – Avenida São Rafael – Bosque Imperial – Sussuarana – Brasil Gás. Duração: aproximadamente 0h30.

Num sábado bem cedo, Eder, um professor de educação física e dono de academia, chegava à praia com seu carro recheado de equipamentos de treino físico que seriam utilizados para a aula de corrida que daria naquele local. Era por volta das 7h00 da manhã e Eder não observou mais ninguém na praia, a não ser um rapaz, a uma certa distância, que parecia bem-vestido, com roupas de treino. Eder estacionou seu veículo e abriu sua mala para pegar os materiais do treino. *“Na hora que eu olhei que eu vi que o cara não tava mais no banco eu falei pronto, o cara vai me assaltar. Ai quando eu olhei pro lado, ele já tava do meu lado. E o outro já vinha correndo do outro lado com a arma. Então não tinha nem como eu fugir.”*. Eder foi colocado no banco de trás, junto com um dos rapazes, que mantinha a arma no seu pescoço. Os outros dois rapazes assumiram a direção e o banco do carona. Com tantos equipamentos dentro do carro, os homens acharam que ele pudesse ser policial ou lutador, mas Eder tentou mostrar a eles que não iria reagir. *“Eu me surpreendi porque geralmente eu tenho ações muito explosivas. Nessa hora, eu só pensava em minha família só. Fiquei quieto, não reagi em momento algum. [...] Só pensava que eles iam me matar. Só isso. Tentei ficar tranqüilo e tranquilizar eles. Só que eles não querem que você fale. Baixaram minha cabeça, me botaram sentado no banco de trás, entre o banco do motorista e do fundo e não queriam nem que eu olhasse para a cara deles. Mas não me agrediram, não tocaram em mim, não fizeram nada.”* Os três rapazes, na verdade, *“não sabiam para onde iam”*, e liberaram-no depois de mais ou menos trinta minutos fora da cidade. *“Me levaram pra dar tempo deles fugirem. Me levaram pra um lugar que não tinha telefone, não tinha nada e foram embora. Pra dar mais segurança pra eles mesmos.”* Alguns dias depois, o carro de Eder reapareceu, sem explicação alguma, em frente ao seu condomínio. Ele avisou à polícia, pegou sua chave reserva e retomou seu bem. *“Ainda roubei os ladrões!”*. Hoje, Eder se considera mais *“frouxo”* do que era; vendeu o seu veículo e o da esposa, trocando por outros e ainda quer mudar-se de residência. Durante o tempo que passou com os seus três captores, ele chegou a pensar em correr, mas *“não ia ser a*

melhor solução. Pensei em reagir, pensei em tanta coisa. Acho que eu tomei a decisão certa. [...] Eu poderia não estar aqui hoje.”

Elena

28 anos, seqüestrada em 08/05/2007 por volta das 14h00. Percurso: em frente a seu prédio, Costa Azul – Cabula – Pernambués – Vasco – Bonocô – Paralela – BR324. Duração: aproximadamente 7h00.

Em uma tarde de maio chuvosa, Elena resolveu passar em casa por volta das 14:00h para almoçar. Como sairia pouco tempo depois, ela decidiu não parar o carro na garagem e estacionar o carro em frente ao seu prédio. Parava o seu veículo vagarosamente quando uma *pickup* vermelha se aproximou a toda velocidade com manobras arriscadas, de onde saiu um homem com uma arma apontada para a sua cabeça. Foi forçada a passar ao banco do carona, enquanto outros dois homens foram para o banco do motorista e para o banco traseiro. Mais à frente, o motorista da *pickup* juntou-se a eles, assumindo a direção. Diferentemente dos outros, ele parecia estar sob efeito de drogas, mas agia como o líder do trio. Ele, o “*drogadinho*”, foi o mais agressivo durante todo o tempo, agredindo-a fisicamente diversas vezes. Apertou seu braço, estapeou seu rosto, jogou sua cabeça contra a porta. Suas agressões geraram certo desconforto entre os outros dois ofensores, um deles, o “*pacificador*”, chegou a se posicionar dizendo que ela estava cooperando. Elena passou mais de sete horas aprisionada no seu próprio carro. Eles passaram por diversos caixas automáticos, fizeram várias transações bancárias, pararam em um posto de gasolina e, ao final, o *drogadinho* abandonou a ação, não sem antes dar “*um tapa muito forte na minha cara que partiu meu lábio. E disse que se ele tivesse mais tempo, que ele ia dar um trato em mim porque ele não tinha gostado de mim, que por ele podia dar fim.*” Depois que o *drogadinho* saiu, os dois rapazes que ficaram discutiram o que fariam com Elena, e ela presenciava sua vida ser decidida por eles. O segundo rapaz abandonou a cena e então restavam apenas Elena e o *pacificador* dentro do veículo. Ele então seguiu para a BR e, se até então Elena que estava calma depois de muita reflexão, certa de que não a matariam, nesse momento ela temeu pela morte novamente. Mas usou sua racionalidade a seu favor e se convenceu de que sua morte só traria mais problemas ao ofensor que restava. Ele deixou-a com o carro e, depois de contar até 50, Elena foi direto à delegacia, onde se sentiria segura, e onde poderia finalmente registrar tudo aquilo que ela tinha propositalmente observado em detalhe enquanto esteve sob domínio do trio.

Até hoje, três anos depois, ela se lembra da placa do primeiro veículo e da fisionomia apurada dos três algozes. *“Hoje, se eu encontrasse qualquer um deles na rua eu saberia quem é.”* Na época, ela trabalhava para a polícia e teve sorte em não ter nada que a identificasse dentro do carro. Posteriormente, passou a trabalhar no sistema prisional e temia muito encontrá-los. *“Acho que o santo dele não bateu mesmo. Ele se sentiu incomodado com a minha presença. E foi uma forma dele mostrar quem é que mandava, quem é que tava no comando das coisas.”* Os hematomas deixados pelo *drogadinho* em seu corpo marcaram-na ainda mais profundamente. *“(...) os dias foram passando, e o rosto foi aparecendo mais, eu fui ficando com mais raiva, fui ficando com muita raiva...* Hoje Elena, que já não gostava da cidade, expõe com veemência seu desejo e plano de se mudar. Devido à experiência de trabalho e de assaltos prévios, Elena já demonstrava comportamentos de vigilância, mas incrementou-os depois do *seqüestro relâmpago*, passando a se comportar de forma hipervigilante. Ela, todavia, não deixa de sair à noite, mas repensa e pondera se vale à pena. Além de enfrentar os próprios medos, Elena precisou e precisa ainda lidar com o temor e desgosto constante da mãe em relação a sua vida social noturna. *“Ou você quer uma filha doente, que não vai fazer nada, ou você me deixa viver minha vida. Porque eu não posso ficar refém dos seqüestradores com eles tendo desistido de mim como vítima. Eles já desistiram de mim como vítima, não queira me deixar como vítima para sempre”*.

Elias

27 anos, seqüestrado em dezembro de 2006 por volta das 22h00. Percurso: Rua Macaúbas, Rio Vermelho – Avenida Antônio Carlos Magalhães – Paralela – bairros mais à frente da Paralela. Duração: aproximadamente 3h00.

Elias sofreu um *seqüestro relâmpago* em dezembro de 2006, por volta das 22h00 em frente a seu prédio no Rio Vermelho. Dois homens abordaram ele e a namorada enquanto conversavam dentro do carro. Os homens entraram, foram para o banco de trás e mandaram que sua namorada, que estava ao volante, dirigisse. Pouco tempo depois, Elias viu quando *“um deles jogou uma coisa pelo vidro que eu tive a impressão de ser a chave de um carro.”* Seu *seqüestro relâmpago* foi marcado por dois momentos distintos, duas fases. *“A gente chegou a parar num posto de gasolina e até esse momento do posto de gasolina [...] eles [foram] conversando sobre o que iam fazer e tentando intimidar a gente, procurando saber mais coisas.”* Um fazia mais ameaças do

que o outro e Elias aproveitou-se dessa situação, tentando mostrar alguma simpatia para “*o que tava atrás, que era esse mais tranquilo*”. Ainda no posto Elias falou seu nome e tentou parecer “*natural*” ao perguntar o nome dos demais, em que foi levemente correspondido na sua iniciativa. Depois, deu-se início ao “*segundo momento*” do *seqüestro relâmpago*, em que os dois ofensores decidiram continuar o caminho em busca de novas vítimas. Quando encontrassem novas vítimas, liberariam Elias e sua namorada. A partir daí, as vítimas assistiram à estratégia executada pelos seus agressores para capturarem novas vítimas, um “*sistema inteligente*”, e, em certo nível, foram obrigados a colaborar com as ações da dupla e acompanhar todos os passos do ataque, desde a análise da melhor oportunidade, até a frustração de um fracasso pontual ou o sucesso de uma nova abordagem. Para Elias, era “*uma sensação muito doida, [...] não bateu hora nenhuma de ‘porra, vão pegar mais uma pessoa’, a sensação o tempo inteiro era tipo assim ‘oba, vão pegar uma pessoa e vão me largar’*”. Ele manteve-se calmo e racional durante todo o tempo decorrido, sua mente não vagou por outros pensamentos mantendo-se atento a toda a situação interna do carro. Durante esse *segundo momento*, em que eles perseguiam outras prováveis vítimas, Elias tentou novamente criar uma situação empática com um dos seus ofensores e aproveitou um momento em que pensou “*pô, como esse cara consegue ver tanta coisa?’. Tinha horas que eu não via que o carro tinha entrado na rua tal. Ele falava assim, ‘entrou na direita ali’. O outro entrava e tava na direita mesmo. Eu comecei a me surpreender. (...). Ai eu falei ‘porra, você tem a manha mesmo viu’. Ai ele falou assim ‘hehehe, é a prática’.*” Dessa vez, sua tentativa de “*desarmar*” um dos seus algozes funcionou! Depois de três horas de aprisionamento, os ofensores foram bem-sucedidos na abordagem de outro casal e deixaram Elias e a namorada em um bairro desconhecido durante a madrugada. Eles ficaram com o carro, mas sem as chaves, do mesmo modo que as vítimas antes deles, num local ermo, numa “*rua que você não sabe mais se é asfalto ou se é terra*”. Os dois desceram do carro, se abraçaram e choraram, mas ainda tinham “*muito medo se eles podiam voltar, de onde a gente tava, de ser de repente assaltado de novo, alguma coisa assim.*” Os dois, então, andaram algum tempo até encontrar seguranças de uma empresa da região que lhes ofereceram ajuda. Nos próximos dois meses, Elias sentiu de modo mais forte as conseqüências do *seqüestro relâmpago*. Hoje ele está muito melhor, mas “*subjetivamente mudou. [...] ainda hoje não é a mesma coisa. Eu sou uma pessoa, digamos assim, mais nervosa e mais preocupada, mais assustado do que eu era antes.*

[...] Hoje em dia eu sou mais reativo, me assusto com mais facilidade. Isso com certeza é marcante.”

Gabriela

43 anos, seqüestrada em Abril de 2005 às 11h00. Percurso: Rua Amazonas, Pituba – Itaigara - Avenida Antônio Carlos Magalhães - Iguatemi - Paralela - Lauro de Freitas - Vila de Abrantes - Jauá - Estrada da Cetrel – Camaçari. Duração: aproximadamente 3h00.

Gabriela estacionava seu carro próximo ao local onde fazia seu habitual trabalho voluntário quando observou dois rapazes vindo em sua direção. *“Mas eles vinham tão descontraídos que eu nem me preocupei, jamais pensaria que eram dois assaltantes”*. Eles a abordaram assim que abriu a porta do carro e iniciaram as ameaças mandando-a sentar no banco do carona. *“Eu pedia calma porque eles estavam muito nervosos, xingavam muito e eu tinha medo que a arma disparasse, que eles atirassem em mim.”* Os rapazes pararam em um posto de gasolina e mandaram que ela fosse sacar o dinheiro e lhe deram um aviso: *“olha, não faça nenhuma gracinha, não corra, não grite, porque nós temos duas armas aqui apontadas pra você enquanto você estiver lá e qualquer coisa, eu não erro um tiro, esse que tá atrás, muito pior. Então você vai, faz tudo direitinho pra você conseguir se sair bem dessa.”* Eles também a informaram que o tempo que ela ficaria com eles dependeria do montante de dinheiro que ela tivesse na conta. Gabriela entregou o dinheiro retirado e temendo ser mantida muito tempo com seus algozes, voltou ao caixa eletrônico para pegar seu extrato e comprovar que não tinha mais dinheiro na conta. Por sorte, nesse dia ela tinha trazido o cartão da conta que tinha menos dinheiro. Depois que entregou o extrato, os rapazes descontentes pararam em outro posto para abastecer e resolveram seguir viagem para Vila de Abrantes. *“Tinha muito buraco, tem muita duna de areia, e eu já ouvi falar [...] que era local de desova, então eu pensei ‘eles tão me levando lá pra me matar’”*. Os homens continuaram o trajeto e entraram no Areal. Quando Gabriela viu a areia do local, ela imediatamente lembrou-se da história de um amigo que havia sido morto e enterrado naquela área: *“me deu um pânico tão grande. Horrível! (...) Um pânico assim que parecia que minhas forças estavam se esvaindo.”* Durante o percurso, Gabriela temeu que agentes da polícia pudessem colocá-la em mais risco: *“eles já tinham me dito lá atrás que eu ia morrer, se a polícia pegasse, então eu era maluca? E também, eu lá sei, eu vou confiar em polícia? Polícia tá lá preocupada com vítima? Polícia quer a*

bandeira da vitória de matar o ladrão. Eu morta, de quem foi a bala? Do bandido!". Mais calma do que esperaria estar durante todo o trajeto, Gabriela tentava conversar com os rapazes e até recebeu elogios dos seus captores: *"olha, a gente nunca pegou uma pessoa como você, colaborou com tudo."* Eles finalmente a liberaram em Camaçari, deixando-a com 10 reais para ela *"se virar"* para voltar a Salvador. Ela não conseguia andar, não conseguia pensar, estava exausta, no meio do nada. *"Eu, meu Deus, meu corpo não responde, meu cérebro, minhas pernas não respondiam, meu cérebro não funcionava."* Ela finalmente se reergueu e caminhou durante algum tempo pelo mato, até conseguir a ajuda de um motorista de um caminhãozinho e, em seguida, de vigilantes de uma empresa. Ela então desmoronou, chorou, gritou. Uma amiga veio buscá-la e levou-a para casa. Ela não conseguia nem pensar em ir à polícia, temia que os rapazes pudessem retaliar. Três meses depois, Gabriela resolveu viajar ao Canadá *"porque eu tava, assim, muito agoniada, nervosa, com muito pânico e eu precisava desligar um pouco"*, e conseguiu voltar mais *"aliviada"*. Mas, ainda hoje, Gabriela está *"pirada"* e *"paranóica"* com qualquer um que se aproxime dela. *"Tá se aproximando de mim eu não quero nem saber que cor ele tem, que roupa ele tá, eu vou querer me livrar, pode tá arrumado, bem-vestido, eu não confio."*

Igor

24 anos, seqüestrado em fevereiro de 2004, por volta das 22h00. Percurso: Ladeira Cruz da Redenção, Brotas – Iguatemi – estrada de Simões Filho – CIA (Centro Industrial de Aratu em Simões Filho na BR 324). Duração: aproximadamente 1h00.

Se Igor era um jovem *"vaidoso"* e *"soberbo"* à época do *sequestro relâmpago*, hoje aos 24 anos, ele é um rapaz *"transformado"*. Em fevereiro de 2004, Igor foi deixar sua namorada em casa, depois de algumas horas de compras em um *shopping center*. Já era noite, por volta das 22h00 quando, ainda dentro do veículo parado, Igor protagonizava uma discussão de ciúmes. Ele chegou a observar um homem passando a pé e olhando-o, mas sua discussão lhe parecia mais importante. Pouco tempo depois, sua namorada já saía do carro, cheia de sacolas de compras, e abria o portão do edifício quando um homem o abordou com a arma na cabeça. Enquanto Igor passava ao banco do carona, um dos homens avisou *"pega ela também porque é ela que está com o dinheiro"*. Mesmo com os pedidos de Igor de *"deixe ela, deixe eu aqui"*, os dois homens a colocaram no carro, no banco de trás, e partiram rapidamente. Mas a irmã de

Maria estava no playground e viu tudo acontecer. Os dois homens perceberam que tinham sido vistos e, temendo serem pegos pela polícia, partiram para fora da cidade, em direção à BR324. Maria chorava muito e perguntaram a Igor: *“oh, você gosta da sua namorada? [...] então manda ela calar a boca senão eu dou um tiro na boca dela”*. Maria chorava muito no início, mas ficou muda durante a maior parte do tempo. Igor tentou ficar calmo porque *“ela via em mim um porto seguro, eu ajudava muito ela. No momento que eu entrei ali, se eu ficasse nervoso com certeza ela ficaria muito mais nervosa”*. Quando os dois homens seguiram na direção do Centro Industrial de Aratu-CIA, Igor sabia que iria para algum local de desova e pensou *“se eu morro aqui ninguém vê, só Deus”*. Apesar da aparente tranquilidade, Igor era atormentado por um “erro” seu: ele havia escondido sua pochete cheia de cartões embaixo do banco. *“Deus, e agora? Eu vou morrer! Meu maior medo foi naquele momento. Eu nunca tinha mentido e saber que aquela pequena mentira poderia fazer eu perder minha vida”*. Mas felizmente, depois de uma situação muito arriscada com policiais e antes mesmo de sofrerem o “baculejo”²², eles foram liberados no CIA. De lá, conseguiram a ajuda de um motorista de ônibus de empresa e foram direto à delegacia. Depois dessa experiência, Igor ficou muito mais alerta e acredita que aprendeu a cuidar mais da sua segurança pessoal, mas acha que sua namorada ficou mais gravemente abalada. Na verdade, ele é hoje um homem que passou por uma *“transformação de alma”*. Para Igor, *“se não tivesse sofrido não teria aprendido. E a gente não aprende sorrindo, não tem como, a gente não cresce na vida, a gente não tem nada disso se não passar por momentos de dificuldade, de dor [...]. [O seqüestro relâmpago] foi bom para mim porque eu me transformei e gostei da transformação que eu tive. [...] Não acho que seja por acaso [que tenha acontecido comigo]. [...] Traz um sentimento de gratidão, sentimento de observação. Não de temor, de pavor.”*

Justo

76 anos, seqüestrado em 2004 por volta das 22h00. Percurso: Rua Macaúbas, Rio Vermelho – Iguatemi – Piedade – Liberdade – CIA/aeroporto. Duração: aproximadamente 5h00.

Justo, um senhor de 70 anos, deixou sua irmã em casa e, ainda no carro, encontrou com um colega seu, morador daquela rua. Ele havia acabado de iniciar uma

²² *Baculejo*, segundo o participante, é um termo usado para se referir à revista que os policiais realizam em suspeitos. Mas nesta situação, em que há algoz e vítima, o baculejo seria o “rapa” que os ofensores fariam com as vítimas, roubando tudo que Igor e sua namorada possuísem.

conversa informal com seu colega, quando foi abordado em seu carro por três jovens que não tinham mais que 22 anos. Os três rapazes e as duas vítimas seguiram pela cidade durante várias horas, e os ofensores pararam em um posto de gasolina para abastecer, comprar uísque e depois sacaram dinheiro em um caixa automático. Justo havia sido juiz do trabalho e possuía um emblema no veículo o identificando. Um dos rapazes observou o emblema, e renovou as ameaças de morte contra Justo. Ele então tomou a iniciativa de explicar que seu papel era representar *“unicamente vocês, empregados”*, mas chegou a levar dois tapas no rosto no decorrer do *seqüestro relâmpago*. Por também ter sido gerente bancário por mais de 30 anos, Justo que conhecia *“já esse pessoal”* prontamente forneceu a senha correta do cartão, já que *“o problema era ele errar a senha e reter o cartão”*. Apesar de se considerar bastante ansioso, Justo diz ter mudado completamente enquanto esteve sob domínio dos jovens, mantendo-se tranqüilo e calmo. Os rapazes liberaram as duas vítimas no CIA (Centro Industrial de Aratu), mandaram os dois senhores descerem e ambos se jogaram para fora do carro com medo de tiros pelas costas, dando cambalhotas, rolando e descendo uns 80 metros morro abaixo. Depois de mais de uma hora andando no mato, tentando se manter longe da estrada para não serem apanhados novamente, Justo e seu colega encontraram uma pequena casa na qual vivia um senhor que os ajudou com água e telefonemas. Foram horas de terror. *“Cinco horas para mim era como se fosse vinte e quatro [horas]. Eu doido para me liberarem, liberarem, liberarem.”* Após sofrer o *seqüestro relâmpago*, Justo deixou de fazer muita coisa e passou a fazer outras. Ele não compra carro novo por ser mais visado. Só sai para ir ao *shopping*. Farmácia, somente por telefone. Se pára o carro, sai na mesma hora, ou desliga todas as luzes para se camuflar em meio aos outros carros estacionados. Ele sai sempre preocupado de casa e fica muito ansioso quando está fora, olhando para os lados e para as pessoas em volta. Se durante o *seqüestro relâmpago* Justo viveu momentos difíceis e achava que *“dessa vez não tem jeito não”*, depois que tudo terminou ele tinha certeza que viveu novamente. *“Pensei que o dia D era aquele dia. Mas como eu tenho muita fé em Deus, rezei muito”*. Justo mudou muita coisa em sua vida, a forma de pensar e de agir: *“Tudo que eu faço hoje, o que eu faço é pensando no que aconteceu comigo naquela época. Quando eu saio, eu penso logo, eu sou muito preocupado, eu me preocupo muito, não saio de casa.”*

Lorena

51 anos, seqüestrada em 16/08/2008 por volta das 8h00. Percurso: Terminal de Ferry-Boat de Salvador - Avenida Jequitiaia – Moinho Salvador – Avenida Oscar Pontes – Calçada. Duração: 0h10.

Era por volta de 8h00 da manhã quando Lorena, uma delegada de polícia, resolveu acompanhar sua sobrinha ao terminal marítimo de *ferry-boat* para buscar alguém. A sobrinha parou o carro no local de embarque e desembarque, mesmo contra a vontade de Lorena e deixou sua tia sozinha no carro enquanto foi ao caixa eletrônico com um cartão em mãos. Dois homens observavam a cena e, mesmo aparentemente camuflados entre os outros transeuntes, Lorena estranhou que eles não estivessem com bagagens. Em questão de instantes, os dois homens entraram no veículo e se aproveitaram do fato da sobrinha de Lorena ter deixado a chave na ignição, coisa que Lorena nunca teria feito. *“O momento mesmo que eu o viele tocando a maçaneta. Eu senti. Ali já disparou o alarme dentro de mim, da minha cabeça. Eu não estava esperando por ninguém, ele estava abrindo a maçaneta do carro sem ser convidado. É um assaltante. Ali já foi o início de tudo. A sensação foi forte. A sensação quando ele sentou e disse que eu não gritasse.”* Naquele momento Lorena era mais uma mulher negra que trajava um vestido caseiro estampado, um lenço na cabeça e calçava havaianas. Era, na verdade, uma empregada doméstica aos olhos dos seus dois ofensores. Eles não a xingaram, não lhe bateram, mas durante os dez minutos em que esteve com os dois homens, o pavor a dominou. *“Foi uma situação em que eu senti a morte de perto. Eu senti assim, ‘eu não volto para casa hoje’”*. Isso porque, apesar de ter assumido o papel que lhe colocaram, ela estava com sua bolsa de mão escondida ao lado da sua perna, e essa *“bolsa passou a ser o meu tormento porque nela estava um telefone móvel, que poderia tocar a qualquer momento e quando ele abrisse a bolsa ele iria encontrar a minha identificação”*. O medo foi tão grande que, após liberarem rapidamente a ‘empregada doméstica’, ela não lembrava mais o telefone de casa, muito menos que tinha a bolsa em mãos. Os dois senhores que a observaram sair do carro demoraram a acreditar no seu papel de vítima, sem compreender *‘como é que o carro pode ser dela, ela com essa aparência’*. Por fim, ela conseguiu falar com seu filho que foi buscá-la e acionou colegas policiais para auxiliarem a situação. Nesses momentos de terror que viveu, além do risco de ser descoberta como policial, Lorena temeu muito pela sua segurança no trânsito porque o motorista dirigia com muita velocidade. *“Orei muito, durante todo o tempo estava orando. [...] Eles estavam ouvindo as orações, ‘meu Deus meus filhos, meus filhos’. E eu só pedia que Deus me protegesse daquela situação*

em razão dos meus filhos. Minha preocupação. ‘Meus filhos, vou morrer, o carro tá correndo muito, vai bater, vai bater’. Lorena conta ter ficado traumatizada com essa situação e intensificou seus comportamentos de auto-defesa quando circula na rua, no período da noite e, especialmente quando está em seu veículo.

Milena

34 anos, seqüestrada em 28/04/2008 por volta das 18h50. Percurso: Agência do Banco do Brasil, Brotas – Daniel Lisboa – Bonocô – Estação Pirajá – BR 324 – CIA (perto da Avon). Duração: aproximadamente 2h30.

Depois de sair da sua aula de pilates, Milena, grávida de cinco meses, foi a uma agência do Banco do Brasil pagar algumas contas. O relógio ainda não registrava 19 horas quando as luzes do banco foram apagadas. Temendo certo perigo, ela resolveu sair e sugeriu que uma moça conhecida sua fizesse o mesmo. Ambas saíram do banco e, logo após Milena acenar à mãe da moça que aguardava a filha no carro, dois homens, um *branco* e um *negro*, vieram apontando uma arma na sua direção e empurraram-na para dentro do carro. *“Eu percebi na hora da movimentação que eles me pegaram e me colocaram no carro, que carros paravam, pessoas paravam mas [...] ninguém fez nada, não ouvi um grito, não ouvi nada e eu ainda gritava, socorro, me solte ‘eu tô grávida, eu tô grávida’ e não adiantava nada.”* Seus captores pareciam não ser da cidade e tinham um sotaque carregado, especialmente o *branco*. O outro *“tava na adrenalina, ele queria perversidade. Ele não tava ali unicamente pelo dinheiro. Ele tava ali por mais.”* Eles a levaram para a Estação Pirajá, de onde aguardavam a chegada de um terceiro homem. Quando esse rapaz chegou, ele levou os cartões da vítima e suas senhas para fazer os saques. Nesse meio tempo, o *negro* tentou estuprá-la. *“ele me puxou para fora do carro, porque dentro do carro ele não conseguiu, [...] para ele poder fazer no chão o que ele queria fazer. [...] Ele achava só que eu era gorda ‘você é gorda, você não tá grávida não, você tá falando que você tá grávida só para a gente não fazer nada’, [...] Eu dizia ‘moço, não, eu tô grávida’, e eu só pedindo, ‘moço, pelo amor de Deus, vá com calma’. [...] E aí quando ele rasgou a blusa é que ele viu minha barriga, porque eu tava com a roupa de ginástica, aí a roupa aqui bem embaixo, aí ele viu aquela barriguinha formada, dura. [...] ‘não, não tem nada não, eu como assim mesmo’”.* A violência sexual não ocorreu por interferência do *branco*, que insistiu para que o outro não a estuprasse grávida. O *negro* decidiu então colocá-la na mala, mas ela

desmaiou de pavor e eles não conseguiram. *“Na hora da mala eu achei que ia morrer sufocada, mas pelo menos, para mim, pior do que morrer naquela situação era ser estuprada por ele. Porque eu ia morrer de qualquer jeito, porque eu não ia mais viver com aquilo. Eu não ia conseguir viver com uma coisa daquela.. Eu poderia sobreviver, mas eu não ia mais viver!!”* Milena permaneceu durante algum tempo na Estação Pirajá e depois que o terceiro rapaz voltou com o dinheiro, os dois primeiros seguiram com Milena para o CIA (Centro Industrial de Aratu), onde a liberaram após muitas ameaças e agressões. Depois de ser liberada, ela andou pelo CIA até chegar a uma estrada em que os carros não paravam para ajudá-la. Ela foi finalmente socorrida por um ônibus fora de serviço que a levou a uma delegacia próxima. Milena teve problemas de saúde física e mental depois desse trauma, o que afetou inclusive sua gravidez e seu filho. Ainda hoje ela sofre de problemas de insônia e apresenta certa fobia social, principalmente ao se locomover sozinha pela cidade e, em especial, à noite. Milena antes disso era *“a mulher brava. A mulher braba porque eu achava que nada me pegava, eu ia e fazia o que eu queria, a hora que eu queria, saía de noite, não tinha medo de nada. Era, como dizia meu marido, ‘uma mulher macho’”*. Mas depois do seqüestro relâmpago ela se transformou. Hoje ela tem *“medo de tudo”*. *“Tem gente que não entende, tem gente que acha frescura. Vivo ouvindo pessoas me dizendo isso. ‘Já foi’, mas só quem passou por isso sabe como é. Eu não vou me esquecer disso nunca. Essa cena vai se repetir na minha cabeça milhões e milhões de vezes. Vou me lembrar de detalhe por detalhe do que eles fizeram e não vou esquecer nunca.”*

Samir

37 anos, seqüestrado em 2003 por volta da 01h00. Percurso: em frente ao seu edifício, na Rua Barão de Loureto, Graça – Euclides da Cunha – Canela – Contorno – ruela próxima à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Duração: aproximadamente 0h20.

Ao retornar ao prédio onde residia, por volta da 1 hora da madrugada, Samir, um rapaz então com 30 anos, teve o carro fechado por outro veículo. Sua namorada, que estava em sua companhia, foi poupada e impedida de prosseguir com o grupo. Dois ofensores permaneceram na parte da frente do veículo, enquanto o terceiro ofensor ficou atrás com uma arma na cabeça de Samir. Com o carro já em velocidade, Samir teve que lhes fornecer todos os seus pertences pessoais, inclusive a camisa e sapatos que utilizava. Ele temeu pela sua vida quando lembrou que sua carteira havia permanecido

dentro da bolsa da sua namorada. Em meio a um clima já bastante tenso, Samir se viu em melhor condição quando percebeu que este fato provocou discussões internas entre os ofensores. *“Por que deixou ela lá? Por que deixou ela lá?”*. Sua permanência com os ofensores foi rápida, por volta de vinte minutos, e durante esse tempo ele ficou muito calmo, chegou a conversar com um deles *“parecendo que estava conversando com algum conhecido.”* Sua experiência foi tranqüila, principalmente comparando a uma experiência prévia em que foi atacado com garrafas e sobreviveu graças a sua fuga. Mas no *seqüestro relâmpago*, a sensação de impotência era muito maior, sem saber o que iria acontecer. Com tudo isso, ele diz não ter ficado traumatizado: *“Não fico com medo. [...] Tenho uma rotina tranqüila. Não me privo de nada. Só fico atento para as coisas tentando minimizar os riscos, mas não fiquei com trauma, nada disso. Fico com medo, quer dizer, fico atento..”*.

Simone

32 anos, seqüestrada em 06/06/2008, por volta das 21h00. Percurso: Estrada da Muriçoca – Paralela – Avenida Antônio Carlos Magalhães – Pituba – Paulo VI – Manoel Dias – Vasco da Gama (o marido e filha liberados em Jardim de Alah). Duração: aproximadamente 3h00.

Simone sofreu um *seqüestro relâmpago* junto ao marido e à filha de um ano e meio ao saírem de um casamento na Avenida Paralela, por volta das 21 horas. Três rapazes, em posse de ao menos uma arma, fizeram toda a família passar para o banco de trás do carro, e ficaram na companhia de um dos seqüestradores, que segurava a arma; os outros dois rapazes ocupavam os bancos da frente. O marido precisou sentar-se em cima da poltrona infantil da sua filha. A bebê, que já estava dormindo quando saíram do casamento, não acordou durante a ação, o que trouxe alívio à mãe durante e após toda a situação. *“Eu chamava por Deus, logo no primeiro momento que eu senti uma pessoa estranha do meu lado eu comecei a realmente chamar por Deus. Eu só falava mentalmente o nome de Deus. Eu só conseguia falar isso. ‘Deus, Deus, Deus, Deus’, o tempo todo!”* Os rapazes pareciam inexperientes e desconheciam os caminhos pelos quais passaram, permitindo que Simone assumisse, com uma calma inesperada, um papel condutor de toda a situação. Enquanto isso, o marido, um policial militar, aparentava certo descontrole emocional e nervosismo que posteriormente disse tratar-se de uma encenação para ludibriar os ofensores quanto à sua categoria profissional. *“Depois que ele [meu marido] deu os cartões, deu um jeito que a carteira caísse*

embaixo do banco. Justamente por conta do contra-cheque estar lá. E como eles já estavam com o cartão na mão, eles não se preocuparam em pegar a carteira de volta para vasculhar nada. E ele se mostrou, assim, nervoso, fazendo voz de choro. Eu achei que ele realmente estava nervoso na hora”. Simone sugeriu todos os bancos e caixas automáticos aos quais foram e guiava-os até os locais. Foi ela também quem ofereceu um determinado valor aos ofensores: “500 reais tá bom?”. Primeiramente pararam em um banco, mas os caixas automáticos não funcionavam. Em seguida, foram a outro banco próximo, mas a ação foi abortada. No último local em que pararam, Simone foi deixada próxima a um supermercado com caixas eletrônicos, sozinha, para retirar o dinheiro e foi avisada que eles retornariam para pegá-la no mesmo local. Mas, por conta do horário, “o banco só me liberava 100 reais. E aí eu me desesperei, eu comecei a bater na máquina. ‘Eu sei que tem dinheiro na minha conta, me dá!’” Ela recusou veementemente a tentativa do segurança do local em acompanhá-la ao ponto de encontro ou chamar a polícia e, desesperada, foi permanecer no local combinado. Estes foram momentos de grande angústia para Simone, pois os rapazes, ainda em posse de sua filha e marido, não retornavam e sua imaginação percorria pensamentos desgostosos. “Esse foi o momento mais difícil para mim porque eu tava sozinha ali e eu não sabia o que estava acontecendo com os dois tesouros da minha vida. Minha filha, um bebê, sem mim, então eu me senti assim como se tivesse faltando um pedaço ali, como se alguém tivesse arrancado um pedaço de mim. E aquela coisa de ficar imaginando como eu vou conviver com isso, como vai ser minha vida a partir de agora, sem minha filha, sem meu marido.” Enquanto Simone vivia momentos de angústia aguardando o retorno de sua família, os rapazes haviam decidido mudar a rota pois perceberam que eram seguidos por um taxista. Passado algum tempo de fuga, eles liberaram o marido e a filha e seguiram com o veículo das vítimas. O marido e o pai de Simone vieram buscá-la no local em que ela ainda aguardava pelos ofensores. Ao ver os dois no carro do pai, Simone abraçou em prantos o marido e perguntou a respeito da filha, que neste momento estava dormindo na casa da avó. Este foi outro momento de tensão, pois policiais que observavam a cena chegaram em três veículos e empunharam armas para o pai e marido de Simone acreditando que estes eram os ofensores. “Eu saí assim, no momento, desesperada do carro porque eu tive muito medo que eles atirassem no meu pai. Eu tive muito medo. Porque meu pai que tava dirigindo, então meu pai saiu logo do carro, botou a mão na cabeça e eu saí gritando desesperada ‘é meu pai, é meu pai’ porque eu tive muito medo que eles atirassem achando que era um

bandido.” Simone mudou muito seus hábitos por conta dessa experiência, mas avalia que não ficou traumatizada e enfatiza que *“isso para mim foi um fato que aconteceu na minha vida isolado, daquele momento mesmo. Isso não interfere em nada na minha vida, eu não deixo de fazer nada por conta disso, eu não sou uma pessoa que vivo com medo, eu não saio com medo. Eu não sou uma pessoa que, eu não fico imaginando ‘ai isso pode acontecer’, eu não sou assim.”*

Sócrates

56 anos, seqüestrado em 20/07/2004, por volta das 17h30. Percurso: no estacionamento da Universidade, Canela – Calçada – Bom Juá. Duração: aproximadamente 2h30.

Sócrates é um professor universitário, hoje com 56 anos, que se diz temperamental e muitas vezes impulsivo. Em julho de 2004, ao sair da faculdade onde leciona, um homem o abordou. Ele quis instintivamente reagir, mas não o fez, já tendo aprendido a lição em uma experiência passada. O segundo homem apareceu logo em seguida. Os dois ofensores pegaram o pouco dinheiro que Sócrates guardava na carteira e dispensaram os cartões. Eles queriam o seu Ecosport por algumas horas e o devolveriam em seguida. Às 22:00h, Sócrates deveria ligar para o seu próprio celular, agora em posse dos outros dois homens, e estes informariam a localização do veículo. A polícia não podia ser envolvida. Estabeleceram, assim, um acordo verbal. Os ofensores preservariam a vida do professor e, em contrapartida, ele esperaria a ligação com a localização do carro sem contatar a polícia. Sócrates foi liberado em uma estrada que fazia ligação com a BR324, junto com sua pasta recheada de documentos acadêmicos. Com dois reais no bolso, fornecidos pelos ofensores, e depois do auxílio solidário de pessoas no seu caminho, ele conseguiu pegar um ônibus e retornou ao seu lar. Contra a vontade de sua esposa e cunhado, Sócrates resolveu não ir à polícia de imediato e aguardar o horário acordado. Ligou às 22:00 e 22:15, mas não houve resposta. Às 22:20 ele decidiu ir à polícia para garantir que seus direitos junto à seguradora fossem preservados. Mais tarde, um dos ofensores liga para a residência, sua esposa atende e eles informam o local onde o veículo teria sido deixado. Quinze minutos depois eles ligam novamente para informar a verdadeira localização do Ecosport e finalizam a ligação com *“Desculpe por tudo ai, viu dona!”*. A polícia foi posteriormente envolvida, não sem muitas desconfianças por parte de Sócrates. A experiência mudou alguns dos seus cuidados relacionados à segurança, mas nada que tenha afetado seu senso de humor

em relação a sua experiência. Afinal, como ele mesmo diz, era a primeira vez na vida que ele tinha um “*motorista*” e um “*segurança*”, que aliás, mostraram “*uma linguagem de honrar compromissos. Eu honrei com ele, ele honrou comigo*”.

CAPÍTULO III: AS FASES DO EVENTO

A seguir, analisamos o *seqüestro relâmpago* a partir de quatro distintas fases de execução, sendo elas: a pré-abordagem, a captura, o passeio compulsório e o desfecho. Todas as fases são abordadas a partir da experiência da vítima. Isso traz limitações e dificuldades de explanação, especialmente no que tange à fase da “pré-abordagem”, pois este momento pressupõe o ponto de vista do ofensor. Reconhecemos esta limitação e, ainda assim, abordamos esta fase, pois os relatos de alguns participantes nos deram indícios de como entendê-la. Afinal, suas narrativas estão impregnadas por informações que apreenderam de seus ofensores durante o evento. Contudo, uma (futura) análise mais aprofundada deve necessariamente contar com os relatos do ofensor. Começamos, então, pela pré-abordagem.

III. 1. Pré-abordagem

Esta é a primeira fase do *seqüestro relâmpago*. Seria o momento anterior ao “estabelecimento da co-presença” (LUCKENBILL, 1981). É o momento em que os ofensores avaliam se uma determinada vítima em potencial deve ou não ser atacada. Os ofensores buscam informações das vítimas-potenciais e do contexto e analisam a cena para selecionar e agir. Essa avaliação é geralmente rápida porque em questão de segundos uma abordagem em potencial pode se tornar inviável. Por isso, o **fator surpresa** é imprescindível.

Quando eu saí, os seguranças, as pessoas que estavam na portaria, os rapazes fecharam a porta e eu fiquei assim, só eu, a rua e os carros. Aí eu fui descendo a ladeirinha para onde o carro estava. [...]. Ai eu entrei atrás, carro quatro portas mesmo, e pedi a meu marido que me desse minha filha por ali mesmo, por dentro do carro. Não prevendo nada, não estava pensando nada disso [...]. Mas ele, por conforto maior dela, preferiu saltar do carro para me dar ela. E aí foi justamente neste momento que ele estava me dando ela, ele colocou ela no meu colo. Aí deixou no meu colo, fechou a porta, chegou a fechar a porta do carro e foi pra frente. Neste momento exato que ele estava entrando, chegaram três rapazes. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Eu estava na [Rua] Macaúbas, na porta de casa em frente ao prédio. [...] [minha namorada] passou de carro lá em casa. [...] Eu entrei no carro e a gente ficou dentro do carro, mas eu não lembro exatamente o tempo, mas não ficou muito tempo, nem pouco tempo, ficou ali conversando e tal antes dela ir embora. [...] A gente tava lá e chegou um cara armado pela janela dela. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

O fator surpresa foi fundamental para que Simone e sua família não fugissem ou alarmassem outros motoristas ou transeuntes sobre um possível ataque desses ofensores. Eles só foram percebidos no momento da abordagem. Mas o fator surpresa não anda sozinho. O estado de alerta – tão comum aos brasileiros, decorrente da sensação de insegurança (NORONHA *et al.*, 2008) – quando ausente, pode favorecer o fator surpresa. Mesmo em uma situação considerada “perigosa”, as vítimas se distraem, se desconectam ainda que por instantes do seu “sensor de alerta”.

Fui levar ela [minha namorada] em casa, subindo a ladeira da Cruz da Redenção. [...] Ali eu parei o carro, discutindo ainda. Nessa discussão, eu vi uma pessoa vindo. Eu observei a pessoa, sempre fui muito ligado nessas coisas, por causa de meu pai. [...] Meus pais sempre falaram ‘cuidado e tal’, então sempre observei isso. [...] ele passou olhando bem pra gente, pra mim e subiu. Quando ele subiu, não olhei pro retrovisor.. [...] [a namorada] saiu, e ela estava com algumas sacolas na mão porque no outro dia seria o aniversário da tia dela. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Mas por que então as vítimas avistam seus ofensores, como nos relatou Igor, e ainda assim não reconhecem as intenções dessas pessoas em “ofender”? Brenda, Eder e Gabriela nos dão pistas:

Em frente ao meu prédio, já chegando em casa, estacionando o carro, estacionei. Quando eu estava estacionando eu vi duas pessoas passando, dois rapazes, mas **parecia morador** mesmo porque ali é muito movimentado, é um condomínio. **Arrumadinhos, passando como se fosse passar pela rua normal.** Ao estacionar o carro, eu vi pelo retrovisor, mas a situação foi tão normal pra mim que eu estacionei e abri a porta do carro. Quando eu abri pra pegar minha bolsa que eu faço isso, eles já estavam os dois na minha frente, eu já não consegui mais sair do carro. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Eu cheguei, parei meu carro. Eu ia dar aula para uns alunos de corrida. [...] eu até avistei uma pessoa, mas tava bem distante de mim. [Ele] **Estava sentado num banco de braço cruzado, olhando pro mar.** Aí eu parei meu carro, comecei a desembarcar as coisas do carro. Aí quando eu olhei de novo a pessoa não estava mais lá [...] Na hora que eu olhei que eu vi que o cara não estava mais no banco eu falei ‘pronto! O cara vai me assaltar’. Ai quando eu olhei pro lado, ele já estava do meu lado. E o outro já vinha correndo do outro lado com a arma. Então não tinha nem como eu fugir. [...] Como é freqüente eu ver o pessoal treinando ali, eu olhei pra ele vi que ele tava sentado no banco, não liguei, porque tem um centro de treinamento do lado, onde o pessoal malha, faz paralelas, faz a barra, apoio, essas coisas, então ele tava muito próximo dali, **achei que ele estava treinando.** Por isso que eu nem.. se eu tivesse visto maldade eu teria ido embora, teria ligado pro meu sócio e dito ‘ó, não vai pra lá não porque tem uma pessoa suspeita lá, não vá’. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Eu vi que vinham dois rapazes, mas **eles estavam sorrindo, conversando,** não pude ver o rosto deles, na hora, não lembro de ter olhado o rosto deles.

Só vi que eram dois homens, rapazes. Mas **eles vinham tão descontraídos que eu nem me preocupei, jamais pensaria que eram dois assaltantes.** (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Muitos dos ofensores são vistos, mas a forma como eles apresentam-se afasta possíveis suspeitas daquelas que se tornarão suas próximas vítimas. Assim, Eder achava que um dos homens estava apenas exercitando-se, enquanto Brenda e Gabriela reconheceram os seus futuros algozes como dois rapazes rumo à diversão. Eles estavam “camuflados” numa cena cotidiana. A **encenação** parece, portanto, fazer parte da pré-abordagem, no intuito de afastar qualquer suspeita por parte das possíveis vítimas; e com isso, evitar uma abordagem fracassada dos ofensores. Essa encenação consiste na transmissão intencional de sinais (GAMBETTA, HAMIL, 2005) distintos do estereótipo de “bandido”, na tentativa de afastar suspeitas de motivação criminosa.

Me lembro que eu olhei para o lado direito, o lado que as pessoas realmente ficam aguardando taxi e percebi dois homens, vestidos de roupas limpas. [...] O primeiro que olhou para mim com, digamos assim, um olhar de cumprimento. Ele é como se dissesse “olá” com os olhos, “bom dia”, me cumprimentou com o olhar. Eu não respondi, mas também não fiz cara feia. Voltei para a direção do pára-brisa do carro. Mas uma coisa me chamou a atenção, que eles estavam sem sacolas. E digamos assim, num insight eu disse “ih, estão sem bagagem!”. (Lorena, 51 anos, delegada de polícia, 2008, duração: 0h10m)

No caso acima, um dos seus ofensores não é mais “invisível”. Lorena o percebeu já que sua ausência de bagagem o destoava do restante do público. Ele não está mais camuflado. Aqui, o fator surpresa perdeu sua eficácia porque em pouco tempo Lorena poderia tentar prevenir um possível ataque, mas outro fato contribuiu para ela ser abordada: a **velocidade da captura** (que trataremos no tópico seguinte).

A pré-abordagem constrói-se a partir de um processo seletivo no qual os ofensores escolhem quem irão abordar, e criam estratégias para abordá-las de modo que suas intenções não sejam conhecidas. Afinal, se a vítima se alarma, ela pode provocar oposição e arriscar o sucesso da empreitada (LUCKENBILL, 1981). Quanto a essa escolha e à estratégia de captura de vítimas, Elias nos esclarece alguns detalhes, após acompanhar seus algozes na perseguição de outras possíveis vítimas:

[Eles davam preferência a] pessoa sozinha. Casal. Eu não vi muita diferença entre homem e mulher sozinho não. Não sei se simplesmente naquele momento não teve. Eles podem até dar preferência a mulher sozinha, mas eu vi que era nítido que eles procuravam por uma pessoa ou um casal. Mais do que, por exemplo, dois homens ou duas mulheres. [...] E aí, assim, eram coisas muito subjetivas também. Acho que eles ficam muito na pilha

também, com medo de acontecer alguma coisa, de morrer, esse tipo de coisa. Então era muito sutil o que fazia eles tomarem a decisão. Por exemplo, teve uma hora que eles chegaram a começar querer abordar um carro, o carro estava parado com a frente voltada para o prédio, com a porta [do prédio] fechada, [e havia um homem] conversando com a mulher dentro do carro. Com a porta dele aberta, farol ligado, tudo ligado [...] Aí eles rodaram uma, duas vezes o carro e aí o cara fechou a porta e acendeu a luz de ré. Aí ele falou ‘percebeu! Vamos embora!’. Pronto. Ou então começavam a perseguir um carro que demorava muito, o carro rodava rodava rodava [...], ‘não, vamos naquele ali, tá demorando demais esse aqui’. Vidro fumê, eles ficavam meio assim, meio na dúvida, sempre tinha um papo assim, ‘e aí, quantas pessoas tem ali? Será que é uma mesma? Presta atenção para depois a gente não ser surpreendido’. Porque foi nítido [...] mas nítido, nítido, nítido que eles preferem carro que não tenha [vidro fumê]. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Casais ou indivíduos sozinhos seriam preferenciais, assim como a abordagem de carros sem vidro fumê (já que alteram a visibilidade interna do veículo). A pré-abordagem é um movimento tático dos ofensores, em que muitas variáveis são consideradas para iniciar a ação, mas que fundamentalmente depende da capacidade que os ofensores têm de avaliar quem são as vítimas-potenciais e a habilidade que eles têm de analisar a cena. Eles são ofensores com inclinação para esse tipo de delito e que racionalizam os seus ganhos (CLARKE, DERECK, 1985; CLARKE, FELSON, 1993; FELSON, 1995; KENNEDY, SACCO, 1998). Quanto às vítimas, para a teoria dos estilos de vida, indivíduos que estão sozinhos, com um ou dois acompanhantes, que andam de carro, que estacionam em vias públicas e que freqüentam *hot-spots* (KENNEDY, SACCO, 1998; ZEDNER, 2002) compõem uma quadro potencialmente característico da vitimização pelo *seqüestro relâmpago* em Salvador.

III. 2. Captura

Esta é a fase em que as vítimas são de fato abordadas, ou seja, o ofensor mostra-se à vítima com suas intenções ameaçadoras. Aquela em que se faz a “co-presença” e onde o “enquadramento” se inicia (LUCKENBILL, 1981).

O momento mesmo que eu o vicle tocando a maçaneta. Eu senti. Ali já disparou o alarme dentro de mim, da minha cabeça. Eu não estava esperando por ninguém, ele estava abrindo a maçaneta do carro sem ser convidado. É um assaltante. Ali já foi o início de tudo. A sensação foi forte. A sensação quando ele sentou e disse que eu não gritasse. (Lorena, 51 anos, delegada de polícia, 2008, duração: 0h10m)

A arma de fogo já aparece nesse momento, servindo à vítima como uma demonstração da capacidade destrutiva do ofensor e confirmando suas intenções ilícitas.

Quando eu abri pra pegar minha bolsa, (...) eles já estavam os dois na minha frente, eu já não consegui mais sair do carro. Eles aí seguraram a porta do carro e [um deles] disse ‘passe para o outro lado’, levantou a camisa, me mostrou a arma. Pronto, aí eu já viajei, já não imaginava o que tava acontecendo naquele momento ali. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

A arma de fogo é um recurso extremamente informativo. A vítima reconhece sua presença e passa a atuar mediante essa clara ameaça. No caso de Brenda, a aparição foi tão forte que ela “viajou”, sem conseguir acreditar que estava sendo colocada naquela situação. Já Elena presta seu testemunho de outra forma: *[Acho que me dei conta da situação] no momento que o cara me abordou com a arma na cabeça, no meu olho! ‘Passa pra lá branca, perdeu, perdeu!’*. O fato de ela ser “branca” teve relevância para Elena:

Minha mãe fala que [...] eu sou desatenta por isso que eu fui assaltada das outras vezes, eu discordo disso. Eu acho que eu fui assaltada muitas vezes porque eu tenho cara de estrangeira. E aí automaticamente você associa isso a dinheiro, o que não é verdade porque eu era uma estudante dura. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Ainda que essa relação entre cor da pele e perfil de vítimas do *seqüestro relâmpago* não possa ser comprovada neste estudo qualitativo, nos parece evidente que os ofensores capturam vítimas potencialmente capazes de fornecer algum retorno material e/ou financeiro a eles, e por isso, não por acaso a maioria dos participantes que compuseram nosso estudo consideravam-se “classe média”.

[Minha namorada] saiu com a sacola, foi abrir o portão e na hora que foi abrir o portão, as pessoas desceram e me abordaram com arma na cabeça, pediram para eu ir pro banco lateral, pro passageiro e ele ia ficar no banco do motorista. Eu passei pro banco do carona, já olhando para ela e quando ela olhou para trás viu o movimento. E aí tinha um outro rapaz com ele, disse ‘pega ela também porque é ela que está com o dinheiro’. Por ela estar com as sacolas achavam que ela estava com o dinheiro. Mas na verdade era ao contrário, eu que estava com a pochete no carro, cartões, e tal. E abordaram ela. Falei ‘deixe ela, deixe eu aqui, não tem nada a ver’. ‘não! Ela é que está com o dinheiro’. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Nessa situação, os ofensores poderiam ter tido uma ação mais rápida sem a presença da namorada de Igor, mas optaram por introduzi-la na ação porque

acreditavam que era ela a detentora do dinheiro. Com Samir, fizeram a escolha oposta, mas pelos mesmos motivos:

A gente tomou o susto, saiu uma pessoa de dentro do carro já com a arma em punho apontando pra dentro do carro e aí eram duas pessoas, saiu o outro também e pediram pra gente ir pro banco de trás do carro de minha namorada. Chegou a entrar eu e ela no banco de trás, um assumiu o volante do carro dela e outro, que estava armado, entrou no banco de trás também. Aí eu não sei por que, um dos dois falou para deixar ela lá, que ela não precisava ir. Aí falou ‘você sai, você sai’. Ela chegou a entrar no carro e ficar sentada no banco de trás. Aí falou ‘você fique aí, você fique aí’, que foi uma coisa que até me tranquilizou, eu acho que eu ficaria mais nervoso se ela tivesse comigo no carro, preocupado com ela. Aí ela foi saindo, ela me disse que saiu achando que eu estava saindo atrás também. [...] (Samir, 37 anos, dentista e sanitarista, 2003, duração: 0h20m)

Somente depois que a namorada de Samir já havia sido liberada e o carro já estava em movimento, os ofensores foram descobrir que:

[...] minha carteira tava na bolsa de minha namorada, tinha ficado lá. Eu até fiquei preocupado nesse momento porque eles ficaram nervosos, discutindo entre eles. ‘Por que deixou ela lá? Por que deixou ela lá?’. E minha carteira realmente estava lá com meu cartão de crédito, essas coisas. Então não tinha como ir pra banco, fazer saque. (Samir, 37 anos, dentista e sanitarista, 2003, duração: 0h20m)

Assim como nessa situação frustrada para os perpetradores do *sequestro relâmpago* sofrido por Samir, o momento da **captura exige velocidade**:

Neste momento exato que ele estava entrando chegaram três rapazes. Um já foi entrando do meu lado. Nisso ainda tinha aquela poltroninha da minha filha dentro do carro, que ocupa espaço. Aí esse rapaz já foi entrando do meu lado. Um outro entrou na frente, no carona, um outro entrou no motorista, e ele [meu marido] teve que passar por dentro do carro mesmo para trás e ele, meu marido, ficou sentado na cadeirinha dela, naquela poltroninha. Aí nós seguimos a Avenida Paralela. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Essa rapidez na captura parece uma estratégia montada para evitar possíveis riscos às ações dos ofensores. Assim, eles procuram evitar dar espaço à vítima-potencial em perceber suas intenções, o que possibilitaria provável reação daquela ou de observadores externos à ação, implicando em risco à ação criminal pretendida e à segurança dos próprios ofensores.

Podemos fazer um paralelo com a Teoria das Atividades Rotineiras (CLARKE, FELSON, 1993). Compreendemos que o *sequestro relâmpago* conta com um perpetrador com inclinação para o crime. Um ofensor que age com vistas à realização deste evento. Percebemos também a existência do alvo adequado, uma ou mais pessoas

que o perpetrador considera e avalia como possíveis vítimas para o seu ataque. Chegamos então ao terceiro elemento: o guardião capaz (CLARKE, FELSON, 1993; KENNEDY, SACCO, 1998). Suponhamos um cenário no qual estão ausentes policiais, outros transeuntes, câmeras de vigilância, obstáculos físicos ao ataque, entre outros – que no geral assemelha-se à cena relatada pelas vítimas entrevistadas. Nestes casos, entendemos que a própria vítima pode exercer esse papel de guardião capaz. Na verdade, nos parece que a vítima é sua maior guardiã num contexto em que outros guardiães capazes estejam ausentes, na medida em que sua capacidade de identificar as intenções dos ofensores e agir para evitar o confronto ainda durante a pré-abordagem pode neutralizar uma possível captura. Acompanhemos outras abordagens relatadas:

Eu parei [...], um amigo nosso que mora em frente veio conversar comigo e nós conversamos uns cinco minutos. E enquanto ele foi conversar comigo apareceu um veículo bem na nossa frente e saíram três pessoas do carro. Ai me mandou sair do volante com o revólver, eu fiquei na frente e esse amigo nosso atrás. Ficou um no volante e dois atrás. Ai saíram comigo. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Eu resolvi não entrar na garagem, ia parar o carro na porta do meu prédio, [...] pra pegar os documentos e voltar, tava chovendo muito e aí quando eu ia devagarzinho para encostar no meio-fio para estacionar o carro, passou uma *pickup* vermelha *courier* a toda velocidade. Passou pelo meu carro e tinha um homem na caçamba tomando a chuva. Eu ainda pensei ‘poxa, o cara deve tá indo trabalhar e tomando essa chuva, coitado né’. Daí ele passou correndo, quando ele viu que eu parei ele deu ré, só que ele deu ré a *pickup* passou do meu carro. Eu ainda pensei ‘nossa, que louco’. Só que quando ele estava se aproximando desceu o cara que estava na caçamba já com a arma na mão e imediatamente quando ele me abordou o outro já desceu também com outra arma e eu já passei pro lado do carona e ele assumiu a direção e aí a gente saiu. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

A abordagem exige velocidade dos ofensores e a presença da arma de fogo, já que ela intimida eficazmente as vítimas. Mas é o comportamento daqueles que empunham que garantirá a compreensão da vítima de que aquilo é um *seqüestro relâmpago* e de que ela será levada também:

[...] na mesma hora que eles me pegaram e eu dizia [pensava] ‘meu Deus do céu, eu não acredito que isso vai acontecer comigo aqui agora’. Porque uma semana antes tinham assaltado minha irmã. [...] só queriam pegar o carro dela [...]. Deixaram ela na porta, ela estava na porta de casa, ela entrou na casa dela e pronto. [...] Aí na minha cabeça, eles não vão me levar, eles vão levar o carro, quando eles me botaram dentro do carro eu ‘não é possível!’. Sabe quando você acha que está num pesadelo que você vai acordar? É essa a sensação! ‘Não, eles não vão fazer isso comigo, eu estou dizendo que eu estou grávida, eles vão me deixar ir.’ (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Aí quando eu me abaixei na mala pra pegar o material do treino, aí veio o outro rapaz já com a arma na mão deu a voz de assalto. Aí pediu a chave do carro, eu dei a chave do carro pra ele. Aí eu fui andando pra trás pra sair, né. Aí ele pediu ‘não, entre no carro’. Aí eu entrei no carro, aí me levaram junto [...]. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Durante a captura, geralmente um ofensor sempre com a arma de fogo já empunhada faz a abordagem inicial. Em seguida, os outros ofensores aparecem, com ou sem arma de fogo. Portanto, é no momento da captura que a vítima passa a reconhecer quais as intenções daqueles ofensores. O evento que inicialmente poderia ser interpretado como um assalto (como a experiência da irmã de Milena exposta acima) passa a ser compreendido como um tipo de sequestro, já que as vítimas são obrigadas a acompanhar os ofensores. Agora elas estão sob domínio de outros indivíduos, e terão que ajustar suas expectativas, à medida que se dão conta do evento no qual estão inseridas. É o momento que a “co-orientação” proposta por Luckenbill (1981) apenas se inicia, já que as ações vão sendo construídas em todo o decorrer do “passeio”, como veremos a seguir.

III. 3. O passeio compulsório

Esta é a fase em que ocorre a interação continuada entre os atores e durante a qual as ações são realizadas. O conjunto dessas ações forma “sequências coerentes de eventos”, ou seja, *scripts* (LINGER, 1992; KENNEDY, SACCO, 1998; PAES-MACHADO, LEVENSTEIN, 2002) do *sequestro relâmpago*.

Os ofensores precisam manter suas vítimas suficientemente intimidadas, enclausuradas dentro do veículo, mesmo expostas ao mundo exterior, por um período de tempo variável, e sem tentativas de reação. Nesse contexto, eles impõem às vítimas o **contrato coerção-cooperação**. Este contrato é um acordo verbal implícito no qual ofensores expressam suas intenções e informam – mediante coerção – às vítimas que suas vidas serão preservadas desde que haja cooperação. Nesse sentido, cria-se uma relação diádica, em que vítima e refém interagem, sem a inserção de uma terceira pessoa, como ocorre nos seqüestros extorsivos tradicionais, com a presença do alvo que negocia o resgate (BEST, 1982)

As ações parecem ser elaboradas *ao vivo*. Ou seja, são pensadas já com a vítima sob tutela dos ofensores: “*Aí a gente rodou a [Avenida] Paralela, deu duas voltas [...]*”

sem saber para onde ia, até que eles resolveram subir para o [bairro do] Cabula, que foi a primeira parada no caixa eletrônico que a gente fez.” (Elena). Esse **planejamento ao vivo**, concomitante às interações, reflete a **adaptabilidade** do passeio, e correlaciona-se a algumas condições: a vítima e fatores circunstanciais. Primeira condição é a própria vítima. Ou seja, cada pessoa capturada como vítima pode repercutir em diferentes decisões de ação por parte dos ofensores. Assim, a decisão dos ofensores sobre a ação pode depender daquilo que as vítimas têm a oferecer a eles:

A gente foi andando pela BR e eles discutindo se não tinha mais uma forma de pegar dinheiro, porque tinham tirado muito pouco, e não tinha valido a pena e tinham passado muito tempo comigo pra ter tão pouco dinheiro [...] até que um deles pensando ‘ah, mas tem outra forma da gente tirar mais dinheiro, ela pode depositar o dinheiro, a gente pode depositar um dinheiro que tá numa conta em outra conta’, ‘ah, mas não vai dar pra sacar porque são bancos diferentes e tal e já sacou o limite do dia’, ‘então ela joga pra conta poupança que a gente saca’, e aí a gente foi pra outro caixa eletrônico [...] não lembro exatamente onde, que a gente parou pra eles fazerem essa transação pra eles poderem sacar o dinheiro que ainda tinha na outra conta. Aí ‘ah, a gente pode pegar um empréstimo no caixa eletrônico’, e a gente foi pra outro caixa do Banco do Brasil pra pegar o empréstimo e sacar o resto do dinheiro. ‘Ah, a gente pode também pegar um empréstimo na outra conta’, ‘ah mas não vão liberar porque ainda tem dinheiro na conta’. Então assim, esse trâmite a gente ia conversando no caminho que eles iam fazendo, mas eles não sabiam pra onde eles estavam indo na verdade. Eles iam rodando a esmo pensando no que iam fazer [...]. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

O processo de escolha do percurso que tomarão e das atividades que serão realizadas após a captura inicia-se com perguntas e ameaças aos cativos: “*cadê o cartão de crédito, cadê o dinheiro, cadê cheque?*” (Eder), ou “*onde é o banco pra sacar dinheiro?*” (Gabriela), ou ainda “*você trabalha onde?*”, “*você faz o que?*” (Brenda), “*onde você mora?*” (Danila). As informações fornecidas pela vítima sobre suas posses habilitam os ofensores a tomarem decisões e, assim, vão construindo seu *script*.

Até depois da Paulo VI nós fomos para a Manoel Dias naquela agência ali do Itaú. Chegamos a passar pela frente do Itaú e eu imaginei que eles iriam parar logo ali na frente né, mas o que tava no carona ‘não não, não vamos parar aqui não porque aqui é do lado de um teatro [do uec] porque dá muita bandeira, vamos procurar outro lugar para a gente parar’. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Simone ilustra bem essa questão, já que no seu caso, ela portava um cartão do banco Itaú, o que exigiu certa adaptabilidade dos seus ofensores para irem a locais em que houvesse caixas automáticos desse banco. Ela também nos apresenta a outro fator que repercute nas decisões de percurso: as circunstâncias externas à ação. Nesse

exemplo de Simone, um dos ofensores achou que aquele local “dá muita bandeira”, pois localiza-se ao lado de um estabelecimento freqüentado por considerável número de pessoas e isso poderia representar risco à empreitada deles. Com base nesse fator circunstancial, suas decisões repercutiram em outras ações.

Já no caso de Igor, houve outro fator circunstancial que influenciou nas decisões dos seus captores: a irmã da namorada tinha visto a captura. Por conta disso, os ofensores “*tiveram que pensar de novo com rapidez [...] Eles tiveram que pensar outra coisa*”, e ao invés de irem a caixas eletrônicas como pretendiam – segundo suposição do depoente – decidiram sair de Salvador e seguir para a BR324.

Muitas variáveis estão em jogo na definição do processo pelo qual os ofensores conseguirão algum ganho, seja ele monetário ou material. Além da vítima, como fator-condição para a transferência de bens (LUCKENBILL, 1981), e das circunstâncias em que a ação é perpetrada, Gabriela cita também a possível presença de outras pessoas no processo decisório:

Eles não foram pelo [Shopping] Aero clube, vieram direto pela [Avenida] Paralela porque, eu acho, não sei, talvez eles fossem encontrar com alguém no [Shopping] Aero clube, que eles tentavam ligar e não conseguiam. Aí, vieram direto pela Paralela e eles falaram assim, o que tava dirigindo ‘eu já sei aonde nós vamos, pra qual posto do Bradesco nós vamos’ que era lá na estrada do coco. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Neste caso de Gabriela, os ofensores recusaram-se a irem a bancos próximos ainda no início do passeio por conta do risco aparente, depois decidiram que iriam ao Shopping Aero clube, mas quando estavam a caminho desistiram depois de conversas ao telefone. De modo semelhante, Brenda também acompanhou a conversa telefônica dos seus captores, feita a partir do seu celular, com um “chefe” com o qual discutiam o que seria feito em relação a ela: “*É um sofrimento que se passa só em eles falarem, conversando entre eles, que é uma coisa de doido!*” (Brenda). Esse planejamento ao vivo apresenta-se com dupla funcionalidade: uma operacional, da prática – que serve à execução efetiva das ações (saques, compras, roubo) – e outra emocional – que serve à intimidação da vítima: “*eles se comunicavam muito do que eles iam fazer, do que não iam fazer, se iam pegar mais um carro*” (Elias). O contato entre refém e ofensor está presente a todo momento. É um **contato constante** (pela ininterruptão) e **prolongado** (pela temporalidade) durante o qual as vítimas acompanham o desenrolar da situação e, assim, adquirem informações importantes às interações que escolherão ter. A constância

no contato e a abundância de informações são diferenças claras no que tange ao sequestro de cativo tradicional; e o tempo prolongado o diferencia do roubo.

Como o *sequestro relâmpago* tem ações que são desenvolvidas com o tempo e exige dos ofensores certa exposição social, já que estão em vias de trânsito urbano e podem percorrer estabelecimentos bancários, de serviços e comerciais, o risco de algo dar errado é alto. Por isso, além de controlar o ambiente interno (as vítimas e as escolhas de percurso), os ofensores ficam muito atentos ao seu entorno. Quando se sentem ameaçados por pessoas externas à ação, alguns ofensores podem recorrer à intimidação para afastar “olhares”, o que, por outro lado, não tende a afastar possíveis suspeitas: *“Eles ficavam muito preocupados com os carros que passavam e olhavam para dentro do carro, xingavam as pessoas, então eles ficam bastante atentos.”* (Gabriela). Em outras situações, os ofensores podem simular cenas do cotidiano para que suas ações não levantem suspeitas de observadores externos:

Um foi na conveniência e comprou cerveja, o que estava dirigindo, e deixou o som do carro ligado bem alto [...] como se o carro fosse dele [...] pra dar segurança, então aquela coisa ali, não podia ser um assaltante roubando um carro que ia fazer isso. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Nessa hora que ele foi parar no posto [...] ele falou assim, ‘a gente tem que fazer tudo natural e para ser mais natural’, falou para a minha namorada, ‘você vai colocar a mão no meu braço na hora que a gente parar no posto, eu vou ficar segurando o volante normal, você vai colocar a mão no meu braço como se fosse minha namorada!’. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Em ambos os casos acima, as vítimas mulheres foram forçadas a atuar como namoradas de um dos ofensores. Com Gabriela isso aconteceu somente uma vez. Mas na experiência relatada por Elias, sua namorada precisou novamente se passar por amante do *motorista* quando os ofensores decidiram entrar em um motel para tentar abordar outro casal. Assim, a encenação da vida cotidiana engendrada pelos ofensores parece ser utilizada como estratégia para abordar suas vítimas-potenciais sem levantar suspeitas, ainda na fase da pré-abordagem, e também para evitar as suspeitas de possíveis observadores externos na captura e no decorrer da ação.

Em suma, a alta adaptabilidade das ações parece ser uma característica inerente a este tipo de delito, já que apesar dos ofensores aparentemente buscarem um certo perfil de vítima, as poses da pessoa capturada exigirão que eles adaptem suas expectativas e

possivelmente seus objetivos materiais. E, para além das circunstâncias internas da ação, os acontecimentos externos exigirão também novas decisões.

III. 4. Desfecho

Chegamos, enfim, à última fase do *seqüestro relâmpago*, o momento almejado por todas as vítimas, o encerramento, que muitos participantes declararam ser precedido por minutos de grande temor:

E aí foi descendo e quando ele desceu [...] esse barranco de barro e tudo é muito escuro, muito escuro, [...]. Nesse momento que eles desceram lá foi o momento de mais temor que eu não mostrava na minha feição, mas por dentro eu estava muito temeroso. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Como Igor, Gabriela também sentiu muito medo à medida que o desfecho do seu *seqüestro relâmpago* foi se aproximando: “*quando eles entraram em Vila de Abrantes, eu fiquei muito nervosa*”. Mesmo ela, que procurou “*dialogar com eles*” e foi aparentemente correspondida positivamente em algumas das suas iniciativas, sentiu muito medo. Essa sensação pode ter relação com informações que muitas pessoas têm a respeito dos locais para onde os ofensores costumam levar suas vítimas:

No meio do caminho tomaram um percurso, que no CIA é lugar de desova, onde eles matam as pessoas para ninguém saber. É um lugar que você vai, é como se descesse um barranco ‘se eu morro aqui ninguém vê, só Deus’. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

A BR 324 é uma estrada federal de grande circulação, que liga as duas maiores cidades da Bahia, Salvador e Feira de Santana. Muitas indústrias instaladas neste estado estão localizadas ao longo da estrada, inclusive o Centro Industrial de Aratu – o CIA, apontado por muitas vítimas como um conhecido local de desova (enterro/descarte ilícito) de corpos.

Nesse sentido, o afastamento da zona urbana conhecida é parte de um desfecho escolhido pelos ofensores provavelmente porque é “*segurança pra eles, pra eu não chamar a polícia. Me levaram pra dar tempo deles fugirem. Me levaram pra um lugar que não tinha telefone, não tinha nada e foram embora. Pra dar mais segurança pra eles mesmos*” (Eder). Mas, ainda que algumas vítimas façam uma avaliação conforme

Eder fez acima, o direcionamento para locais fora da cidade continua a gerar muito desconforto às vítimas:

E foi depois daí, que saiu desse engarrafamento, e fomos em direção do Bom Juá. Ai tem um momento que realmente eu fiquei mais tenso. Porque você começa a sair da cidade, e ai vai indo pra um lugar, que é uma pista, que vai dar na BR 324 [...]. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

Para Sócrates, ser levado para a BR 324 representava mais risco à sua vida do que permanecer circulando em Salvador. Para Gabriela, a sensação era semelhante:

[...] Eles foram mais adiante, entraram no outro desvio, seguiram direto, era uma estrada que não tinha asfalto, assim, eles conheciam bem o lugar, ai viraram assim à direita e lá era uma vegetação não muito alta, mas eles procuraram ir pra perto onde tinham umas árvores. Aí, eu disse [pensei], 'pô, vão me matar mesmo'. [Um deles] me mandou eu descer do carro, ir pra trás do carro [...]. Aí eu fui e disse [pensei] 'pô, agora vão atirar em mim'. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Assim, sem informações claras ou confiáveis de que ela estaria em segurança naquela situação, Gabriela temeu mais pela morte naquele momento do que em outros durante o passeio, semelhante ao relatado por Samir, ao ser questionado sobre o momento de maior emoção: *“quando eu saí do carro. Eu não sabia se eles iam atirar, se não iam. Eu saio sem olhar para trás e eu não sei o que está acontecendo.”*

A soltura, portanto, apesar de ser o objetivo-fim de todas as vítimas, é também um momento em que elas percebem o **risco de morte iminente**:

Minha sensação é de liberar. Tudo que queriam fazer, eu concordava com tudo. Eu digo, onde é que vão me levar? Eu preocupado, preocupado, preocupado, sentia uma dor de cabeça também. Quando eu vi que ele passou pelo Centro Industrial de Aratu, quando ele passou por lá, eu falei [pensei] 'eu sei que vai ser por aqui'. Entrou numa estrada ali por dentro que eu não conhecia 'vai ser por aqui, tomara que não atire'. Eu estava preocupado dele atirar [em mim]. Quando ele falou assim, 'não olha para trás, sai correndo', eu disse 'é agora'. Por isso que eu me joguei logo, eu não quis ficar em pé. Eu me joguei e sai correndo para eles não me pegarem. Se ele atirasse, o tiro não me pegava. O que eu fiz? Dei uma cambalhota na descida e meu colega fez a mesma coisa. Acho que ele também estava pensando a mesma coisa, que iam atirar na gente. E todos tinham revolver, os três todos tinham revolver. A minha preocupação era essa. Minha única preocupação era essa, liberar. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Mandaram a gente sair do carro [...] eu saí. Meu amigo saiu na minha frente correndo [...] um ficou gritando 'atira, atira'. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

Para Justo e Danila, a saída do veículo foi rápida. A vontade de Justo era sobreviver e, por isso, ele jogou-se para evitar as balas que poderiam vir em seguida. Para Sócrates, a sensação de temor ao final foi semelhante, mas ele retomou estrategicamente o vínculo estabelecido com os ofensores, no momento da soltura:

Freou o carro, saltou, levantou e abriu a porta. Ai eu digo, agora é hora se o tiro sai ou não. Eu senti fisicamente a maneira deles de que não iam atirar, ele abriu a porta da frente, e eu digo: Bom, você cumpriu com a sua palavra, agora eu vou cumprir com a minha. ‘O negócio do telefone né?!’ Ele aí arrastou. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

No caso de Brenda, a soltura ocorreu sem que ela percebesse antecipadamente a intenção dos ofensores:

Quando chegou, assim, do nada, do nada mesmo, ele chegou e falou o seguinte ‘a gente vai deixar você aqui, só vamos pegar seu carro’. Eu só dizia assim ‘leve tudo, leve tudo’, e [ele] com a arma na mão. Tudo bem, o que vai acontecer, eu vou sair do carro, ele vai me dar um tiro. Eu só imaginava isso. Porque como eles estavam, tinha um mais calmo, outro mais estressado. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Aterrorizada pelas conversas que seus captores tinham dentro do carro, ela não percebeu possíveis dicas dadas por eles de que iriam soltá-la; ou ainda, após três tentativas de saques mal-sucedidas eles (ou um deles) podem ter repentinamente optado por liberá-la em meio à cidade, destoando da maior parte das histórias retratadas neste trabalho, nas quais as vítimas eram levadas para fora de Salvador. Ao final, os captores deram a Brenda um vale-transporte para retornar a sua casa. Para Gabriela, que foi deixada fora de Salvador, o “auxílio-transporte” foi maior:

Ele pôs para fora um porta-cédulas que eu tinha, mas não dinheiro, eu coloco uns santinhos assim dentro, colocaram pra fora isso, com dez reais em cima, com a arma na mão assim (em cima da arma). Aí ele disse vire pra lá, aí eu virei, aí ele falou ‘olha, tem dez reais aí, você vai conseguir sair aqui desse mato, depois com esses dez reais você se vira pra voltar pra Salvador, que era do meu dinheiro. Aí eu, ‘meu Deus, eu não acredito que esse cara vai me deixar viva’. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Sócrates recebeu dois reais, também como auxílio-transporte, para pegar um ônibus depois de ser deixado na BR 324. Interessante notar que Gabriela e Sócrates conseguiram estabelecer algum tipo de vínculo com seus captores, o que pode ter relação com o dinheiro fornecido. E os “santinhos” de Gabriela voltaram com ela.

Chega então o momento em que as vítimas são finalmente soltas e liberadas. Elas já não estão mais em poder dos seus captores, estão sem a ameaça da arma de fogo e das agressões. Mas estão também sozinhas, e é neste momento que muitas percebem que **a liberação não representa a salvação**:

Largou a gente no meio do nada. O carro parado com a porta aberta. Minha namorada no banco da frente, eu no banco de trás [...] Aí a gente ficou parado dentro do carro, eu não me lembro se a gente chegou a falar, eu não me lembro, acho que não, a gente desceu logo. Um dia, umas duas horas da manhã, tudo deserto, era um bairro distante e que não tinha muita residência [...] tinha algumas residências, mas o grosso era assim, comercial, fábrica, depósitos, essas coisas assim. Um lugar bem pouco frequentado [...] uma coisa bem erma, uma rua que você não sabe mais se é asfalto ou se é terra [...]. aí a gente desceu do carro, se abraçou, chorou, aquela coisa toda. Não lembro quanto tempo a gente passou assim, acho que pouco tempo porque **ainda tinha muito medo**. Se eles podiam voltar, de onde a gente tava, de ser de repente assaltado de novo, alguma coisa assim. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

A finalização da ação, portanto, não implica em um fim automático do risco percebido pela vítima. Muitas delas temem que os ofensores retornem ou cogitam a possibilidade de uma vitimização secundária, como no caso de Sócrates, que havia sido solto em Bom Juá: *“Olhei assim pra mim e disse, ‘bom, eu ainda tenho aqui uns cinco motivos pra ser roubado!’”*. Assim, o momento da liberação encerra o contato constante estabelecido com os ofensores e finaliza o contrato firmado entre as partes. Em contrapartida, esse momento crítico abre caminho para novas sensações de risco decorrentes do local de liberação. As vítimas passam a temer uma nova vitimização, derivada do *seqüestro relâmpago*. Cientes dos prováveis riscos, as vítimas retardam o momento do alívio e da catarse emocional, e buscam sair dos locais onde foram liberadas para evitar novos ataques predatórios. As vítimas, então, tentam transpor qualquer sensação de exaustão que possam sentir e buscam algum tipo de ajuda:

Eles pararam o carro e disseram ‘desce!’ A gente desceu, eu pra um lado ela para outro. Ela desceu meio já rolando pelo chão. E eles partiram. Deixaram a gente vivo e partiram com o carro. [...]. A gente decidiu não ficar parado ali. Eu olhei para aquele lugar, tudo escuro, falei ‘a gente não pode ficar parado aqui. Vamos embora’. Peguei a mão dela e fomos andando. Ela teve uma súbita vontade de urinar, ela teve que urinar em algum lugar por ali. Acho que muito mais por conta do medo. A gente foi caminhando seguindo e eu vi uma placa bem grande “Bosch” e eu sabia onde eu estava. [...] Bosch é uma empresa que pega funcionários aqui em Salvador e esses ônibus só começam a sair a partir das 4 horas da manhã por causa do turno deles. [...]. ‘Poxa, um ônibus, vamos pegar e parar num posto da Polícia Federal que tem na BR 324 [...]’. Eu estava com ela, talvez tenha sido o motivo pelo qual ele tenha parado. O ônibus parou, a gente explicou a situação e ele ‘eu levo vocês para o posto da Polícia Federal e inclusive meu caminho é para lá’ [...] E a gente acabou acalmando um pouquinho entre aspas. Foi aí que a gente

ligou para esse tio meu da polícia. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Mesmo em meio ao medo de nova vitimização posterior à liberação, algumas vítimas podem sentir que o “pior já passou”, já que os ofensores não estão mais por perto. Milena, vítima de violência física e sexual, relatou esta sensação mais claramente:

Quando ele me deixou no CIA sozinha, eu ali tinha quase certeza que morrer eu não ia. Porque se ninguém parasse eu ia andar até chegar em algum lugar! Eu já tava subindo, porque a Avon fica assim no alto, tinha um morrozinho. Eu já tava olhando porque eu ia subir aquilo. Alguém, ia ter um segurança, ia ter alguém ali que ia ajudar e me dar socorro. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Para, então, passaram de um estado de vulnerabilidade (posterior à liberação), para um estado de segurança, entra em jogo um personagem pouco reconhecido da história, mas comum a quase todos os casos investigados – **o desconhecido solidário**:

Aí eu, ‘meu Deus, eu não acredito que esse cara vai me deixar viva’. Aí eles seguiram, partiram em disparada por esses caminhos e eu depois fiquei com medo, não sabia se eu seguia o curso do carro [...] que era de saída ou eu entrava pelo mato. Aí meu Deus do céu! Se eu for pra lá, eles podem me matar, se eu for para esse mato, tem cobra, tem bicho, tem ladrão aí dentro. Aí [uma caçamba] apareceu e eu ‘bom, vou seguir pra onde ele for’. Aí fui. Mas eu me senti a mulher mais gorda do mundo. Sabe aquela coisa que você é pesado, suas pernas estão amarradas? Eu, meu Deus, meu corpo não responde, meu cérebro, minhas pernas não respondiam, meu cérebro não funcionava. Eu dizia, ande ande ande [...] você não consegue andar, foi impressionante. Você devia andar rápido, correr pra se livrar, você não consegue [...] Aí eu caminhei andando, alguns minutos, pelo mato, depois eu consegui chegar na estradinha e nessa estradinha eu vi um caminhãozinho e eu dei a mão, assim, pra ele. Ele vinha bem devagar porque não é uma estrada normal. Aí eu tava, ‘moço, moço, moço, por favor’. Ele parou, olhou pra mim, eu falei ‘moço, por favor, me leve daqui’. Ele olhou pra mim, ‘O que você está fazendo aí?’, ‘Eu fui assaltada’ [...]. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Eu andei. Eu e meu amigo. Nós andamos, andamos, andamos, um km dentro do mato. A gente não podia ir para a estrada porque eles podiam pegar a gente. Lá adiante tinha uma casinha [...] Aí eu passei pelo lado de lá da estrada, bati. Aí o cara me atendeu ‘oh, eu fui assaltado’. O cara legal, gente boa o cara. [...] Aí ele falou assim, ‘já quebrei o galho de muita gente aqui’. Cara legal, isso foi 2h30 para 3h00 da manhã. [...] Mandou a gente entrar. Perguntou ‘você quer água?’. “quero uma água”. “Quer café?” “Não!” Foi lá que ele ligou para meu filho. Nós ficamos esperando mais de uma hora até eles chegarem. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Por serem liberadas em locais ermos, distantes e desconhecidos, sem dinheiro e sem telefone celular, muitas vítimas recorrem a pedidos de ajuda a desconhecidos que

aparecem em seu caminho. Em geral, são motoristas, seguranças ou moradores da localidade.

A gente foi andando, descendo a rua e achamos uma guarita de um depósito, alguma coisa assim, com um vigilante na guarita. [...] Aí entramos na guarita, falamos o que tinha acontecido, aí o cara falou ‘pô, volta e meia deixam alguém aqui!’. Aí [ele] ofereceu telefone, um copo d’água, a gente telefonou. [...] Minha namorada telefonou para o pai buscar a gente. [...] Aí a gente ficou parado na guarita, o segurança chamou, ele botou a gente pra dentro, chamou outros seguranças, aí foram os dois ajudar a gente a pegar o carro pra descer o carro e parar o carro do lado da guarita. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Esses “heróis desconhecidos” possibilitam que as vítimas façam contato telefônico com os familiares e com a polícia; fornecem água e/ou alimentos; e prestam um conforto emocional às pessoas vitimizadas. No caso de Simone, a ajuda que recebeu de um desconhecido, ainda durante o desenrolar do evento, foi fundamental para a liberação de seu marido e filha:

Quando a gente saiu ele virou para a direita ao invés de virar para a esquerda, ela [a rua] é só mão única. Nisso que ele virou, veio um taxista, veio de frente com o taxista. Ele freou o carro. Aí ta, ele deu a volta, nós seguimos. [...] Aquele taxista que ele tinha quase batido de frente, o taxista percebeu o movimento dentro do carro, ele viu meu marido, viu uma criança pela frente do carro, pelo farol, viu meu marido numa posição muito alta e uma criança no colo e então esse taxista resolveu seguir a gente. Aí nesse momento que eles iam fazer a curva para voltar para me pegar, foi o momento que eles perceberam que o taxista tava seguindo eles, então eles não fizeram a curva, eles seguiram direto a [Avenida] Vasco da Gama. E aí meu marido começou a falar ‘rapaz, ele tá seguindo, me deixa em algum lugar, comigo vocês não vão conseguir nada porque o cartão está com ela’. E aí, graças a Deus, eles pararam e deixaram meu marido e minha filha ali no Jardim de Alah que é lá perto da casa dos meus pais. Aí foi o momento que meu marido conversou com o taxista, que o taxista explicou para ele que tinha percebido que resolveu seguir e que ao mesmo tempo ele [o taxista] ligou para a polícia. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Muitos desses personagens demonstram certa familiaridade com os *seqüestros relâmpagos* constantemente finalizados em certas regiões fora de Salvador, especialmente o Centro Industrial Aratu, como nos conta Gabriela:

Aí o vigilante chamou o responsável da empresa, explicou [...] pronto, na empresa fui desabar a chorar, gritar, tudo que eu tinha direito. Até então eu não tinha derramado uma lágrima. Aí que eu senti, ‘pô, eu não morri’ [...]. Aí eles me diziam, todos os homens arrodoados, ‘fique calma, se você soubesse os casos que a gente dá socorro aqui, tem gente que chega sem roupa, todo ferido, cheio de corte no corpo, que apanhou, isso é um lugar de desova, você não tem nada’, eles diziam isso pra mim ‘fique calma, você não tem nada no corpo, não tem nada. Você não foi estuprada, não bateram

em você, você teve muita sorte'. Eu chorava como uma louca. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Diante desses desconhecidos e já se sentindo em segurança após horas de aprisionamento, algumas vítimas, enfim, “desabam” emocionalmente. Segue então episódios de choro e o desespero, em que recorrem ao conforto de familiares e amigos. Esse é o **momento do alívio**, o qual algumas pessoas só sentem quando chegam em casa:

A onda bateu depois. Nessa hora que cheguei em casa foi que eu vi o quanto eu estava nervoso [...] Quando eu cheguei em casa que eu encontrei com meu pai e minha mãe que foi realmente quando a coisa bateu assim [...] foi quando eu me soltei de verdade. [...]. Meu pai e minha mãe já estavam na sala. Os dois abriram a porta. Aí no que os dois abriram a porta eu abracei minha mãe. Aí ela começou a chorar, eu comecei a chorar muito. Aí eu abracei meu pai, os dois chorando muito. [...] eu estava muito muito muito nervoso e não tinha percebido o quanto eu estava. Foi muito intenso esse momento. Tanto que a gente não conversou muito. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Ai eu subi, subi, e fui para o viaduto, já era BR. E ai eu digo: “Poxa, o que é que vai passar [qual ônibus]?” Com os dois reais no bolso, nunca tive um prazer na minha vida, nunca a palavra “Barra” foi tão linda, vindo na escuridão assim. Ela vinha na escuridão assim “Barra”. Eu vou fazer uma conexão direta, da periferia para o meu bairro. [...]. Quando eu abri [a porta de casa], assim para mim foi o sentimento de vida, foi ouvir aquelas duas vozezinhas lá dentro, que era a coisa obviamente [...] que estava mais dentro da minha cabeça. ‘Nenenenene’ conversando na sala, vendo televisão, eu olhei assim: ‘Aí, estou em casa, estou em casa!’ Ai entrei, olhei pra elas [minhas filhas], não disse nada. Tomei um banho, voltei, ai foi a cena com minha mulher. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

O lar é esse espaço percebido como seguro das mazelas urbanas. É o ambiente no qual as vítimas podem sentir-se física e emocionalmente resguardadas. Seus muros são um obstáculo material aos riscos de violência social externos a eles. Esse ambiente físico configura-se também como um espaço em que as emoções podem ser vividas, onde as máscaras e faces mantidas durante todo o incidente violento são desmontadas.

Na contramão da maioria dos relatos, algumas vítimas expressam um certo descontentamento com a inexistência de pessoas solidárias a quem pudessem requisitar ajuda.

Eu só pensava ‘eles vão lá para casa’, para você ver o pânico. Ai comecei a ficar feito louca, pedindo para me emprestar um celular para eu ligar para casa [...] e ninguém me empresta! (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Eu tava com uma calça da malhação, do pilates, um top e a blusa que ele tinha rasgado. [...] E aí cheguei, tirei a blusa, botei a blusa assim e fui pro meio da pista. Falei ‘não! É para morrer? Pelo menos eu vou morrer pedindo

socorro, eu não vou desistir! Mas aí eu já tava chorando, já tava desabando de chorar, eles já não estavam mais comigo. Aí no meio da pista mão e contra-mão eu levantei a blusa e comecei a gritar ‘socorro, socorro, eu tô grávida, eu fui seqüestrada, não sei que’. Aí veio um ônibus que só tinha motorista e cobrador de vários outros indo para a garagem, foi aí que eles pararam. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Abri, desci, subi um passeio e fiquei parada porque eu tive amnésia [...] e fiquei parada pensando ‘meu Deus, meu Deus!’. Aí percebi que tinham dois senhores assim no estabelecimento e entrei e disse ‘eu fui assaltada’. E os dois me olhavam ‘assaltada como?’. Eu fui assaltada, um deles me respondeu ‘eu vi a senhora descendo de um carro branco, a senhora desceu de um carro agora’. Eu disse ‘o carro é meu’. E eles olhavam como se dissessem ‘como é que o carro pode ser dela, ela com essa aparência’. Aí voltou também, a pessoa a quem eu estava pedindo ajuda no momento a dizer ‘ela não pode ser dona daquele carro porque ela estava de sandália havaiana, ela é negra, ela está usando lenço e um vestidinho simples. Deve ser maluca.’. E eu disse ‘eu quero falar com alguém, mas eu não estou lembrando os telefones, eu quero falar com uma pessoa da minha família, mas não estou lembrando de ninguém’. Ele falou, ‘a senhora está com uma bolsa’. Eu esqueci da bolsa! O medo foi tão grande que eu esqueci da existência dela, eu não queria pensar na bolsa porque a bolsa tinha, digamos, uma sentença de morte. Ele disse ‘a senhora está com a bolsa’. Eu disse ‘a bolsa!!’. Aí abri a bolsa, aí ele ‘não tem alguma coisa, algum número não?’. Eu disse ‘tem, deve ter’. (Lorena, 51 anos, delegada de polícia, 2008, duração: 0h10m)

Se, a esta altura, para a maioria das vítimas, o contrato com os ofensores já foi finalizado, para Sócrates foi diferente. Durante o seu período de confinamento forçado, ele e seus ofensores acordaram que Sócrates não prestaria queixa policial após a liberação e, em contrapartida, os ofensores entregariam seu carro naquela mesma noite; o que seria combinado via telefone até certo horário. Este professor cumpriu o acordo e aguardou o telefone até quinze minutos depois do horário combinado, quando então decidiu ir à polícia formalizar e registrar o acontecimento. Nesse ínterim, os ofensores ligam para sua residência e sua esposa, que havia permanecido no local, atende o telefonema:

‘Cadê o professor?’ Eram eles. ‘Olha, cadê..?’. [...] – quando eu pedi o dinheiro do táxi, eles não me deram o dinheiro, eu disse ‘eu tenho pressão alta’. É melhor. [Eles disseram] ‘Não, vá de ônibus.’ – Aí ela [minha esposa ao telefone com os rapazes]: ‘meu marido tem pressão alta, ele foi pra, pra clínica.’ Olha que bateu, que coincidência. Ela não queria dizer que ‘ele foi pra polícia’. Porque ela viu a resistência que eu tive! Aí ele entendeu. Ele já bateu as duas informações, havia coerência. Ele disse [...] [o carro] ‘está no (*Shopping*) Iguatemi, no estacionamento, na ala tal’. [...]. Aí ela chegou, pegou e ligou pra mim. Disse: ‘olha, eles ligaram.’ Eu já estava lá [na delegacia] [...] Aí, eu não passei a informação pro delegado. [...] Quinze minutos depois, eles provavelmente já tinham se afastado do local onde deixou o carro. Olha como são profissionais. ‘Olha, nós mentimos. Se vocês tivessem montado algum tipo de campana nós tínhamos nos livrado hein?! Agora, nós vamos devolver o carro mesmo. Ele está na Rótula do Abacaxi, e vão rápido, porque o som tá lá, e polícia vai roubar! Não somos nós não! É a polícia...’ Bateu o telefone, deve ter dado um fim no celular [...]. Ah! [e

ainda falaram para minha esposa] ‘Desculpe por tudo aí, viu dona!’ (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

Sócrates prolongou o seu contrato com os ofensores e, vice-versa, os ofensores mantiveram o acordo. Não sem tomar certas precauções para evitar que fossem descobertos pela polícia. Este movimento em prevenir a traição do outro partícipe do contrato está em acordo com o exposto por Best (1982) no que concerne aos seqüestros extorsivos. Segundo ele, os ofensores devem sempre antecipar os esforços de agentes de controle social em capturá-los. Assim, sua hipótese mais segura é sempre considerar que o alvo vá traí-lo e, por isso, devem prevenir-se adequadamente, como o fizeram os algozes de Sócrates. O encerramento do evento é, enfim, concretizado com o retorno ao lar, e as vítimas passarão, a partir daí, a viver os efeitos desta experiência, que é o tema tratado no Capítulo VI.

O que é *seqüestro relâmpago*?

A expressão “*seqüestro relâmpago*” carrega consigo uma série de significados que são, em certo nível, reincidentes nas narrativas dos nossos entrevistados. Muitos a definiram a partir da comparação com outra expressão similar, o seqüestro de cativo tradicional:

[Foi seqüestro relâmpago] pelo tempo da duração, pelo fato deles não terem levado a gente. De eles terem deixado a gente e tenham seguido sozinhos. Mesmo que [eu] tenha sido [liberada] primeiro e eles [meu marido e minha filha] depois [...] [os ofensores] mostraram que o interesse deles não era manter a gente em cativo. Mas que o objetivo deles era um só, era ter o dinheiro e ir embora. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Simone diferencia o *seqüestro relâmpago* de outros tipos de crime pela não intenção em manter as vítimas em **cativo**. Segundo ela, esta situação não pode ser nomeada puramente como “seqüestro” pelo fato deles “não terem levado” Simone e a família a outro lugar e os ofensores terem “seguido sozinhos”. Outra questão abordada por ela é o **tempo de duração**, que também aparece na definição de Milena, abaixo:

Seqüestro relâmpago para mim vem daquela idéia de que você não fica com eles, não passa o tempo e tal. Ele fica com você um tempo e depois te solta. Pelo menos o que a gente vê na mídia é isso, o que é seqüestro relâmpago. E que normalmente acontece nas saidinhas bancárias. Então por isso que eu

acho que foi um seqüestro relâmpago. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Assim, o tempo de duração e o fato que “depois te solta”, diferencia-o novamente do seqüestro de cativo tradicional. Aqui ela ainda relaciona a expressão *seqüestro relâmpago* com as “saidinhas bancárias”, uma modalidade de crime na qual ofensores assaltam, nas proximidades de agências bancárias, pessoas que tenham um montante em dinheiro recém-sacado (PAES-MACHADO, RICCIO-OLIVEIRA, 2009). Esta participante do estudo é a única a mencionar essa correlação, o que pode ter relação com a experiência específica à sua vitimização, a qual ocorreu ao sair de um banco. A mídia também colabora fortemente com a interpretação que Milena, assim como qualquer pessoa, faz a partir da sua experiência. As informações assimiladas através dos meios de comunicação – cada vez mais incorporados ao cotidiano das sociedades – são mais um componente das experiências pregressas das vítimas.

Justo corrobora com a noção de que o *seqüestro relâmpago* **não é um seqüestro de cativo** e traz novamente a questão do **tempo de duração**, numa análise em que qualifica o seqüestro de cativo como “pior” que um *seqüestro relâmpago*:

A sorte minha é que se fosse uma coisa durante o dia era pior ainda. Aquela coisa muito violenta, no cativo, muito violento. Ligar para a família e tudo. O perigo é isso. [...] É pior durante o dia como acontece aí, fica uma pessoa dois três dias lá, só pedindo dinheiro. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Como Justo, Igor também compara esses dois tipos de seqüestro, e contribui com outra idéia:

Foi um seqüestro relâmpago, **eles tinham com certeza na mente deles pra levar pra banco, sacar dinheiro** deles, talvez não tivessem a idéia de matar e depois a idéia passou depois que eles foram pro caminho da BR. Eles não levaram a gente pros bancos por causa da irmã e do namorado que viram. [...] Eu costumo dizer que a gente não sofreu um seqüestro relâmpago, nós fomos seqüestrados realmente. Ficamos uma hora no carro, mas levaram a gente para um lugar totalmente diferente de um banco. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Ele revela que entende o *seqüestro relâmpago* como o tipo de ação em que os ofensores vão a bancos sacar o dinheiro da vítima em caixas automáticos. Ele reconhece que a intenção inicial dos seus captores deveria ser esta, mas que os planos mudaram porque os ofensores foram vistos e, com isso, ele passou a viver um “seqüestro realmente”. Essa concepção de *seqüestro relâmpago* vincula-se à definição jurídica de

“extorsão com restrição de liberdade”, já que pressupõe a extorsão da vítima em caixas automáticos (JESUS, 2000; MENDONÇA, 2002; GOMES, SANCHES, 2009).

Tendo vivido outras experiências de assalto, vemos o esforço de Elias em diferenciar aquilo que ele viveu daquilo que ele entende como seqüestro tradicional e assalto comum:

[No seqüestro tradicional] normalmente visa-se uma pessoa específica, com finalidade mais específica, vai pegar o filho de não sei quem ou o embaixador de não sei onde, são visadas previamente, estudadas [...] se cobra [muito] num resgate [e] a pessoa fica mais tempo em poder [dos sequestradores]. Acho que o relâmpago deve vir daí. [...] Eu entendo assim, quase como um assalto prolongado. [...] na minha cabeça assalto é uma coisa não só de período, mas de dinâmica. O cara chega, bota a arma [...] toma suas coisas e vai embora. Eu fiquei limitado sob controle deles, dentro de um ambiente fechado a mercê deles. Eles me levavam para onde queriam. [...] Eles me pegaram de um lugar e me levaram para outro. Não foi só uma coisa ‘me dê sua bolsa e saia correndo’. Isso para mim é um assalto, entendeu? Por exemplo, eu chamaria de *seqüestro relâmpago* se chegasse alguém aqui, botasse a arma na cabeça da gente, a gente fosse andando até o caixa ali no Itaigara, sacasse todo o dinheiro da gente e largasse a gente lá. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Para este respondente, o *seqüestro relâmpago* aproxima-se mais de um “assalto prolongado” em que o fato de “eles me pegarem de um lugar e me levarem para outro” é o limite entre o assalto comum e o *seqüestro relâmpago*. Esse **transporte** da pessoa, sem que esta tenha autorizado, em conjunto com a idéia de **confinamento forçado**, em que a vítima fica “*limitado, sob controle deles, dentro de um ambiente fechado, a mercê deles*” (Elias) aproxima-se, de fato, da definição legal estadunidense de seqüestro (FISHER, LAB, 2010). Esse entendimento sobre o *seqüestro relâmpago* percorre outras explicações:

No seqüestro relâmpago a sensação de impotência foi muito maior, Do não saber o que vai acontecer. De **estar sendo completamente conduzindo**, não tinha poder de decisão hora nenhuma. Hora nenhuma eu pensei em abrir a porta do carro e fugir, ou de tentar tomar a arma, então ali realmente eu estava sendo conduzido, sensação de impotência foi bem maior. (Samir, 37 anos, dentista e sanitaria, 2003, duração: 0h20m)

Essa sensação de “ser conduzido”, de “não ter poder de decisão” retoma a noção de seqüestro, antes discutido, em que o conceito fundamental é a restrição de liberdade (ALIX, 1978; FISHER, LAB, 2010). Assim, para Samir, mesmo que os ofensores não passem em caixas automáticos para sacar dinheiro – como ocorreu com Igor, porém não com Samir –, mas dominem suas vontades e o levem sem sua autorização, a experiência que se configura deve ser nomeada *seqüestro relâmpago*. Assim, os participantes deste

estudo nomeiam essa experiência a partir do cunho de rendição e condução a que as vítimas são submetidas.

Porque eu fui conduzido por eles e fiquei rendido por eles por alguns minutos. Se o [assalto] de 2005 me levassem com eles também, quer seja para me deixar mais longe, e nesse meio tempo roubar minhas coisas, eu veria como um seqüestro relâmpago. [...] Por eu ter sido rendido e conduzido com eles. (Samir, 37 anos, dentista e sanitariano, 2003, duração: 0h20m)

Essa idéia é também defendida por Sócrates, referindo-se a uma “viagem” que ele não queria ir:

O relâmpago pra mim [...] pode durar 15 minutos, pode durar uma hora, pode durar até um dia. Mas o *seqüestro relâmpago*, a partir do momento em que ele me seqüestrou e me convidou a ir numa viagem que eu não queria ir. Eu podia até deixar o carro, eu digo: “leva”. Mas **você tá dentro**, aí você entra numa loteria, você não sabe o que vai acontecer! (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m).

E essa viagem ocorre dentro do carro. A vítima passa a vivenciar um confinamento forçado no qual um veículo – em todos os casos relatados – transforma-se em seu “cativeiro”, seu “**cárcere móvel**”, materializando a inacessibilidade que a vítima passa a ter em relação ao cenário externo e viabilizando um contato contínuo e denso com os ofensores no espaço interno do veículo.

Por fim, vale considerarmos o esclarecimento que Elena nos faz quanto ao seu papel de vítima e pagadora do próprio resgate:

Eu acho que [*seqüestro relâmpago*] é quando você é seqüestrado e você mesmo paga seu resgate. Não há comunicação com familiares, você não fica assim em cárcere privado [...] e tem uma função específica de arrecadação de bens num mínimo tempo possível. Você não negocia nada, não tem negociação. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Os familiares não seriam tão diretamente envolvidos num caso como esse, e o próprio refém assume a função de viabilizar o resgate e sua liberação: “*quem pagou foi eu para sair*” (Danila). Ele é, portanto, “refém” e “alvo” (BEST, 1982) dos ofensores, é a vítima e o herói, aquele que sofre as ameaças diretas e que possui as ferramentas requeridas para o término das ameaças. Nesse sentido, e contrariamente ao que sugere a fala de Elena, o *seqüestro relâmpago* e as relações ali mantidas permitem o desenvolvimento, em certo grau, de negociação da díade envolvida neste evento – a vítima e o ofensor (como veremos no Capítulo V).

O *seqüestro relâmpago*, portanto, tem forte caráter financeiro (MALLAN, 1995; BRIGGS, 2001; FISHER, LAB, 2010), do ponto da motivação do perpetrador, assim como a maioria dos atuais seqüestros (extorsivos) brasileiros (MALLAN, 1995). O *tempo de duração* do evento, o fato de haver um *cárcere móvel* e não um cativoiro fixo – diferenciando-se do seqüestro tradicional – e haver *restrição e condução da vítima* de um lugar a outro – diferenciando-se do assalto comum – são idéias convergentes na maioria dos relatos e centralizam as definições sociais do *seqüestro relâmpago*.

Tais definições sociais convergem para um dos quinze diferentes tipos de seqüestros segundo a tipologia de Alix (1978): o “seqüestro para roubo”, no qual, como já vimos, a vítima é privada de sua liberdade de ir e vir para que o perpetrador possa se apropriar de seus pertences e bens, sem que haja um pedido formal de resgate – neste caso, sem que haja um pedido formal a terceiros, já que é a própria vítima que negocia seu resgate. Essa perspectiva contraria as discussões até então ocorridas nas instâncias de formulação da lei brasileira que limitam-se a refletir sobre seu caráter de roubo ou extorsão; ou seja, o que estava em jogo era a sua tipificação enquanto *crime contra o patrimônio*, afastando reflexões sobre seu caráter enquanto *crime contra a pessoa* (como o é o seqüestro²³).

²³ Artigo 148 do Código Penal Brasileiro. A pena varia de um a três anos ou dois a oito anos a depender dos qualificadores.

CAPÍTULO IV: AS VIOLÊNCIAS DO *SEQUESTRO RELÂMPAGO*

O conceito de *seqüestro relâmpago* está invariavelmente articulado ao de violência. Todos os relatos analisados nos apresentam uma ação em que existe o uso da força ou poder por parte de um agente em relação a outra pessoa, resultando para esta em possíveis danos psicológicos, físicos e/ou sociais. A análise destes dados nos permitiu compreender as violências sofridas a partir de três dimensões distintas: as ações violentas praticadas pelos ofensores contra as vítimas; os riscos relacionados à interação ofensor-polícia; e as respostas imediatas das vítimas ao conjunto de ações no *seqüestro relâmpago*

IV. 1. Ações violentas dos ofensores

A arma de fogo, as ameaças e agressões físicas

Estes três elementos – a arma de fogo, as ameaças e as agressões físicas – são aqui tratados conjuntamente, pois suas ações e efeitos estão vinculados. As ameaças expressas pelos ofensores são passíveis de concretização com a presença da arma de fogo. Ao mesmo tempo, estes elementos se vinculam às agressões físicas, já que o conteúdo recorrente das ameaças é a iminência de alguma conseqüência física (a morte, por exemplo) e o uso da arma de fogo também implicaria em prejuízos físicos às vítimas. Assim, o entrelaçado desses três elementos compõe uma teia de ações violentas perpetradas que implicam em violências psicológicas à vítima.

Quanto ao primeiro elemento citado, alguns autores apontam que a probabilidade de uma vítima resistir a um roubo com uso de arma de fogo é menor do que sem o seu uso (CONKLIN, 1972; LUCKENBILL, 1981); o que, por sua vez, também contribui para a diminuição da violência física exercida contra as vítimas. Sem fugir a essa regra, o **uso da arma de fogo** desponta como um aspecto de destaque no *seqüestro relâmpago*. Este objeto esteve presente em todos os episódios relatados nesta pesquisa (ver Quadro 2). Havia ao menos uma arma em todos os episódios relatados; ao menos duas em quatro casos e três armas em um evento.

A presença, em cena, desse instrumento garante à vítima que o perpetrador pode chegar “às vias de fato” da ameaça, se assim o quiser: *“Você já foi rendida por uma arma? O espaço é uma coisa muito relativa, ele se torna deste tamaninho, a única coisa que existe. É assim o espaço, a sensação é essa: ‘assopro’ e se reduz àquele buraco, que todos esperam”* (Sócrates). Essa sensação de esperar pelo “buraco” guia ações e decisões das vítimas. Esse instrumento dos ofensores informa e encaminha a vítima à situação coercitiva na qual é colocada, como no caso de Elena: *“[acho que me dei conta da situação] no momento que o cara me abordou com a arma na cabeça, no meu olho!”*. Em outras palavras, a presença da arma de fogo em cena guia o enquadramento (LUCKENBILL, 1981) do *seqüestro relâmpago*: *“Eu vi que era um assalto, tudo por causa da arma de fogo. Eu não me dei conta, quando ele puxou, eu olhei pra ele, quando eu olhei, quando eu olhei pra mão, que eu vi [a arma]...”* (Danila).

A intimidação – citada por Conklin (1972) como uma das grandes funções da arma de fogo em uma situação de roubo –, no *seqüestro relâmpago*, tende a seguir duas tendências no que se refere ao posicionamento da arma de fogo: ora ela é colocada em direção à vítima, dentro do seu campo de visão, e ora é posicionado em alguma parte do seu corpo, como ocorreu com Eder: *“Fiquei atrás, no banco de trás. Ficaram dois na frente e um atrás comigo com uma arma. O da frente ficou tirando coisas da sacola, procurando dinheiro, essas coisas. E o de trás ficou com uma arma aqui assim no pescoço”*.

Para além da experiência concreta de ameaças dos perpetradores e do uso da arma de fogo, o impacto deste objeto no desgaste emocional das vítimas extrapola os instantes de ameaças verbais. Assim, mesmo em situações em que a ameaça não esteja sendo aplicada à vítima, a arma de fogo continua presente em cena, representando grave risco às suas vidas: *“Começou a criar um clima de tensão, que tinham duas armas e três caras, o que tava armado tava dirigindo então tinha um acesso mais difícil, e os outros dois começavam a brigar, a passar um a arma para o outro, ‘fique você’, ‘não, fique você’”* (Elena).

Essa sensação de grave risco à vida proporcionado pela arma de fogo e pelas ações dos ofensores leva muitas vítimas a romperem com uma suposta conduta passiva. Gabriela, retratada abaixo, passa a exercer um papel de “pacificadora” com vistas à manutenção da própria vida: *“Depois que eu me dei conta da situação eu tentava pedir calma para eles [...] eu pedia calma porque eles estavam muito nervosos, xingavam muito e eu tinha medo que a arma disparasse, que eles atirassem em mim”* (Gabriela).

Mas algumas vítimas, ao avaliarem a experiência que passaram durante o *seqüestro relâmpago*, desacreditam que pudessem sofrer algum dano físico grave. Isso porque avaliavam os ganhos e perdas dos ofensores com o possível desfecho trágico; uma referência à Escolha Racional (CLARKE, FELSON 1993), uma teoria que explora a racionalidade dos ofensores ao avaliarem os ganhos na execução de crimes. Mas, ainda que os cativos avaliem esses ganhos e que isto exerça significativa influência sobre suas ações e estado emocional, a arma de fogo presente em cena continuava a representar um possível risco à sua integridade física.

Por mais que eu seja uma pessoa tranqüila e relaxada, na hora eu não ia ficar. Ele estava com um revólver ali, entendeu? Minha preocupação era eles perderam o controle da situação. Ou por drogas, ou por inexperiência. Eu tinha essa impressão porque tinha um revólver ali na minha cabeça. (Samir, 37 anos, dentista e sanitarista, 2003, duração: 0h20m)

Assim, a arma de fogo parece ter um papel fundamental para garantir às vítimas a credibilidade dada às ameaças e garantir aos ofensores a dominação das vítimas. Com essa perspectiva, os ofensores passam a exercer as **ameaças** durante a ação e acabam promovendo um certo terror psicológico continuado, “[...] *ameaçando, dizendo que ia matar, que a gente tava fodido, que não sei que. Esse tipo de conversa.*” (Elias).

As ameaças percebidas englobam também as discussões e decisões que são engendradas no decorrer do evento, tendo a vítima como espectadora relativamente passiva, sem controle aparente sobre as decisões tomadas: “[eles diziam] ‘e aí, o que vamos fazer com ele, o que vocês acham?’. ‘Vamos matar ele, como é?’. Aquela parte, aquele terror.” (Justo). O que se estabelece, na verdade, é uma interação dos atores, e, mesmo havendo uma assimetria de forças entre os partícipes da ação, entendemos que as vítimas exercem interações estratégicas ao lidar com seus agressores, que trataremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

As ameaças são habitualmente expressas de maneira agressiva e enérgica para impor o tom violento e perigoso dos seus ofensores, como aconteceu com Elias: “‘se vocês tentarem qualquer coisa, a gente vai atirar em vocês, não gritem, não chamem, não avisem, se a gente perceber alguma coisa vocês estão fodidos’”. Surgem também outros sobretons, como a noção de que a vítima está sozinha naquela situação, sem espaço para heroísmos seus ou de outros: “pararam em outro posto de gasolina [...] me avisou que eu não fizesse tentativa de fuga porque segurança de posto de gasolina não está preocupado com outra coisa que não seja a segurança do próprio posto e ele não

ia me defender.” (Gabriela). As ameaças, portanto, “têm poder superior e com alcance maior que a lei” (STANKO, 2003, p. 4),

Os ofensores apresentam-se às vítimas como perigosos (LUCKENBILL, 1981; BEST, 1982), mas também como mantenedores do “acordo” em liberá-las caso haja a cooperação. Eles estabelecem, desta forma, um contrato verbal imposto à vítima que exigirá comprometimento dos “parceiros” em originar resultados positivos para ofensores e vítimas, tal como proposto por Best (1982) ao abordar a transação extorsionista. Assim, os ofensores do *seqüestro relâmpago* esperam adquirir uma soma em dinheiro e/ou bens e finalizar a ação sem riscos a sua segurança; e as vítimas desejam readquirir sua liberdade e tentam minimizar as violações físicas, psicológicas e materiais decorrentes desse encontro forçado. E, nesse sentido, o contrato é continuamente negociado, geralmente de modo sutil.

A **violência física** perpetrada se supõe contingencial a certas ações das vítimas (LUCKENBILL, 1981). As vítimas crêem que os ofensores, de modo geral, farão uso da violência física de modo contingente a sua “não-cooperação”, o que por sua vez influencia as vítimas a, de fato, cooperarem. Essa acepção, fortemente encontrada entre as vítimas é representativa do que a opinião pública propaga, seja no nível macro, como nos meios de comunicação, seja no nível micro, nas experiências cotidianas de interação dos indivíduos. Mas o que seja compreendido por vítimas e ofensores como “cooperação” e “não cooperação”, dependerá, dentre outros fatores, do desenrolar do evento e da interação entre as partes. Assim, a vítima pode acreditar estar “cooperando” ao passo que os ofensores acreditam o contrário. Elena viveu esta situação ao temer que a insatisfação dos ofensores com o montante de dinheiro obtido pudesse oferecer-lhe mais risco *“porque tinham tirado muito pouco, e não tinha valido a pena e tinham passado muito tempo comigo pra ter tão pouco dinheiro”* (Elena).

Neste mesmo episódio, um dentre três ofensores, aparentemente o líder, mais experiente e mais agressivo, demonstrava estar sob efeito de drogas: *“Ele estava visivelmente drogado, com umas pupilas desse tamanho, muito agitado, muito nervoso e muito ansioso, afobado para conseguir dinheiro”* (Elena). Lidar com um ofensor neste estado parece gerar maior sensação de insegurança, levando a vítima a duvidar sobre a capacidade de o ofensor preservar sua vida, mesmo mediante o contrato de cooperação. De modo semelhante, Samir nos revela que *“O que estava atrás com a arma, eu achei que ele estava doido, por causa de droga. Achei que ele estava doidão.*

[...] eu senti o cheiro da maconha, então eu fiquei preocupado com isso. Eles não estavam certos de como eles estavam conduzindo a situação.”

Minayo e Deslandes (1998) revelam que apesar de estudos experimentais apontarem para uma correlação entre uso abusivo de álcool e drogas e o aumento da agressividade no indivíduo, essa relação entre drogas e violência ainda não é suficientemente explicada a ponto de se presumir que a presença de drogas nos eventos violentos afetem o comportamento das pessoas envolvidas. Esse nexos causal ainda não pode ser confirmado, já que os efeitos provocados por cada tipo de droga depende de fatores individuais, como personalidade, e fatores sócio-culturais (MINAYO, DESLANDES, 1998). Entretanto, a inabilidade da pesquisa científica em estabelecer essa relação causal, não invalida a severidade da angústia psicológica vivida por vítimas cativas de ofensores sob efeito aparente de drogas: para elas, ofensores sob efeito do consumo de drogas representam o inesperado, o descontrole, o não-racional.

Ainda que a **agressão física** seja o tema-núcleo das ameaças dos ofensores, apenas três vítimas dos doze casos estudados revelaram ações praticadas aos seus corpos: um homem idoso e duas mulheres jovens, uma delas estava grávida durante o episódio e sofreu violência sexual (tentativa de estupro). Enquanto a violência praticada contra o idoso indicava um caráter instrumental, as agressões físicas praticadas nas mulheres não apresentavam uma relação clara de atividade-meio que visa um fim. Para Marongiu e Clarke (1993) este seria um tipo de “violência irracional”; ou seja, atos perversos que servem à despersonalização da vítima, uma figura possivelmente representativa das mazelas do ofensor violento.

Antes de parar num caixa eletrônico na verdade ele parou num ponto de ônibus e me fez comprar um cigarro pra ele da janela do carro. Ele abriu a janela e falou que ‘você vai comprar um cigarro pra mim, se você fizer qualquer coisa eu vou atirar na sua cabeça’. Assim, os vidros do meu carro eram fumê, eram bem escuros, então ainda mais nublado, de fora não dava muito pra perceber o que tava acontecendo dentro, mas [...] no momento que ele abriu a janela que eu pedi o cigarro pra uma ambulante que tava vendendo doces, cigarros no ponto de ônibus ela percebeu o que aconteceu e ficou com medo de se aproximar do carro e foi o momento que as ameaças se intensificaram mais porque ele achou que eu estava fazendo algum sinal para ela que tivesse identificando que aquilo ali era um seqüestro. E aí ele apertou meu braço com força, fiquei meio roxa, e ficou falando ‘ah você tá me cagoetando, você tá me cagoetando, você não sabe o que vai acontecer com você e arrancou o carro. [...] O cara que tava dirigindo falou pra mim assim ‘você tá muito calma, você é polícia?’ e eu falei calma que não, que eu não era polícia, que eu não tinha cara de polícia. E aí ele falou ‘você tá muito calma’ e ele começou a ficar muito irritado porque eu tava muito calma e foi nessa hora que ele me deu um tapa no rosto. Foi o momento que eu acho que quebrou um pouco o ritmo da ação porque os caras que estavam atrás ficaram muito surpresos com a atitude dele. Mas alguma coisa no meu

comportamento irritava ele de uma forma assim imensa que eu não podia olhar pra ele que ele me ameaçava, até que ele começou a me agredir mesmo fisicamente. E ele me parecia ser o líder do bando, do trio. Então nessa hora os caras não concordaram muito com a atitude dele, mas não se impuseram, não falaram nada. Só tiveram uma reação meio desconfiada que não estavam concordando muito. [...] A gente parou, foi no momento que eles me mandaram abaixar a cabeça, fiquei rodando uma meia hora com a cabeça abaixada. Tava super tonta já de ficar com a cabeça abaixada e aí a gente parou num caixa, eles pegaram outro cartão e aí sacaram mais dinheiro da conta e começaram a rodar de novo e nessa conta do Banco do Brasil tinha menos dinheiro do que eu tinha na outra e ele ficou muito irritado com isso porque ele achava que tinha mais grana porque no Banco do Brasil você saca mais dinheiro. E aí ele ficou muito irritado e segurou minha cabeça assim de lado e bati na porta, na parte de plástico. Aí nessa hora um deles se posicionou dizendo 'ela tá cooperando, você não precisa fazer isso e tal'. E aí começou a criar um clima de tensão que tinham duas armas e três caras, o que estava armado estava dirigindo então tinha um acesso mais difícil, e os outros dois começavam a brigar, a passar um a arma pro outro assim, tipo 'fique você', 'não, fique você'. [...] Foi muito gratuito. Eu não estava chorando, não estava pouco colaborativa. Acho que foi aquela coisa, sei lá, acho que o santo dele não bateu mesmo. Ele se sentiu incomodado com a minha presença. [...] Foi totalmente gratuito, quando ele saiu do carro, ele voltou e me deu um tapa! Ele voltou pra me dar um tapa!!! Ele não tinha nada mais pra buscar, entendeu. Ele voltou pra me dar um recado. Se ele tivesse mais tempo ele ia.. me pegar.. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Vieram os dois, um branco e um negro, armados já apontando a arma para mim e já foram me metendo dentro do carro. [...] Me colocaram pelo banco da frente e eu sou grande e grávida, grávida de cinco meses. E aí eles começaram a me empurrar para querer que eu fosse para trás. Mas naquela passagem, entre um banco e outro, uma mulher deste tamanho com uma barriga de cinco meses já, porque eu já estava com barriga e eles foram começar a me agredir daí. Começaram a me bater, a me dar murro, me empurrar, para querer que eu passasse, como se tivessem jogando um animal para trás. [...] Eu ainda gritava, socorro, me solte 'eu tô grávida, eu tô grávida' e não adiantava nada. Do mesmo jeito eles me chutavam, me esmurravam, davam muito murro na minha barriga, porque a minha barriga estava pro lado do negro, o negro era quem estava no carona e o negro era miserável!! O cara negro era muito gente ruim. O branco parecia que não era tão ruim quanto ele, mas o negro era muito ruim.. todas as perversidades. [...] Quem tava armado era o negro, era o negro que ficava o tempo todo me ameaçando, que ficava botando a arma na minha barriga, na minha cabeça. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Ambos os relatos evidenciam a violência irracional discutida por Marongiu e Clarke (1993), e o com o relato de Elena voltamos à relação drogas/crime presente em alguns relatos mencionados anteriormente.

A força física não foi comumente utilizada pelos ofensores durante o *seqüestro relâmpago*, assim como nos casos de roubo relatados por Conklin (1972), o que, todavia, não impossibilita que tal tipo de violência possa existir, mesmo diante de uma vítima já intimidada a agir em favor dos ofensores. Algumas vítimas podem representar algum risco aos ofensores. E este risco percebido pelos ofensores pode aumentar o risco

que as vítimas têm em sofrer violência física (e mesmo fatal). Eder relata que a situação interna no veículo ficou bastante tensa quando *“perguntaram se eu era polícia. Viram meus kits de luta no carro. Começaram a me ameaçar, se eu era lutador, se eu reagisse iam dar tiro em mim ali no carro mesmo”*. A suposição de que algumas vítimas possam ser membros da força policial pode, portanto, desencadear mais ameaças e agressões físicas (como veremos adiante neste capítulo).

As ameaças expressas pelos ofensores podem servir para evitar que as vítimas os observem e reconheçam posteriormente. Assim, ofensores realizam ameaças com o intuito de resguardar a própria identidade, na tentativa de minar as chances da vítima tentar delatar seus sequestradores após sua liberação: *“Fique sabendo que sabemos onde você mora, sabemos onde suas filhas estudam’ [...] ele sabia tudo tudo [...] isso para mim foi o fim da picada, quando me disseram isso.. então eu estou na mão deles, mesmo”* (Brenda).

Direção perigosa

A **direção perigosa** é outra forma de ação violenta bastante peculiar ao *seqüestro relâmpago*, viabilizada pelo uso do veículo automotor como instrumento da ação. Um dos perpetradores geralmente dirige o carro e tende a manter altas velocidades durante o percurso, dirigindo de modo abrupto e descuidado e transgredindo indicações dos semáforos e sinalizações:

A gente foi [...] a 120, 140 km/h, cortando os carros loucamente. [...] Eu fiquei muito tensa nos momentos que o drogadoinho tava dirigindo. Porque eu achei que naquele momento eu tinha mais probabilidade de morrer num acidente de carro ou de matar alguém atropelado do que por um tiro. Então foi um momento que eu fiquei mais tensa [...]. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Saiu pela contramão, que nem um louco. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Eles corriam muito, estavam correndo. Eu sentia que eles não queriam nem respeitar sinal, eu tive medo que eles atropelassem alguém. Acho que tinha muito medo que uma pessoa morresse na frente do carro [...] eu tentava controlar, no sentido de dizer, ‘olha o sinal ali, vá devagar, vamos ter calma’. [...] Eles iam atropelando um cara numa bicicleta, um menino, porque eles estavam uns loucos. [...] Foi outro momento de pânico pra mim, porque tem algumas curvas bastante sinuosas e chegou o momento que eles quase batem numa çaçamba [...]. Eu realmente tive medo. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Assim, o medo da morte ou de danos físicos numa situação de *seqüestro relâmpago* parece não ser produzido estritamente pelas ameaças diretas ou pelo uso da força física, mas também pelo risco de um acidente automobilístico. As vítimas referem-se à experiência da direção perigosa como alguns dos momentos de maior temor durante toda a vivência do *seqüestro relâmpago*. Nesse sentido, em vista à preservação da sua vida, algumas vítimas podem tentar interferir ao pedirem ativamente que o ofensor-motorista dirija com mais cuidado.

E o da frente, eu falei com ele duas vezes, uma pedindo para ele ficar calmo porque ele estava fazendo manobras arriscadas, e aí ele foi grosseiro comigo nessa hora ‘fique aí quieto pra eu não te dar uma porrada’. (Samir, 37 anos, dentista e sanitarista, 2003, duração: 0h20m)

Essa iniciativa pode não ser bem-sucedida na medida em que o ofensor passa a realizar mais ameaças; ou, raramente, e dependendo diretamente de uma interação empática estabelecida entre vítimas e ofensores, essa iniciativa pode influenciar o ofensor a diminuir a velocidade. Como argumentos para influenciar, as vítimas podem relatar problemas médicos ou podem demonstrar preocupação com o próprio ofensor, como Lorena o fez:

A velocidade do carro era muito grande, eu tive a impressão que o carro ia spatifar-se, porque ali é uma curva fechada, e eu mais uma vez pedi que ele fosse devagar. Eu disse ‘moço, diminua porque todos nós vamos nos machucar’, eu demonstrei preocupação conosco, não só comigo. (Lorena, 51 anos, delegada de polícia, 2008, duração: 0h10m)

Eles começaram a correr demais 120km/h. [...] Eu achei que o carro não tinha estabilidade pra agüentar uma velocidade daquela. Ai eu comecei a dizer ‘olha, não corra desse jeito, não corra desse jeito porque esse carro não tem estabilidade, aí ele falou assim, ‘você tá com medo?’, eu disse, ‘estou’, [...] O de trás ‘você tem problema de coração?’, eu falei ‘não’, ‘então para que tanto remédio?’ [homeopático dentro da bolsa], ‘eu tenho problema de estômago e eu estou fazendo um tratamento’. Ai o do volante falou ‘tudo bem, eu vou diminuir, eu preciso correr porque a gente tem que se livrar de Salvador, ficar o mais distante possível’. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

A periculosidade com que o veículo é pilotado pelo ofensor gera, como vemos, grave sensação de morte por parte de muitas vítimas. Algumas pedem para colocar o cinto de segurança, na tentativa de evitar maiores danos caso ocorra algum acidente severo. Assim, o *seqüestro relâmpago* se diferencia de outros crimes, como o roubo ou mesmo o seqüestro de cativo, também por acumular outro tipo de violência: submete-

se a vítima ao transtorno psicológico de estar em risco de danos físicos e morte decorrentes de acidente de trânsito.

Essa direção perigosa relaciona-se à crença dos ofensores de que “*eu preciso correr porque a gente tem que se livrar de Salvador, ficar o mais distante possível*”, como nos relatou Gabriela. Uma vez em posse da vítima e já havendo circulado durante algum tempo na cidade para coletar dinheiro em caixas automáticos, os ofensores acreditam que permanecer na cidade pode representar risco a eles. Às vezes, podem acreditar estar sendo perseguidos, como no caso de Gabriela (acima). Em última instância, essa ação atormenta os cativos, deixando-os mais temerosos. Observa-se, porém, que na medida em que ofensores dirigem de forma veloz, sua imprudência pode destacar seu veículo em relação aos demais no trânsito, representando um risco ao desenrolar da ação, já que transeuntes, outros motoristas ou policiais podem desconfiar do “veículo suspeito” e contatar a força policial; o que, por conseguinte, pode representar sensação de risco à vida de ofensores e vítimas.

Confinamento forçado

A submissão da vítima a uma “viagem” que lhe é imposta remete a outro tipo de violência encontrado no *seqüestro relâmpago*: a restrição imposta à vítima quanto a sua liberdade de ir e vir. A inabilidade de poder executar certos movimentos e escolhas parece ser um dos fatores que contribuem para a vítima se perceber com falta de controle sobre a situação. Os relatos demonstram que o **confinamento e o transporte forçados** – repercutindo em restrição de liberdade – ocorrida no *seqüestro relâmpago* é uma das características principais que definem este tipo de ato violento segundo suas vítimas:

O [seqüestro] relâmpago pra mim [...] pode durar 15 minutos, pode durar uma hora, pode durar até um dia. Mas o seqüestro relâmpago, a partir do momento em que ele me seqüestrou e me convidou a ir numa viagem que eu não queria ir. Eu podia até deixar o carro, eu digo: “leva”. Mas você está dentro, aí você entra numa loteria, você não sabe o que vai acontecer! (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

No seqüestro relâmpago a sensação de impotência foi muito maior [do que no assalto que sofri]... do não saber o que vai acontecer. De estar sendo completamente conduzido, não tinha poder de decisão hora nenhuma. Hora nenhuma eu pensei em abrir a porta do carro e fugir, ou de tentar tomar a arma, Então ali realmente eu estava sendo conduzido, a sensação de

impotência foi bem maior. (Samir, 37 anos, dentista e sanitarista, 2003, duração: 0h20m)

Assim, o ato de se apossar de e transportar outrem, impor uma interação forçada e exigir comportamentos específicos decorrentes desta interação continuada, parecem ser o principal diferenciador do *enquadramento* (LUCKENBILL, 1981) do *seqüestro relâmpago* se comparado ao roubo. Esse elemento característico e definidor do *seqüestro relâmpago* gera nas vítimas uma sensação de impotência: “*Não tinha como eu reagir.*” (Eder). Essa sensação de impotência, relacionada ao confinamento forçado dentro do veículo, parece contribuir para certas escolhas de ação e não-ação que as vítimas fazem: “*Você vê, dá vontade de abrir a porta, sair correndo.. mas com a arma aqui [nas costas] você não sabe o que vai acontecer.*” (Brenda). Elas desejam finalizar o encontro, mas confinados e na mira da arma, submetem-se aos agressores.

Diferentemente do que ocorre no seqüestro tradicional (CAPOTORTO, 1985), no *seqüestro relâmpago*, a angústia parece estar mais relacionada, não ao isolamento físico, mas à impossibilidade da vítima de evadir-se do encarceramento. A vítima muitas vezes reconhece os lugares para onde é levada, percebe a presença de pessoas no seu entorno, idealiza fugas quando o carro pára na sinaleira, mas não as realiza. Assim, apesar do seu isolamento não ser equivalente àquele do cativo fixo, já que consegue observar o mundo funcionando ao seu redor, a vítima passa a perceber-se inapta a interagir com esse cenário externo, vivenciando, assim, um nível significativo de “desprendimento” desse mundo (CAPOTORTO, 1985). Mas o cenário interno ao veículo continua acessível à vítima:

Na verdade, o tempo inteiro tinha alguma coisa rolando no carro, entendeu? Não me lembro de ter ficando muito tempo em silêncio. Alguns momentos sim, mas não era uma situação em que tava todo mundo calado, de vez em quando alguém comentava alguma coisa, uma situação obviamente muito tensa, mas não tensa assim de tipo silêncio no ar, vamos comunicar o estritamente necessário. Então, assim, eles se comunicavam muito do que eles iam fazer, do que não iam fazer, se iam pegar mais um carro.. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Também em contraste com o seqüestro tradicional, o contato entre vítima e ofensor persiste durante todo o evento, o que mantém o cativo constantemente partícipe do desenrolar da situação. Esse contato continuado – prolongado e constante – fornece à vítima, e também aos ofensores, informações valiosas que guiam decisões estratégicas nas suas interações. As informações que a vítima tem e adquire a respeito dos ofensores e da situação na qual se encontra, a habilita a conhecer com antecipação o que um pode

esperar do outro e o que o outro esperará dela; assim, “informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada” (GOFFMAN, 2009, p.11). Sob essa perspectiva, as vítimas preferem continuar na presença e em contato com os ofensores quando são ameaçadas a serem colocadas na “mala” do veículo.

Enquanto eu estava sentindo o ar, vendo alguma coisa, para mim ainda estava bem. Mas quando eles falavam assim ‘vamos colocar na mala do carro. Vamos acabar com isso, botar na mala do carro’ [...] Isso pra mim é pronto! Acabou! Aqui agora acabou. Mas graças a Deus só paravam nas sinaleiras e quando paravam nos caixas. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Ele quis me colocar na mala do carro [...] Mas quando ele tentou me colocar na mala, eu desmaiei. [...] Gritei e pedi socorro. Falei ‘não! Tudo menos isso!’, falei com eles. ‘Isso você não vai fazer, eu tô grávida, socorro, socorro, socorro’. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

O enclausuramento na “mala” do veículo pode ter um impacto psicológico altamente negativo, já que aponta para a supressão de estímulos externos e interações que lhes assegurem a possibilidade da vida. Nessas circunstâncias, as vítimas seriam impossibilitadas de interagirem com seus algozes, o que limitaria o acesso a informações e sinais indicativos de que o contrato será cumprido. Ou seja, com o confinamento na mala, o contrato coerção-cooperação pode ser colocado em cheque pela vítima, já que ela não mais monitora as ações do ofensor.

Ao sairmos do foco dado à vivência da vítima, questionamos as possíveis motivações que levam os ofensores a confinar os cativos em seus veículos. Aquela que desponta mais fortemente é a necessidade da participação das vítimas nas ações, especialmente no que se refere à transferência de bens (LUCKENBILL, 1981), como saques em caixas automáticos. Essa “necessidade” de colaboração das vítimas – o ofensor depende de informações que a vítima possua, como a senha do cartão de débito – desfavorece o uso da violência física contra elas, uma vez que estejam suficientemente intimidadas e cooperativas (LUCKENBILL, 1981).

A opção por levar seus seqüestrados a locais afastados do centro urbano pode estar relacionada a aspectos de segurança e evitação de risco. Liberar as vítimas em locais despovoados e desconhecidos retarda o acesso delas ao socorro policial, proporcionando aos ofensores uma fuga segura e efetiva. Estas considerações poderão ser estudadas em profundidade com base em relatos de ofensores deste tipo de ação e outros atores envolvidos.

(O medo da) violência sexual

O risco de sofrer **violência sexual** assombra não só as vítimas femininas, como também os homens acompanhados por suas parceiras no momento do evento. Elias relata que um momento tenso configurou-se quando os ofensores tentavam abordar outro casal dentro de um motel e, para isso, sua namorada deveria comportar-se como amante de um dos ofensores. Ele imaginou que aquela situação era propícia para sua companheira sofrer um estupro e narra o medo vivido por ela, antes dos ofensores abortarem esta iniciativa. Já Samir ficou mais “*tranquilo*” após a liberação da sua namorada durante a abordagem inicial dos ofensores:

Uma coisa que me deixou bem tranquilo foi o fato dela [minha namorada] não ter ido. Eu ia ficar mais nervoso. Eu não sei o que é que eu ia fazer pra.. caso eles fizessem alguma coisa com ela, entendeu? Eu ia ficar mais nervoso. Quando eu vi que ela ficou, eu senti dentro de mim um alívio. (Samir, 37 anos, dentista e sanitarista, 2003, duração: 0h20m)

O medo da violência sexual está presente nas experiências das mulheres e ele pode ser intensificado a depender da dinâmica relacional estabelecida durante o evento entre vítimas e ofensores. As informações disponíveis no decorrer das interações (GOFFMAN, 2009) são insumos imprescindíveis para as vítimas avaliarem o risco que correm de sofrerem qualquer tipo de violência, assim como a sexual. Gabriela, por exemplo, ainda no início do *seqüestro relâmpago*, imaginou fortemente que poderia ser vítima dessas “*mortes horríveis que tem estupro seguido de morte*”, mas com o passar do tempo e a partir das interações estabelecidas durante todo o evento pôde desvincular a imagem prevista de um crime “horrível” com a sua vivência pessoal. Esse medo só foi retomado, ao final, ao perceber que estava sendo levada a um local de “desova de corpos”.

Eu tive [medo de ser estuprada] mais no início, eu pensei eles vão me levar, me estuprar e me matar. Eu só pensava nisso, no início, nessas mortes horríveis que tem estupro seguido de morte. No meio eu não pensei, no final eu de novo retomei esse sentimento. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Em contraste, as informações captadas por Milena quanto aos seus agressores – ameaças, atitudes, etc. – no decorrer da ação da qual foi vítima foram fundamentais para

agravar seu medo de ser sexualmente violada, o que acabou concretizando-se (sem penetração).

No momento que eles tentaram me violentar, que rasgaram minha roupa, o negro é que até então ele achava só que eu era gorda ‘você é gorda, você não tá grávida não, você tá falando que você está grávida só para a gente não fazer nada’, mas você é uma gorda gostosinha’ [...] Eu dizia ‘moço, não, eu estou grávida’, e eu só pedindo, ‘moço, pelo amor de Deus, vá com calma’. Eu dizia que minha vó que tava ali comigo, me acalmando [...] Eu falei ‘não moço, eu tô grávida mesmo’. [...] Ele chegou a me tirar de dentro do carro para tentar me violentar porque ele não conseguiu no banco de trás. E aí quando ele rasgou a blusa é que ele viu minha barriga [...] aí ele viu aquela barriguinha formada, dura. [...] Ele me puxou para fora do carro, porque dentro do carro ele não conseguiu, porque ele achou que dentro do carro era muito alto e alguém podia ver, por isso que ele me botou para fora do carro. Para ele poder fazer no chão o que ele queria fazer. [...] [O que impediu ele de prosseguir foi] a minha barriga e o cara, o outro, o branco. Ele falava ‘não, ela está grávida mesmo, você é maluco, larga larga, saia maluco’, [...] ‘não, não tem nada não, eu como assim mesmo’. O cara branco não puxou o negão, mas falou, e aí ele ‘não, vamos liberar, isso aí a gente não vai fazer não’. Mas no caminho ele ficavam falando que se eu chorasse, que seu eu gritasse, ele não ia liberar que eu tava grávida, que ele ia parar e ia me estuprar, ele ficava falando isso toda hora ‘você ainda acha, você quer que eu pare aqui, que eu pare aqui’. E na hora que ele soltou, parou na BR 324 para me tirar do carro, ele ‘e aí, quer que eu faça agora, quer que eu faça agora?’. [...] ele era muito perverso aquele cara. Ficava sabe brincando com meu nervo, ele queria que eu chorasse, que eu ficasse desesperada. Aí eu gritava ‘não, pelo amor de Deus, pelo amor de Deus moço, vá embora, leve o carro, vá embora, vá embora’. [...]. Eu acho que ele era afetado, ele se sentia mais poderoso porque eu era mulher e ainda estava grávida, então uma mulher já representa fragilidade no normal. Se essa mulher tá grávida, ela tá frágil duas vezes. Vulnerável por ser mulher e vulnerável porque tá carregando um bebê. Então isso pode dar uma certa autoridade para ele, tranqüilidade, como quem diz ‘essa aí tem medo duas vezes né’. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Apesar de, aos seus olhos, Milena ser/estar duplamente vulnerável – ser mulher e estar grávida – ela também nos revela que foi a sua gravidez (por insistência do “branco”) que impediu que o “negro” a estuprasse. O medo de sofrer violência sexual não é influenciado apenas pela dinâmica relacional e pelas informações captadas *in loco*; ou seja, não depende apenas dos indícios fornecidos pelos ofensores na interação. Esse medo pode ser construído a partir de experiências pregressas que vêm à tona durante o evento, e as interações irão fortalecer ou enfraquecer a sensação de medo:

[Eu fiquei com medo de ser estuprada porque] eu tenho uma amiga que já sofreu violência sexual e ela sofreu justamente numa situação dessa. Ela estava na rua com o namorado, ela ia ser assaltada, ela estava de saia, e eu estava de saia, estava com uma roupinha de balada, e quando os caras olharam para as pernas dela, eles resolveram... [...] no momento que a gente começou ir para as dunas... não teve insinuação, em nenhum momento eles insinuaram isso, não teve nenhum, nada que me fizesse pensar, por uma atitude deles assim, acho que foi uma coisa minha, talvez porque com essa

minha amiga já tinha acontecido isso, aí foi uma coisa que passou pela minha cabeça, mas não teve nenhuma menção [durante] toda a situação. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

Algumas vítimas revelam que temem mais o estupro do que a própria morte: seja porque a morte parece improvável e o estupro provável, como nos relatou Elena, seja pelo caráter estigmatizante do estupro, conforme nos contou Milena.

Eu tive muito medo de ser estuprada porque eu achei que isso podia acontecer. Se o drogadinho tivesse ido acho que isso fatalmente teria acontecido porque ele tava com raiva de mim. E aí vem toda uma questão de você estar branca, rica, burguesinha, e ‘ela vai ver agora como é que é o negócio’. Então eu tive mais medo disso e não tive muitos indícios se isso aconteceria ou não [...]. Tive mais medo das agressões que eu poderia sofrer do que de fato de morrer, tomar um tiro na cabeça. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Eu fiquei mais desesperada na hora do estupro [do que na hora que quiseram me colocar na mala do carro]. Na hora da mala eu achei que ia morrer sufocada, mas pelo menos, para mim, pior do que morrer naquela situação era ser estuprada por ele. Porque eu ia morrer de qualquer jeito, porque eu não ia mais viver com aquilo. Eu não ia conseguir viver com uma coisa daquela.. Eu poderia sobreviver, mas eu não ia mais viver!! Então meu medo não era nem mais da morte, meu medo é que ele fizesse aquilo, para mim a pior coisa seria aquilo, a violência sexual. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Essa fala reflete o caráter de violação severa que a violência sexual, conjuntamente às violências físicas e psicológicas naturalmente imbricadas, representa às mulheres (SCHRAIBER *et al.*, 2003). Para Milena, a violência sexual a degradaria moral e psicologicamente, promovendo uma morte em vida: “*Eu poderia sobreviver, mas eu não ia mais viver!!*”.

Ainda que não contemos com um estudo quantitativo que revele o percentual de vítimas de *seqüestro relâmpago* que sofreram algum tipo de violação sexual, não podemos deixar de considerar que em certos casos, como o de Milena, há uma sobreposição de violências. Neste sentido, as violações decorrentes da criminalidade urbana são intensificadas por violências de gênero, mais especificamente a violência sexual praticada contra a mulher, uma forma de violência reconhecida pela alta prevalência no ambiente doméstico (DANTAS-BERGER, GIFFIN, 2005; SCHRAIBER *et al.*, 2003)

IV. 2. Riscos atrelados à relação ofensor-polícia

O medo das vítimas em um *sequestro relâmpago* é potencializado pelo risco de serem identificadas como policial e, principalmente, pelo risco associado a um confronto com a polícia.

A ação dos ofensores é frequentemente iniciada com: “*Eu sei que você é da polícia*” (Elias), dando o ponta-pé inicial ao que as vítimas relatam como o **medo de ser identificado como policial**. Essa sensação atinge fortemente aqueles que têm alguma ligação com o sistema policial, e também perpassa vítimas que não fazem parte dessa corporação, ao passo que todos tentam defender sua condição de não-policial.

Eu nessa época trabalhava na Polícia Militar [...] eu tinha uma carteirinha de identificação da Polícia Militar em pastinhas, várias coisas com o logo da polícia que eu evitava andar quando eu tava de ônibus, mas que eu andava menos preocupada quando eu estava de carro. Neste dia, eu estava de carro e quando eu saí de casa me deu uma coisa assim que eu lembrei que tinha esquecido de pegar, mas aí eu resolvi não pegar. Tipo ‘puxa, ah, mas eu não vou precisar, eu só vou fazer a palestra, não preciso levar nada disso’. E no final das contas acho que isso aí foi a grande sorte que eu tive, porque se eu tivesse com **qualquer coisa que me identificasse eu tinha tomado um balão no meio da cabeça**. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Meu marido é policial. Eles foram logo falando, a primeira atitude foi pedir os documentos, meus e dele, cartão e tal e a primeira frase foi ‘**se for polícia, vai morrer!**’. [...] eu fiquei preocupada de ter qualquer coisa na carteira e eles perceberem. [...]. Meu marido deu um jeito de, na hora eu não entendi, depois ele me explicou [...] [ele] se atrapalhou, embolou as mãos e [...] depois que ele deu os cartões, deu um jeito que a carteira caísse embaixo do banco. Justamente por conta do contra-cheque estar lá. E como eles já estavam com o cartão na mão, eles não se preocuparam em pegar a carteira de volta para vasculhar nada. E ele [meu marido] se mostrou, assim, nervoso, fazendo voz de choro. Eu achei que ele realmente estava nervoso na hora, mas ele depois disse que não, que foi também uma forma de ajudar nesse momento com que a carteira caísse, com que eles não ficassem vasculhando nada, fazendo muitas perguntas e tal. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Munidas de uma estratégia de minimização de danos, as vítimas tendem a manipular informações e atuam de modo a afastar as suspeitas dos ofensores. Simone nos informa que seu marido, um policial militar fora de serviço, fornece o dinheiro da carteira e age de modo a representar estar emocionalmente perturbado, “*se mostrou, assim, nervoso, fazendo voz de choro*”; em seguida, ele propositalmente derruba a carteira que continha seu contra-cheque que o identificava como membro da Polícia

Militar. Já Lorena, aproveita a face (GOFFMAN, 1967) que lhe é dada pelos ofensores, que a reconhecem como empregada doméstica, e age de acordo, de modo a manter essa face que evitaria que ela fosse identificada como delegada de polícia e afastaria o risco iminente a essa condição. De todo modo, ela mantém-se tensa durante os minutos em que foi mantida cativa pois sua bolsa, apesar de estar escondida e fora do alcance dos ofensores, continha seus documentos de identificação policial e “*passou a ser o meu tormento*” (Lorena). Ao nos relatar que os algozes saberiam “*quais as conseqüências de alguém levar uma policial, uma delegada de polícia naquelas circunstâncias, de um seqüestro*”, Lorena nos dá indícios para compreender essa recorrência dos ofensores em investigar e ameaçar as vítimas partindo do princípio que possam ser da força policial: os **ofensores correm risco de vitimização** por parte de policiais, especialmente os pobres, negros e jovens (HUGGINS, 2000), como ocorreu nos casos de Lorena e Simone, em que as duas vítimas obtiveram informações indicativas de que seus captores haviam sido mortos: “*Disso que aconteceu ele [meu marido] foi atrás. Dois desses foram mortos, outro até a última vez que eu soube estava desaparecido*” (Simone).

Por reconhecerem tal risco, os ofensores fazem o que Best (1982) apontou como se “proteger contra traição”. Seqüestrar alguém da força policial pode colocar em risco o passeio e os ofensores, na medida em que agentes policiais podem apresentar reações indesejadas durante o evento ou, posteriormente, eles podem retaliar seus algozes. Assim, para se “proteger da traição” durante o evento, os algozes ameaçam seus cativos na tentativa de descobrir a identidade policial. O que, por outro lado, possibilita que vítimas-policiais apreendam que correm grave risco de morte e ajam de modo a afastar a sua identificação (manipulando informações, por exemplo).

Mas o medo da vítima no que se refere à relação ofensor-polícia não se resume à “identidade policial”. A possibilidade de interferência da polícia durante o *seqüestro relâmpago*, quando estão sob domínio dos perpetradores, causa a muitas vítimas um desconforto psicológico intermitente.

Uma coisa que eu pensava muito era não encontrar a polícia, eu não queria encontrar a polícia. Isso era uma das coisas que mais me preocupava na verdade, porque eu tinha medo de que isso fosse pior. Que acabasse tendo troca de tiros e a gente vê isso milhares de vezes [...] às vezes piora, aí troca de tiro, morre todo mundo. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Sempre tem o momento de maior medo, momento de maior tensão é o momento de morte, que você acha que vai morrer. E aí quando ele desceu passou uma viatura da Rotam [Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas], o grupo de elite da Polícia Militar aqui da Bahia, como se fosse o BOPE da Bahia. Uma ranger da Rotam e os caras ficaram desesperados. ‘Os homens,

os homens, os homens, e agora o que a gente vai fazer?’ E ficaram discutindo se ‘a gente deixa eles no carro ou tira eles do carro?’. Discutindo ‘se tirar eles do carro, eles podem fuzilar o nosso carro matar nós dois, mas se deixar eles no carro talvez não fuzilem e a gente pode fazer algum acordo’. E minha namorada muito calada e eu tranqüilo por fora, mas **por dentro imaginando tipo ‘e aí, vou morrer ou não vou? Vou ser fuzilado ou não?’** [...] Aí subiu o carro da Rotam, ficaram desesperados, um começou a entrar em contradição com o outro, um queria uma coisa, outro queria outra. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

As vítimas presenciam as desavenças entre os ofensores, decorrentes do risco que esse elemento externo – a polícia – representa aos seus captivos, o que tende a intensificar a sensação dos cativos de estarem inseridos em uma situação com picos de instabilidade emocional e descontrole da situação por parte dos ofensores, que os fazem duvidar do final esperado e “acordado”: a sua liberação. Essa sensação da vítima é intensificada não só pelas desavenças eliciadas pela presença da polícia no entorno, como também pelas ameaças perpetradas contingentes a essa situação.

E lá em Jauá, logo após esse caminho truculento tinha uma blitz da polícia. Eu passei por quatro blitz, contando com a Polícia Rodoviária Estadual que fica lá em Arembepe. [...] eles falaram, ‘ó, essas blitz aí, se nós formos parados, pode acontecer alguma coisa com você, a primeira coisa que a gente vai fazer é matar você porque eles precisam aprender a não mexer com a gente, quando a gente tiver com vítima, porque a vítima sobra’. [...] ou seja, me prevenindo para que eu ficasse quieta. Aí, passamos. Eu não sei como a polícia, com aqueles caras com óculos escuros, Ahh um também me perguntou se eu tinha óculos escuros pra botar, pra eu não fazer nenhum sinal.. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Assim, o **confronto com a polícia** representaria, tanto para vítima quanto para ofensor, risco aos resultados desejados daquela situação. Nesse sentido, algumas vítimas tendem a cooperar demonstrando que não têm interesse no envolvimento policial, validando o contrato coerção-cooperação previamente estabelecido entre vítima e ofensor. Elas acreditam que a polícia só iria “*atrapalhar*” já que “*poderia rolar um tiroteio*” (Danila). No caso exposto abaixo, a vítima toma a iniciativa de, mesmo em uma situação coercitiva, informar aos seus agressores o risco que eles (e, por conseguinte, ela) corriam caso fossem interceptados pela polícia:

Eu falei ‘olhe, ali na frente, tem o módulo da Polícia Rodoviária, você está sem cinto, eu estou sem cinto e você está com uma lata de cerveja na mão. A polícia vai parar você!’ Aí, nessa hora ele diminuiu a velocidade, pensou, não me disse se eu tava certa ou errada, mas houve um silêncio, aí passou a cerveja pro de trás, botou o cinto e eu disse, ‘e eu, posso pôr o cinto?’, ‘pode’, aí eu pus o cinto. [...] Eles já tinham me dito lá atrás que eu ia morrer, se a polícia pegasse, então eu era maluca? E também, eu lá sei, eu vou confiar

em polícia? Polícia tá lá preocupada com vítima? **Polícia quer a bandeira da vitória de matar o ladrão. Eu morta, de quem foi a bala? Do bandido!**” (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

O contrato parece ser fortalecido pela crença na inabilidade da polícia em agir com segurança e eficiência (HUGGINS, 2000), o que aponta para uma perda da autoridade moral dessa instituição. Para muitas vítimas, o interesse em salvaguardá-las não estaria em primeiro plano para a polícia e, ainda que estivesse, a mira da arma do ofensor está voltada para elas. Para Best (1982) alvos e agentes de controle social comumente têm interesses diferentes e enxergam custos e benefícios diferentes ao cooperar com o extorsionista. De modo semelhante, no *sequestro relâmpago*, a vítima valoriza mais a própria vida do que a captura dos algozes, e cooperam para que os ofensores cumpram com o acordo. Já os policiais resguardam os interesses da comunidade (ex.: capturar os ofensores para prevenir novos ataques), mas também têm interesses individuais (“*Polícia quer a bandeira da vitória de matar o ladrão*” - Gabriela) o que os levaria a priorizar o confronto com os ofensores. Qualquer ação de agentes externos como a polícia – ou mesmo da própria vítima – pode desestabilizar o contrato estabelecido e coloca mais em risco a vida dos cativos.

IV. 3. Respostas imediatas das vítimas

As vítimas de *sequestro relâmpago*, expostas às diversas situações de violência explicitadas nos itens anteriores, relatam experienciar, durante e logo após o evento, conseqüências disruptivas que interligam-se ao emaranhando de ações violentas vivenciadas no decorrer do evento. São elas: alterações na percepção do tempo, a morte como iminente, desgaste físico e mental, perda do controle sobre a própria vida.

Muitas vítimas sentem que o tempo decorrido do *sequestro relâmpago* supera o tempo cronológico durante o qual têm sua liberdade restrita. Essas vítimas vivenciam **alterações na percepção do tempo**, dada a intensidade das sensações geradas no decorrer desse evento:

Eu não sei te dizer quanto tempo eu levei nesse trâmite porque no final das contas eu sei que eu fiquei sete horas com eles, mas eu perdi completamente a noção de tempo quando eu tava, do momento que eles me abordaram até a hora que eles me soltaram. [...] é uma tortura. [...]. Eu não meu dei conta que eram sete horas, no dia eu achei que era um dia inteiro porque ele me pegou

tava claro e eu cheguei [...] só de noite. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

O tempo quando você está passando por uma situação dessa é algo absolutamente bizarro porque eu fui pega provavelmente por volta das 7 horas (19h) e quando foi 9 horas (21h) da noite eu já estava na delegacia. Parecia que tinha durado 10 horas. Foram por volta de duas horas. Tanto é que me pai estava acabando a aula, no intervalo, alguma coisa assim, porque normalmente ele não atende o celular. Então foi uma coisa cronologicamente rápida, só que perdi totalmente a noção de tempo. Isso é uma coisa que é incrível!! (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Essa sensação parece agravar-se quando o tempo real de cativo prolonga-se. Vítimas que sofreram episódios de *seqüestro relâmpago* com duração inferior a 30 minutos relatam um evento mais rápido, enquanto vítimas que ficaram sob o controle dos seus captores por mais tempo – em geral, de 2:30h até 7:00h – relatam desconforto em relação à temporalidade do episódio; um período no qual as vítimas desejam incessantemente que suas vidas sejam poupadas e que sejam liberadas o quanto antes: “*Cinco horas para mim era como se fosse 24. Eu doído para me liberarem, liberarem, liberarem*” (Justo, 76 anos, aposentado).

Durante essa experiência angustiante vivida no “cárcere móvel”, o veículo utilizado no evento, as vítimas experienciam a **morte como iminente**: “*Eu nem sei o que pensar. Foi uma situação em que eu senti a morte de perto. Eu senti assim, ‘eu não volto para casa hoje’*” (Lorena). Esse sentimento está presente em todo o transcorrer do *seqüestro relâmpago*, mas intensifica-se em determinados momentos, como na captura e no desfecho, ou mesmo em situações pontuais, como ocorreu com Igor após mentir a respeito de não estar com sua carteira de dinheiro:

Medo, pavor. O principal é a parte de que você tem a sensação de que sua vida vai ser ceifada naquele momento. De você falar assim ‘poxa, tão cedo!’ [...] ‘Deus, e agora? Eu vou morrer!’. Meu maior medo foi naquele momento, eu nunca tinha mentido e saber que aquela pequena mentira poderia me fazereu perder minha vida. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Outro momento de grande angústia dá-se durante a sequência de ações que levam ao encerramento do evento. Tanto vítimas que foram liberados, em locais ermos, e fora de Salvador, quanto aquelas que foram liberadas na cidade, em local movimentado, temeram fortemente a morte quando os ofensores anunciaram a finalização do evento. Da mesma forma, vítimas que mantiveram uma interação mais empática e menos ameaçadora com os perpetradores, assim como vítimas que sofreram

ameaças mais continuadas apontam o encerramento como um momento em que a insegurança se reconfigura e o sentimento de morte iminente prepondera.

Ai eu pensei, a melhor forma de matar é na hora que parar naquele mato, já indo, você não tem nem o trabalho de limpar o sangue, salta do carro, quando eu tivesse na pista, dava um tiro, matava e arrastava o carro. Minha vida está ainda em interrogação até isso. Ainda pensei, assim, meu filho [...] eu espero poxa, que meu filho se me apagarem aqui, ajude a criar minhas filhas. Tinha uma filha na época com oito anos e outra com quatro. Ajude a criar! Porque eu acho que esses caras podem me matar. Foi ai que me veio à cabeça, a possibilidade de que eu pudesse morrer. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

Assim, diferentemente do seqüestro tradicional, em que as vítimas sofrem com a falta da noção do desfecho (RICHARDSON, 1985), no *seqüestro relâmpago*, as vítimas acompanham vividamente as ações dos seus ofensores e reconhecem sinais de que o desfecho está sendo encaminhado, o que, por sua vez, é percebido por estes sujeitos como um dos momentos mais angustiantes já que o desfecho pode representar a sua morte.

Eu até **pensei que eles fossem me matar ali** [nas dunas de Vilas de Abrantes] [...] Tinha muito buraco, tem muita duna de areia, e **eu já ouvi falar assim, uma vez que ali [...] era local de desova**, então eu pensei ‘eles estão me levando lá pra me matar’. [...] Eles falaram assim ‘nós vamos levar você até um lugar, nós vamos deixar você em um lugar’, eu ainda falei assim ‘só não pode ser num lugar que outros vão me pegar lá’ [...] **Mas quando eles entraram num desvio, eu me lembrei de um amigo meu que tinha morrido, que sofreu um seqüestro também, só que ele tinha grana, ele ficou três dias desaparecido, esses caras sacaram o dinheiro dele [...] e mataram ele**. Enterraram ele no Areal e tocaram fogo no carro. Ai quando eles pegaram esse rumo eu me lembrei dessa história, por conta da areia que eu vi e o local, porque foi nesse local. Aí me deu um pânico tão grande. Horrível! [...] Um pânico assim que parecia que minhas forças estavam se esvaindo. [...] Eles procuraram ir pra perto onde tinham umas árvores. ‘Pô, vão me matar mesmo’. Mandaram-meu descer do carro, ir pra trás do carro [...]. Eu fui e [pensei] ‘pô, agora vão atirar em mim’. Eu fiquei lá e eles ficaram conversando [...] Depois ele me chamou, eu fui, quando cheguei na porta do carro, fiquei pensando, ‘vão me matar’. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

A luz [da estrada] quem dava era o farol [do veículo]. Então nessa escuridão, eu sabendo, porra, foi ai que eu digo: ‘se Deus existe, está na hora de rezar.’ Isso é área de desova de cadáveres. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

Portanto, o local onde as vítimas são liberadas agrava esse sentimento de morte iminente. Algumas vítimas reconhecem esses lugares como locais de “desova”. Esta crença contribui fortemente para os seqüestrados expressarem que o encerramento do *seqüestro relâmpago* é o momento em que temeram mais fortemente pela própria morte.

Essa referência prévia de morte advém tanto das veiculações midiáticas quanto de experiências pessoais anteriores.

Alguns episódios de *sequestro relâmpago* propiciam que vítimas tenham não só pela própria morte, como também danos e morte de um parente ou amigo partícipe do evento. Elias e Igor temeram conseqüências às namoradas, assim como Simone em relação ao marido e a filha:

Fiquei lá no ponto de ônibus esperando e eles não voltavam mais. [...] realmente foi começando a me dar um desespero, a imaginar eles mortos, imaginar coisas e comecei de novo a chamar por Deus e nesse momento comecei a chorar um pouquinho. [...]. Então esse intervalo de tempo que eu fiquei esperando até a hora que meu pai chegou, para mim foi o momento mais difícil. Foi o momento de sentir a perda, de imaginar como eu conviveria com a perda dos dois.. são tantos absurdos, olha o que passou pela minha cabeça. Como se tivesse um anjinho e um diabinho. Aí um falava ‘você pode ter outro filho’, olha que pensamento!! Eu não esqueci isso. Aí outro falava ‘não, nunca um outro filho vai superar a perda de um filho’, aí eu balançava a cabeça assim, ‘tá tudo bem, tá tudo bem’, aí chamava de novo por Deus. Esse foi o momento mais difícil para mim porque eu tava sozinha ali e eu não sabia o que estava acontecendo com os dois tesouros da minha vida. Minha filha, um bebê, sem mim, então eu me senti assim como se tivesse faltando um pedaço ali, como se alguém tivesse arrancado um pedaço de mim; e aquela coisa de ficar imaginando como eu vou conviver com isso, como vai ser minha vida a partir de agora, sem minha filha, sem meu marido. E como é que vai ser principalmente perdendo-os desta forma. Esse foi o momento mais difícil, foi muito difícil. Muito mesmo. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h, com marido e filha)

Essa vítima fez parte de um evento no qual foi refém e alvo (BEST, 1982) do resgate do seu marido e filha, com quem ficou sem contato durante algum tempo. Ela foi, portanto, vitimizada direta e indiretamente, ao sofrer antecipadamente pelas possíveis conseqüências da perda da filha e marido. Este sofrimento antecipatório relaciona-se ao que Parkes (1998) chama de “ansiedade de separação”, caracterizada por episódios agudos de profunda dor psíquica devido à perda de uma pessoa amada. Já o medo de Justo era ser assassinado e nunca descobrirem o que havia acontecido com ele, já que ninguém o viu sendo abordado:

A única coisa que eu pensei muito foi o seguinte, oh, infelizmente se acontecer, eles podem me matar, podem me enterrar, pensei tudo isso, e o corpo podem jogar em qualquer lugar que ninguém vai saber, porque ninguém sabia. Minha mulher não estava aqui, estava viajando, eu estava sozinho em casa. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Como decorrência, o estado emocional e físico das vítimas fica comprometido, especialmente logo que são liberadas e se dão conta que estão vivas. Diversas vítimas relatam terem mantido a calma ou terem expressado cooperação no decorrer do *seqüestro relâmpago*, mas revelam significativo **desgaste físico e mental** no decorrer do evento e exaustão logo que são liberadas, como dificuldade para andar ou dirigir até um local considerado seguro, corpo dolorido, choro compulsivo, desorientação espacial, estado de torpor e letargia, etc.

[Depois de ter sido liberada] eu me senti a mulher mais gorda do mundo. Sabe aquela coisa que você é pesado, suas pernas estão amarradas? Eu, meu Deus, meu corpo não responde, meu cérebro, minhas pernas não respondiam, meu cérebro não funcionava. Eu dizia, ande ande ande [...] você não consegue andar, foi impressionante. Você devia andar rápido, correr pra se livrar, você não consegue. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Ficava indo de carro em carro [...] mas era uma sensação muito doida, [...] eu não me preocupei muito assim de, não bateu hora nenhuma de ‘porra, vão pegar mais uma pessoa’, a sensação o tempo inteiro era tipo assim ‘oba, vão pegar uma pessoa e vão me largar’, entendeu? [...] Toda vez que seguia um carro e não dava muito certo e eles precisavam mudar, vinha uma sensação de frustração, sabe? [...] ‘E agora, será que eles vão desistir? E agora?’. [...] (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Saí dirigindo. Eu não lembro como foi que eu cheguei à delegacia, mas eu cheguei. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

O tempo todo nessa posição (cabeça abaixada). Não podia virar pro lado.. o que você é, você não é nada! (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

[...] Abri, desci, subi um passeio e fiquei parada porque eu tive amnésia, não conseguia lembrar de nada. Eu tive tanto medo do telefone tocar e ele exigir a bolsa e me identificar que eu tive um bloqueio. Fiquei parada em pé. Eu saí da pista, subi o passeio e fiquei parada pensando ‘meu Deus, meu Deus!’. [...] eu disse ‘eu quero falar com alguém, mas eu não estou lembrando os telefones, eu quero falar com uma pessoa da minha família, mas não estou lembrando de ninguém’. Ele falou, ‘a senhora está com uma bolsa’. Eu esqueci da bolsa! O medo foi tão grande que eu esqueci da existência dela. (Lorena, 51 anos, delegada de polícia, 2008, duração: 0h10m)

Eu digo ‘agora eu vou morrer’. Eu desmaiei de desespero. O cara já tentou me estuprar, agora vai me colocar na mala, eu apaguei, não sei por quanto tempo, mas sei que quando eu voltei, o cara já tinha voltado, eles não conseguiram me levantar e me botar dentro da mala porque o branco era muito franzino e o negão podia ser do meu tamanho mas não devia ser muito forte. Aí eu só acordei quando o cara voltou, então eu não sei quanto tempo o cara demorou. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

As vítimas avaliam a situação e as suas chances dentro do cárcere móvel. O que, por sua vez, desencadeia a noção de **perda do controle sobre a própria vida**. Esses

indivíduos são inseridos de modo abrupto e forçado num evento violento, passando a uma convivência intensa com sujeitos em quem não confiam e por quem são dominados.

Eles o tempo inteiro conversando sobre o que eles iriam fazer comigo [...] se iam me apagar, se não iam me apagar, e aí eu fiquei lá calada esperando eles decidirem o que iam fazer e nessa hora que o doidão voltou no carro e deu um tapa muito forte na minha cara que partiu meu lábio. E disse que se ele tivesse mais tempo, que ele ia dar um trato em mim porque ele não tinha gostado de mim, que por ele podia dar fim. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Eles me falaram ‘olha, você já sabe, o tempo que você ficar conosco vai depender de quanto você tenha na conta. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

No início eu tive muito medo. Tinha horas que eu não acreditava no que estava acontecendo. Será que sou eu que estou passando por isso, não pode ser. Ai começaram a acontecer as coisas.. ai vem o nervosismo mesmo, você fica fora de controle mesmo. De repente você não se sente nada. Uma formiguinha. O que eles quiserem fazer com você ali eles vão fazer e nada vai acontecer. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

À partir do momento que aqueles caras entraram no carro, é uma situação bem estranha assim de tu saber o que é que vai acontecer contigo a partir daquele momento, se vai sair vivo, se tu vai ver alguém morrer na tua frente, se tu vai ver alguém apanhar, sabe, é um situação bem forte assim, tu não saber o que vai acontecer contigo [...] se o cara vai atirar em mim, se vai bater em mim, se vai matar alguém na minha frente [...] uma coisa que vem na minha cabeça é que eu não sei se eu vou sair daqui. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

As vítimas sentem-se o elo fraco dessa interação, já que estão sob os comandos dos perpetradores, o que, na prática, não acontece de modo linear. Ou seja, ainda que tenham essa sensação de falta de controle, agem geralmente de modo a conseguir sobreviver ao evento e com os menores danos possíveis mantendo e negociando o contrato de cooperação que lhe foi imposto.

CAPÍTULO V: DIMENSÕES SUBJETIVAS DA INTERAÇÃO

Diferentemente do seqüestro de interesse financeiro com cativo fixo, em que os ofensores dividem sua atenção com o refém – pessoa mantida cativa – e o alvo (BEST, 1982) – pessoa que sofre a extorsão para liberação da vítima – estabelecendo uma relação triádica, no *seqüestro relâmpago*, a vítima acumula as funções de refém e alvo, configurando-se como uma relação diádica. Ao lado disso, vítimas e ofensores passam diversas horas, às vezes apenas minutos, em presença um do outro, o que dá vazão a várias nuances de “representação” (GOFFMAN, 2009) por parte desses atores. Essas atuações não são realizadas ao acaso e podem manter-se ou modificar-se à medida que os atores observam um ao outro.

Muito é percebido pela vítima. Cada gesto, fala dos ofensores são informações acessíveis a vítima, e vice-versa. Afinal, no *seqüestro relâmpago*, o contato face-a-face é constante, diferentemente dos casos de extorsão conforme discutidos por Best (1982).

Eu estava tranqüilo, não fiquei nervoso, conversei na boa com eles. Ensinei como ligava a luz do carro. Foi tranqüilo, não me baterem hora nenhuma. Eles estavam nervosos, não sei até se pela inexperiência. (Samir, 37 anos, dentista e sanitaria, 2003, duração: 0h20m)

Assim, ao observar seus ofensores nas suas respectivas representações, Samir presumiu que estavam “nervosos” e que eram “inexperientes”, o que por sua vez, o encaminhou a agir da maneira que acreditava que não os deixaria mais nervosos. Para Goffman (2009), essas observações decorrentes da interação imediata, juntamente com as informações conhecidas previamente pelos atores, são elementos fundamentais para definir a “situação”. Quando o indivíduo interage com pessoas desconhecidas, como ocorre nos *seqüestros relâmpagos*, cada ator passa a obter indicações sobre o outro com base em suas condutas e aparência, aproximando este “outro” de indivíduos de experiências anteriores ou enquadrando este “outro” em um estereótipo “não comprovado” (GOFFMAN, 2009). Estas informações, portanto, tornam cada ator capaz de “conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim, informados, saberão qual a melhor maneira para dele obter uma resposta desejada” (GOFFMAN, 2009, p.11). Obter as respostas desejadas dependerá do

entendimento que o indivíduo tenha da situação e, para isso, seria fundamental que ele conhecesse “todos os dados sociais importantes relativos aos outros. Seria também necessário que o indivíduo conhecesse o resultado real ou produto final da atividade dos outros durante a interação, assim como os mais íntimos sentimentos deles a seu respeito” (GOFFMAN, 2009, p.226). Entretanto, dificilmente o indivíduo tenha tais informações. Ele então usará recursos substitutivos para prever os resultados, como insinuações, gestos expressivos, etc. (GOFFMAN, 2009).

Assim, desconhecendo os dados da situação da qual passam a fazer parte, as vítimas e ofensores dependerão das aparências (insinuações, gestos, etc.) dos outros para aproximar-se da realidade. Esses atores, portanto, acessam e avaliam a “aparência” do seu co-partícipe, e agem de acordo, para obter “respostas desejadas”. Tais dimensões de interação serão abordados a seguir.

V. 1. Interação perpetrador-vítima

Nesta seção discutimos as interações a partir dos comportamentos expressos pelo ofensor. Vale ressaltar que tais comportamentos foram identificados com base nos relatos das vítimas, o que obviamente, não nos fornece uma visão integral da ação, mas sim, as interpretações dos depoentes. Adicionalmente, os comportamentos aqui explorados fazem parte de uma interação constante dos atores envolvidos e, portanto, não podem ser entendidos separadamente das ações e reações dos outros partícipes da interação; todavia, escolhemos explorar as ações de cada ator separadamente – e não isoladamente – com vistas a uma exposição mais didática das categorias.

Intimidação

Essa é uma dinâmica de ação comum e fundamental dos ofensores. Ela é um dos componentes que viabiliza a constituição do contrato coerção-cooperação. Os perpetradores agem de modo a intimidar, amedrontar, assustar, apavorar (FERREIRA, 1986) as vítimas.

Isso o tempo inteiro eles bem agressivos, gritando.. Eu não vou me lembrar exatamente o que eles gritaram, isso aí eu não lembro muito bem, mas eram

coisas agressivas do tipo ‘vocês deram mole!’, ‘se fuderam!!’, ‘vão morrer, vou fazer, acontecer...’ (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

A constância e intensidade das ameaças, assim como a presença da arma de fogo e o confinamento dentro do veículo são os principais meios para este tipo de interação. Ao intimidar, os ofensores apresentam às vítimas as conseqüências negativas ou fatais que elas sofrerão caso ajam em desacordo com o esperado por eles:

Eu passei por quatro blitz, contando com a Polícia Rodoviária Estadual que fica lá em Arembepe. [...] Aí eles falaram, ‘ó, essas blitz aí, se nós formos parados, pode acontecer alguma coisa com você, a primeira coisa que a gente vai fazer é matar você porque eles precisam aprender a não mexer com a gente, quando a gente tiver com vítima, porque a vítima sobra’ [...] ou seja, me prevenindo para que eu ficasse quieta. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

‘Fique sabendo que sabemos onde você mora, sabemos onde suas filhas estudam’ [...] ele sabia tudo tudo [...] eu não sei se eles jogaram para me deixar mais apavorada [...] isso para mim foi o fim da picada, quando me disseram isso.. então eu tô na mão deles, mesmo. [...]. Fui pra casa desesperada, porque meu medo era que eles fossem lá para casa [...] tinham levado tudo.. chave de casa, do carro, coisa que eu não faço mais [...] deixo separado [...] dentro do carro tinha minha agenda.. eu só pensava eles vão lá para casa, para você ver o pânico. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

A ação policial durante o evento (abordado no capítulo anterior) aparece freqüentemente como tema das intimidações, conforme nos exemplifica o relato de Gabriela. No trecho relatado por Brenda, os ofensores expressaram o risco que suas filhas passariam a ter, caso descobrissem que ela procurou a polícia. Neste sentido, os perpetradores prolongam os efeitos da intimidação para além do contato face-a-face com a vítima. Ela permanece cativa e sob domínio dos seus ofensores mesmo após a liberação. Brenda só passa a questionar a veracidade das ameaças quando entram em cena seu marido e familiares. Por influência destes, ela é forçada a desacreditar os ofensores e recorrer à polícia para formalizar a queixa do veículo roubado que ela, alguns dias depois, resolve não mais dirigir.

Essas interações intimidatórias perpassam todo o evento, e mais intensamente o início do *seqüestro relâmpago*. Este é um momento intenso no qual os ofensores “expressam” a si mesmos na pretensão de causar uma “impressão” no outro (GOFFMAN, 2009).

Tinha muitas ameaças, muita pressão psicológica mesmo, ‘é, eu também tenho uma filha, eu também tenho um filho, uma criança, imagine se acontecesse alguma coisa com sua filha’. Pressão desse tipo. [...] eles pegaram um dos meus crachás ‘ah, você é enfermeira né, então você sabe

perfeitamente qual o estrago que uma bala pode provocar no seu corpo', porque o outro estava com a arma encostada mesmo em mim. Todas essas pressões mesmo de ameaças e tal. E eles falaram também que só queriam dinheiro e tal. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Os ofensores, no caso acima, tiram proveito das informações disponíveis e particularizam as ameaças para intimidar suas vítimas. Tudo, de tal modo que suas “expressões transmitidas e emitidas” (GOFFMAN, 2009) sejam compatíveis: eles são perigosos e agirão contra a vítima caso seja necessário, mas não desejam que esse seja, de fato, o resultado.

Eu lembro que o drogadinho xingava muito, gritava muito. [...] Ele muito irritado, falando o tempo inteiro que ele tinha saído da cadeia, que ele tava com ódio, que ele tava com ódio. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Eu abaixei a cabeça. O outro era um negro alto, forte. Sentou do meu lado [...] era o meu segurança, ele jogou um pano aqui, pegou o revólver e colocou na minha costela. Perfeito, fui fazer uma viagem de anatomia topográfica [...]. Aquele tiro, todas as estruturas, que ia passar, pulmão, coração, ventrículo. Você imagina, você pensa, portanto muito inteligente, que era uma trajetória para criar muitos danos. Ela ia atravessar meu corpo, com o revólver forte. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

Esse ciclo inicial de intimidações, por sua vez, proporciona informações e habilita o sequestrado a fazer inferências quanto a quem são seus oponentes e à melhor forma de agir. Para Simone, os ofensores expressam o interesse primordial pelo dinheiro, o que para ela traduz-se como a não concretização das ameaças transmitidas caso o dinheiro seja fornecido. Para Elena, o seu ofensor seria capaz de qualquer coisa. Para Sócrates, ele lidava com um homem que sabia o que fazia. E assim, cria-se um ciclo em que os ofensores imprimem uma aparência, informam as vítimas e encaminham-nas ao entendimento da situação; elas por sua vez, expressam-se a partir dessas informações e geram informações para os ofensores. Elias nos esclarece sobre a constância com que sofria intimidação por parte dos ofensores durante as três horas em que foi mantido cativo junto a sua namorada:

Houve uma mudança (de clima durante o evento). [...] Acho que o próprio processo do seqüestro já era mais ou menos e também já fazia um pouco parte da encenação deles. No início ser mais agressivo, depois de um tempo você já está sendo agressivo, não tem muito mais o que fazer. Acho que eles entram no carro para barbarizar, botar medo, impor respeito. Ficam quatro, cinco horas com a pessoa, chega uma hora que aquele teatrinho cansa também, né. Então acho que se eles tivessem que fazer alguma coisa, eles iam até fazer. Ou não, né, mas enfim, acho até o processo natural de como

deve acontecer isso daí. Acho que eles não são agressivos o tempo inteiro. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

O processo de intimidação permanece durante todo o tempo, mas o clima de ameaças não é constante. No início, as ameaças estão mais presentes, na medida em que os ofensores precisam causar impressões na vítima, realizando o “teatrinho” e dando o tom do evento, estabelecendo o enquadramento (LUCKENBILL, 1981). Mas, à medida que essas informações já foram absorvidas pelos sequestrados, a frequência de ameaças diminui, sem comprometer as faces já constituídas.

Essas condutas de intimidação voltam rapidamente à cena quando atores externos ao evento (como a polícia ou pedestres) ou a própria vítima desestabilizam a situação, aos olhos dos ofensores, colocando em risco a finalização esperada do evento – a tomada efetiva de bens da vítima e fuga bem-sucedida dos ofensores.

O maior momento de agressão foi esse em que ele falou ‘eu vou dar um tiro na boca dela’. Ele falava tipo tentando se explicar, sabendo que ele estava fazendo uma coisa errada, mas como se não tivesse nenhuma saída. Só o motorista falava. O outro só começou a falar quando entrou em desespero quando viu o carro da polícia. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Teve um momento só que ele se estressou mais, o dominante [...] que foi quando ela [minha namorada] ficou logo no início, não lembro se foi logo depois que trocaram a direção que ela tava bem nervosa e ela começou a chorar e pedir, ‘ai moço, não faça nada com a gente, que não sei que, que pelo amor de Deus, leve tudo’, aquela história assim, e aí ele ficou muito agressivo. Começou a gritar, xingar ela de puta, não me lembro exatamente das palavras mas a idéia é nesse sentido ‘sua puta, vagabunda, você acha que eu vou fazer o que com vocês..’, e gritando mesmo. ‘Calem a boca, se você não calar a boca é aí que você vai ver [...]’. Aí depois disso não lembro de ter nenhum fator que desencadeasse isso não. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Os ofensores informam às vítimas, em geral, que o nervosismo, a expressão do medo através do choro, gritos, falas emocionadas não são bem vistos. Eles intimidam a vítima e esperam que ela mantenha o autocontrole emotivo:

Ele ficava com a arma na minha barriga, para eu ficar quieta: ‘não, não chore, não faça zoadá’, e eu estava.. aí já era, o choro já estava descendo. Eu não tava gritando, mas o choro, eles não estavam vendo meu rosto! (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Eles me diziam muito que eles tinham meu endereço, se eu denunciasse eles me pegavam, que eu não denunciasse, que eu era gente boa, que eles nunca pegaram uma vítima como eu, disse ‘você é tão calma assim sempre? Você é sempre assim tranqüila?’, eu ‘eu sou bem estressada’, ‘mas não parece,

olha, a gente nunca pegou uma pessoa como você, colaborou com tudo'. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Em suma, os ofensores colocam em evidência, através da intimidação, o contrato coerção-cooperação, pelo qual esperam que a vítima colabore com todos os seus mandos, que abordaremos no tópico que segue.

Mandos e Investigação

Chamamos de **mando** todas as mensagens verbais, diretivas, comunicadas pelos ofensores à vítima no intuito de transmitirem a esta última aquilo que os primeiros esperam que ela faça ou deixe de fazer.

Eles foram dando todas as orientações 'não pode olhar pro lado', não pode olhar pra eles, eles estavam de óculos escuros, pediam pra não olhar, olhar sempre pra frente. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Ele abriu a janela e falou que 'você vai comprar um cigarro pra mim, se você fizer qualquer coisa eu vou atirar na sua cabeça'. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Esses mandos não vêm isolados. Eles são verbalizados concomitantemente a ameaças, na tentativa de intimidar a vítima a agir de acordo. Esta qualidade de interação com a vítima, conjuntamente à intimidação, contribui para que as vítimas sintam-se sem poder de escolha e de ação. Os mandos são a forma como os ofensores expõem as diretrizes do que pode ou não ser feito pela vítima; eles evidenciam os limites de ações dos sequestrados. Já as intimidações – altamente críveis pela presença da arma de fogo e pela agressividade dos ofensores – expõem as consequências negativas caso haja desobediência. Esse cenário deixa claro as relações de poder ali existentes, em que um teria o poder de “mandar” e o outro de “obedecer”. Esses papéis, porém não são engessados e absolutos. Ambos precisarão levar adiante um certo nível de negociação para garantir que seus interesses sejam atingidos.

Mandos, ameaças, agressividade, criam juntos o cenário de intimidação, e os ofensores, concomitantemente, investigam detalhes da vítima através de questionamentos verbalizados. Essa **investigação** envolve perguntas como “*Você trabalha onde? [...] Você faz o que?*” (Brenda) ou “*Cadê o cartão de crédito, cadê o*

dinheiro, cadê cheque?” (Eder), “onde você mora?” (Danila) ou ainda “Onde é o banco pra sacar dinheiro?” (Gabriela).

Eles cogitaram várias vezes de entrar na casa dela, perguntavam se tinha computador, o que é que tinha dentro da casa dela, quem é que tava na casa dela, daí ela falou que [...] toda família dela [estava dentro da casa]. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

A investigação permite ao ofensor reunir informações sobre as suas vítimas, contribuindo para definir expectativas em relação ao seqüestrado e aos seus bens. Como consequência, os perpetradores estarão aptos a fazer escolhas que guiem suas ações (como exemplo, se irão ou não a banco, a qual banco irão, etc.):

Eles ficaram falando ‘porque a gente vai querer seus cartões, a gente vai ter que fazer os saques.. onde é que você tem conta?’ ficavam me perguntando; aí eu dizia que tinha conta nos bancos que eu tinha, Banco do Brasil, Bradesco que eu tinha na época [...]. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

A gente parou num caixa eletrônico, ele desceu e me deixou com um outro, pediu a senha do meu cartão, eu não descí com eles, ele pediu a senha do meu cartão, enfim as letras, ele perguntou quanto eu tinha na conta. [...] E ele perguntou se eu tinha muito dinheiro, se eu tinha dado a senha certa, porque se eu não tivesse dado a senha certa ia sobrar pra mim, ia ser pior pra mim. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Mas na estrada da Cetrel começou um diálogo entre a gente, diferente. Eles perguntaram o que é que eu fazia, se eu morava na Pituba, eu disse que não. O que é que eu tava fazendo ali [...] Ai eu disse o que eu tava fazendo, ai eu disse que eu era professora, perguntaram em quais escolas eu já ensinei, falei, eles conheciam algumas [...] Acho que era pra investigar mais sobre a minha vida, né, eu acho, não era descontração. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Assim, as informações fornecidas aos ofensores os auxiliam a saber como lidar com a vítima e como encaminhar as ações do evento. Apesar das vítimas não investigarem os perpetradores diretamente por meio de perguntas, elas assimilam informações expressas pelos seus ofensores (GOFFMAN, 2009) através das condutas, das falas, dos mandos, etc. Com isso podem interagir de modo a garantir que sua vida seja preservada – o resultado desejado. Assim, as vítimas podem manipular as informações a seu favor, como veremos mais a frente.

Interações empáticas

As interações empáticas são comportamentos em que ofensores demonstram a capacidade que têm de se colocar na perspectiva da vítima. Eles interagem, atingindo algum nível de identificação com seu cativo e destoando do clima violento e aversivo inerente ao evento.

Esse que tava do meu lado mesmo, com a arma apontada para mim, ele apesar disso ele se mostrou mais acessível. [...] O ar condicionado já estava ligado quando eu entrei no carro, mas eles aumentaram a intensidade, então eu estava de frente tomando todo o ar condicionado. Ai teve um momento em que eu pedi ‘ô, faz favor, você pode pedir a ele para diminuir a intensidade do ar’, ele ‘ó veio, diminui aí ta fazendo muito frio pra ela’. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Este ofensor de Simone reconheceu a sensação desagradável que ela sentia naquele momento e agiu a seu favor. Já Gabriela foi “presenteada” pelo seu bom comportamento com a devolução intacta do carro e recebeu dicas dos agentes do seu *seqüestro relâmpago* para prevenir nova vitimização:

Depois eles me falaram, ‘Olhe, você vai encontrar seu carro intacto, nós não vamos tocar no seu carro, nem mandar desmanchar porque você é gente boa. Seu problema todo é que você tava na hora errada no lugar errado. O que você tava fazendo ali?’ Aí que eu fui explicar. [...] Eles me deram conselho, mandaram que eu não andasse pela Pituba, falaram ‘Quando você vir dois juntos, você sempre desconfie, porque a gente só anda em dupla, então mesmo que você veja dois rapazes assim, mesmo que você os veja eles conversando, você viu que a gente tava andando descontraído?’, eu falei ‘Ah, eu não percebi não. Eu só vi duas pessoas vindo’. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

As interações empáticas não foram relatadas em todos os casos. No episódio de Gabriela, elas podem ter relação, dentre outros fatores, com o fato da vítima em questão ter tentado estabelecer comportamentos verbais de empatia com os perpetradores. Já Simone demonstrou muita calma durante toda a interface com os ofensores e, inclusive, guiou os caminhos percorridos e a escolha dos caixas eletrônicos, mostrando total interesse em fornecer o dinheiro para salvaguardar sua família. Assim, este padrão de interação pode ser uma resposta a iniciativas empáticas e cooperativas das vítimas, como pode também ser mais um mecanismo utilizado pelos perpetradores para manipulá-las. Afinal, os ofensores devem convencer suas vítimas de que são perigosos, mas que também são “humanos” (BEST, 1982).

A seguir, incluímos outros exemplos de interações empáticas. Esses três relatos apontam para a necessidade que alguns ofensores podem apresentar em justificar suas ações. Nas entrelinhas, eles sugerem que o que fazem é ilícito, mas que um motivo mais nobre os “obriga” a cometer o delito.

Disseram que estavam agindo intensamente porque eles tinham que liberar um brother deles, tinha que pagar a fiança de um brother, tava preso e que o brother era muito legal [...] que eles todos estavam atuando juntos intensamente pra tirar esse cara. E que a mãe do cara não tinha dinheiro pra comprar um biscoito *cream cracker* pra levar pro cara. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

‘Aah minha senhora, a senhora não sabe de nada. Há uma semana que a gente saiu da detenção, e tem que dar comida a filho, comida a mulher e não tem trabalho’. Começaram a conversar assim e eu dizia ‘não, eu realmente eu sei, eu também trabalho’. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

A conversa deles foi essa ‘não, a gente não quer tirar sua vida, só quer seu dinheiro, porque a gente acabou de sair da prisão, não temos onde trabalhar, não temos dinheiro e tal’. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Estes tipos de iniciativas empáticas seriam ações típicas de determinados ofensores? Estariam estes comportamentos atrelados a determinadas vítimas e à forma como lidam com os algozes? Ou ainda, será que os interessa manter uma atuação agressiva e depreciativa, a todo momento? Seria um conjunto destes fatores? Um estudo com maior diversidade de casos e quantidade superior de participantes pode nos auxiliar a aprofundar a compreensão do que esteja relacionado com as interações empáticas.

V. 2. Interação vítima-perpetrador

Antes de prosseguirmos com as representações das vítimas direcionadas aos ofensores, abordaremos as “estratégias de autocontrole” relatadas pelas vítimas. Essa categoria nos auxilia a entender algo um tanto recorrente nas falas dos nossos informantes: a calma inesperada. Com mais ou menos ênfase durante as entrevistas, as vítimas revelaram terem ficado mais calmas do que imaginaram um dia, mesmo diante de uma experiência altamente violenta.

Denominamos estratégias de autocontrole, as estratégias de regulação da expressão das emoções. Ou seja, tudo aquilo que é realizado pelas vítimas para

expressar aos perpetradores que elas estão calmas e moderar a demonstração de nervosismo. Quando as vítimas são capturadas, elas já possuem crenças prévias quanto às impressões que devem causar e como se portar em um *seqüestro relâmpago*. Elas agem de acordo com essas crenças que são, então, confirmadas pelas informações apreendidas *in loco*, no decorrer do evento. Assim, **manter e demonstrar calma** é uma expressão comum das vítimas:

Em situações de estresse eu sou muito autocontrolada. Exatamente porque eu fico tanto pensando que eu preciso pensar, que eu preciso raciocinar, que se eu ficar, se eu der vazão à emoção eu não vou conseguir pensar. E isso é um pouco automático para mim. Nas coisas da minha vida, quando eu tô muito tensa ou muito preocupada, preciso resolver alguma coisa, se eu não racionalizo eu não consigo resolver. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Não sei se a calma foi só por causa dela [ajudar a namorada a ficar tranqüila] ou se teve influências de comentários de policiais, meus pais, 'oh, nunca aja num assalto'. Naquela época até que funcionava, hoje em dia nem funciona mais. Mesmo você ficando calmo, o cara lhe mata. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

E aí eles não sabiam andar aqui em Salvador, me pediram para explicar como pegavam para a BR 324. E aí eu não chorei em nenhum momento, eu me mantive calma para fazer com que eles não fizessem nada comigo, nem comigo nem contra meu filho. 'Eu vou colaborar eu faço que vocês quiserem', eu explicava o caminho 'não, você pega aqui [a Rua] Daniel Lisboa...', (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Fiquei tranqüilo. Mudei completamente!! [...] Ali fiquei muito calmo sabe por quê? Primeiramente eu pensei muito: 'Eu tenho que andar com calma'. Deus me ajudou muito porque eu mudei completamente. E quando eu conversava ele falava 'não conversa não!!'. Queria conversar com ele para poder dizer a ele e tal que não tinha problema, que no que precisasse eu podia ajudar. Depois eles até entenderam.. ai ficou batendo papo e tal. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Um dos mecanismos que os participantes relatam para manter a calma e autocontrole é recorrer à **proteção divina e as orações**. Alguns depoentes nos esclarecem sua experiência:

Assim, eu não me senti nervosa. Foi um momento assim que durante todo o processo eu consegui me manter tranqüila. Eu chamava por Deus, logo no primeiro momento que eu senti uma pessoa estranha do meu lado eu comecei a realmente chamar por Deus. Eu só falava mentalmente o nome de Deus. Eu só conseguia falar isso. 'Deus, Deus, Deus, Deus', o tempo todo! ai minha filha tava dormindo, ela durante todo o acontecido se manteve adormecida. [...] Sabe aquela coisa que você faria se acontecesse isso? são reações que a gente não tem como prever. Se alguém me perguntasse qual seria minha reação diante de uma situação dessa, eu tenho certeza que minha resposta seria outra, sabe? Eu acho que iria responder que iria começar a chorar, ou que eu iria ficar nervosa, ou que eu não iria conseguir falar nada, que eu ia esquecer as senhas dos meus cartões todos. E não! Durante tudo que aconteceu, eu me mantive calma enquanto eu estava ali com eles. [...]

Eu tenho certeza que tinha alguém ali agindo comigo do meu lado, eu tenho certeza. Deus estava ali, eu não tenho dúvida nenhuma disso! [...] [Deus me auxiliou] a me manter calma. Gente, depois quando eles já não estavam mais, eu chorei muito sabe. E você começa a imaginar, e se eu não tivesse agido dessa forma, e se eu tivesse ficado nervosa, e se tivesse acontecido alguma coisa com a gente. E se, e se. Sabe? Eu fico assim, poxa, eu não me enalteci por nada disso [...] simplesmente eu tenho certeza que eu tive orientação para agir dessa forma. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

[Rezar] foi uma coisa para eu ficar calma e eu me lembro que teve um momento que eu estava rezando, que eles só falavam com os outros dois. Eu fiquei com a cabeça baixa e eles só falavam com os outros, com os outros dois, eu fiquei uma pessoa meio invisível ali [...] não me mexia mesmo, eu estava concentrada, cabeça baixa, eu não estava ameaçando eles de maneira nenhuma. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

Vivi novamente! Pensei que o dia D era aquele dia. Mas como eu tenho muita fé em Deus, rezei muito. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Eu sou uma pessoa que tem tanta fé, que talvez eu tivesse mais imbuída de sentimento de proteção divina [...] Eu rezei muito. Muito muito. Rezei pra me salvar e rezei pedindo perdão por tudo que tinha feito. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Viver!! Viver e meu filho viver! E eu não pensava em meu marido, minha mãe, eu só pensava em minha avó! Minha avó era espírita, eu achava 'minha avó está aqui comigo, minha avó tá aqui, me guardando'. Eu não sei por que eu não chorei. Eu só fui chorar lá depois. Eu fui falando o caminho como se eu estivesse explicando o caminho para um colega. 'oh, você pega aqui, você desce aqui, oh aqui você corta caminho..'. Eu inicialmente estava muito fria, muito calma porque eu achava que era minha avó que tava ali. O que vinha na minha cabeça era isso, viver 'eu tenho que viver, por mim e por meu filho a gente vai sair dessa! [...] para me manter calma, era só nisso que eu pensava! Mais nada. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Eu só rezava, meu Deus, o tempo todo.. só me imaginava dentro da mala do carro. [...] Minhas filhas. Eu só pensava nelas. Só pensava assim, ô vão me matar e agora? Como vai ser? Porque eu sou a base delas. [...] e aí, como vai ser? Eu só pensava nisso, nelas duas. Mais nada. Primeiro que eu achava que eu não ia sair dali, né, pelas ameaças. Mas você não consegue pensar além disso, e rezava muito. Muito muito [...] Isso pra mim foi fundamental [...] meu carro tinha umas imagenzinhas [...] nossa senhora, Santo Expedito. Então esse era o meu foco, cabeça baixa, eu só conseguia ver bem na minha frente [...] era isso que me confortava, me tranquilizava, vendo aquela imagem da nossa senhora, tão linda, me deixava mais.. e as meninas, as duas, o tempo todo. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

As orações e o pensamento em Deus podem também ser acompanhados pelo **pensamento em familiares**, como nos relataram Brenda e Milena. Esta estratégia de manutenção do autocontrole foi utilizada por outras vítimas:

E orei muito, durante todo o tempo estava orando. Pai nosso.. E eu tenho formação kardecista, eu chamava muito por Joana D'Angelis, por Bezerra de

Menezes. E o que tava dirigindo perguntou ‘a senhora é evangélica?’, eu disse ‘não, eu sou espírita’. Porque eu estava orando [em voz alta]. Eles estavam ouvindo as orações, ‘meu Deus meus filhos, meus filhos’. E eu só pedia que Deus me protegesse daquela situação em razão dos meus filhos. Minha preocupação né. ‘Meus filhos, vou morrer, o carro ta correndo muito, vai bater, vai bater’. (Lorena, 51 anos, delegada de polícia, 2008, duração: 0h10m)

Eu me surpreendi porque geralmente eu tenho ações muito explosivas. Nessa hora, eu só pensava em minha família, só. Fiquei quieto, não reagi em momento algum. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Uma terceira forma de manutenção da calma que vigorou entre os participantes deste estudo foi a **avaliação racional**. Essa avaliação é construída com base em informações prévias já conhecidas pelas vítimas e informações decorrentes da interação face-a-face *in loco*.

Tudo passou na minha cabeça do que eu podia fazer e não podia fazer. Assim, questão de fração de segundos. Quando eu vi a arma falei, pronto, ele está armado, o outro deve estar armado também, então é melhor eu não reagir, então eu me segurei. Inclusive, no ano passado, não sei se você ficou sabendo, um policial morreu no costa azul, um senhor de idade, que um foi assaltar ele, ele reagiu, pensou que só tinha um, o outro veio por trás e atirou nele. Então, eles não têm nada a perder, eu tenho. Eu tenho minha família, então pra mim é a primeira coisa. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Se manter a calma parece inicialmente algo “contraditório” e sem sentido por conta da situação reconhecidamente tensa, à medida que a experiência é relatada e, com isso, reinterpretada, Elias conclui que ficar calmo “aumenta as chances” de alguma consequência negativa deixar de ocorrer.

E aí nessa hora, logo depois que saiu do posto, eles acabaram decidindo que iam pegar um novo carro. [...] foi uma sensação muito estranha, porque no início, a sensação era muito de tensão, de medo, mas apesar de que o grosso comigo foi depois, você fica tenso, fica nervoso, mas eu não fiquei apavorado, chorei, não fiquei assim sem nenhuma condição. Sabia exatamente o que estava acontecendo, tava numa situação bastante tensa, tava tenso, mas tava tranquilo [...] não tava desesperado, não tava chorando, não tava com vontade de sair correndo, de gritar. [...] [...] A gente acabou se comportando bem, ficamos calmos. [...] eu acho que na grande maioria das vezes, nessa situação específica, eles não vão pra matar, entendeu? Tem situações e situações de violência. Acho que nessa situação específica a idéia não é essa. O princípio do crime que eles estão cometendo ali não é matar alguém [...] e acredito que por a gente ter ficado calmo, isso aumenta a chance de não acontecer nada. Uma pessoa que tente reagir, uma pessoa que dê trabalho, acho que a chance deles fazerem algo é maior. Foge um pouco do controle deles, eles ficam com medo, ficam com raiva, então eu acho que com certeza isso ajudou! (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Durante toda a ação, a mente parece não ter sossego. As vítimas pensam ativamente. Avaliar a cena repercute em manter o pensamento ativo, dentro da ação. Nada as desvia. Os esforços estão concentrados no evento.

Não me lembro [de ter desviado o pensamento da situação]. Se pensei, foi muito pouco. A maior parte do tempo era pensando isso. Inclusive é interessante porque eu refiz o caminho que a gente percorreu depois, juntando flashes. Porque no dia, pouco tempo depois, era muito vago assim na minha cabeça. Até hoje na verdade. [...] é como a cena interna fosse o foco e a cena externa não tivesse.. o que poderia prestar atenção fora para ver onde estava indo, mas não, focou tudo internamente, dentro do carro. [...] Me lembro também que me passava muito pela cabeça.. eu nunca reagi né, nesses três assaltos eu nunca tinha reagido e sempre achei uma coisa meio burra reagir. Mas me lembro que na hora assim foi [por] muito pouco [...] Foi meramente um limite racional que eu consegui dar em um determinado momento. Porque teve um momento que ele deixou a arma no colo sem segurar, então eu me lembro de ficar assim alguns minutos disfarçadamente olhando para a arma e pensando que talvez eu pudesse pegar. E assim, a vontade é muito grande. Eu nunca tinha nem ensaiado uma reação, nem dessa vez, nem das outras vezes [...]. Mas nessa vez eu tive muita vontade, muita vontade mesmo quase incontrolável de pegar a arma. E aí eu ficava pensando no que eu faria ‘vou pegar a arma, atiro nesse daqui, aí se o outro tiver armado ele pode atirar nela, ou então ele vai atirar em mim; eu atiro primeiro nele para depois tentar atirar nesse porque ele pode estar armado não sei que’, e ficava nisso. E às vezes ficava ‘rapaz, não faça isso que vai dar merda, vai dar merda. Não mas se eles forem tentar matar você, não é melhor fazer alguma coisa?’ [...] Eu acho que foi a melhor escolha que eu poderia ter feito. Eu não tenho dúvidas que teria dado merda. [...]. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Em todo o momento eu sempre estava pensando em alguma coisa para a situação acabar, em nenhum momento eu fiquei sem reação. O único momento que eu acho que eu fiquei meio atônita foi quando eu fui abordada. Eu fiquei parada, eu parei eu não sabia o que fazer, e eu fiz ‘não, não!’, eu parei, eu olhei pros lados, e eu olhei pro meu amigo e ele falou ‘vem’. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

Aí passou um tempo muito grande, eles não apareceram, não voltaram mais mesmo. Ai depois de um tempo eu lá esperando. Eu cheguei a pensar em ligar, mas se eu sair daqui, eles podem passar e eu não estar aqui. Ou se eu sair daqui eles podem passar e ver que eu não estou e acontecer uma represália a isso. Então eu pensava em ligar para casa, mas ao mesmo tempo ‘eu vou preocupar meus pais?’. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Nada mais interessa à vítima que não seja a finalização bem-sucedida, o que pode desencadear uma sensação de exaustão, tema abordado no capítulo anterior. Reagir às ameaças dos ofensores, como já nos relatou Elias, aparece nesse percurso de pensamento ativo:

Eu não vou ser frágil, nem arrogante, mas vou ser firme. Ele vai saber que estão lidando. Teve um momento que eu cheguei assim a possibilidade que eu sou capaz de matar. Se eu sentisse que era um psicopata. Quando ele desceu na Contorno (Avenida), que eu

fantasiei a ação. De ele me balear, mas eu vou pegar a cabeça do da frente e vou quebrar. Vamos os três pra o inferno. Quando a gente tava na Contorno, eu levo os três comigo. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

As vítimas que mantêm o autocontrole através da avaliação da cena, invariavelmente se deparam com reflexões a respeito da probabilidade de morte. Elas geralmente acreditam que seus ofensores não são “homicidas”, “psicopatas”, e que não os interessa um resultado fatal. O medo está presente e a intimidação é funcional, mas elas tendem a acreditar que a probabilidade de ser morto num evento como este é baixa:

Eu tive medo em alguns momentos que eles me matassem por uma falta de experiência, por um equívoco, mas eu não achava que eles de verdade a intenção de me matar, quando o cara tava indo pra BR comigo pra me deixar, por um momento eu pensei que ele fosse me matar. Depois eu pensei, ‘ele não vai me matar, ele não vai assumir uma bronca sozinho’. [...] Primeiro eu acho que realmente [sobrevivi porque] eles não tinham intenção de me matar, eles já tinham conseguido o que queriam, o que eles podiam ter. Segundo, num estado como esse que a gente vive (Bahia), matar uma pessoa branca num bairro de classe média é problema, ainda mais sendo uma mulher, gera toda uma comoção assim. Eles sabem disso! Terceiro porque eles exatamente não tinham esse traquejo de homicida. Tinha a maior pinta de ladrãozinho mesmo, pé de chinelo sabe? (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Quando eles estavam ameaçando assim eu não acreditei que eles fossem me matar, a princípio. [...] Assim, eu sentia como se [minha vida] tivesse [em risco], eu tinha medo disso. Mas racionalmente eu achava que ia dar tudo certo. Eu achava que não tinha muito motivo. Mas eu sentia medo, tinha preocupação em relação a isso. [...] ‘porra, eu posso morrer’, eu tinha essa sensação, mas eu racionalmente achava ‘ta de boa, não vai acontecer nada’. [...] eu acho que na grande maioria das vezes eles não matam, no seqüestro relâmpago pelo menos. [...] Eu acho realmente que uma minoria é psicopata, vou matar, fazer sofrer porque eu gosto. Acho que tem um grau de perversidade em quase todos, que tem uma explicação de cunho social em quase todos e tal, mas acho que a minoria é doente mesmo assim, [...] acho que a grande maioria das vezes que acontece desse tipo é uma situação do risco que se corre ali né. Tem uma pessoa armada, tensa, muitas vezes tem uso de alguma substância. Ele não sabe quem é você, eu não sei que é ele, ele não sabe quem sou eu. [...] Então com certeza eles estão muito tensos, né, da polícia chegar, de qualquer coisa. Então acho que a maioria das mortes acontece assim. Não sou uma pessoa assim que a princípio devo temer pela minha vida assim, eu sou uma pessoa comum, ‘ah, sou filho de não sei quem que é ricão, vou ser sequestrado, vão fazer muita maldade comigo’, ou então ‘sou uma pessoa tão politicamente envolvida que vão me assassinar, queima de arquivo’. Não tinha muito motivo a princípio. [...] Se eu fosse um deles eu pensaria assim, para que você vai se complicar mais, pegar uma pena maior se você for preso. Eu não vejo sentido. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Assim, menos ou mais conscientes do contrato coerção-cooperação ao qual estão sujeitas, algumas vítimas conseguem analisar a cena na qual estão inseridas, avaliando os benefícios e prejuízos aos ofensores, e entendendo que o risco de morte vem como

exceção e não como regra. Esse raciocínio as auxiliam a manter atitudes que acreditam ser coerentes com a situação, assumindo um papel de não-contestação.

As ações dos ofensores devem, contudo, dar indicações às vítimas de que o contrato será cumprido. Para Sócrates, houve uma quebra no pacto de confiança estabelecido com seus dois ofensores quando eles não o liberaram no local prometido. Foi um momento no qual ele percebeu que poderia ser a exceção:

Eu lembro que eu fiquei mais tranqüilo, até a Calçada, porque tinha um compromisso dele, eu estava em negociação. Quando ele não cumpriu na Calçada [e] me mandou depois para Bom Juá, aí eu disse que ele quebrou um pacto. Eu só respeito o pacto, o cara não respeita. Eu digo que não sou ingênuo. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

Ao avaliar a situação, os ofensores e a própria atuação, as vítimas passam a recorrer a estratégias de sobrevivência. Elas tendem a manter uma linha de atuação (GOFFMAN, 1967), alguns de modo mais automático, outros de forma mais elaborada e consciente. Esta linha de atuação intenta corresponder à linha dos ofensores e manter as faces. Numa situação cotidiana, desmentir a face do outro pode significar constrangimento e mal-estar para os envolvidos; porém nesta situação, a retificação pode significar prejuízo severo à vida da vítima. Na tentativa de confirmar sua face de algoz, o ofensor pode facilmente provocar danos físicos e psicológicos ao outro ator da situação. Cientes disto, as vítimas criam suas estratégias interacionais e seguem linhas de atuação que mantenham a face do outro. Assim, parte significativa da interação em um *seqüestro relâmpago* é estratégica, com foco à sobrevivência.

Pensando a interação como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros” (GOFFMAN, 2009, p.24), levamos em conta que a observação é requisito *sine qua non* à existência da interação. Sem observação, os indivíduos não se conscientizam sobre a presença e as ações do outro, tornando inviável a manutenção da interação. Explicitaremos, a seguir, algumas categorias que abordam as dimensões de interação dirigidas da vítima ao ofensor.

Cooperação

Cooperar é a primeira opção. É de conhecimento geral e iniciativa de todas as vítimas, a adesão a comportamentos que se acreditam ser esperados pelos ofensores. As

vítimas crêem que a cooperação é a resposta que melhor garante a finalização do *seqüestro relâmpago*, tendo sua vida preservada.

Os criminosos [...] são as pessoas mais nervosas da situação. Se acontecer alguma coisa, eu que ia seria [baleada].. a arma estava do meu lado. Talvez seja por isso também que eu tenha tido esse tipo de pensamento assim... vamos nos comportar. Eu acho que [essa é] a melhor maneira de agir em um momento desses.. Eu não tenho força para lutar com uma pessoa, muito menos com uma pessoa armada. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

Só pensava que eles iam me matar só. Só isso. Tentei ficar tranqüilo e tranquilizar eles. Só que eles não querem que você fale. Baixaram minha cabeça, me botaram sentado no banco de trás, entre o banco do motorista e do fundo e não queriam nem que eu olhasse para a cara deles. Mas não me agrediram, não tocaram em mim, não fizeram nada. [...] Se eu pensei em algo, eu pensei em correr. Não ia ser a melhor solução. Pensei em reagir, pensei em tanta coisa. Acho que eu tomei a decisão certa. [...] Eu poderia não estar aqui hoje. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Eu sabia que se eu tentasse fugir acho que naquelas condições eu tinha maior probabilidade de me ferrar. Então eu pensei em fazer alguma coisa que me ajudasse futuramente. Não demorou muito para eu perceber que eles não eram experientes. Se eu fizer alguma coisa aí pode dar mais merda, sabe? Posso tomar um tiro por causa disso, de fugir e tal. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

[Resolvi dar a senha porque é] melhor, primeira coisa a fazer!! Ele pediu a senha, eu dei a senha, até ajudei ele lá inclusive. ‘oh, use a senha assim lá no caixa’. E ele foi lá e expliquei como é que fazia direitinho. O problema era ele errar a senha e reter o cartão. [...]. Nessas horas a vida da gente é a mais importante. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Em suma, todos acreditam que possam morrer. Alguns avaliam a cena, conforme relatamos na seção anterior, e mantêm-se calmos porque sabem que as chances são pequenas. Outros são atormentados mais constantemente pelo risco de morte. E assim, todos partem do princípio que cooperar é a melhor alternativa. Luckenbill (1981) nos auxilia a compreender o porquê da relação “cooperação-manutenção da vida” guiar os comportamentos das vítimas. Em primeiro lugar, existe uma comunicação efetiva entre o ofensor e a vítima; ou seja, os perpetradores deixam claro seu interesse naquela ação através dos mandos verbalizados às vítimas.

Então eu só falava o que eles me perguntavam diretamente e todas as vezes que eu olhava o que estava nitidamente drogado, ele sempre se irritava pelo fato de eu estar olhando e me ameaçava. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Graças a Deus não cheguei não [a espernear e chorar]. Acho que foi por isso, foi um grande fator também que contribuiu para que eles me deixassem sair. Eles falavam o tempo todo ‘não, vamos fazer nada com ela não porque ela colaborou com a gente [...] Se você colaborar com a gente vai dar tudo certo, você vai sair bem’ (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Em segundo lugar, os perpetradores comprovam à vítima que aquilo é um *seqüestro relâmpago* convincente, seja pela presença da arma de fogo, pela aspereza e agressividade com que verbalizam seus mandos e ameaças, seja com outras demonstrações agressivas. Assim, não restam dúvidas de que aquilo é “de fato” um *seqüestro relâmpago*.

Não reagi. Eu conversei muito com eles. Eu tentei acalmar, o que tava armado estava muito nervoso. [...] Só falava que ia me matar. Pra eu não olhar pra ele, pra eu ficar quieto. [...] Ainda falei pra eles fecharam o vidro do carro, que o vidro tava aberto com ele com a arma na mão. Aí fui acalmando, fui dando confiança a eles pra eles verem que eu não ia reagir. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Eles perguntaram onde tinha um banco mais próximo e eu que fui indicando a eles. [...] primeiro nós fomos na [Avenida] Paulo VI porque é perto de onde a gente mora. Eu imaginei assim, eles estando com o dinheiro na mão, eles vão deixar a gente em paz, né! [...] A partir do momento que eles entraram e disseram que queriam dinheiro, eu tinha certeza absoluta de que a partir do momento que eles tivessem com dinheiro na mão eles iam deixar a gente em paz, que o interesse deles era único e exclusivo do dinheiro. Eu tinha certeza disso. [...] eu tinha certeza absoluta disso [de que liberariam todos quando dinheiro fosse entregue], firme mesmo. Por que fui eu que ofereci. ‘500 reais ta bom?’, ‘500 reais ta ótimo, ta bom ta bom, bora’, fui eu inclusive que ofereci o valor. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

As vítimas, segundo Luckenbill (1981), devem ser convencidas de que os perpetradores têm capacidade de infligir algum dano grave ou letal a elas. Ainda que algumas relatem não acharem provável que o dano pudesse ocorrer, já que compreendiam o enquadramento da situação – no *seqüestro relâmpago* os ofensores só estariam interessados no dinheiro – elas constatarem que o ofensor possui meios para tal.

Na verdade, eu poderia reagir, tomar a arma de um e [levar] um tiro do outro. [...] Tudo passou na minha cabeça do que eu podia fazer e não podia fazer. Questão de fração de segundos. Quando eu vi a arma falei, pronto, ele está armado o outro deve estar armado também, então é melhor eu não reagir, então eu me segurei. [...] [os agressores] não têm nada a perder, eu tenho. Eu tenho minha família, então pra mim é a primeira coisa. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Observamos, na verdade, que a vítima já entra na ação pressupondo a cooperação como meio mais bem-sucedido para sair da situação e isso é confirmado a

partir dos indícios fornecidos pelos ofensores, as informações e a linha de atuação (GOFFMAN, 2009).

Eu já estou automatizado, eu acho, que eu não ia fazer nenhum tipo de reação. Então o que eles me mandassem fazer, eu ia fazer. Agora eu tenho consciência que eu poderia fazer tudo que eles me mandassem, não reagir a nada e mesmo assim não sair vivo. Ia depender lá da cabeça deles. [...] Meu pensamento era só fazer tudo, falar nada, não reclamar de nada, tudo que eles pedirem fazer. (Samir, 37 anos, dentista e sanitário, 2003, duração: 0h20m)

E assim, a cooperação só se mantém como forma preferencial de interação porque os ofensores a confirmam, como no caso de ofensores que elogiam vítimas “bem-comportadas” e cooperativas, validando a crença de que a cooperação é a melhor saída e demonstrando, inclusive mudanças no trato com as vítimas:

Quando eles viram que eu ‘perai, olha o sinal, vai fechar, você tem que parar, não sei o que, cuidado, olha você não faça besteira senão você vai chamar a atenção’. Eles disseram que normalmente a vítima grita, chora, dá trabalho pra eles. E eles ‘você não dá trabalho nenhum’. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

A cooperação atinge um caráter quase automático para muitas vítimas. As vítimas relatam reações “espontâneas” e não necessariamente estratégicas de cooperação. Porém, ao considerarmos o conceito de Goffman de “interação estratégica” (GOFFMAN, 1969) entendemos que os “cursos de ação ou movimentos serão feitos à luz dos pensamentos que um tem em relação aos pensamentos que o outro tem sobre o primeiro” (p.127). A cooperação, mesmo que “espontânea” ou “automática”, é uma resposta comportamental ao que a vítima conhece sobre o seu algoz e a situação na qual foi colocada, em que informações prévias ao encontro (como dicas de segurança compartilhadas na sociedade, ‘nunca reagir a um assalto’, etc.) e, posteriormente, informações adquiridas *in loco* são essenciais à avaliação da cena.

Manipulação de informações: verdade X mentira

Como consequência da observação, a vítima torna-se apta a manipular as informações à maneira que acredita ser melhor para o seu sucesso. Seguimos com o exemplo de Lorena, que assume um papel que lhe conferem, mantendo a face

(GOFFMAN, 1967) que lhe é atribuída e desenvolvendo uma linha de atuação (GOFFMAN, 2009) compatível:

Ao mesmo tempo, o que sentava no banco traseiro perguntava.. ele tirava os objetos, despejou a bolsa que minha sobrinha houvera deixado e perguntou se o carro era da madame. Diante dessa pergunta, eu deduzi que ele, pelo fato de eu ser negra e pelo meu trajar humilde, [achou que] eu era empregada de minha sobrinha, que estava trajada de uma maneira que demonstrava ter um outro padrão social. De fato, ela é advogada e estava trajada vestida para ir a uma audiência. Eu me enquadrei na situação de empregada doméstica. Respondi numa linguagem mais típica de pessoa simples e respondi ‘moço, eu não sei se o carro é dela, mas o senhor olhe os papéis porque eu a vejoela saindo com esse carro. Não sei se é dela ou se é do pai dela’. Me coloquei na condição que ele me enxergou, uma empregada doméstica.. (Lorena, 51 anos, delegada de polícia, 2008, duração: 0h10m)

Sendo delegada de polícia, Lorena temia fortemente o que os algozes fariam assim que descobrissem seu cargo. Por isso, ela resolveu assumir o caráter da serviço que atribuíram a ela: *“Eu era uma empregada doméstica, eu era igual a eles e merecia uma chance de viver”*. A participante avalia que essa manipulação das informações – omissão da sua identidade pessoal e atuação de uma identidade conveniente – foi fundamental para a sua rápida liberação, que ocorreu aproximadamente dez minutos após a fuga com o carro. Assim sendo, a interação com os perpetradores parece ser marcada por um certo “jogo” de informações, em que escolhas são feitas em relação a informações repassadas. As vítimas parecem racionalizar seus ganhos, algumas optando por expor informações verdadeiras, outras informações falsas.

Ele parou o carro no acostamento e falou ‘tem alguma coisa na mala?’, eu falei ‘não’, ‘você tem certeza?’, eu disse ‘tenho’, ‘e se tiver?’, ‘se tiver pra mim é milagre’, aí ele falou ‘eu posso olhar?’, ‘pode se você quiser’, aí ele ficou me olhando assim ‘se tiver alguma coisa lá eu vou lhe matar’. [...] E o meu *laptop* estava no fundo do meu carro. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Eles me falaram ‘olha, você já sabe, o tempo que você ficar conosco vai depender de quanto você tenha na conta’ [...] eu falei, ‘não, eu não tenho dinheiro na conta pra ficar com vocês mais tempo, quer dizer, só posso tirar dinheiro no banco uma vez.’ Eu não tenho limite de cheque especial. Eu estava com um cartão, pra minha sorte, de uma conta que eu não tinha cheque especial, e eu tinha pouco dinheiro lá, que dava quase uns R\$600,00 [...] Tirei o dinheiro, dei pra eles, voltei e, assim, hesitei em entrar no carro [...] eu falei ‘ó, eu vou tirar o extrato’, eles disseram que não ‘a gente não quer extrato’, eu disse ‘eu vou tirar sim, que é pra vocês verem que eu to falando a verdade’, porque se eu não tirasse eles podiam me levar pra um lugar, né? Aí eu tirei o extrato, trouxe, mostrei, eles ficaram bem chateados. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Nesse “jogo”, escolher entre dizer uma verdade ou pregar uma mentira relaciona-se à avaliação que a vítima faz da cena:

Eu falava a verdade. Eles já sabiam tanto da minha vida que eu ficava com medo de não falar a verdade e eles já estarem sabendo de tudo e depois acharem que eu não tava [falando a verdade]. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Eu lembrei que tinha escondido a pochete debaixo, com cartões e tal e no momento das conversas eu tinha dito para ele que eu não tinha nada. Aí eu vi o momento, ‘vivi pouco, mas agora é que vou morrer’, porque eu menti pro cara e eu estava cheio de cartão. Não tinha motivo nenhum para não me matar! A gente desceu e minha namorada também já estava com medo e isso ela me disse depois, porque ela sabia que eu estava com a pochete e eu tinha mentido para ele naquele momento. [...] meu coração deu uma aliviada porque o *baculejo* não ia rolar mais, a revista talvez não rolasse. Não que aliviou, mas tipo assim ‘pô, será que eu me livrei da morte agora?’ [...] Meu maior medo foi naquele momento, eu nunca tinha mentido e saber que aquela pequena mentira poderia me fazereu perder minha vida.. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Brenda acreditava que seu captores conheciam sua rotina e sua família, por isso comunicou a eles informações verossímeis. Gabriela também optou por comunicar o valor real contido em sua conta corrente para evitar que seus algozes acreditassem que ela tivesse mais dinheiro e a rendessem por um período prolongado (como ocorrido com um amigo assassinado). Já Elena, num dos relatos acima, revelou que mentiu a respeito do *laptop* na mala do veículo, pois – tendo arquivos importantes neste computador – ela acreditava que o ofensor não checaria a informação e, caso o fizesse, não a mataria: “*eu pensei, ele não vai me matar, ele não vai assumir uma bronca sozinho!*” (Elena). Igor, por sua vez, esconde sua pochete debaixo do banco (“*uma atitude burra minha*”) e, quando a ação inicia-se, informa aos ofensores que não portava cartões de crédito ou débito. Apesar de ser atormentado pela mentira que contou, ele escolheu mantê-la para retardar um provável resultado fatal.

Demonstração de empatia e criação de vínculo

Assim como os ofensores, as vítimas também podem apresentar comportamentos que sugerem demonstração de empatia com seu algoz ou criação de vínculo. Conforme o relato de Elias, abaixo, o evento que ele e a namorada passam a fazer parte não é uma “*situação normal*” e exige que a vítima responda às ações dos

ofensores. Durante as horas em que foi mantido cativo Elias tenta demonstrar empatia em relação aos seus algozes:

É foda isso porque você fica muito tenso. Não é uma situação normal de ‘vou fazer uma amizade’, é óbvio. Mas eu tentava não demonstrar medo, não me sentir intimidado, não oferecer risco a eles, ficar tranqüilo, quieto, se me perguntavam eu respondia num tom de voz que eu achava que era adequado e tal. [...] [Eu queria que eles pensassem a meu respeito que] ‘esse cara é legal, não vamos fazer nada com ele não’ [...] Em alguns momentos eu tentava aproveitar o papo para conversar [...] tentava conversar com eles de maneira menos, quebrar um pouco a situação de criminoso e criminado.. [...] O que tava atrás que era esse mais tranqüilo era que orientava. Muitas vezes o outro cara ia seguindo e meio se perdia. [...] eu estava no banco de trás, mais ou menos o mesmo campo de visão dele. Eu realmente pensei isso ‘pô, como esse cara consegue ver tanta coisa?’. Tinha horas que eu não via que o carro tinha entrado na rua tal. Ele falava assim, ‘entrou na direita ali’. O outro entrava e tava na direita mesmo. Eu comecei a me surpreender assim. Às vezes eu achava que ele tinha chutado. Aí eu percebi isso e falei [pensei], ‘não, acho que isso vai soar natural a um elogio’. Ai eu falei ‘porra, você tem a manha mesmo viu’. Ai ele falou assim ‘hehehe, é a prática’. Mas eu vi que ele desarmou, sabe? Deu uma risadinha, não foi uma risada só escrota, foi uma risada meio de.. ele ficou meio envaidecido, deu pra perceber na hora. E assim, esse foi o segundo momento mais direcionado para tentar ganhar a simpatia do [cara] de trás. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Elias avalia os benefícios de tentar criar o vínculo e para isso leva em conta a experiência prévia de um amigo que também havida sofrido um *seqüestro relâmpago*. Ele nos conta que tentou demonstrar empatia em relação ao ofensor “*mais passivo*”, para que algum nível de vínculo fosse criado e gerasse, como consequência, um compromisso moral do ofensor em não efetivar as ameaças de morte. Gabriela também tentou analisar seus ofensores e as circunstâncias do evento a ponto de expressar um senso de injustiça social em relação a eles e seus pares e uma consciência sobre a corrupção estatal que aflige o Brasil repercutindo em mazelas para as camadas subalternas. Justo tenta perder a face que lhe foi colocada de “*contra a gente*” e adquirir a face de “representante dos trabalhadores”:

Como eu tenho um emblema de juiz no carro, eu fui juiz do trabalho [...] eu tenho o emblema de juiz do tribunal regional do trabalho. ‘Ah! Ele é juiz, esse é contra a gente, vamos matar ele’. [Eu respondi] ‘que isso rapaz, inclusive eu sou da justiça do trabalho, eu represento unicamente vocês, empregados e tal’. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Disseram que estavam agindo intensamente porque eles tinham que liberar um *brother* deles, tinham que pagar a fiança de um *brother*, [que ele] estava preso e que o *brother* era muito legal. [Eu pensei] ‘é legal e tá na cadeia!’. [Disseram] que eles todos estavam atuando juntos intensamente pra tirar esse cara. E que a mãe do cara não tinha dinheiro pra comprar um biscoito *cream cracker* pra levar pro cara. E eu dizia ‘Exatamente! Essa é a sociedade em

que a gente vive, né!’ (risos) Eu dizia, ‘é isso aí, infelizmente é uma situação que não sou eu que vou resolver, não são pessoas que trabalham quinze horas por dia, como é o meu caso, que não têm dinheiro pra trocar a bomba do carro que vai resolver isso. São outras coisas que vão resolver, a corrupção diminuir’, eu falei pra eles. ‘Tem muita gente aí roubando dinheiro público.’ [...] Eu falei também, ‘eu sou socióloga’, eles falaram ‘ahh, você é socióloga’, eu falei, ‘é, eu compreendo perfeitamente essas situações que vocês estão vivendo, essas coisas todas, a origem disso, já estudei muito sobre essa questão’. Depois eles perguntaram, ‘você ainda tá com medo?’, eu falei ‘não, o susto da caçamba já passou, eu não to com medo, porque eu sei que nada vai acontecer comigo.’ Ele falou, ‘por que você acha isso?’, ‘Porque eu acho que não vai acontecer, vocês não vão fazer nada de mal. O que vocês queriam.. eu já dei: o dinheiro. Vocês já têm meu carro, o que vocês vão fazer? Vocês não vão fazer nada’ [...] ‘vocês vão me soltar e eu vou rezar por vocês, pra que nada de mau aconteça com vocês’. Eles falaram ‘nós vamos levar você até um lugar, nós vamos deixar você em um lugar’, eu ainda falei ‘só não pode ser num lugar que outros vão me pegar lá’. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Essa passagem evidencia também uma negociação iniciada por Gabriela. Depois de muitas horas de clausura dentro do veículo, ela expõe o resultado que deseja para si (“*vocês não vão fazer nada de mal!*”) e argumenta que seus captores já haviam conseguido a recompensa desejada por eles (“*eu já dei o dinheiro*”). Ela já cumprira com sua parte no contrato e aguardava que eles fizessem o mesmo. Caso as interações empáticas não tivessem ocorrido ao longo do seu *seqüestro relâmpago*, este tipo de abordagem iniciada pela vítima poderia ter gerado conseqüências diferentes.

Outros participantes relatam tentativas de interação empática no decorrer das suas experiências, especialmente no que tange a sensibilizar seus captores para alguma condição de saúde. Milena expõe a informação de que está grávida e, assim, procura sensibilizá-los, na tentativa de evitar as constantes ameaças e agressões. Mas há um incremento da perversidade perpetrada contra Milena quando o ofensor “negro” tenta estuprá-la e colocá-la na mala do veículo, mesmo ciente da sua gravidez. Já Justo, de 70 anos, relata que “*ele me bateu no rosto duas vezes, dois tapas fortes.*” E tenta evitar ser colocado na mala do carro recorrendo a uma informação inverídica, mas plausível a seu ver: “*eu falei ‘olha meu filho, eu fiz uma cirurgia do coração – mentindo para ele né – eu não posso porque eu não tenho condições’*”. Ele, assim, manipula informações a seu favor, como já abordamos na seção anterior. Sócrates utiliza outra estratégia comum para despertar compaixão por parte dos algozes. Ele argumenta que tem filhas que dependem dele:

O primeiro impulso meu foi, eu tava atrás.. ‘Não quero olhar pra vocês, quero a minha vida. Eu tenho duas filhas, pequenas, pra criar.’ [...] coisa muito intuitiva, mas eu querendo estabelecer uma interlocução com eles, quero saber com quem eu estou; Ai ele [disse]: ‘nós também temos!’. E o

negão ainda caiu na pior: ‘a minha também é menina.’ Quando ele se deu conta, entendeu que ele criou um vínculo de intimidade comigo. Ai foi a única ofensa que eu sofri. De tal ordem, que depois eu pinteí meu cabelo. ‘Nada de polícia viu coroa, coroa, nada de polícia!’ E aquele coroa entrou como uma navalha, doeu meu físico e eu pinteí meu cabelo. [...] Eu me indignei, eu fiquei tão indignado, eu puxei minha caneta: Rapaz, eu sou professor! A única arma que eu pego em minha vida é essa daqui rapaz, minha caneta. Nunca peguei numa arma de verdade em minha vida. [...] Você sabe que mais adiante, o cara da frente, chegou a dizer: ‘Professor’, já me chamou de professor, ‘A gente ta nessa vida porque Deus quer!’ O cara assim, entendeu a linguagem?! O cara se desculpando ali, porque Deus quer! ‘Não tivemos alternativa e viemos para o mundo do crime.’ (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

O vínculo criado pelo “*Professor*” e o acordo estipulado pelos ofensores parece ter funcionado. Sua eficácia foi tal que os ofensores, depois de fornecerem a localização verdadeira do veículo, falaram à esposa da vítima: “*Desculpe por tudo ai, viu dona!*”. Esse participante ainda relata que:

Quer dizer ele mostrou uma linguagem de honrar os compromissos, eu honrei com ele e ele honrou comigo. **Então achei pessoas que eram criminosos, que assumiram o mundo do crime, mas que foram capazes de ter um gesto, de ter uma atitude, no limite dos valores.** [...] eu encontro muito mais sacanagem nesse mundo universitário, nessa fogueira das vaidades. [...] Eles podiam ter tirado [minha vida], não tiraram. Falhou tudo, todas as instituições, era eu e ele lá dentro daquele carro. (Sócrates, 56 anos, médico e prof. univ., 2004, duração: 2h30m)

No *seqüestro relâmpago* a vítima assume o papel de ser seu próprio herói. Ninguém além dela pode encaminhar um final mais eficiente. Por isso, estabelecer uma relação mais empática parece com certa frequência nos relatos. Conseguir transmitir a noção de que ela, a vítima, é um sujeito, é um pai ou uma mãe com responsabilidades, é um trabalhador, uma pessoa que não quer trazer problemas ao alçoz significa, aos olhos de alguns depoentes, afastar conseqüências severas ou fatais. Exploremos, enfim, outra dimensão das interações que se correlaciona às demais: a iniciativa.

Iniciativa

Outra forma de interação que desponta nos relatos é a iniciativa (e a não-iniciativa). Caracteriza-se por ações das vítimas que não sejam respostas diretas aos mandos dos ofensores, como o exemplo trazido por Justo: “*Inclusive até ensinei ele a*

dirigir o carro automático, ‘oh, cuidado para você não botar no D que vai até o fim do mundo’ eu falei para ele”. Em contraste, Igor relata que *“foram poucos os momentos [que eles e eu nos falamos], eu procurei ficar bem quieto. Eu procurava responder, mas não interpelar. [...] Ele perguntava, eu respondia, ele perguntava eu respondia.”* Cooperar, para este participante, significava “não interpelar”, não-interromper, não-perturbar. As interações verbais entre eles foram reduzidas. Já Samir, que viveu um *seqüestro relâmpago* de vinte minutos, nos conta que:

Eu falei com ele [um dos ofensores, o que dirigia] duas vezes, uma pedindo para ele ficar calmo porque ele estava fazendo manobras arriscadas, e aí ele foi grosseiro comigo nessa hora ‘fique aí quieto pra eu não te dar uma porrada’. E a outra que foi pra ensinar a ligar o farol do carro, e nessa hora ele foi bem tranqüilo comigo, falou comigo numa boa! (Samir, 37 anos, dentista e sanitarista, 2003, duração: 0h20m)

A segunda iniciativa, como relatada por Samir, não coloca em cheque ações do “motorista” – como ocorreu ainda no início com o comentário sobre a forma com que dirigia o veículo – e demonstra em atos aos ofensores a vontade colaborativa da vítima. Gabriela percorreu um caminho de iniciativas bem-sucedidas:

Quando eu vi que eles não fizeram retorno em Lauro [de Freitas], para voltar para Salvador eu pensei ‘Pra onde esses cabras vão, meu Deus?’. Aí eu disse, ‘olha, esse carro está com a bomba quebrada, o marcador está quebrado, então essa gasolina que está aí, eu não sei até onde dá pra ir, porque tá marcando errado, esse carro pode parar no caminho a depender de pra onde vocês queiram ir’. [Um deles] ainda perguntou ‘Por que você não consertou?’. Eu disse ‘porque é R\$700,00 e eu não tenho dinheiro’. Foi por isso que eles pararam no posto [...] Quando eles saíram de Jauá e pegaram a estrada, eles começaram a correr demais 120km/h. [...] Aí eu achei que o carro não tinha estabilidade pra agüentar uma velocidade daquela. Ai eu comecei a dizer ‘olha, não corra desse jeito porque esse carro não tem estabilidade’ [...] o do volante falou ‘tudo bem, eu vou diminuir, eu preciso correr porque a gente tem que se livrar de Salvador, ficar o mais distante possível’. [...] Quando foi passar na polícia rodoviária em Arembepe, eles estavam sem cinto, bebendo, e eu sem cinto, ai eu falei ‘olhe, ali na frente, tem o módulo, viu, da polícia rodoviária, você está sem cinto, eu estou sem cinto e você está com uma lata de cerveja na mão. A polícia vai parar você!’ Aí, nessa hora eles diminuíram a velocidade, [o motorista] pensou, não me disse se eu estava certa ou errada, mas houve um silêncio, aí passou a cerveja pro de trás, botou o cinto e eu disse, ‘e eu, posso pôr o cinto?’, ‘pode’, aí eu pus o cinto. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Por meio de iniciativas, Gabriela estabelece interlocuções com seus ofensores e demonstra, com isso, um “espírito” cooperativo, de não-ameaça. Os relatos acima também nos apresentam à tênue linha divisória entre iniciativa e negociação. A segunda pressupõe a primeira. Ao expor suas necessidades e seus limites, sem, contudo, ignorar

os interesses dos seus algozes, Gabriela levava à frente um processo de negociação velado. O contrato coerção-cooperação é assim continuamente negociado, o que por sua vez, reforça e valida a todos os integrantes que o contrato será cumprido já que todas as partes demonstram comprometimento com a outra. Enquanto a vítima coopera e, no caso de Gabriela, consegue demonstrar essa cooperação também através de certas iniciativas, o ofensor reconhece a colaboração e finaliza o evento sem prejuízos físicos a ela.

Simone, ao incorporar uma calma inesperada durante o *seqüestro relâmpago* em que ela, o marido e a filha foram mantidos cativos, nos mostra outro processo de negociação, este um pouco mais evidente.

Primeiramente eles pegaram nossos cartões. [...] eu sugeri o Itaú porque o Banco do Brasil na época não tinha muito dinheiro na conta e o Itaú eu sabia que tinha uma quantia boa na conta e eu sabia que o limite do Banco do Brasil que eu podia sacar por dia era menor do que o limite que eu podia sacar no banco Itaú. [...] ‘Oh, esse daqui eu posso sacar até 500 reais no dia, 500 reais ta bom?’ [...] Eu orientei eles a entrarem nessa rua [uma rua sem saída], mas não pensando em encurralar eles, nada disso, eu só queria ficar livre deles, eu queria tirar o dinheiro, entregar o dinheiro e que eles deixassem a gente em paz. Ai orientei ‘vocês param aqui, eu vou lá, tiro o dinheiro e volto’, ai um deles falou ‘não! A gente vai ficar encurralado aqui, é rua sem saída!’, ai eu falei ‘não tem problema, então você dá a volta’, eu orientando tudo ‘você dá a volta, já fica com o carro direto pra saída e qualquer coisa você sai!’. ‘Não, não, a gente não vai ficar aqui não’. Eu fiz ‘tá bom, vamos para o supermercado, Bompreço, o Bompreço tem’. [...] Eu falei ‘aqui o Bompreço’, ele ‘não não, vamos para outro lugar porque a gente já rodou muito aqui pela Pituba, já deu muita bandeira’. Ai eu falei ‘tá bom, então vamos para a [Avenida] Vasco da Gama’. Ai ele ‘ótimo ótimo vamos para a Vasco da gama’. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Ela reconhece o “enquadramento” (LUCKENBILL, 1981) do *sequestro relâmpago* e o co-orienta. Os ofensores “*se mostraram muito inexperientes*” e desconheciam a localização de caixas automáticos do Banco Itaú, uma informação imprescindível para que Simone propusesse alternativas ao percurso escolhido pelos ofensores. Ciente de que os ofensores valorizam mais o “resgate” do que os “reféns” (BEST, 1982), ela age tentando dar aquilo que eles valorizam (dinheiro, carro), para resguardar o que ela valoriza (sua família). Ela oferece R\$500,00, sugere locais para sacar o dinheiro, guia os trajetos escolhidos, etc.; e assim, ela negocia os termos do contrato, demonstrando predisposição em efetivar a sua parte no acordo e esperando o cumprimento da sua contraparte.

Por fim, vale ressaltar que nos parece significativo estar ou não acompanhado durante a vitimização, no que tange à forma como as vítimas lidam e interagem com os

ofensores. Os entrevistados relataram grande angústia e receio por estarem em companhia de uma pessoa da sua intimidade (marido, filha, namorado, amigos). Eles temem conseqüências negativas a seus companheiros, receiam que suas ações influenciem essas possíveis conseqüências, percebem-se mediando o evento para preveni-las, entre outros. Os ofensores, por sua vez, ao capturarem casais ou dupla/trio de amigos podem obter benefícios como retardo na busca por ajuda policial, acúmulo de valores monetários e bens das duas ou mais vítimas e, ainda, podem utilizar o vínculo afetivo existente entre as vítimas para intimidá-las. Para esclarecer as peculiaridades desta interação vítima-vítima-perpetradores, entendemos ser necessário um estudo que aborde maior número de casos em que duas ou mais pessoas foram seqüestradas conjuntamente.

CAPÍTULO VI: REPERCUSSÕES PARA A VIDA

Os capítulos anteriores abordaram o ponto de vista das vítimas de *seqüestro relâmpago*, numa perspectiva das violências ocorridas e das interações mantidas com os ofensores. Agora é o momento de aprofundarmos o entendimento sobre como essa “sensação” peculiar e pejorativa do *seqüestro relâmpago*, relatada por Elena no trecho seguinte, é transferida à vida cotidiana das vítimas.

Nos outros assaltos eu conseguia ter alguma empatia com os assaltantes. Do tipo ‘pô, esse cara é um fodido, é uma merda’. Ele faz isso porque não tem opção sabe? [...] Eu conseguia ter algum nível de compreensão, eu acho que eu era mais complacente. Ficava puta quando rolava, todas as vezes que fui assaltada, mas o seqüestro, ele te desperta outras coisas, outros tipos de sensação eu acho. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Muitos relatam que não só o ritmo da vida mudou após o *seqüestro relâmpago*, como também “o modo de agir, de pensar” (Justo). Trataremos, neste capítulo, dessas repercussões; tanto as do âmbito prático – como ações do dia-a-dia e defesas empregadas – quanto no mental e afetivo – como a forma de pensar o mundo e se relacionar com os outros. Abordaremos as repercussões físicas e emocionais imediatas – como medo da retaliação, prejuízo ao sono, mudanças imediatas de rotina, desconexão com a realidade concreta, rememoração e renovação do sofrimento – e também aquelas mais prolongadas – como prejuízos ao convívio social, reelaboração da identidade, desconfiança generalizada e hipervigilância. Em seguida, analisamos as defesas decorrentes da experiência do *seqüestro relâmpago*.

VI. 1. Repercussões emocionais e físicas

“Não esqueço a data, não esqueço a cara dele, não esqueço nada”. Esse testemunho de Eder evidencia o impacto que algumas horas (no seu caso, trinta minutos) em poder de ofensores podem causar a uma pessoa. Entretanto, algumas vítimas, de imediato, demonstram medo em fazer a queixa formal do *seqüestro relâmpago* temendo algum tipo de retaliação por parte dos ofensores:

À noite [depois de ser liberada] eu fui pra casa, tava muito chorosa, tomei banho, as amigas já estavam aqui, mandaram trocar o segredo da porta. Quando eu cheguei já tinha gente aqui [em casa] me esperando, trocou o segredo, aí eu não queria, não queria ir pra polícia. Depois alguns amigos me disseram ‘você tem que dar a queixa por causa do carro, pra acionar o seguro, precisa dar a queixa’, ‘não!!! eles vão me pegar!!’, ‘que pegar!’. Aí quando eu fui na polícia eles, ‘você não se preocupe porque não tivemos registro de casos que eles voltaram. Eles queriam de você o carro e o dinheiro. Já pegaram!’, eu ‘não vou falar tudo porque eles vão me pegar’ [...] então eu quase não queria dar informação ‘você viu a cara dele?’, ‘não!’, ‘não sei o que?’, ‘não!’, ‘como era?’, ‘não sei!’. Aí teve uma hora que eu falei ‘não, eles foram muito legais comigo’, o delegado ‘aahh, quer o endereço deles depois pra levar flores, quer? Se você soubesse quantos desses legais tem aí presos, que passaram fogo nas pessoas aí fora. Todos eles têm cara de gente boa, mas são assassinos’, ‘Tem que dar os dados, tem que dizer tudo, a gente vai fazer o retrato falado’, ‘não vou fazer retrato falado porque eu não lembro da cara de ninguém!!’. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Família e amigos exercem grande influência sobre a vítima quando elas apresentam este **medo da retaliação**. São eles que, desprovidos da experiência traumática da vítima e do medo persistente, convencem seu familiar ou amigo vitimizado a formalizar a queixa do evento sofrido, argumentando primordialmente a necessidade de acionar a seguradora do veículo. Não sem antes enfrentar alguma resistência da vítima em prosseguir com o registro. Os relatos a respeito desta etapa nos remetem a experiências de vitimização secundária, uma vez que as vítimas sentem-se depreciadas na delegacia de polícia: horas de espera, desinteresse aparente dos agentes policiais em registrar a queixa e dar apoio emocional à vítima e, às vezes, insinuações de possível envolvimento da vítima no roubo do próprio veículo.

Eu fui pra dizer que tinha encontrado o carro, aí é que foi uma burocracia. Cheguei lá 8 da manhã, saí 5 da tarde. [Fui] para darem baixa, pra dizer que o carro foi encontrado, tudo isso. Ainda [me] acharam suspeito, parecendo que eu tava conivente com eles. Eles não me falaram isso não, mas eu senti isso deles. Me deixaram de molho lá várias horas na [Delegacia de] Furtos e Roubos. Parecendo que eu tinha programado isso pra ganhar o seguro. Ainda passei por essa situação, porque o policial, às vezes fala assim ‘é muita gente faz isso pra ganhar o seguro do carro’. Entendeu? Aí eu falei pra ele, ‘você acha que se eu fosse fazer isso eu ia vir aqui? Ia deixar o carro na frente do meu condomínio?’ (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Os participantes também citaram a dificuldade em dormir como um problema posterior à vitimização. O **prejuízo ao sono** (ELIAS, 1986) é um dos primeiros sinais da ruptura causada pelo *seqüestro relâmpago*, repercutindo em insônia persistente e pesadelos, sintomas também característicos do Transtorno de Estresse Pós-Traumático - TEPT (FERREIRA-SANTOS, 2007).

As primeiras noites eu não dormia porque eu não acreditava que eu tinha saído viva. Eu tinha medo de dormir, acordar e estar com os caras. Sabe aquela coisa de trauma? Um trauma violento. Eu dizia assim, poxa, não vou dormir não, se eu dormir, ai meu Deus, era horrível. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

E só tomava [medicamentos] à noite para ver se eu conseguia dormir. Durante o dia ele [o médico] disse que eu tinha que segurar tudo, não podia ficar tomando porque eu tava grávida e isso podia afetar meu filho de alguma forma. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Fiquei uns dias agoniado ainda. Tanto que quando eu ia dormir eu sentia o cano do revolver aqui quando eu fechava o olho, mas isso não foi muito tempo não. Foi um ou dois dias. [...] Nessa noite eu não dormi praticamente. Ai na segunda eu ainda estava com aquela sensação e depois passou tranqüilo. Até porque eu já tinha passado por outras coisas de assalto, não tinha sido *seqüestro relâmpago*, mas outras coisas de assalto. Então eu acho que isso ai acabou me deixando menos traumatizado. (Samir, 37 anos, dentista e sanitaria, 2003, duração: 0h20m)

Conforme o relato de Samir, ele havia já passado por uma situação que considerou mais violenta, ao ser espancado por um grupo de jovens. Sua experiência prévia parece significativa no que tange à minimização de alguns dos efeitos de longo prazo possíveis do *seqüestro relâmpago*. Vale ressaltar que, segundo ele, sua experiência não demonstrou ser tão violenta. Afinal, *“a impressão que eu tive é que era ladrão de galinha, eles iam recolher um bocado de celular, bocado de relógio, sapato e pronto. [...] Eu achei eles meio inexperientes.”* (Samir).

A maioria dos entrevistados não esquece sensações, comportamentos, trajetos de um dia transformado em um “marco de vida”. Na verdade, muitos se esforçam em esquecer ou não recordam, de fato, todas as cenas do evento vivido (FERREIRA-SANTOS, 2007), o que pode ter relação com a “teoria da defesa” exposta por Parkes (1998). Esta teoria pressupõe que existe um limite para a quantidade de ansiedade tolerada pelas pessoas; uma vez atingido este limite, os indivíduos tendem a se defender afastando-se psicologicamente daquilo que remeta à ansiedade (PARKES, 1998). Entretanto, certos objetos, locais ou pessoas estimulam a revivência do evento, passando a representar **marcadores materiais do seqüestro relâmpago**:

Se eu sáísse, com meu marido dirigindo, e chegasse um homem perto, acabou meu dia. [...] A primeira vez que eu peguei o carro, meu marido junto do lado e tal, chegando em casa, na curvinha, quando eu avistei o prédio, aqui no prédio do lado tinha um rapaz com boné em pé, eu larguei o carro do jeito que tava e saí correndo. É uma coisa assim que você não controla. Pra mim são eles que estão ali. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Sempre trabalhei muito e sempre consegui as coisas com trabalho mesmo. Então é foda você pensar que o cara te leva e te agride. Eu me lembro que eu tinha acabado de comprar um relógio. Um relógio da *Swatch* que eu sempre quis comprar. E eu passei dez meses pagando o relógio que eu não tinha! Meu Deus que ódio!! (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Eu não queria dirigir porque parecia que eu tava vendo a mão do cara. [...] o meu carro foi encontrado, precisou trocar algumas coisas [...] Aí eu fiquei um mês dirigindo o carro de uma amiga. [...] quando meu carro veio ele teve que ficar debaixo da árvore pra eu não ver. Eu não podia ver da janela. Aí assim, eu acho que eu fiquei um mês e meio que eu não pegava no carro, eu só fui pegar no carro quando eu não tive outro jeito. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

O rapaz com boné, o pagamento do relógio e dirigir o carro usado no *sequestro relâmpago* são marcadores para elas. Eles são símbolos concretos da vitimização sofrida que eliciam a **rememoração do evento** – um sintoma típico do TEPT (FERREIRA-SANTOS, 2007; PARKES, 1998) – e a **renovação do sofrimento** que relembram a esses indivíduos o potencial existente de serem novamente vitimizados. Assim, com a memória do evento ainda muito vívida, ou com a presença constante desses marcadores materiais, algumas vítimas tentam fazer **mudanças imediatas** em suas vidas:

Quando achou o carro eu só queria me desfazer do carro. O pessoal ‘não precisa, não precisa’. ‘Eu quero me desfazer do carro, não quero esse carro, esse carro só me traz coisa ruim’. A gente pensou em se mudar daqui, mas não dá pra fazer tudo assim. Mas a vontade é essa, sair do bairro, da cidade, porque da forma como eles fazem, né. ‘Eu to de olho em você há muito tempo, to lhe observando há muito tempo’. Sabe onde seus filhos estudam. Que tal? Vai acabar ali? Não vai acabar aqui. Agora está mais tranqüilo. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

No início mudou. A gente trocou de carro. O meu, logo que eu achei o carro, botei logo pra vender. Tentei trocar o carro dela também, já troquei o carro dela, porque no meu carro tinha foto do carro de minha esposa. Então era melhor ter trocado, trocou. Pensei em me mudar de lá e tudo, mas depois.. foi passando, passando, a gente vê que é tão normal isso hoje em dia acontecer. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Algumas mudanças são feitas – como exemplo, a venda do veículo, um forte marcador material do *sequestro relâmpago* sofrido – enquanto outras são postergadas. Os depoentes tentam retomar um **movimento de homeostase**: as conseqüências físicas e emocionais podem se prolongar e repercutir em mudanças de comportamentos no dia-a-dia, porém não parecem desencadear transformações basais dos indivíduos entrevistados, como mudança de residência, cidade, emprego, etc. Este processo homeostático, em que o indivíduo aos poucos retoma suas atividades habituais

incorporando “aprendizados” da nova experiência nos aproxima do que Brad e Sangrey (1979 *apud* ELIAS, 1986) nomearam de fase de “reorganização gradual”. Contudo, antes desta etapa em que as vítimas passam a novamente “organizarem-se”, elas vivenciam repercussões emocionais e físicas, como a sensação de **desconexão com a realidade concreta**:

Eu levei uns dias no mundo da lua. Até levei uns 20 dias para recuperar, para voltar à normalidade porque a gente fica com aquilo na cabeça, aquele trauma e tudo. Mas depois a gente regulariza. Aprecia novamente, mas uns dias aí abala um pouco.. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Eu estava assustada [...] em muitas reuniões de trabalho eu ficava muito distante, como se eu tivesse perdida, viajando. [...] eu tava com um vazio muito grande, eu tinha um vazio enorme, como se eu tivesse muito ferida. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

Essa sensação de estar no “mundo da lua” poderia ser aqui entendida como a dificuldade em voltar à vida cotidiana, com redução do interesse pelas atividades do dia-a-dia e é compatível com um dos sintomas de entorpecimento característicos do TEPT (FERREIRA-SANTOS, 2007).

Nenhuma vítima sai plenamente ilesa. Milena logo que foi liberada temeu que estivesse em processo de abortamento e, durante o restante do período de gestação, apresentou problemas de saúde. Segundo sua médica obstetra e a própria participante, os problemas seriam decorrentes do estresse causado pelo seu *seqüestro relâmpago*:

Eu queria ver se eu tava perdendo sangue, porque meu filho não mexeu. Desde a hora que eu entrei, que eles me pegaram, meu filho não mexeu!! Eu achei que meu filho tinha morrido! E aí quando eu olhei, minha calça, tava melada de sangue, lá na delegacia. Aí eu pronto. Não sabia o telefone da minha obstetra, porque eu não tinha o meu celular e não sabia de cor e não queria que falassem com minha irmã porque minha irmã também tava grávida e em período bem inicial que poderia ter aborto. [...] meu cunhado conseguiu o telefone da obstetra da gente, que era a mesma, e eu falando com a médica, eu no carro, deitada, meu pai me levando, eu não tinha documento nenhum, minha obstetra mandando me levar com urgência no [Hospital] Santo Amaro para poder ver se tinha acontecido alguma coisa, que se tivesse acontecido alguma coisa que tinha como ela reverter se não fosse nada muito grave já que eles não penetraram nada em mim. Então para ver se meu filho tava seguro. Como meu filho já tinha cinco meses ele já tava mais ou menos formado aí. Não tava amadurecido, mas tava formado. [...] ele ouviu o batimento cardíaco de meu filho e achou o batimento cardíaco dele muito acelerado para um bebê, que provavelmente devia ser por causa do susto. Mas que eu não tinha a princípio nenhuma ameaça de aborto. O sangramento pode ter sido do nervoso, alguma coisa assim. ‘Eles penetraram alguma coisa?’. Eu disse ‘não’. Ai o médico ainda fez o exame de toque para ver tava tudo bem. Estava tudo bem e eu aí fiquei internada uns três dias, porque queriam monitorar. Eu fiquei mais internada por causa de meu filho, para ver se tava tudo bem com ele. Ai eu fiz alguns exames, eu

fiz ultrassom diariamente, para acompanhar o batimento cardíaco dele, tanto é que ele ficou com o batimento cardíaco descompensado. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Minha pressão foi subindo aos pouquinhos, a médica não queria me alarmar para eu não ter uma eclampsia nem nada, mas a minha pressão começou a subir a partir do seqüestro. E aí quando foi minha consulta em final de julho a médica chegou ‘olha, Milena, eu venho acompanhado sua pressão dos cinco meses para cá e ela tem subido. Eu não posso mais esperar.’ Ainda faltava mais uns 15 dias para a data prevista do parto. ‘eu não posso mais esperar, sua pressão já subiu muito, você quer hoje ou amanhã? [...] Eu tinha ido sozinha nessa consulta! [...] ela começou a falar ‘não, você é uma mulher forte’, quem disse? Eu me acabei de chorar! Não tinha força certa! Eu digo, ‘aí meu Deus, outra ameaça de perder meu filho? Para eclampsia ou ele me perder? Depois do que eu passei’. Ai pronto. No dia seguinte fui eu, meu marido, minha irmã, meu pai e minha mãe. Todo mundo parou tudo para poder ir, para me confortar para eu ficar calma. É, não tem jeito, minha pressão tava 18, alguma coisa assim, 18 por 11, 18 por 12, tava alta minha pressão. Aí ela, ‘Milena, a gente vai ter que fazer seu parto, não tem mais como segurar, para não ter problema de pré-eclampsia, para seu filho não entrar em sacrifício, nem você.’ (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Milena nos revela que quando seu filho tinha três meses de idade, a médica pediatra informou a ela que ele apresentava um “sopro” no coração, provavelmente decorrente do trauma vivido durante a gestação. Seu sopro, felizmente, era considerado “corrigível” e deixou de existir a partir do seu nono mês de vida. Apesar de este ter sido o a “*única seqüela*” sofrida por seu filho, ela sente-se abalada até hoje:

Eu estou precisando desesperadamente voltar [a fazer terapia] porque eu tinha melhorado bastante, só que agora eu voltei a ter umas neurais, umas coisas que eu acho que caberia até fazer um tratamento não só com um psicólogo mesmo, mas um tratamento também com um psiquiatra, se fosse necessário. [...] Eu to voltando a ter insônia, lembrando de tudo como se fosse acontecer de novo. Assim, tenho um pressentimento, fico com o pressentimento de que vai acontecer de novo, mas na verdade não é. É como se fosse uma síndrome do pânico. Eu acho que tão me seguindo, eu acho que vão fazer de novo. Eu tenho tido dificuldade de pegar meu filho na escola a depender do horário que for. Eu ligo e peço para alguém trazer ele para mim na porta para eu não ter que descer do carro. [...] Eu sempre era a mulher brava. A mulher braba porque eu achava que nada me pegava, eu ia e fazia o que eu queria, a hora que eu queria, saía de noite não sei que, não tinha medo de nada. Era, como dizia meu marido, ‘uma mulher macho’. Não ligava para nada, chegava a hora que quisesse. [...] [Hoje] eu tenho medo de ir em estacionamento de supermercado, eu tenho medo de tudo quanto é canto, em tudo quanto é canto eu acho que tem alguém olhando para mim. [...] [meu marido] acha que é frescura, que não existe isso.. negócio de psicólogo, psiquiatra, que é besteira, que não tenho síndrome do pânico nenhuma. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Seus sintomas estão “voltando”, trazendo-lhe **prejuízos ao convívio social**, ao ponto em que ela reconhece que precisa retomar a ajuda de profissionais da saúde (tratamento

psicológico e psiquiátrico), como ocorreu logo após seu *sequestro relâmpago*. Parece-nos coerente propor que a gravidade com que ela é afetada atualmente pelas marcas psicológicas do evento correlaciona-se à intensidade do risco percebido durante aquelas duas horas e trinta minutos de confinamento. Milena tentara engravidar durante alguns anos consecutivos e finalmente conseguira gerar uma criança quando, em seu quinto mês de gestação, foi submetida a episódios de violência psicológica agravados pela sucessão de agressões físicas e violência sexual (tentativa de estupro). Sofrer tais violências nestas circunstâncias – “*vulnerável por ser mulher e vulnerável porque está carregando um bebê*” (Milena) – poderia repercutir em perder seu filho, fruto de muito investimento emocional e econômico. Ela nos relata um profundo sofrimento persistente e, na sua percepção, incompreendido por seus familiares e desconhecidos. Isto repercute em uma **reelaboração da sua identidade** na medida em que deixa para trás a “*mulher brava*” que costumava ser e passa a identificar-se como uma mulher “*paranóica*”. De modo semelhante, Elena também sofreu violências físicas que repercutiram em marcas visíveis:

Ao passo que os dias foram passando, e o rosto foi aparecendo mais, eu fui ficando com mais raiva, fui ficando com muita raiva sim. [...] Eu não senti físico, eu senti depois. Você pega e sente que está tudo roxo, tudo inchado, as pessoas me perguntavam na rua ‘você está sendo espancada pelo seu marido?’, alguma coisa assim. Ai eu tinha que explicar, sabe. Ah, eu inventei várias mentiras inclusive nessa época. Quando as pessoas me perguntavam, eu disse muitas coisas ‘caí da escada!’, ou então ‘meu namorado me bateu’. [...] porque as pessoas param de perguntar, sabe? Não encham seu saco. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Essas repercussões físicas – hematomas, feridas e inchaços no caso de Elena – também podem transformar-se em marcadores da violência sofrida, no ponto em que estimulam reações de outros personagens – às vezes desconhecidos da vítima – que passam a identificá-la a partir dessas marcas. Os hematomas e as conversas decorrentes fazem uma referência constante à vitimização e ao papel de “ser vítima”, o que, por sua vez, retarda o processo homeostático de retorno à vida cotidiana. Tais consequências físicas à saúde como estas relatadas por Elena e Milena não foram uma constante entre nossos entrevistados. As repercussões emocionais, contudo, estiveram presentes em todos os relatos:

Eu acho que foi mais uma violência no campo emocional do que de forma física. Porque eu não sofri nada, eu senti uma coisa gelada na minha cabeça e um empurrão. Mas foi muito mais emocional. Eu não poderia dizer ‘agora eu tô tranquilo, agora não tenho medo’. Durante muito tempo eu fiquei muito mais alerta. De você estar no carro, não ficar muito tempo parado no carro. Ou, às vezes, você acabou de estacionar o carro, você reparar em

retrovisores. Uma ação constante em mim e foi um vício e com certeza eu creio que foi uma seqüela do que eu passei. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Esse estado citado por Igor como “fiquei muito mais alerta” chamamos aqui de **hipervigilância**. Como o próprio nome já indica, são comportamentos em que os indivíduos permanecem continuamente observantes e atentos ao seu entorno, especialmente quando circulam em meio a desconhecidos. Essas vítimas desenvolveram uma “*vigilância paranóica*” em que o “*olho ia atrás da cabeça*” (Elena):

Os primeiros meses foram bem chatos. Eu já sou muito vigilante, não só pela área em que eu trabalho porque eu preciso ser mesmo, mas também porque eu já fui assaltada várias vezes. Depois desse episódio eu fiquei muito paranóica. De olhar 300 vezes pelos retrovisores pros lugares. Se tem alguém me seguindo, me olhando demais e tal assim. (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Eu me lembro que se tornou bastante desconfortável algumas situações. [...] durante alguns meses eu fiquei muito mais tenso. Os primeiros dias foram péssimos. Dia claro [...] chegando em casa e alguém andando atrás de mim e eu completamente nervoso, arrepiado da cabeça aos pés. Era uma coisa que acontecia muito. Qualquer movimento estranho, muitas vezes nem estranho, eu to andando na rua, to entrando na rua de casa de noite, alguém aparecia eu já arrepiava todo. Isso era bem típico. Ficava todo arrepiado de medo, bem tenso. Mas isso mesmo durou intensamente a primeira semana, depois foi passando. Em uns dois meses eu ainda tinha muito essa resposta. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Foi muito mais escandaloso nela [minha namorada] do que foi em mim ‘deixa o carro ligado!’. Tudo para que se a gente visse alguma pessoa, engata a primeira marcha e vai embora. Saía do carro muito rápido, tudo muito rápido. Ela ficou bem abalada, bem violentada emocionalmente. Como ela eu não [fiquei tão abalado]. Eu ficava mais alerta do que antes do seqüestro, mas era muito mais exacerbado nela do que em mim. [...] (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: uma hora)

O nível relatado de hipervigilância varia de caso a caso, dependendo do histórico de violências sofridas, de traços de personalidade, da experiência do episódio, e mesmo de questões relacionadas aos papéis de gênero, entre outros fatores; contudo, essa resposta de (hiper)vigilância é apresentada por todos os entrevistados. Para Ferreira-Santos (2007), o estado aflitivo vivido pela vítima de sequestro é semelhante àquele de pessoas vitimizadas em uma guerra. Entretanto, o nível de tensão daqueles que sofreram a violência urbana é mais constante no seu dia-a-dia, pois permanece a sensação de que uma nova vitimização pode ocorrer a qualquer momento (FERREIRA-SANTOS, 2007). A esse respeito, nossos entrevistados passaram a prestar mais atenção aos outros transeuntes, a desconfiar de todos,

ficaram sensíveis e reativos a qualquer aproximação. Enfim, eles passaram a circular em locais públicos com a sensação de que **todo mundo é suspeito**:

Fiquei um pouquinho abalado uns dois, três meses. Fiquei. Tinha medo de todo mundo. [...] todo mundo que já encostava em mim eu já achava que queria me assaltar. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Hoje ninguém sabe porque o cara pode estar bem trajado e ser um assaltante. Você não sabe quem é, se é um maltrapilho, se é um mal-tratado, se é um rapaz. Até mulher [...]. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Hoje eu tenho muito mais cuidado. Hoje não dá mais para confiar em ninguém, se tá arrumado, se tá desarrumado, se tá bonitinho, feinho, não dá [...] Eu morria de pena ‘poxa, a polícia pegou’. Hoje, não tenho mais, porque o trauma do trânsito, os momentos que você passa com eles são terríveis. Não fizeram nada com você, não tocaram em mim, mas o psicológico... (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Se eu to dentro do ônibus, alguém grita, eu já tremo toda, assim é um estresse que vem na hora assim, eu sinto um tremor por dentro sabe. Às vezes eu escuto alguém gritar, eu estou meio distraída, eu já meio que passo mal assim. (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

Essa sensação de ter “*medo de todo mundo*” pode ter correlação com os mecanismos de disfarce dos ofensores. Conforme abordamos no Capítulo III, os algozes “camuflam-se” (dois jovens arrumados conversando normalmente enquanto andavam, nos casos de Gabriela e Brenda; um rapaz exercitando-se na praia, no caso de Eder) e aparentam comportarem-se como pessoas comuns, em atividades ordinárias. E ainda, a imprevisibilidade do ataque, como no caso de vítimas surpreendidas pelos ofensores, pode significar à vítima que outro ataque inesperado pode ocorrer a qualquer momento, o que por sua vez, tenderia a provocar sensação e comportamentos de hipervigilância, **desconfiança e medo generalizados**. Esse medo, inicialmente, pode levar os sujeitos a evitar o convívio social:

É um pânico mesmo, um trauma terrível que você fica. Eu não podia ver ninguém na minha frente, fiquei à base de remédio, em casa, em cima da cama, à base de remédio. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Nosso carro quebrou e eu precisei colocar nosso carro na oficina e não tinha ninguém para pegar o carro. E às vezes, você é meio discriminado quando você tem qualquer tipo de [coisa] que saia do padrão da sociedade. E aí eu fiquei com vergonha de falar com o mecânico que eu não tinha condição de ir buscar o carro, se ele podia trazer para mim. Fiquei com vergonha. [...] eu suando frio, eu chorei dentro do ônibus o caminho inteiro porque eu achava que alguém.. se eu sou vulnerável dentro do carro, imagina dentro do ônibus. Eu cheguei lá na oficina chorando. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

O medo pode gerar essa sensação de inadequação ao ambiente externo, em um mundo em que o seu sofrimento não é passível de compreensão, como relatou Milena. Assim, essa sensação de que “todo mundo é suspeito” ou mesmo de que alguns “tipos de pessoas” seriam potenciais alvos pode gerar na pessoa vitimizada não só o distanciamento do convívio social como também a dificuldade em sentir afeto (FERREIRA-SANTOS, 2007) por um desconhecido. Ainda em decorrência do medo generalizado, e correlacionando-se à redução de interesse por hábitos anteriores ao evento violento, a maioria das vítimas pode privar-se de atividades prazerosas em ambientes externos e passar por um período “*sem querer sair sozinha, sem querer sair à noite*” (Simone). No caso de Milena, seu bem-estar sexual também foi afetado:

Logo depois afetou muito sexualmente porque eles tentaram me violentar e eu fiquei assim.. juntou uma coisa com a outra, a gravidez, eles terem tentado fazer isso e meu marido ficou um tempão sem conseguir me tocar. Então ele teve que ter muita paciência para eu poder deixar ele voltar a me tocar depois de ter tido outro homem me tocando. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Além das repercussões comuns às outras vítimas de *sequestro relâmpago*, Milena também apresenta efeitos geralmente correlacionados à vitimização por violência sexual: o trauma emocional, a insônia, a dificuldade em retomar a vida sexual e o trabalho (OLIVEIRA *et al.*, 2005); e revela que as conseqüências do *sequestro relâmpago* ainda estão presentes no seu dia-a-dia:

Meu bem-estar é muito comprometido. Essas limitações de ir ao banco, de estar sozinha com meu filho em alguns lugares que eu acho arriscado e vulnerável para nós dois. [...] E aí eu acho que isso afeta muito, muito mesmo meu bem-estar. Nas minhas limitações, de meu marido um dia precisar, a gente só tem um carro e eu poder ir trabalhar de ônibus. Eu não consigo, eu tenho que ficar. E às vezes ele não entende esse ‘tenho que ficar’ e a gente briga muito por causa disso porque ele acha que é só um capricho meu querer ficar com o carro. E não é! É medo mesmo! Eu acho que se eu tô vulnerável num carro, eu vou estar mais vulnerável ainda num ônibus! Descendo, olhando, acho que alguém está me olhando, alguém está me seguindo. Sempre busco.. se eu tiver que fazer alguma coisa em banco, eu faço em lugares movimentados e faço rápido e sempre na companhia de alguém! Nunca gosto de fazer sozinha. (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Ela ainda relata que depois que seu filho apresentou o “sopro” no coração, ela percebia que para ela “*nada é fácil*”, e desabafa nos dizendo que “*não consigo me acostumar com isso, de não ser fácil, eu estou precisando que seja um pouco mais fácil,*

está muito difícil". Com isso, Milena evidencia a crença de que, para ela, os acontecimentos de vida parecem mais difíceis do que para outros. Isso nos leva à concepção de vulnerabilidade *única* de Perloff (1983 *apud* RIGGS, KILPATRICK, 1990; ELIAS, 1986), em que o sujeito acredita que corre mais riscos de sofrer algum tipo de vitimização do que outras pessoas, o que piora a adaptação da vítima à vida cotidiana e aumenta os níveis de ansiedade e depressão (KENNEDY, SACCO, 1998; ELIAS, 1986). Milena não fugiu a essa regra, tendo expressado grande dificuldade de readequação a suas atividades profissionais, sociais e afetivas. Entretanto, nem todos os depoentes acreditam que sofrem severamente com os efeitos desta experiência.

Estou [tranquilo]. Não fico com medo. Não fiquei traumatizado com isso. Tenho uma rotina tranquila. Não me privo de nada. Só fico atento para as coisas tentando minimizar os riscos, mas não fiquei com trauma nada disso. Fico com medo, quer dizer, fico atento. (Samir, 37 anos, dentista e sanitaria, 2003, duração: 0h20m)

Eu não me considero uma pessoa traumatizada por conta disso não. Bem verdade que, como eu falei, durante algum período eu não queria sair sozinha, principalmente à noite. Eu não queria chegar em casa tarde à noite, eu evitava, a não ser mesmo por trabalho, porque eu dou plantão à noite. Mas eu evitava sair à noite para outras coisas que não fossem necessárias. Mas eu considero que foi um período curto e não me deixou assim um trauma. E eu agradeço muito também o fato de minha filha não ter presenciado nada. De ela ter se mantido adormecida durante todo o processo. Acho que se ela tivesse presenciado, acho que teria sido pior para mim porque com certeza isso geraria um trauma nela e em consequência em mim também, sei lá um sentimento de culpa. Mas eu sinceramente eu não me considero hoje uma pessoa traumatizada por conta disso ou com medo. Claro que hoje eu tomo mais cuidados. Tipo realmente não chegar tarde em casa, evitar determinados lugares para estacionar, saber aonde vou, se tem lugares para estacionar, se o lugar é seguro. Quando eu saio à noite hoje é assim. Ou então, se eu tiver que sair sozinha, pedir para alguém me levar e me buscar [...]. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

Para Elias, o *sequestro relâmpago* repercutiu em mudar a sua forma de **estar no mundo** (JANOFF-BULMAN, FRIEZE, 1983²⁴ *apud* RIGGS, KILPATRICK, 1990; ELIAS, 1986), uma consequência também relatada por Brenda:

[A vida] muda sim. [...] Subjetivamente mudou. Mais as sensações de estar no mundo. Eu era muito mais tranquilo. [...] Por mais que eu não deixe de fazer as coisas, não seja uma coisa assim que eu diria um estresse pós-traumático ou alguma coisa do gênero, mas é diferente. Mesmo hoje depois, nos dois primeiros meses foi mais duro, mas ainda hoje não é a mesma coisa. Eu sou uma pessoa, digamos assim, mais nervosa e mais preocupada, mais assustado do que eu era antes. [...] Hoje em dia eu sou mais reativo, me assusto com mais facilidade. Isso com certeza é marcante. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

²⁴ Janoff-Bulman, R., & Frieze, I. H. (1983). A theoretical perspective for understanding reactions to victimization. *Journal of Social Issues*, 39, 1-17.

Ver as pessoas com outros olhos. Para mim antes, era todo mundo normal. Eu achava o que, que uma pessoa arrumadinha era do bem, que geralmente ladrão andava desarrumado, mal-arrumado, de chinelo. E hoje eu não penso mais assim. Então isso pra mim, me marcou muito, sabe? Antes não, eu podia andar pela rua sozinha [...] Hoje para mim, está do meu lado pode ser, dentro do ônibus, em qualquer lugar [...] desconfio de todo mundo e passo isso pra elas [minhas duas filhas], nas festinhas nos showzinhos que vão, não tem mais essa coisa de separar. Todo mundo no mesmo nível, freqüenta os mesmos lugares. Infelizmente a realidade é essa, essa minha visão mudou. (Brenda, 44 anos, coordenação/secretariado, 2003 ou 2004, duração: 4h30m)

Essa sensação de medo e ansiedade persistente, a propensão à reatividade a inúmeros estímulos, a desconfiança generalizada refletem uma mudança mais ampla, e até filosófica, de ser e estar no mundo. São sentimentos que afetam a segurança ontológica (GIDDENS, 1991) do indivíduo, já que atingem a estabilidade e o sentido de ordem que ele tem a respeito do ambiente social e material circundante. Vivenciar o *sequestro relâmpago* pode implicar em mudar a forma como o indivíduo vive suas experiências e as significa, fazendo-o crer em um mundo social muito mais perverso do que se gostaria.

Por fim, no que se refere à longevidade de certas repercussões (ELIAS, 1986) do *sequestro relâmpago*, as vítimas podem relatar um trauma prolongado (Brenda, Milena, Elena), uma mudança na forma de “estar no mundo” (Elias), ou ainda poucas marcas emocionais remanescentes (Simone, Samir, Igor). Contudo, todas revelam a adoção de defesas no intuito de prevenir revitimizações, como veremos na próxima seção.

VI. 2. Defesas

Nossos depoentes relatam o uso de defesas (FELSON, 2006) para sentirem-se seguros em espaços públicos. Muitas defesas eram desenvolvidas previamente pelos participantes, mas em menor intensidade. Após a vitimização, eles passam a evidenciar o uso mais freqüente de antigos e novos mecanismos de vigilância.

Antigamente se eu estava numa situação do tipo, estou dentro do carro, paro no banco por exemplo, alguém desce eu fico dentro do carro e tal. Era comum eu dar uma olhadinha pelo retrovisor, ver o que estava acontecendo ao redor para não chegar ninguém, nada disso. Mas hoje em dia eu sinto que é uma coisa mais metódica, mais preocupada, mais ansiosa. Antigamente não tinha tanta preocupação. Fazia porque sabia que tinha que fazer. Hoje em dia me causa uma certa ansiedade. [...] Coisas do tipo, ‘não vou andar com muito dinheiro’, ou então se eu estou com muito dinheiro eu procuro

deixar a parte do ladrão separado e o resto escondido. Mas não chega a ser do tipo ‘não vou a tal banco porque lá é perigoso’, não chega. Assim, como meu apartamento não tem porteiro, garagem também eu tenho que descer, abre puxa entra e sai e aí quando eu chego em casa com minha namorada a gente faz um esqueminha [...] eu desço do carro, ela segue com o carro, eu abro o portão, fico do lado de dentro, quando ela desce de novo, eu abro o portão, ela entra, eu fecho. Sempre que a gente chega em casa é uma coisa mais rápida assim, tipo não fica no carro, não tem essa historia. (Elias, 27 anos, médico, 2006, duração: 3h)

Com base nos relatos dos participantes, identificamos certas defesas primárias (FELSON, 2006), que refletem ações, na esfera comportamental, adotadas para prevenir possíveis abordagens. Em geral, foram ações empregadas pelos sujeitos para diminuir a **atratividade** que exercem sobre um ofensor ou para diminuir a oportunidade de serem abordados. No que se refere à atratividade, destacamos os seguintes relatos:

Eu quero comprar um carro novo, não compro. Meu carro é de 2007, está novo, e eu não quero comprar um carro novo porque é visado, quanto mais novo, mais visado. [...] Meu carro não é um carro zero. Eu não compro mais carro zero, eles agora estão sendo visados. Meu carro tem 20 poucos mil quilômetros rodados. O outro que tenho em Minas [Gerais] é um *corolla* também mas eu não quero comprar carro zero. Não troco por causa disso. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Em termos de repercussões que essas experiências me trouxeram, tem algumas que são bem marcantes. Eu nunca gostei muito de dourado, mas eu ainda usava assim algumas coisinhas discretas, um colarzinho, uma correntinha de ouro, um anelzinho e tal. Depois disso eu passei a usar só ouro branco ou prata. E coisas muito discretas. Eu tenho que andar muito arrumada em função da minha profissão. Eu dou aula em faculdade, eu tenho consultório, isso exige que a gente ande um pouco mais formal e portanto um pouco mais arrumada e isso já chama atenção. Mas eu tento, quando estou à paisana, eu tento andar o mais discreta possível para não chamar a atenção. Minha mãe sai, ela tem várias pulseirinhas de ouro [...] eu fico desesperada quando ela sai na rua, até de carro que ela vai estacionar o carro na rua. Eu fico assim ‘mãe, não sai assim, não faz isso porque vão te assaltar’, ela diz ‘eu não sou você não’ (Elena, 28 anos, psicóloga e profa. univ., 2007, duração: 7h)

Para estes depoentes, enfeitar-se com jóias ou bijouterias “mais chamativas” ou transitar com um carro “mais visado” aumentam o risco de serem abordados porque tais objetos são mais atrativos para ofensores em potencial (PAES-MACHADO, RICCIO-OLIVEIRA, 2009). Tais ações podem ser entendidas como uma forma de camuflagem (FELSON, 2006), pois os depoentes revelam que modificam hábitos e aparência para não se destacarem perante os demais. Esta forma de defesa pressupõe que as pessoas acreditam que, até certo ponto, têm algum controle sobre a possibilidade de ser ou não uma vítima da criminalidade urbana. Nesse sentido, lançam mão de defesas para

diminuir a **oportunidade** de ser vitimizado. Elas procuram evitar locais, situações e contextos considerados de risco, na tentativa de coibir oportunismos (KENNEDY, SACCO, 1998). Em outras palavras, elas desenvolvem mecanismos de evitação (FELSON, 2006).

Fico ligado em tudo.. gente andando, moto, carro atrás. Eu já cansei de não estacionar quando tem um carro muito atrás. Se é um casal não, mas se é uma pessoa, eu não estaciono, dou outra volta. Cansei de fazer isso. (Samir, 37 anos, dentista e sanitarista, 2003, duração: 0h20m)

Eu não deixo mais os dois vidros do carro abertos, quando eu estou dentro do carro não deixo mais o pino da outra porta destravado. Depois que saio do carro, não fico me ajeitando, olhando óculos, buscando alguma coisa no fundo do carro [...] boto minha mochila no banco do carona, ou às vezes boto no fundo até por segurança, porque pode quebrar o vidro e pegar alguma coisa. [...] Fiquei mais desconfiado [...] um pouquinho de medo às vezes lhe ajuda muito. (Igor, 24 anos, fisioterapeuta, 2004, duração: 1h)

Hoje em dia, qualquer lugar que eu pare, já fico mais alerta. Não fico mais como eu fiquei da outra vez assim demorando pra pegar as coisas; demorou, desceu, largou, vai embora. [...] antes de parar num lugar eu vejo, olho ao redor, às vezes dou até uma volta antes de estacionar o carro, depois eu estaciono pra ver como é que está o movimento. Não vou mais pra lugar muito deserto. Dou treino agora em lugar movimentado. Acho que não vai evitar muita coisa não, mas.. eles ficam com mais receio de fazer em lugar muito público. (Eder, 32 anos, educador físico e empresário, 2008, duração: 0h30m)

Eu tenho medo de estacionar, tenho medo [...] ‘entra logo, fecha a porta, não dá pra vacilar não, a gente tem que sair com o carro rápido’ [...] antes [*do seqüestro relâmpago*] eu era bem *banda-voou*, não tava nem ai, não ligava pra nada disso [...] depois disso eu estou pirada, tenho paranóia, está se aproximando de mim eu não quero nem saber que cor ele tem, que roupa ele está, eu vou querer me livrar, pode estar arrumado, bem-vestido, eu não confio. Garagem de *Shopping Center* eu não confio. Por exemplo, esse *Shopping Salvador*, pra você ter uma idéia, eu gosto de ir lá eu boto carro, onde? Fora, não gosto de botar o carro naquela garagem infinita [...] ali você fica extremamente vulnerável [...] pra mim aquele lugar é extremamente propício, então eu evito colocar lá, evito. Eu coloco muito mais o carro em cima, pra mim acho mais seguro. (Gabriela, 43 anos, socióloga e professora universitária, 2005, duração: 3h)

A gente tem muita precaução para sair de casa. Até hoje minha mulher anda comigo por causa disso. À noite a gente tem medo. Até durante o dia também. Quando a gente vai ao supermercado mesmo, eu volto para o carro, antes eu olho primeiro para ver se tem alguém por perto. Eu não entro no carro hoje em lugar nenhum se tiver gente por perto. Eu vou olhar direito primeiro para depois.. [...] Quando eu entro no carro, primeira coisa eu ligo e já saio. Travo ele logo imediatamente. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Depois que aconteceu isso eu fiquei bem traumatizada assim, eu não queria ficar muito parada perto de carro, na entrada e saída assim, mas eu sempre cuidei, sempre cuidei assim, eu não sou uma pessoa tão distraída pra isso... (Danila, 29, geóloga e pesquisadora, 2009, duração: 1h)

Cuidados relacionados à circulação com o veículo passam a ser intensificados após a vitimização, a exemplo do monitoramento do local que se pretende estacionar e a agilidade em entrar e sair do veículo após estacioná-lo. Elias também relata que era “*nítido que eles preferem carro que não tenha [vidro fumê]!*”. Ele acredita que o vidro fumê pode ser uma barreira à ação dos ofensores, o que seria um tipo de defesa física (FELSON, 2006) contra ofensores, já que prejudica a capacidade que têm de visualizar potenciais-vítimas.

Os participantes passam a evitar alguns espaços públicos e a priorizar outros. Os locais mais citados foram vias públicas (ruas), estacionamentos e *shoppings centers*. Enquanto Gabriela explica que teme ser abordada no estacionamento de um *shopping center* freqüentado por ela, Simone nos leva a entender que, ao estacionar seu veículo, prioriza estacionamentos pagos ou pertencentes ao estabelecimento que irá visitar, em detrimento das vias públicas:

Eu não deixaria de fazer nada do que eu faço, do que eu gosto de fazer, contanto que eu tenho aquela coisa de saber que eu estou segura. Onde é? Como outro dia eu fui fazer um curso no Costa Azul e a lojinha é num lugar ali atrás daqueles motéis que tem ali no Costa Azul. Ai eu liguei no telefone e perguntei ‘venha cá, como é essa rua? É iluminada, tem lugar onde eu possa estacionar? É segura? Tem segurança?’. Para lugar que eu não conheço, eu estou sempre perguntando. Tem lugar para estacionar? [...] Então eu tô sempre me assegurando de que para onde eu vou eu vou estar segura. [...] Ai hoje todo lugar que a gente vai tem que pagar para estacionar. Até no meio da rua a gente tem que pagar. Então, eu antes meio que fugia disso, e botava o carro em algum lugar meio assim, lá longe. Hoje não! Hoje eu pago, tem estacionamento, eu pago. (Simone, 32 anos, enfermeira, 2008, duração: 3h)

A freqüência com que os *shopping centers* foram citados pelos depoentes – todos da classe média – nos indica que este “centro de compras” faz parte dos rituais de lazer desta parcela da população. Um fenômeno atual que acompanha o medo do crime e estimula a segregação social e espacial em “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000). Os muros e a segurança privada dos *shoppings centers* traduzem aos sujeitos a sensação de segurança e proteção que tanto buscam. Justo, por exemplo, nos conta que, depois de ser vitimizado pelo *sequestro relâmpago*, ao buscar lazer, freqüenta unicamente os *shoppings centers*:

Quando a gente sai do shopping, primeiramente olho se tem algum carro por perto, ou então um guarda [...] [o guarda] já me conhece, ele vê meu emblema no carro e tal, já me conhece. [...] Só vou para o [Shopping] Iguatemi, Shopping Barra, não vou em qualquer lugar assim não. A noite não vou a restaurante a noite a não ser no shopping que é mais fácil. Em

outros lugares é perigoso [...] Só saio assim para ir a shopping. Até remédio, se precisar, eu ligo. Eu tenho duas farmácias, ou três, que eu tenho o telefone [...]. Depois das 22h eu não gosto de sair para lugar nenhum. (Justo, 76 anos, juiz do trabalho aposentado, 2004, duração: 5h)

Para Justo, o guarda, um agente de segurança privada fornecido pelo *shopping center*, exerce papel importante na crença de que este é um local seguro (NORONHA *et al.*, 2008), protegido contra malfeitores. O “*guarda*” seria um guardião capaz (CLARKE, FELSON, 1993; FELSON, 1995; KENNEDY, SACCO, 1998), um agente de controle social (BEST, 1982; HUGGINS, 2000) que teria a capacidade de evitar vitimizações.

Eu olho para tudo quanto é canto, entro muito rápido no carro e quando entro eu travo o carro antes de ligar o carro. Antes de dar a trava eletrônica quando você liga o carro, eu já travo o carro. [...] Se eu tiver com alguma coisa, várias vezes eu peço para o segurança me acompanhar, de shopping do que for. Às vezes, eles ficam assim, achando assim que tô procurando alguma ousadia, aí eu falo ‘não, porque eu fui sequestrada’, na mesma hora eles se solidarizam e vão e me levam. Mas é horrível viver assim! (Milena, 34 anos, socióloga e professora, 2008, duração: 2h30m)

Lorena, assim como outros participantes, enfocam o fortalecimento de uma **rede de proteção**, composta não só por policiais e seguranças privados como também por familiares e amigos:

Eu já senti a sensação, não por medo não, a sensação de alguém vir, tentar vir na minha direção para pegar bolsa, coisas desse tipo e eu desviar, perceber antes. Alguns dias atrás ao sair, eu senti que um rapaz jovem estava vindo na minha direção, como se fosse me abordar. Aí eu recuei [...] e me aproximei mais do portão de entrada do edifício. Eu sabia que meu filho estava na varanda, era de manhã cedo. Ali ele chegou e ficou encostado no poste. Ai eu olhei para cima e fiz o gesto para ele olhar para o rapaz. Ai meu filho disse ‘ele é doente mental’ com gestos e ‘positivo, vai em frente, eu conheço’. Eu aí saí. Com cuidado porque um doente também pode num momento de um surto querer me agredir. Mas eu tenho essa cautela. Eu sou muito cautelosa. (Lorena, 51 anos, delegada de polícia, 2008, duração: 0h10m)

Lorena também relata que ao sair à noite com as amigas, elas vão em grupos e organizam caronas. Caso ela seja a motorista, Lorena geralmente pernoita na casa da última pessoa a quem leva em casa. Assim, ela não retorna a sua residência sozinha durante a madrugada. Este seria um exemplo de defesa grupal (FELSON, 2006), segundo a qual indivíduos recorrem a laços sociais – como andar em grupos – para prevenir vitimizações.

Além desta e outras defesas primárias supracitadas, os participantes também citam comportamentos com foco à **minimização de perdas**. Enquanto as defesas primárias referem-se àqueles comportamentos exercidos para evitar uma possível abordagem, quando falamos em minimização de perdas referimo-nos às medidas tomadas antecipadamente para evitar perdas significativas na ocorrência de uma abordagem criminosa efetiva. Assim, as vítimas não circulam com grandes montantes de dinheiro, evitam levar cartões de crédito e débito e documentos oficiais. Elas separam o “dinheiro do ladrão” e até escondem o celular; mudam os nomes registrados no celular para impedir o usufruto destas informações pelos algozes – por exemplo, Danila transforma o número referente a “casa” em “chão” e sua mãe e pai são registrados no aparelho celular com os respectivos nomes (ao invés de “mãe” e “pai”) para evitar que ofensores liguem pedindo resgate ou passem trotes, etc.

Chegamos ao fim deste capítulo certos de que os ex-reféns apresentam repercussões significativas quanto à vitimização sofrida. Os efeitos emocionais imediatos, com o passar do tempo, abrem caminho ao desenvolvimento de defesas: a forma encontrada pelos sujeitos de protegerem-se em um mundo considerado inseguro. Ao mesmo tempo, outros efeitos prolongam-se no tempo de vida de alguns indivíduos, que passam a incorporar a vitimização como um traço identitário. Decorre daí, a necessidade de dar continuidade ao estudo das repercussões, especialmente no que tange à relação entre a natureza do evento sofrido, os traços de personalidade das vítimas e as repercussões de longo prazo.

Conclusão

O confinamento e o transporte forçado não só caracterizam, como definem o *seqüestro relâmpago* para aqueles que o vivenciam. O confinamento é essencial à ação dos perpetradores, já que garante o uso das vítimas na ação (saques, compras, bens pessoais em posse da vítima, etc.) e evita que elas coloquem em risco os ofensores uma vez que a maioria dos sequestrados é deixada em lugares ermos e desconhecidos, sem recursos.

Perguntamo-nos se seria o *seqüestro relâmpago* uma ação-meio para se chegar a uma variedade de fins e buscamos especificá-lo. O conceito de *seqüestro relâmpago* pressupõe um meio comum – o confinamento e transporte forçado das vítimas – que pode seguir *scripts* interativos (LINGER, 1992; PAES-MACHADO, LEVENSTEIN, 2002) distintos e complementares (saques em caixas automáticos, compras, obtenção dos bens pessoais, roubo do veículo). Possivelmente, um meio substitutivo ao assalto a mão armada e ao roubo de veículo. Sob essa perspectiva, o *seqüestro relâmpago* seria uma forma de “sequestro para roubo” (ALIX, 1978) em que o fim preferencial e não-exclusivo é o ganho financeiro, podendo assumir uma faceta híbrida quando é acompanhado de outros tipos de resultado (como a violência sexual).

Outros componentes constituintes do *seqüestro relâmpago* envolvem sua temporalidade reduzida (se comparado a sequestros tradicionais), a presença do “cárcere móvel” (o veículo) e a relação diádica estabelecida entre ofensor-vítima, na qual a vítima incorpora papéis de refém e alvo simultaneamente. Isso contrasta tanto com o seqüestro extorsivo de Best (1982) – no qual existiria uma relação minimamente triádica, com extorsionista, refém e alvo – quanto com o “secuestro exprés” (COWIE, 2006; BRICEÑO-LEÓN, 2007) que incorpora a presença de um familiar como responsável pelo pagamento do resgate.

O *seqüestro relâmpago*, como um evento processual, pode ser compreendido a partir de quatro fases sequenciais: a pré-abordagem, a captura, o passeio compulsório e o desfecho. Durante a pré-abordagem, os ofensores avaliam potenciais vítimas e utilizam o fator surpresa através da encenação e velocidade para minimizar seus riscos de fracasso na abordagem. Inicia-se, então, a fase da captura, durante a qual os

ofensores estabelecem a co-presença (LUCKENBILL, 1981) e impõem o contrato coerção-cooperação que vigorará durante o encontro, com adaptações de percurso. O contrato é estabelecido e mantido através das ameaças e da presença da arma de fogo, demonstrando à vítima as intenções e interesses do ofensor e, como contrapartida, os algozes esperam a cooperação da vítima. As ações são adaptáveis, dependendo das informações (GOFFMAN, 2009) que extraem das suas vítimas no decorrer do evento (pertences) e de circunstâncias externas ao evento (como presença de guardiões capazes: aglomeração de pessoas, presença de policiais, etc.). Isto indica que no *sequestro relâmpago* as ações são mais flexíveis e adaptáveis se comparado ao seqüestro extorsivo tradicional, no qual os ofensores têm ação mais planejada e organizada (GRUHIER, 1979; CAPOTORTO, 1985). Além disso, no *seqüestro relâmpago* o contato entre ofensor e vítima é constante, possibilitando a aquisição de informações mútuas adicionais e o estabelecimento de interações estratégicas (GOFFMAN, 1969), que por sua vez habilitam as vítimas a ter “*muito mais controle sobre a reação*” (Danila) dos ofensores.

As vítimas identificam seus ofensores como jovens agressivos, ora reconhecidos como algozes aparentemente inexperientes, ora considerados hábeis perpetradores nas suas ações. Os ofensores realizam ameaças e argumentam que irão efetivá-las caso não haja cooperação. Na maioria dos casos, as vítimas, de fato, colaboraram com o perpetrador, executando as ações necessárias com vistas à sua sobrevivência. Mas em dois casos, entre três, em que houve agressão física, e mesmo sexual, contra uma vítima feminina, as agressões parecem não ter sido contingentes à “não-cooperação”. Isto indica que existem outros fatores – como questões de gênero e estado de consciência alterado por drogas/bebida, ou mesmo diferenças no intuito do ofensor ao abordar a vítima – que exercem influência no ato de agredir ou não fisicamente a vítima numa situação de *seqüestro relâmpago*.

À medida que a finalização do evento se torna iminente, as vítimas apresentam sensações paradoxais. É o momento mais almejado, já que desejam incessantemente o retorno ao lar, mas é também o mais temido. O desfecho do evento é apavorante para a maioria das vítimas porque é um momento de ruptura entre o que existe e o que está por vir. Este é o ponto culminante em que vítima saberá se o ofensor cumprirá com sua parte no contrato. A localidade a qual são levadas – geralmente locais reconhecidos como de “desova” – incrementa o medo da morte.

Quando o desfecho é bem sucedido (sem fatalidades), como aconteceu em todos os episódios relatados neste estudo, as vítimas podem perceber que sua liberação não se equivale à salvação. Elas passam a temer vitimizações secundárias nos locais onde são liberadas. Este é o momento em que outro personagem pode aparecer em cena: o desconhecido solidário, geralmente homens trabalhadores de empresas das proximidades e que auxiliam as vítimas a entrarem em contato com a polícia e/ou familiares.

Concluimos que a arma de fogo presente na ação, reconhecida por todos os atores envolvidos como potencialmente fatal, a depender do comando daquele que a manuseia, é um dos principais ingredientes para que as ameaças verbalizadas exerçam o efeito desejado (LUCKENBILL, 1981). A arma de fogo representa a capacidade do agressor em efetivar suas ameaças e manter o terror psicológico continuado e assegura a ele, em certo grau, que a vítima irá agir de acordo com seus comandos. Assim, a ameaça em conjunto à arma de fogo e a uma encenação convincente dos ofensores são elementos comuns a todos os casos investigados e figuram nos relatos das vítimas como elementos essenciais à sua cooperação.

A direção perigosa é peculiar ao *sequestro relâmpago*, e pode eliciar iniciativas das vítimas quando gera medo extremo. Outra peculiaridade deste delito diz respeito à relação do ofensor com a polícia, e os riscos que esta relação incorpora às vítimas. Ser identificado como policial ou um possível confronto policial são situações que toda vítima procura evitar durante o *seqüestro relâmpago* dando espaço à manipulação de informações e demonstrações de cooperação.

Os efeitos disruptivos do *sequestro relâmpago* – como desconexão com o tempo cronológico, a sensação de morte iminente, o desgaste físico e mental e perda do controle sobre a própria vida – têm relação com o contato prolongado e constante que existe entre vítima e ofensor. Mas limitamo-nos a estudá-los sob a ótica da vítima e nos interessaria, em estudos posteriores, explorar tal característica diferencial do *seqüestro relâmpago* a partir da percepção dos ofensores, os agentes dessa ação. Um estudo no qual os ofensores exponham sua experiência pode ratificar e/ou ajudar na reelaboração de categorias que nos levem a entender melhor as formas como os atores interagem numa situação de *sequestro relâmpago*; além de elucidar as suas justificativas.

No que tange às interações das vítimas, a resposta cooperativa é a mais freqüente. Seja ela “espontânea” ou fruto de avaliação situacional, as vítimas relatam que “sempre ouviram falar” que deveriam colaborar com o algoz. Assim, comportar-se de forma cooperativa advém inicialmente de informações prévias adquiridas por esses sujeitos (dicas, histórias de conhecidos, etc.), mas se mantém pelas interações *in loco* estabelecidas pelo ofensor (mandos, intimidação, etc.). Essa cooperação, contudo, não é objetiva e isenta de negociação. As vítimas manipulam informações, na medida em que avaliam quais ganhos poderão ter – como Justo que informa aos ofensores que é juiz do trabalho com a intenção de sensibilizá-los a seu favor para criar um vínculo que o livraria de conseqüências muito danosas, ou os informa falsamente que tem problema cardíaco com o mesmo intuito. Isto nos mostra que as vítimas podem atingir certo nível de negociação com os ofensores, discutindo, de modo sutil, as “cláusulas” do contrato – como valores financeiros que serão transferidos, tempo de duração, violências físicas perpetradas, etc.

A esse respeito, um estudo composto por maior número de sujeitos pode nos auxiliar a: compreender outros escopos da negociação entre vítima e ofensor; estudar casos em que não houve “cooperação” por parte da vítima; e entender as dimensões de interação desenvolvida em eventos com mais de uma vítima, geralmente indivíduos com vínculo afetivo, como casais e amigos.

Quando as interações se encerram, inicia-se o período no qual as vítimas devem retomar a sua vida “pré-vitimização”, porém percebem que esse retorno não será suave. Contamos com poucos relatos que expuseram experiências de violência física e violência sexual, indicando a necessidade de aprofundar esta temática em estudos subseqüentes já que parece apontar para repercussões mais severas e duradouras do evento. O medo passa a ser uma sensação constante expressa pelas pessoas vitimizadas, fazendo parte dos seus cotidianos de vida, em que todo mundo é suspeito e a “forma de ver as pessoas” muda. Como conseqüência, os participantes adotam defesas em locais públicos, especialmente no que tange ao veículo. Entretanto, precisamos responder a outras perguntas derivadas destes resultados: como essas repercussões são minimizadas ou intensificadas após o evento vitimizador? Quais as práticas relacionadas ao enfrentamento da vitimização?

Nossos dados apontam para a importância do estudo deste fenômeno dando enfoque à vitimização secundária – a insatisfação com a força policial e tratamento pós-

vitimização; atendimento no sistema de saúde; deterioração de relacionamentos pela incompreensão dos “outros” em relação ao “trauma”; prejuízos na vida prática, com a falta do telefone celular e do veículo (ou falta de “vontade” de dirigir); prejuízos subjetivos subseqüentes já que não só os hábitos se modificam, mas a forma como se relacionam com os indivíduos. Da mesma forma, deve ser dada atenção à vitimização indireta, já que a experiência de uma vítima pode influenciar sua rede social mais íntima, como familiares e amigos, na medida em que estes começam a apresentar mudanças de comportamento, pensamentos e crenças, afetando suas vidas cotidianas e intensificando o “medo do crime” (ZEDNER, 2002).

Referências

- ALIX, E.K. **Ransom kidnapping in America, 1874-1974: The creation of a capital crime**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1978.
- ARENDRT, H. **Da Violência**. 2004. Publicação original, 1969. Disponível em [http://k.1asphost.com/sabotagem/Livros/Da_Violencia\(HannahArendt\).pdf](http://k.1asphost.com/sabotagem/Livros/Da_Violencia(HannahArendt).pdf), Acesso em 4 de novembro de 2010.
- BEST, J. Crime as Strategic Interaction: The social Organization of Extortion. **Journal of Contemporary Ethnography**, 11, p.107-128, 1982.
- BRASIL. **Código Penal**: Decreto-Lei Nº 2848, de 7 de dezembro de 1940.
- BRASIL. Câmara Federal. **Projeto de Lei Nº 4025 de 2004**. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 2007a.
- BRASIL. Câmara Federal. **Projeto de Lei Nº 4025 de 2004**. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, 2007b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Tipologias e Naturezas da Violência**. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31079&janela=1>, 2009.
- BRICEÑO-LEÓN, R. Violencia, Ciudadanía y miedo en caracas. **Foro Internacional** 189, XLVII, 3, p. 551-576, 2007.
- _____. La nueva violencia urbana de América Latina. **Sociologias**, v. 4, n. 8, p.34-51, 2002.
- BRIGGS, R. **The Kidnapping Business**. The Foreign Policy Center, 2001. Disponível em: <<http://fpc.org.uk/articles/115>>. Acesso em: 30 de março de 2009.
- CALDEIRA, C. Política anti-sequestros no Rio de Janeiro. Em: Briceño-León, R. (Org). **Violência, Sociedad y Justicia en America Latina**, 2002.
- CALDEIRA, T. São Paulo: Três padrões de segregação especial. Em: _____. **A cidade dos muros: crime, segregação e cidadania**. São Paulo: EDUSP, Editora 34, 2000, p. 211-255.
- CAPOTORTO, G. Avoiding capture and surviving captivity. In B. M. Jenkins (Org.). **Terrorism and personal protection**. Stoneham: Butterworth Publishers, 1985, p.395-406.
- CLARKE, R.; DERECK, C.B. Modeling offenders' decisions: a framework for research and policy. Em Michael Tonry e Norval Morris (eds.). **Crime and Justice: An Annual**

- Review of Research**, Volume 6, 1985, p. 147-85. Chicago: University of Chicago Press.
- CLARKE, R. V.; FELSON, M. **Routine Activity and Rational Choice: Advances in Criminological Theory**. New Jersey: The State University, 1993. 418p.
- CONKLIN, J. E. **Robbery and the criminal justice system**. Philadelphia; New York; Toronto: J. B. Lippincott Company, 1972.
- COWIE, L. El secuestro en la frontera colombo-venezolana. Em: T. Lesser, B. Fernández-Alfaro, L. Cowie, N. (Org.) **Intra-Regional Migration and the Conflict Nexus**. Ottawa, Canada: Human Rights Internet (HRI), 2006, p.277-287.
- DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. **Violência: Um problema global de saúde**. Ciência e Saúde Coletiva, 2006. Capítulo extraído com autorização do autor do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde.
- DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n. 2, p.417-425, 2005.
- DORANTES, A. O.; ZAMORA-PIERCE, J. **Secuestro Exprés**. México: Instituto Nacional de Ciencias Penales, 2005.
- EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. Processing Fieldnotes: Coding and Memoing. In: _____. **Writing Ethnographic Fieldnotes**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1983, p.142-168.
- ELIAS, R. **The Politics of Victimization: Victims, Victimology and Human Rights**. New York: Oxford University Press, 1986.
- FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, Coleção Educação para todos, 2ª edição, 2008, 100p.
- FELSON, M. **Crime and Nature**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2006. Disponível em: <http://books.google.com.br/>.
- FELSON, M. Those who discourage crime. Em J. E. Eck & D. Weisburd (Eds.), **Crime prevention studies: Crime and place**. Monsey, NY: Criminal Justice Press, 1995, v. 4, p. 55-66. Disponível em: http://www.popcenter.org/library/crimeprevention/volume_04/03-Felson.pdf, Acesso em 10 de janeiro de 2011.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA-SANTOS, E. **Transtorno de Estresse Pos-traumático em vítimas de seqüestro**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

- FISHER, B.S; LAB, S. P, **Encyclopedia of Victimology and crime prevention. Califórnia: Sage Publications, 2010, 1224p.** Disponível em <http://books.google.com.br>. Último acesso em 10 de novembro de 2010.
- GALHEIGO, S. M. Apontamentos para se pensar ações de prevenção à violência pelo setor saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 17, p. 181-189, 2008.
- GAMBETTA, D; HAMIL, H. Introduction. Em: _____. **Streetwise: how taxi drivers establish their customers' trustworthiness.** New York: Russel Sage Foundation, 2005, p. 1-29.
- GARTNER, R. Cross-cultural aspects of violence. In: J.S. Grisolia *et al.* **Violence: from biology to society.** Amsterdam: Elsevier, 1997, p.171-180.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. Em: Bauer, M. W.; Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático.** Petrópolis: Vozes. 2002, p. 64-89.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991, 180 pg. Disponível em: <http://books.google.com.br>.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes. 17ª edição, 2009. 231pgs. (original em inglês: 1959; original em português: 1975).
- _____. **Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior.** New York: Pantheon Books, 1967.
- _____. **Strategic Interaction: An analysis of doubt and calculation in face-to-face, day-to-day dealings with one another.** New York: Ballantine Books, 1969, 182p.
- GOMES, L. F.; SANCHES, R. G. **Seqüestro relâmpago deixou de ser crime hediondo: lei 11.923/2009 é mais favorável ao réu.** Disponível em: http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20090420144538510, 20 de abril de 2009.
- GRUHIER, F. **Lês temps dès otages.** 1979. Paris: Alain Moreau, 1979.
- HUGGINS, M. Urban Violence and Police Privatization in Brazil: Blended Invisibility, **Social Justice**, 27(2): p. 113-134, 2000.
- JENKINS, B. M. **Terrorism and personal protection.** Boston; London: Butterworth Publishers, 1985.
- JESUS, D. **Seqüestro relâmpago.** São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, 2000. Disponível em: <www.damasio.com.br>.
- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. Em: Bauer, M. W.; Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

- KENNEDY, L. W.; SACCO, V. F. **Crime victims in context**. Los Angeles: Roxbury Publishing Company, 1998.
- LINGER, D. T., 1992. **Dangerous Encounters**: Meanings of violence in a Brazilian city. Stanford: Stanford University Press. Disponível em: <http://books.google.com.br>.
- LIRA, G. V.; CATRIB, A. M.; NATIONS, M. K. A narrativa na pesquisa social em saúde: perspectiva e método. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, 2003, 16:59-66.
- LUCKENBILL, D. F. Generating Compliance: The Case of Robbery. **Urban Life**, Sage Publications, v. 10, n. 1, p. 25-46, 1981.
- MALLAN, C. **Wrong time, wrong place? How two Canadians ended up in a Brazilian jail**. Toronto: Key Porter Books, 1995.
- MARONGIU, P.; CLARKE, R. V. Ransom Kidnapping n Sardinia, Subcultural Theory and Rational Choice. In: Clarke, R. V.; Felson, M. (Org.) **Routine Activity and Rational Choice: Advances in Criminological Theory**. New Jersey: The State University, 1993, p. 179-200.
- MENDONÇA, H. J. L. Juízo de tipicidade do Sequestro relâmpago. **Revista Jus et Fides**, v. 2, N. 1, 2002.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 2007.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **CAD. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 34-42, 1998.
- MIINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, 4, p.7-23, 1999.
- NORONHA, C. V.; Tapparelli, G.; Cordeiro, T.; Almeida, A. O.; Cerqueira, R. T. Vitimização e insegurança: das disposições pessoais às coletivas no cotidiano da cidade. Em: G. Tapparelli; C. V. Noronha. (Org.). **Vidas em risco: quando a violência e o crime ameaçam o mundo público e o privado**. Salvador: Arcadia, 2008, p. 45-66.
- NURGE, D. M.; SHIVELY, M. The Role of Victimization in Criminal Offending of female youth gangs. Em: Sgarzi, J. M.; McDevitt, J. **Victimology: a study of crime victims and their roles**. New Jersey: Prentice Hall, 2002, p. 101-116.
- OLIVEIRA, E. M.; BARBOSA, R. M.; MOURA, A. A. V. M.; KOSSEL, K.; MORELLI, K.; BOTELHO, L. F. F.; STOIANOV, M. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World report on violence and health**. Geneva: WHO, 2002.
- PAES-MACHADO, E.; NASCIMENTO, A. M. D. Vítimas à deriva: Processos Sociais de vitimização de bancários por assaltos e seqüestros. **Caderno de Centro de Recursos Humanos**, v. 19, n. 47, p, 215-232, 2006.
- PAES-MACHADO, E.; LEVENSTEIN, C. Assaltantes a bordo: violência, insegurança e saúde no trabalho em transporte coletivo, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. 1215-1227, 2002.
- PAES-MACHADO, E.; RICCIO-OLIVEIRA, M. A. O jogo de esconde-esconde: trabalho perigoso e ação social defensiva entre motoboys de Salvador. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.24 no.70 São Paulo Junho 2009.
- PAIM, J. S. **Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, 356p.
- PARKES, C. M. **Luto**: estudos sobre a perda na vida adulta. 3ª. Edição. São Paulo: Summus, 1998, 291 pg.
- PERES, M. F. T. Violência: um problema de saúde pública. In: R. S. Lima & L. Paula (Orgs.). **Segurança Pública e Violência**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 101-111.
- POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. Em: POUPART, J. *et al.* **A Pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p 215- 235.
- RICHARDSON, L. D. Surviving I: A hundred days. Em: B. M. Jenkins (Ed). **Terrorism and personal protection**. Boston; London: Butterworth Publishers, 1985, p. 407-425.
- RIGGS, D. S.; KILPATRICK, D. G. Families and friends: indirect victimization by crime. Em: A. J. Jurigio; W. G. Skogan; R. C. Davis (Eds.). **Victims of crime: Problems, policies and programs**. Newbury Park; London; New Delhi: Sage, 1990, p. 120-138.
- SCHRAIBER, L.; D'ÓLIVEIRA, A. F.; HANADA, H.; FIGUEIREDO, W.; COUTO, M.; KISS, L.; DURAND, J.; PINHO, A. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, v. 6, n. 10, p.41-54, 2003.
- SILVA JUNIOR, A. P. **Seqüestro relâmpago: Análise do Fenômeno no Distrito Federal**. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito: Especialização em Política Criminal e Penitenciária e Segurança Pública, Escola de Governo do Distrito Federal/UNIRIO, 2002.

SINCLAIR, D. **Understanding wife assault: A training manual for counselors and advocates.** Toronto: Publications Ontário, 1985.

STANKO, E. Introduction: Conceptualising the meanings of violence. In: E. Stanko. *Meanings of violence.* London: Routledge, 2003, p. 1-13.

TOBAR, F.; YALOUR, R. M. R. **Como fazer teses em Saúde Pública: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa,** 2001.

ZEDNER, L. Victims. Em: Maguire, M., Morgan, R. and Reiner, R. [Eds] **The Oxford Handbook of Criminology.** Oxford: Oxford University Press, 2002.

APÊNDICES E ANEXOS